

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO DE MESQUITA FILHO
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

RODRIGO AUGUSTO PRANDO

**FUNDAMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS:
As palavras do Presidente Fernando
Henrique Cardoso (1995-1998)**

ARARAQUARA - SÃO PAULO.
2009

RODRIGO AUGUSTO PRANDO

**FUNDAMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS:
As palavras do Presidente Fernando
Henrique Cardoso (1995-1998)**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Cultura e Pensamento Social.

Orientador: Milton Lahuerta

ARARAQUARA - SÃO PAULO
2009

Rodrigo Augusto Prando.

Fundamentos e Circunstâncias: As palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) / Rodrigo Augusto Prando – Araraquara, 2009.

Orientador: Milton Lahuerta.

Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Araraquara), Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009.

Inclui bibliografia.

Teses. I. Lahuerta, Milton. II. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Araraquara). Faculdade de Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em Sociologia III. Título.

RODRIGO AUGUSTO PRANDO

FUNDAMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS: As palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa:Cultura e Pensamento Social
Orientador: Milton Lahuerta

Data de aprovação:

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: **Prof. Dr. Milton Lahueta**
UNESP - Campus de Araraquara

Membro Titular: **Prof. Dr. José Antonio Segatto**
UNESP - Campus de Araraquara

Membro Titular: **Profª Drª Carlota J. M. C. dos Reis Boto**
UNESP – Campus de Araraquara

Membro Titular: **Profª Drª. Vera Alves Cepêda**
Universidade Federal de São Carlos

Membro Titular: **Prof. Dr. Roger Fernandes Campato**
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À minha mãe Valentina e à memória de meu pai, José.

AGRADECIMENTOS

Embora o trabalho de estudo e redação de uma tese seja assaz solitário, chegar ao fim ao cabo não seria possível sem o apoio ou ajuda de algumas pessoas e instituições, aos quais agradeço sinceramente:

Ao meu orientador, Professor Dr. Milton Lahuerta, por compartilhar seu conhecimento, por orientar em situações, às vezes, difíceis, por sua generosidade e conduta moral e intelectual. Sem seu acolhimento às idéias contidas no projeto e sem esta orientação, nada seria possível.

Aos Professores Marco Aurélio Nogueira e Vera Alves Cepêda que, no exame de qualificação, teceram críticas e fizeram sugestões com elegância e no intuito de contribuir para o avanço do trabalho.

Aos Professores do Programa de Sociologia e a todos aqueles que contribuíram com minha formação intelectual desde a Graduação, nesta universidade. Lembro-me, com carinho, especialmente de dois professores: Márcia Teixeira e Evaldo Sintoni, que cedo nos deixou.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação pela atenção e inestimável apoio.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES, através das bolsas que me foram concedidas na Graduação, junto ao Programa Especial de Treinamento, e no Mestrado.

Aos colegas do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, pelo convívio alegre e pelas provocações intelectuais. Ao professor Hélio Morrone Consentino pela ajuda com as tabelas e gráficos e à Maria Gabriela B. Teixeira pela gentil revisão do texto pelas normas da ABNT.

Meus sinceros agradecimentos à Vera Lúcia Coscia, Bibliotecária-documentalista, que é responsável pelo Acervo de Coleções Especiais no qual está o Fundo Florestan Fernandes, da Universidade Federal de São Carlos. Durante anos pesquisei na biblioteca particular de Florestan Fernandes e lá encontrei inúmeros documentos importantes, bem como as cartas que Fernando Henrique Cardoso enviou a Florestan Fernandes. Agradeço a toda a equipe coordenada pela Vera!

À Doutora Danielle Ardaillon, do Instituto Fernando Henrique Cardoso, que, gentilmente, fez a cessão dos volumes que me faltavam dos discursos presidenciais, bem como a possibilidade de consulta ao acervo em várias ocasiões. Compartilhei, também, com a Dr.^a Danielle Ardaillon as cartas de Fernando Henrique Cardoso enviadas a Florestan Fernandes e, nesta ocasião, ela permitiu que eu pudesse ler as cartas que Florestan enviou a Fernando Henrique Cardoso e que se encontram no acervo do IFHC.

Aos amigos Tânia e Libanio, pois foram, são e serão fundamentais em minha vida.

Enfim, o maior agradecimento é para Valentina Prando e José Prando, meus pais. Meu pai, infelizmente, nos deixou cedo, nos idos da Graduação, mas seu caráter e alegria de viver sempre foram meus referenciais. À minha mãe devo tudo.

A todas as pessoas e instituições não nominadas, que contribuíram com este trabalho, de uma forma ou de outra.

“O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício; para realizar suas próprias potencialidades, e quaisquer oportunidades que surjam em seu caminho, ele constrói um carácter que tem como núcleo as qualidades do bom trabalhador”(WRIGHT MILLS, 2009, p.22)

RESUMO

A presente tese intitulada *Fundamentos e circunstâncias: as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)* resulta de uma pesquisa acerca da trajetória intelectual, da vida pública e da carreira política de Fernando Henrique Cardoso, bem como da análise de conteúdo de seus discursos presidenciais no primeiro mandato. O texto é estruturado em duas seções: Parte I – *Fundamentos e Circunstâncias* e Parte II – *As palavras do Presidente: análise de conteúdo dos discursos presidenciais (1995-1998)*. Em *Fundamentos e Circunstâncias*, há o Capítulo 1, que versa sobre a “Escola Paulista de Sociologia” e da participação de Fernando Henrique Cardoso no projeto de estudos *Economia e Sociedade: análise sociológica do subdesenvolvimento*; no Capítulo 2, trata-se da chegada de Fernando Henrique Cardoso à vida pública, seu exílio, a mudança de agenda intelectual, a constituição do CEBRAP e sua relação com o MDB; e, o Capítulo 3, focaliza as alegrias e desventuras da vida política, trazendo à tona sua trajetória político-partidária até sua eleição para Presidente da República. Na Parte II – *As palavras do Presidente: análise de conteúdo dos discursos presidenciais* – é utilizado o recurso da análise de conteúdo para compreender o sentido discursivo adotado pelo Presidente da República e suas relações com sua trajetória intelectual. Há, portanto, nesta seção, o Capítulo 4, Dimensão Estado e Sociedade; o Capítulo 5, Dimensão Econômica e o Capítulo 6, Dimensão Política. A hipótese principal – confirmada nas considerações finais – é que, no plano discurso, Fernando Henrique Cardoso recorre à uma legitimação alicerçada sobre sua formação sociológica e que estes discursos – embora renovados e tratando de assuntos hodiernos – guardam enorme proximidade em relação às temáticas tratadas no projeto *Economia e Sociedade*, da década de 1960.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso, trajetória intelectual, vida pública, vida política, discursos presidenciais e análise de conteúdo.

ABSTRACT

This thesis is based on an extensive research conducted by the author on the intellectual trajectory, the public life and the political career of Fernando Henrique Cardoso, as well as on the content analysis of Cardoso's presidential speeches in his first term as President of Brazil (1995-1998). The text is structured in two major sections: *Part I – Fundaments and Circumstances* and *Part II – The Words of the President: content analysis of the presidential speeches (1995-1998)*. The first section is organized as follows: Chapter 1 presents the “Escola Paulista de Sociologia” (São Paulo's School of Sociology) and Cardoso's role on the research project *Economia e Sociedade: Análise Sociológica do Subdesenvolvimento* (Economy and society: sociological analysis of underdevelopment); Chapter 2 deals with Cardoso's arrival at the public scene, his exile, the change in his intellectual agenda, the building of CEBRAP and his relationship with MDB; last, Chapter 3 focuses on the joys and disappointments in his political career, discussing the political trajectory that led to his election as President. Section II uses content analysis to understand the sense in the discourse adopted by the President and its relationship with his intellectual trajectory, and is divided in three chapters dealing separately with different dimensions of his discourse (Chapter 4 – State and Society Dimension, Chapter 5 – Economic Dimension and Chapter 6 – Political Dimension). The main hypothesis – confirmed in the final remarks – is that, in his discourse, Cardoso relies on his sociological background; also, that his speeches – although renewed and dealing with up-to-date issues – bear great proximity with the issues he dealt with back in the 1960s, in the research project *Economia e Sociedade*.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso, intellectual trajectory, public life, political career, presidential speeches, content analysis.

QUADROS

QUADRO 1

Projeto Economia e Sociedade no Brasil.....	38
--	----

QUADRO 2

Resultados do projeto de pesquisa.....	39
--	----

QUADRO 3

Dependência e Desenvolvimento na ótica de alguns autores.....	69
---	----

QUADRO 4

Livros e artigos publicados no exterior por membros do Cebrap após 1970, ano e língua.....	88
---	----

QUADRO 5: Livros e artigos publicados por Fernando Henrique Cardoso no exterior após 1970 (língua e lugar).....	89
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

PARTE I – Fundamentos e Circunstâncias

CAP. 1 – Economia e Sociedade

1) A “Escola Paulista de Sociologia”.....	10
2) Os estudos monográficos iniciais: escravidão e capitalismo.....	15
3) A Sociologia como consciência social da realidade: a formulação do Projeto <i>Economia e Sociedade</i>	27
4) Os desdobramentos do Projeto: as reflexões de Cardoso.....	40
5) Diálogos entre Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes.....	46

CAP. 2 – A chegada à vida pública

1) Fernando Henrique Cardoso e 1964: “pegos de surpresa”.....	51
2) A mudança de “agenda”: a América Latina Aberta à indagação sociológica de Fernando Henrique Cardoso.....	59
3) A França, novamente, e o retorno à USP.....	73
4) O CEBRAP e a chegada à vida pública de Fernando Henrique Cardoso.....	82
5) O CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso e o MDB.....	93

CAP. 3 – Alegrias e desventuras da vida política

1) Do acadêmico ao político: o senador e suas idéias.....	105
2) Uma desventura: o duro aprendizado da derrota.....	113
3) De volta ao cenário nacional: Itamar Franco e os ministérios para FHC.....	117
4) A conquista da presidência.....	121
5) Alguns temas e idéias políticas: democracia, Estado e sociedade.....	134

PARTE II – As palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso

Aspectos metodológicos.....	147
-----------------------------	-----

CAP. 4 – Dimensão Estado e Sociedade

Escopo.....	153
1) Administração Pública.....	154
2) Aggiornamento.....	156
3) Burocracia.....	158
4) Clientelismo.....	160
5) Estado.....	164
6) Trechos dos discursos presidenciais.....	171

CAP. 5 – Dimensão Econômica

Escopo.....	176
1) Capitalismo e Globalização.....	177
2) Desenvolvimento e Dependência & Desenvolvimento.....	179
3) Empresário.....	182
4) Teoria da Dependência.....	185
5) Trechos dos discursos presidenciais.....	188

CAP. 6 – Dimensão Política

Escopo.....	193
1) Arte da Política.....	194
2) Autoritarismo.....	196
3) Utopia Realista.....	201
4) Trechos dos discursos presidenciais.....	203

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	217
--------------------------	------------

ANEXOS.....	244
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

A tese ora apresentada resulta de uma pesquisa acerca da trajetória social (intelectual e política) de Fernando Henrique Cardoso e da relação dessa trajetória com o conteúdo de seu discurso presidencial em seu primeiro mandato. Para realizá-la optei por uma estratégia que procurou articular a trajetória e a obra intelectual de Cardoso com sua participação política. Busquei, portanto, demonstrar que – ao discursar politicamente – Cardoso recorre à sua condição de intelectual treinado no rigor das Ciências Sociais para legitimar suas idéias e seus discursos.

Nesse sentido, procuramos – ainda que panoramicamente – reconstituir a trajetória social de Fernando Henrique Cardoso, do intelectual acadêmico ao político. Há a necessidade de uma ressalva: o personagem em tela não só tem uma obra vasta, como, também, enorme produção de texto para jornais e outros canais de comunicação. Buscou-se, assim, concentrar os esforços na apresentação dos principais conceitos de sua obra sociológica e, posteriormente, em suas idéias políticas, oriundas – muitas vezes – de artigos de opinião e entrevistas que foram coligidas em livros. Tal fato parece não acarretar prejuízos para a compreensão global de sua trajetória e de suas idéias.

No que tange à análise de conteúdo dos discursos presidenciais, constituímos como *corpus* três grandes dimensões analíticas, congregando temas trazidos à tona no universo discursivo do Presidente. Há, portanto, a *Dimensão Estado e Sociedade* – com os temas Administração Pública, Aggiornamento, Burocracia, Clientelismo e Estado; a *Dimensão Econômica* – com os temas Capitalismo e Globalização, Desenvolvimento e Dependência & Desenvolvimento, Empresário e Teoria da Dependência; e, por fim, a *Dimensão Política* – com as seguintes temáticas: Arte da Política, Autoritarismo, Utopia Realista e Democracia.

Este escrito conta com duas partes e seis capítulos, juntamente com as Considerações Finais, a Bibliografia e os Anexos.

Na primeira parte, *Fundamentos e Circunstâncias*, destinada à reconstituição da trajetória de Fernando Henrique Cardoso, temos os capítulos 1) *Economia e Sociedade*, 2) *A chegada à vida pública* e 3) *Alegrias e desventuras da vida política*.

No primeiro capítulo, *Economia e Sociedade*, tratou-se, essencialmente, de Fernando Henrique Cardoso como membro da “Escola Paulista de Sociologia”. Ocioso afirmar que, neste caso, há uma singular importância da figura de Florestan Fernandes e da dinâmica de trabalho assentada sobre a Cadeira de Sociologia I. Fernando Henrique Cardoso foi alçado – por Florestan Fernandes – à condição de primeiro assistente da Cadeira de Sociologia I e, juntamente, com Octavio Ianni, constituíam o “primeiro escalão”, segundo o próprio Florestan. Como não poderia deixar de ser, os estudos monográficos iniciais de Cardoso estão ligados aos interesses de seu orientador e podem ser vislumbrados em suas pesquisas sobre escravidão e capitalismo: *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (com Octavio Ianni) e *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* (seu doutoramento). Cabe enfatizar que, nesta primeira fase, houve a concepção do “Seminário de Marx”, que marcará, indelevelmente, a obra de Cardoso, fundamentando, dialeticamente, o seu projeto intelectual. O grupo de sociólogos uspianos, na década de 1960, propõe um projeto de estudos sobre os bloqueios estruturais que minavam a constituição de uma ordem social competitiva no Brasil. No limite, o grupo capitaneado por Florestan Fernandes almeja não só compreender a realidade em voga, mas propor uma ação sociológica modernizante na sociedade brasileira. Em Cardoso, os desdobramentos deste projeto podem ser apreendido em sua pesquisa sobre o empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil. A fim de melhor desnudar as relações entre Florestan Fernandes e Fernando Henrique

Cardoso, recorreu-se às missivas de Cardoso enviadas a Florestan Fernandes. Nesta correspondência, há uma clara relação de amizade e de compartilhamento dos afazeres junto à Cadeira de Sociologia I e, também, das dificuldades oriundas da situação política brasileira instaurada a partir de 1964.

No segundo capítulo, *A chegada à vida pública*, procuro expor as condições que possibilitaram a Fernando Henrique Cardoso transitar da academia à política. Neste sentido, o “Golpe de 1964” foi um evento que levou Cardoso ao exílio. Estabelecido no Chile, trabalhou na Cepal, onde ocorreu uma “mudança em sua agenda”, ou seja, a sua indagação sociológica volta-se, agora, para a América Latina, mas não deixa de ser uma continuidade dos temas desenvolvidos em seu doutorado e livre-docência. Neste período, Cardoso – juntamente com Faletto – publica *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, obra que marcará sua trajetória intelectual e será, não raro, retomada em seus discursos presidenciais. Deixa o Chile para assumir compromissos acadêmicos na França, na Universidade de Paris, campus de Nanterre. Acompanha os desdobramentos do levante estudantil de “Maio de 68”, mas retorna ao Brasil em junho desse ano a fim de concorrer à Cátedra de Política. Torna-se catedrático em Política com o trabalho *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Não pode, contudo, assumir sua Cadeira efetivamente, já que, em 1969, é aposentado compulsoriamente pelo Regime Militar. No mesmo ano, funda – com outros intelectuais cassados – o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. No Centro, desenvolveram pesquisas de caráter mais aplicado com foco na realidade brasileira. Há, também, no CEBRAP a constituição de um pólo de resistência ao regime militar. Cardoso consolida uma imagem de “um intelectual que lidera intelectuais”. Será através das relações via CEBRAP que Cardoso se aproximará do MDB, numa estreita relação com Ulisses Guimarães. Paulatinamente,

os escritos e as ações de Fernando Henrique Cardoso assumiram uma condição militante, política, em relação, principalmente, ao caráter do regime autoritário.

Em *Alegrias e desventuras da vida política* – o terceiro capítulo – o enfoque é sobre a passagem do intelectual acadêmico ao político propriamente dito. Em 1978, concorre pela sublegenda do MDB e se torna suplente do Senador Franco Montoro e este, em 1982, é eleito governador do estado de São Paulo, abrindo caminho para que Fernando Henrique chegue ao Senado Federal. O ano de 1985 encerra o duro aprendizado político para Cardoso: mesmo favorito à Prefeitura de São Paulo, é derrotado por Jânio Quadros. As disputas internas no PMDB levam o grupo quercista a uma posição de destaque o que, conseqüentemente, provoca certa marginalização no grupo político que orbita em torno de Fernando Henrique Cardoso. Na conquista de espaço político, Cardoso, juntamente com seu grupo político, fundará um novo partido: o PSDB – em 1988. Tendo sido reeleito Senador, Cardoso permanecerá na vida política brasileira, mas sem grande destaque no plano nacional. Haverá, no entanto, o episódio do afastamento de Fernando Collor de Mello que leva Itamar Franco a assumir a Presidência da República. Cardoso é considerado pelo Presidente um interlocutor privilegiado e isso se manifesta na nomeação de Cardoso como Ministro das Relações Exteriores. Em meados de 1993, Cardoso é guindado à condição de Ministro da Fazenda e articula, neste Ministério, um plano de combate à inflação e de criação de uma nova moeda: o Plano Real. O sucesso do plano lhe dá condições objetivas e subjetivas para concorrer à Presidência da República. É eleito, no primeiro turno, das eleições de 1994, presidente.

Na segunda parte, desta tese, *As palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)*, trago à tona os discursos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso. O *corpus* privilegia três dimensões analíticas: Cap.4 - *Dimensão Estado e*

Sociedade; Cap. 5 - *Dimensão Econômica* e Cap. 6 - *Dimensão Política*. Para cada uma das temáticas constantes nestas dimensões foram realizadas análises de conteúdo dos discursos.

A análise de conteúdo revelou o núcleo discursivo do presidente. A inferência permitiu compreender quais foram as Unidades de Significado e as Categorias que compõem o universo discursivo do Presidente. Temas como Democracia, Estado e Globalização podem ser verificados em todos os discursos proferidos, o que revela uma lógica discursiva peculiar por parte do Presidente. Seu discurso recorrerá, quase sempre, a uma legitimação assentada sobre sua formação sociológica e guardará, cerca de 40 anos depois, forte ligação em relação aos temas que foram tratados nas pesquisas no âmbito da Cadeira de Sociologia I, mormente no projeto *Economia e sociedade: análise sociológica do subdesenvolvimento*.

PARTE I

FUNDAMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS

CAPÍTULO 1

ECONOMIA E SOCIEDADE

“Do meu ponto de vista, o “bom assistente” era aquele que evidenciasse uma capacidade de trabalho pelo menos igual a minha, em quantidade e em qualidade” (Florestan Fernandes)

A década de 1930 foi, sem dúvida, de importância histórica singular para a sociedade brasileira (ARRUDA, 2001; IANNI, 2004). Há, nesse período, a inauguração do “Brasil moderno”¹ (IANNI, 2004). Em 1934, a cidade de São Paulo recebe, por iniciativa de parte de sua elite ilustrada, a Universidade de São Paulo – USP (CARDOSO, 1982; NOGUEIRA, 1998). No bojo desta universidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que se constitui num centro dinâmico de desenvolvimento das Ciências Sociais e, especialmente, da Sociologia, dado o destaque intelectual e científico de Florestan Fernandes à testa da Cadeira de Sociologia I (LIMONGI, 2001; MICELI, 2001b; MARTINS, 1998; ARRUDA, 1995a; ARRUDA, 1995b e ARRUDA, 2001).

Em 1949, Fernando Henrique Cardoso, carioca, nascido em 1931, inicia sua trajetória acadêmica. Uma reprovação em latim, para o curso de Direito, levou-o à Faculdade de Filosofia, para o curso de Ciências Sociais. O jovem, então, sem ter completado 18 anos, adentra num clima cultural único, numa cidade que ganhava contornos de metrópole e que abria – de forma ímpar - possibilidades aos que pretendiam dedicar-se aos estudos universitários. Florestan Fernandes, nascido em

¹ “Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política. Ao mesmo tempo, setores do pensamento brasileiro vacilavam em face de inclinações um tanto exóticas e demoravam-se para encontrar-se com a realidade social brasileira” (IANNI, 2004, p. 29).

1920, portanto, 11 anos mais velho que Fernando Henrique, será seu professor, referencial intelectual e colega por toda a vida.

O projeto e a consolidação da USP foram, em grande parte, patrocinados pelos intelectuais e profissionais liberais ligados ao grupo formado no seio do jornal *O Estado de S. Paulo*. Fernando de Azevedo será, com seu *Inquérito*², importante ator nessa empreitada. Azevedo sustentava que a educação deveria servir como elemento de regeneração social, isto é, somente pela educação – e, no caso das elites, mediante uma educação especial – poderiam formar-se os grupos dirigentes e intelectualmente distintos da massa ignara. O estado de São Paulo, vale lembrar, vivenciava um período de desprestígio por conta da derrota na “Revolução Constitucionalista”, em 1932. A elite, ferida e abalada, recolhe-se numa tentativa de compreender a situação para, ulteriormente, poder intervir. Todavia, uma intervenção de caráter racional e sem o envolvimento direto nos dilemas da política partidária (CARDOSO, 1982; LIMONGI, 2001; LAHUERTA, 1999).

A universidade foi, nesta ótica, essencial na construção de valores ligados à modernidade, às virtuais promessas de uma sociedade alicerçada sobre as bases do desenvolvimento capitalista e de uma racionalidade científica capaz de compreender e de transformar essa realidade. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras possibilita não só a formação de cientistas sociais, mas também de intelectuais capacitados a intervir no cenário cultural e político então vigente. O intelectual, para Wolff, é “*aquela que transforma uma autoridade intelectual em autoridade política em nome de uma autoridade moral*” (WOLFF, 2006, p. 47 – destaques do autor).

² *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo*, realizado no ano de 1926, promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, e orientado por Fernando de Azevedo. Para Cardoso: “O *Inquérito* parte de uma constatação inicial a respeito da situação da instrução pública em São Paulo, a da ausência de uma “política de educação” [...]” (CARDOSO, 1982, p. 28). Este escrito indica a relação entre o “grupo do Estado” e intelectuais paulistas na tentativa de diagnosticar e implementar ações de intervenção na realidade educacional do estado de São Paulo.

Ainda segundo Wolff (2006), o aparecimento da figura do intelectual só é possível graças à existência de três condições: a) de certo tipo de sujeito social; b) de certo tipo de objeto (o universal) e c) de certo tipo de espaço no qual se possa exprimir. Os intelectuais, em sua ótica, são os que exercem atividades de criação (artes, letras e ciências) e, secundariamente, atividades de mediação (informação, educação, etc.). Assim, para que haja intelectuais, é necessário “um alto grau de desenvolvimento econômico, social e cultural, e de diferenciação das tarefas” (WOLFF, 2006, p. 48)³. Quanto ao objeto, os intelectuais devem lidar com a consciência de valores morais universais, independente de quaisquer considerações de interesses pessoais ou circunstâncias particulares. E, por fim, os intelectuais só poderiam se expressar e intervir quando houvesse, de fato, um espaço público pautado pela irrestrita circulação de informações, fundamentando assim um regime político sensível à opinião pública.

A criação da USP, na década de 1930, parece propiciar, na sociedade brasileira, de maneira bastante peculiar, a existência da figura deste intelectual com seu espaço de atuação e com canais de expressão de idéias. A gestão de Florestan Fernandes à testa da Cadeira de Sociologia I parece oferecer aos seus discípulos e, particularmente, a Fernando Henrique Cardoso a possibilidade de realizar uma carreira de alto padrão científico e, mais do que isso, que esse conhecimento da realidade brasileira pudesse ser convertido em ações de intervenção racional na sociedade. O projeto *Economia e sociedade no Brasil* encerra esta crença na Sociologia como algo capaz de diagnosticar os elementos que nos prendiam ao atraso e de oferecer subsídios para a superação destes entraves.

³ A concepção de Wolff ainda padece da visão de que intelectual é aquele que se diferencia pela sua ocupação em atividades distintas das manuais (produção e circulação). Gramsci, por sua vez, compreende o intelectual como o indivíduo dotado de capacidade de ser um organizador da cultura, como um funcionário da superestrutura (Gramsci, 1979; Lahuerta, 1998; Beired, 1998).

1) A “Escola” Paulista de Sociologia

Florestan Fernandes construiu uma carreira científica singular, de padrão até então inédito no cenário das Ciências Sociais brasileiras. Suas pesquisas, seus cursos e suas idéias são, indubitavelmente, atrelados ao seu “destino ímpar” (GARCIA, 2002). Muitos pesquisadores envidaram seus esforços analíticos no intuito de explicar tanto a figura emblemática de Florestan Fernandes quanto a do grupo de assistentes que, ao seu lado, definiram os rumos da chamada “Escola Paulista de Sociologia”⁴.

A Sociologia de Florestan Fernandes, suas pesquisas teóricas e empíricas, “inaugura um novo estilo de pensar a realidade social” (IANNI, 1991, p.7). O pensamento científico de Florestan busca superar o estilo ensaístico⁵ tão bem representado pela “Geração de 30” (Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda). Há, nesta tentativa de superação, o uso de uma linguagem formal, rígida conceitualmente, precisa nos conceitos, oriunda da pesquisa empírica. Os seus assistentes, Fernando Henrique Cardoso⁶ e Octavio Ianni, seguem este padrão científico

⁴ Sobre o assunto, consultar, principalmente: ARRUDA, M. A. do N. **Metrópole e Cultura**: São Paulo no meio do Século XX. Bauru: Edusc, 2001.; ARRUDA, M. A. do N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2 São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1995.; CANDIDO, A. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.; COHN, G. O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, M. A. **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: UNESP, 1987.; D’INCAO, M. A. **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: UNESP, 1987.; GARCIA, S. G. **Destino ímpar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34, 2002; ARRUDA, M. A. do N. & GARCIA, S. G. **Florestan Fernandes: mestre da Sociologia moderna**. Brasília: Paralelo 15/CAPES, 2003.; IANNI, O. Florestan Fernandes e a formação da Sociologia brasileira. In: IANNI, O. **Florestan Fernandes**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986.; MARTINEZ, P. H. (Org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.; MARTINS, J. de S. **Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998. Ver, também, a **Revista USP**, nº 29, Março/Abril/Maio de 1996, que traz um dossiê sobre Florestan Fernandes.

⁵ Interessante para essa questão do ensaísmo combatido pela postura intelectual de Florestan Fernandes é o artigo de Luiz Carlos Jakson *Tensões e disputas na Sociologia paulista (1940-1970)*. Assim: “a oposição entre ensaio e ciência deve ser pensada, sugiro, como relação complexa, em torno da qual se diferenciavam personagens e grupos, mais ou menos envolvidos no projeto de opor a sociologia como ciência ao ensaio. Isso porque ninguém (na universidade) poderia fugir a essa orientação geral, decorrente do processo abrangente de legitimação das ciências sociais no período” (JACKSON, 2007, p. 35).

⁶ A propósito do combate ao ensaísmo pela ciência sociológica, temos na apresentação de Fernando Henrique Cardoso à obra *Mudanças Sociais no Brasil*, de Florestan Fernandes, os seguintes dizeres: “Pretende-se, pois, acolher nesta coleção [Coleção “Corpo e Alma do Brasil”, da Difusão Européia do Livro] trabalhos que traduzam o resultado do esforço de revisão das técnicas de análise e interpretação da realidade brasileira que vem caracterizando o desenvolvimento recente das ciências humanas no Brasil. O

e estilo de linguagem, fortalecendo a explicação sociológica em detrimento do estilo bacharelesco.

A obra de Florestan Fernandes, desde seus primeiros escritos até os trabalhos da maturidade, é caracterizada por uma preocupação com a cientificidade do trabalho intelectual e pela conjugação de dados empíricos com a reflexão teórica apurada. O seu estilo de pensamento e suas fontes de inspiração são fundamentais para a constituição do grupo em torno da Cadeira de Sociologia I.

A dinâmica da Cadeira de Sociologia I tinha não só Florestan Fernandes, mas também outros pesquisadores com prestígio intelectual já consolidado. No entanto, havia níveis que refletiam as posições entre o catedrático, seus assistentes e os demais professores. Nas palavras de Florestan:

A rotina consistia em uma discussão em **um primeiro escalão**, na qual participavam comigo Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; havia, em seguida, um desdobramento da discussão em um segundo escalão, da qual também participavam Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco e, mais tarde, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues Neto e outros (FERNANDES, 1976, p. 186 – grifos nossos).

A figura nuclear de Florestan Fernandes reuniu alguns jovens professores assistentes, que se dispunham à orientação e ao ritmo de trabalho imposto. Se, inicialmente, os seus estudos foram de caráter individual, com o passar do tempo, a dinâmica consistia não mais em indivíduos isolados, mas em um grupo de trabalho e de interlocução no campo do ensino e da pesquisa, seja empírica ou teórica. Conhecedor das dificuldades institucionais e da ausência de uma cultura científica no Brasil, Florestan afirma que

Pretendia, isso sim, implantar e firmar padrões de trabalho que nos permitissem alcançar o *nosso* modo de pensar sociologicamente e a *nostra* contribuição à sociologia. Os fatos iriam mostrar que isso era possível, que eu não forjara uma pura “utopia profissional”. Pois durante quase quinze

antigo espírito de improvisação e verbalismo, que tanto marcou a fase do chamado bacharelismo brasileiro, começa a ser revisto e substituído, pouco a pouco, pela radicação no Brasil do ponto de vista científico de análise dos problemas do homem, da sociedade e da cultura” (CARDOSO, 1979, p.7). O ponto de vista científico, vale ressaltar, tão bem representado por Florestan e seus assistentes.

anos (de 1955 a 1969) – em que fiquei à testa da cadeira de Sociologia I – eu e meus assistentes demonstramos, através de intensa e fecunda atividade intelectual, que essa possibilidade pode ser comprovada na prática. As dificuldades inerentes a uma universidade estática, à ausência de “tradição científica” e à escassez de recursos materiais, à extrema dependência cultural do país e às interferências reacionárias do pensamento conservador não impediram que realizássemos programas altamente complexos de ensino e de pesquisas, que estabeleceram a nossa reputação científica, nos círculos acadêmicos e fora deles. O nosso esforço não pode nem deve ser isolado do que fizeram outros sociólogos brasileiros. Contudo, ele foi encarado, aqui e no exterior, como um índice de autonomia intelectual e de capacidade criadora independente. O que fomentou o mito da “escola paulista de sociologia” e nos conferiu um prestígio que sobreviveu ao expurgo que sofremos (FERNANDES, 1976, p. 178-9).

O trecho supracitado permite-nos visualizar a importância atribuída por Florestan ao trabalho em grupo. Mais ainda: o sociólogo chamará de mito o epíteto com o qual se convencionou qualificar o grupo liderado por ele – “escola paulista de sociologia”.⁷ Podemos considerar que, no ápice da criatividade, o grupo foi rechaçado pelo regime militar instaurado em 1964. No entanto, as bases já estavam implantadas. A Sociologia havia adquirido o patamar científico pretendido por Florestan e a Cadeira I, o papel de destaque, uma vez que, “na verdade, a cadeira de Sociologia I era uma **instituição dentro de outra instituição**” (FERNANDES, 1976, p. 185 – grifos nossos). Florestan, portanto, atribuía importância singular à Cadeira de Sociologia I, que – dentro de uma instituição maior (a USP) – logrou êxitos no campo científico graças aos seus principais pesquisadores-assistentes. Sobre seus assistentes, assevera que:

Do meu ponto de vista, o “bom assistente” era aquele que evidenciasse uma capacidade de trabalho pelo menos igual a minha, em quantidade e em qualidade”. Procurei os assistentes que me pudessem “*fazer sombra*” e sempre estimulei uma corrida aberta entre todos nós, no que se referisse à produção intelectual [...] Acima de tudo, combatíamos a acomodação e a mediocrização intelectuais, males que já estavam rondando a Faculdade de

⁷ A discussão sobre a existência de uma “escola de pensamento”, a chamada “escola paulista”, é vasta. Os indícios principais estão na obra de Maria Arminda do Nascimento Arruda, já indicada. Em José de Souza Martins, temos a seguinte afirmação: “O grupo que foi se constituindo nas duas décadas iniciais da Faculdade de Filosofia, com a decisiva participação de Antonio Candido e de Florestan Fernandes, propunha as indagações que norteariam as pesquisas e as análises de várias gerações de cientistas sociais da USP. [...] Essas perguntas iniciais e fundantes não foram substituídas por outras, mas desdobradas em outras que deram origem aos trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, de Fernando Henrique Cardoso, de Octavio Ianni, de Marialice Mencarini Foracchi, de Maria Sylvia de Carvalho Franco e de outros pesquisadores que se originaram no núcleo de sociologia da Faculdade de Filosofia. Ainda hoje o que de consistente se faz em nossa sociologia está referido àquelas **indagações seminais** (MARTINS, 1998, p. 24 – grifos nosso).

Filosofia, na medida em que os padrões de ensino e pesquisa, estabelecidos pelos professores estrangeiros, eram incorporados ao nosso patamar humano e à nossa realidade cultural (FLORESTAN, 1976, p. 185 – grifos do autor).

As ambições intelectuais não eram poucas, mas a estrutura universitária era rígida e se baseava no modelo de cátedras. Contudo, mesmo assim, a Cadeira operava como que uma revolução dentro da ordem universitária, trazendo à tona o trabalho em grupo e pesquisas integradas. Extravasando o conteúdo de caráter científico, os membros da cadeira buscavam posições de hegemonia na burocracia universitária. Nas palavras de Florestan: “Além disso [da produção científica da Cadeira], cada um de nós – **mas eu e Fernando Henrique, em particular** – formávamos nódulos dentro de uma estrutura de poder mais ampla” (FERNANDES, 1976, p. 187 – grifos nossos).

Participando de um grupo de clara densidade intelectual, Florestan Fernandes se via – por conta dos desdobramentos de suas ações – na condição de “professor”, de “líder”. Todavia, essa relação, no nível da pesquisa, era bem menos de liderança e muito mais de colaboração.

No início da década de 1950⁸, juntamente com Roger Bastide, participando de um projeto de estudos patrocinado pela Unesco, escreve sobre as relações raciais⁹. Tomar contato com o universo social vivenciado pelos negros no Brasil, após a Abolição, levou Florestan a se indagar metodologicamente não mais sobre uma

⁸ Para Lahuerta, “A década de 1950 personifica o apogeu do nacional desenvolvimentismo no Brasil. Aqui, e na América Latina em geral, nessa década o “desenvolvimento” foi identificado não só com a ampliação do processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, mas também com a democracia e o planejamento. Nessa identificação, atribui-se à ação do Estado um papel fundamental, através da qual se pretendia melhorar os padrões de vida da população” (LAHUERTA, 2008, p. 311).

⁹ A pesquisa em tela data de 1951 e foi financiada pela Unesco e intermediada por Alfred Metraux. Nas palavras de Schwarcz: “Para o desenvolvimento da investigação foram contratados especialistas como C. Wagley, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Costa Pinto, Roger Bastide, Oracy Nogueira e, entre outros, Florestan Fernandes, que deveriam pesquisar a “realidade racial brasileira”. De parte da Unesco havia a expectativa de que os estudos apresentassem um elogio da mestiçagem, assim como enfatizassem a possibilidade do convívio harmonioso entre diferentes grupos humanos nas sociedades modernas” (SCHWARCZ, 2007, p. 14). Como sabemos, as conclusões de Bastide e Florestan desautorizam a visão da Unesco, desnudando as falácias da democracia racial e apontando discriminação e preconceito. Maiores detalhes sobre o tema podem, também, ser obtidos em: MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 14, nº41, 2000.

sociedade extinta (os tupinambás, de seus primeiros estudos), mas sobre as agruras reais e presentes na dissolução da escravidão, no modelo econômico agrário-exportador, estamental, para a constituição da indústria, do mundo urbano e da emergente sociedade de classes.

Pode-se, sem dúvida, asseverar que a partir do estudo dos negros o enfoque analítico de Florestan sofre sensível deslocamento para as questões mais hodiernas e da relação inextricável do trabalho científico e de sua aplicabilidade, visando entender e propor reformas no âmbito social. A tensão entre o cientista e o cidadão inicia-se com força e sua obra refletirá o papel da Sociologia como ferramental teórico para a mudança social.

Acerca da pesquisa *Branços e negros em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes, de 1959, Cardoso sustenta que:

[...] o fio condutor que percorre as análises de nossos dois autores – Bastide e Florestan – é o mesmo: as relações interétnicas e os mecanismos de acomodação social entre negros e brancos se formaram no regime senhorial escravocrata, modificaram-se à medida que ruíu a antiga ordem senhorial-servil, dando lugar a uma sociedade capitalista-competitiva baseada no trabalho livre. O preconceito de cor, entretanto, não desapareceu, embora suas funções tenham variado com as mudanças no *meio interno*. Ao percorrer a trajetória das relações entre brancos e negros, primeiro como senhores e escravos, depois como cidadãos pertencendo a classes sociais diferentes, nossos autores analisaram com minúcias as intrincadas relações entre raça e escravidão em uma sociedade de castas e, posteriormente, entre raça e classe social em uma sociedade capitalista-competitiva em formação (CARDOSO, 2008^a, p. 11).

Os mestrados e doutorados de seus principais assistentes (Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni) vão refletir a nova temática da escravidão e das relações raciais, sobretudo em estudos realizados no sul do país. Em carta¹⁰ datada de

¹⁰ Em relação à correspondência trocada por Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, temos já coligidas todas as cartas de Fernando Henrique enviadas a Florestan. Estas cartas se encontram na seção Coleções Especiais, Acervo Florestan Fernandes, da Universidade Federal de São Carlos. A correspondência de Florestan enviada a Fernando Henrique foi toda lida – no Instituto Fernando Henrique Cardoso – mas não foi possível reproduzi-la, sendo disponível, apenas, para consulta local. Doravante, todos os trechos reproduzidos da correspondência de Cardoso enviada a Florestan Fernandes serão transcritos em itálico e todas as cópias da correspondência constam nos Anexos desta tese.

12/02/1955, enviada de Porto Alegre, assinada por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim, temos as seguintes afirmações dos pesquisadores:

Os dados históricos e estatísticos que levantamos encoraja-nos a pensar que temos possibilidades de fazer um trabalho bastante razoável. Esta parte da pesquisa já vai bem adiantada (pois que nos pareceu de toda a prudência terminá-lo antes do carnaval, quando os arquivos estarão fechados) e o trabalho de campo, embora estivéssemos trabalhando nele em nosso ritmo até ontem, também tem apresentado alguns resultados, principalmente no sentido de se organizar uma rede de informantes e pessoas que nos facilitem o contato com os vários grupos raciais da cidade.

A situação de contato inter-racial aqui é um pouco diferente da de São Paulo, com condições histórico-sociais distintas, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento da mão de obra servil, o que, naturalmente, nos obriga a repensar o esquema de interpretação que conhecíamos. O material histórico e a nossa experiência de campo permitiu-nos formular as seguintes hipóteses:

As condutas de aceitação e de rejeição do negro se manifestam em níveis diferentes e se vinculam ao sistema de estratificação social (em classes sociais e em grupos sociais). Esta hipótese tem como pressuposto que, como em São Paulo, há uma flutuação da conduta aos brancos com relação aos negros, porém aqui seus limites são bem mais nítidos.

Os elementos acima possibilitam a formulação da seguinte hipótese auxiliar: a proximidade entre brancos e negros, seja “dentro de casa” enquanto empregados domésticos, seja no trabalho, enquanto artezãos (sic), seja na estância enquanto peões, e a não existência da grande propriedade agrícola e portanto do negro do eito, permitiu que o ajustamento social do senhor e do escravo se processasse num plano em que embora a representação do negro apenas como instrumento de trabalho devesse estar presente ao branco, o negro pode ser aceito mais facilmente ao nível das relações formais, enquanto que num plano em que as relações sociais implicassem a estabilidade de valores emocionais profundamente arraigados, processam-se a rejeição (CARDOSO, F.H.; IANNI, O.; MOREIRA, R.J – 12/02/1955).

Neste trecho, há a nítida noção que perpassará as obras dos membros da Cadeira de Sociologia I: o recurso à pesquisa empírica na comprovação ou refutação dos esquemas interpretativos conhecidos. Teoria e dados empíricos são sempre questionados pelo pesquisador no intuito de melhor aclarar as condições histórico-sociais presentes na sociedade brasileira.

2) Os estudos monográficos iniciais: escravidão e capitalismo

A obra de Fernando Henrique estará, nestes momentos iniciais, atrelada à produção intelectual de Florestan. As primeiras pesquisas, cor e mobilidade social e

sobre a escravidão, deram a Fernando Henrique um grande destaque no cenário institucional. Publica, em 1960, em parceria com Octavio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis – aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. Em 1961, vem a lume *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, sua tese de doutorado. Nestes dois trabalhos monográficos, a presença de Florestan é bastante forte. No entanto, na tese de doutorado, Fernando Henrique dá indícios de certa autonomia: a introdução é uma “apresentação” do método dialético na pesquisa sociológica. As obras de Florestan até então eram bem articuladas, mas assentadas principalmente em estudos empíricos de clara inspiração funcionalista. Embora Florestan tivesse tratado do funcionalismo, do compreensivismo e da dialética em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, de 1959, não havia, nessa obra, uma nítida predileção pelo materialismo histórico.

Pode-se indicar que Fernando Henrique Cardoso tenha uma primeira fase (de 1949, quando entra na USP, até 1964, com a perseguição pelo Regime Militar e sua ida para o Chile) ligada à produção e orientação de Florestan Fernandes. Nesta fase, encontramos o elemento que dará início à sua “autonomia” posterior: a criação do “Seminário d’*O Capital*”¹¹, em 1958, e sua proximidade com José Arthur Giannotti. Mesmo estudando relações raciais e capitalismo sob a orientação de Florestan, a *Introdução* de seu doutorado atesta a importante influência das discussões oriundas do Seminário de Marx. Como destacou alhures o próprio Florestan, ele queria assistentes que tivessem uma capacidade de trabalho em quantidade e qualidade iguais a dele. É o

¹¹ A estrutura, dinâmica e principais obras posteriores às discussões no Seminário foram tratadas por SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 50, Mar., 1998. Há, também, o depoimento do próprio Giannotti em: GIANOTTI, J. A. Recepções de Marx. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 50, mar., 1998.

que se sucede com Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, que participaram do Seminário sem a presença de Florestan.

Vejamos, neste momento, as interpretações de Cardoso no que tange à escravidão e mobilidade social.

Cor e mobilidade social em Florianópolis, publicado em 1960¹², reflete, naquele momento, os interesses de pesquisa de Florestan Fernandes, e é por isso que, neste escrito, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni trabalham sob a orientação de Florestan. Na ótica da UNESCO (patrocinadora das pesquisas), o Brasil constituía uma democracia multirracial. Todavia, os resultados encontrados por Florestan e seus assistentes colocavam em xeque tal assertiva. Interessante notar que os pesquisadores delimitaram, geograficamente, a pesquisa na região de Florianópolis. Nesta região, não era possível o cultivo de produtos tropicais e mesmo assim houve o recurso do trabalho escravo (CARDOSO; IANNI, 1960; CARDOSO, 2000, GOERTZEL, 2002).

Em carta enviada de Florianópolis, datada de 18 de julho de 1955, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira informam ao seu orientador que “(...) a idéia inicial era a de irmos para Itajaí por causa do desenvolvimento industrial da cidade, porém, em trânsito para Florianópolis, passamos por lá e ficamos decepcionados com a terra” (CARDOSO, F.H.; IANNI, O.; MOREIRA, R.J – 18/07/1955). Descartada a cidade de Itajaí, indicam que

(...) Florianópolis nos pareceu mais propícia ao trabalho porque tendo sido e sendo ainda a região que domina a faixa litorânea do estado que foi a que contou com um número maior de negros, é também uma cidade cuja documentação histórica é acessível. Acresce que o mais importante historiador local, o sr. Oswaldo Cabral, pôs a nossa disposição a documentação que ele, num trabalho de mais de dez anos de pesquisa, colheu sobre os escravos. Relutamos para aceitar a oferta, mas ele nos disse

¹² Data de 2000 a reedição desta obra, contudo, só foram publicadas as partes redigidas por Fernando Henrique Cardoso. Nelson Rolim de Moura, editor do livro, explica que já tinha a autorização verbal de Cardoso para a nova edição, mas que: “outro telefonema me colocava em contato com Octavio Ianni. Entretanto, a sua reação foi totalmente diversa: o professor recusava-se a compartilhar um livro com o Presidente, mesmo que fosse uma reedição de uma obra escrita na década de 50 e publicada em 1960” Cf. em: CARDOSO, F. H. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

que não pretendia escrever nada sobre este material por falta de tempo e que assim o trabalho não se perderia (CARDOSO, F.H.; IANNI, O.; MOREIRA, R.J., 18/07/1955).

O estudo engendrou leituras, observação, entrevistas e aplicação de questionários junto às crianças (brancas e mulatas). Fernando Henrique foi responsável pelo estudo da história socioeconômica do Estado e Octávio Ianni refletiu sobre as atitudes raciais correntes na sociabilidade entre grupos e indivíduos. Referindo-se, agora, à cidade de Curitiba, já nas primeiras observações constatam que “o número de negros na zona urbana é muito pequeno e os casos de negros que ascenderam socialmente se contam pelos dedos” (CARDOSO, F.H.; IANNI, O.; MOREIRA, R.J., 18/07/1955).

Em síntese, foram visitadas as cidades de Porto Alegre, Itajaí, Florianópolis e Curitiba, mas nem todas ofereceram as condições propícias para a execução do projeto de pesquisa. Nestas duas primeiras cartas, de 1955, fica evidente a relação hierárquica dos jovens pesquisadores em relação ao seu orientador.

Nas palavras de Goertzel:

Fernando Henrique Cardoso documentou o caráter opressivo da escravidão, mas não se limitou a fazer um juízo moral. Empenhou-se em compreender como o sistema se mantinha. Apesar de os escravos não poderem manter relações familiares estáveis e frequentemente serem submetidos a abusos e maus-tratos, não havia nenhuma oposição organizada à escravidão. Alguns escravos fugiam; outros conseguiam obter mobilidade social aprendendo ocupações qualificadas. Quando veio a abolição, em 1888, a estrutura social pouco se abalou. A maioria dos negros continuou a trabalhar nos mesmos tipos de empregos e a receber salários de subsistência (GOERTZEL, 2002, p.27).

Sociologicamente, negros e brancos mantinham uma sociabilidade como se fossem membros das classes sociais dominantes e dominadas, mesmo que não se verificasse tal necessidade na economia de Florianópolis. Por conta da cor da pele, havia, sim, uma forte exclusão dos negros de várias atividades sociais. Os negros, por sua vez, afirmavam sua crença no valor do “embranquecimento” e, também, no caso dos

mulatos, estes eram mais aceitos dos que os negros de pele mais escura (Cardoso; Ianni, 1960; Cardoso, 2000, Goertzel, 2002).

As conclusões parecem indicar certo elemento contraditório: os padrões de relações entre brancos e negros em Santa Catarina são muito semelhantes aos de outras regiões do país, a despeito da economia ser bastante diferente. Nestes termos:

[...] parece-nos que a discussão feita é suficiente para mostrar que, nos pontos abordados, há similitude entre os padrões de contato inter-racial e as formas de comportamento social vigentes em Santa Catarina e aquelas que operavam em São Paulo, descritos por Roger Bastide e Florestan Fernandes (CARDOSO, 2000, p. 195).

Ao questionar tal fato, Cardoso oferece esta resposta:

Ainda em termos de aproximação, gostaríamos de sugerir que, em primeiro lugar, apesar das diferentes formas de exploração econômica vigentes das duas áreas (grande propriedade e muitos escravos – pequena propriedade e poucos escravos), a escravidão era uma instituição que vigorava em todo o Brasil; em segundo lugar, alguns padrões de comportamento e as racionalizações a respeito da legitimidade da escravidão foram obviamente elaborados nas áreas de grande propriedade e grande densidade de população negra, e dessas difundidas para as outras áreas (CARDOSO, 2000, p. 195).

O processo de pesquisa sobre a escravidão e mobilidade social em Santa Catarina constatou, para Cardoso e Ianni, uma espécie de “descompasso” entre o econômico e o social. No sul do país, a economia não era baseada na grande propriedade de terra, produção tropical e grande número de escravos para operar essa produção, mas, mesmo assim, a discriminação racial de brancos para com negros vigorava explicitamente. Por isso:

[...] não havendo o suporte material da dominação senhorial e existindo a estratificação social em castas, a dominação senhorial confundia-se ainda mais que noutras áreas com a dominação racial: não era ao senhor que o escravo devia obrigações sem contrapartida de direitos, **era ao branco que o negro as devia** (CARDOSO, 2000, p. 198).

No limite, o preconceito de cor e a discriminação racial operavam como processos sociais de conservação da ordem social existente e, mais ainda, exprimiam uma “*desigualdade natural* entre negros e brancos” (CARDOSO, 2000, p. 199).

Corroborando a tese de Florestan Fernandes e Roger Bastide, Cardoso aduz que “essa desigualdade significaria ‘a supremacia das raças *brancas*, a inferioridade das *raças negras* e o direito natural dos membros daquelas violarem o seu próprio código ético, para explorar outros seres humanos” (CARDOSO, 2000, p. 199).

A Abolição, em 1888, não foi capaz, segundo Cardoso, de alterar substancialmente a ordem vigente, destinando ao negro a manutenção de sua condição de inferioridade social, com poucas oportunidades de ascensão social e com a preservação da ideologia racial dos brancos (Cardoso, 2000).

Num articulado prefácio à edição de *Cor e mobilidade social*, datado de 1959, Florestan Fernandes não só apresenta o trabalho de seus orientados, Cardoso e Ianni, mas também indica a importância dos estudos sociológicos no que tange à compreensão da situação social vigente. De acordo com Florestan, o

[...] conhecimento da realidade presente precisa ser bastante amplo para proporcionar-nos idéias justas sobre os pontos em que a herança social tradicional se opõe, como obstáculo cultural, às tendências favoráveis à democratização e para revelar-nos as condições em que ela orienta negativamente a formação de hábitos novos, polarizando-os em torno das concepções patrimonialistas das relações de dominação-subordinação (FERNANDES, 2000, p. 27).

A Sociologia era, para Florestan Fernandes, a fornecedora de chaves explicativas que desnudavam a realidade nacional. Os estudos sobre negros e brancos em parceria com Roger Bastide apontaram a inexistência de uma “democracia racial”. A pesquisa de Cardoso e Ianni corroborava as teses expostas em *Branco e negro em São Paulo* e demonstrava a instauração de um capitalismo incapaz de realizar todas as suas promessas. A economia era, obviamente, mais célere que o tempo social ou político.

Por fim, na apresentação da monografia sobre os negros em Florianópolis, Florestan não se esquece de apontar a eficácia do estudo de caso por conta do rigor teórico-metodológico:

No trabalho em apreço, há dois pontos a considerar-se, de efetiva significação “teórica”. Um deles é pacífico: no caso, o levantamento se

prende a uma linguagem empírica de definição dos problemas teóricos. (...) O outro ponto não é tão pacífico, mas parece igualmente relevante: as evidências empíricas acumuladas, que permitem descrever e interpretar os processos estudados, são naturalmente úteis a investigação ulteriores, de teor comparativo (FERNANDES, 2000, p. 33).

Para Florestan, o trabalho de Cardoso e de Ianni permite entender que há, no cientista social brasileiro, certo padrão de trabalho intelectual, aplicável “segundo os critérios do saber científico-positivo” (FERNANDES, 2000, p. 34). O sociólogo sente-se satisfeito com o resultado do trabalho por ele orientado e vaticina que:

Os dois autores deste livro, pelo que podemos presumir, terão com toda a certeza uma participação construtiva e marcante nesses desenvolvimentos [da Ciência Social], que nos colocarão entre os grandes centros de investigação científica dos fenômenos sociais (FERNANDES, 2000, p. 35).

Em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, defendida, sob orientação de Florestan Fernandes, como tese de doutorado e publicada em 1961, seu trabalho monográfico mais completo até então, Fernando Henrique Cardoso prossegue com a temática da escravidão. Há, entretanto, nessa obra indícios de um Fernando Henrique mais maduro intelectualmente que, embora fortemente influenciado por Florestan, apresenta elementos que não eram estranhos a Florestan, mas, certamente, incomum nos trabalhos da Cadeira de Sociologia I: o recurso ao método dialético como teoria explicativa da realidade social.

Cardoso traz à tona, na *Introdução* de sua tese, o reconhecido texto de Florestan *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, bem como destaca as contribuições metodológicas de Merton e Lévi-Strauss. No entanto, a primazia analítica recai sobre Marx e demais estudiosos do método dialético: Sartre, Lukács e seu colega de universidade José Arthur Giannotti.

Acerca desse escrito de Cardoso, Lahuerta afirma que

[...] desde a polêmica introdução de Fernando Henrique Cardoso ao seu livro *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962), criou-se um hábito de que todo o trabalho rigoroso deveria contar com uma introdução teórica onde se expressassem os fundamentos da análise dialética. Esse modo de fazer ciências sociais fez escola e tornou obrigatória em todos os trabalhos (teses, dissertações e livros vinculados à história da Faculdade, pelo menos

até o início dos anos oitenta) uma longa introdução metodológica, quase sempre fazendo referências ao pensamento dialético e demonstrando familiaridade com a obra máxima de Marx (LAHUERTA, 1999, p. 84).

Aduz, ainda, que essa prática intelectual

[...] foi uma decorrência da necessidade de se afirmar como a mais científica e preparada análise de Marx, já que feita com rigor e sistematicidade diretamente a partir de sua obra principal. O grupo da USP impõe-se no cenário intelectual desqualificando as outras leituras de Marx como menos rigorosas; com isso seus membros afirmam-se como intelectuais que podem enfrentar melhor os problemas contemporâneos por serem os mais aptos do ponto de vista técnico. Contra a hegemonia do estrutural-funcionalismo impunha-se um marxismo incomum, treinado em métodos e técnicas, acostumado à leitura estrutural do texto e influenciado pela filosofia hegeliana. Um marxismo crítico da negligência quanto à questão do sujeito, preocupado com a particularidade e com o rigor metodológico (LAHUERTA, 1999, p. 85).

O Seminário de Marx, iniciado em 1958, apresentava seus frutos mais vistosos: a tese de Fernando Henrique Cardoso, o trabalho de Fernando Novais e mesmo o escrito de Maria Sylvia de Carvalho Franco (que não participou diretamente do grupo de leitura)¹³. Florestan Fernandes não foi insensível ao salto qualitativo de seus assistentes, segundo ele:

Eu era o “professor” não só no consenso dos estudantes e dos meus colaboradores, como também no meio acadêmico e nos círculos intelectuais. Não obstante, eu me via de chofre, diante de uma enorme responsabilidade, trabalhando com um grupo de alta qualidade intelectual e estimulado por mim mesmo a pôr em prática uma competição discreta mas sem quartel. [...] Por sua vez, os meus colegas mais jovens não simplificaram as coisas para mim. Eles constituíram um círculo de estudos, por exemplo, no qual se associaram sociólogos, economistas e filósofos, que começou por uma análise dos textos de Marx. Eu me vi excluído. Achei natural – pois eu era o “professor”. Tampouco me ralei, já que tinha muito que fazer (FERNANDES, 1976, p. 191).

A competição levada a termo pelo próprio Florestan Fernandes acabou favorecendo a personalidade de Fernando Henrique Cardoso. Se o Seminário de Marx fora orquestrado inicialmente por Giannotti que trouxe a idéia da França e se colocava na condição de guardião de uma leitura rigorosa e estrutural dos textos, foi Fernando

¹³ Cf. em: SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 50, Mar., 1998. As referidas obras são: *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* e *Homens livres na ordem escravocrata*, de Fernando Novais e Maria Sylvia de Carvalho Franco, respectivamente.

Henrique Cardoso que despontou com liderança intelectual com sua tese de doutorado e, posteriormente, com sua livre-docência *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, considerado a síntese dos resultados do Seminário (Schwarz, 1998).

Vale, ainda, ressaltar que a influência das discussões do grupo de estudos de Marx sobre as concepções de Cardoso são, também, oriundas da contraposição deste grupo a três referências teóricas. Em primeiro lugar, o grupo de cientistas (mormente, Cardoso e Ianni) busca afastar-se da figura de Florestan Fernandes. Em segundo lugar, mas não tão próxima, está a doutrina econômica da CEPAL, que fornecia parte do arcabouço do projeto nacional-desenvolvimentista nos países latino-americanos. O fato, aqui, é que a CEPAL apontava que o subdesenvolvimento seria superado através de programas levados a cabo pelo Estado a fim de incentivar o mercado interno e a industrialização. E, por fim, a terceira referência a qual se contrapunha o Grupo d'*O Capital* era orientada contra as teses oriundas do nacionalismo teórico, seja na acepção do ISEB ou dos comunistas (Lahuerta, 2008).

Além da já aludida *Introdução*, a tese de Cardoso sobre escravidão no Brasil Meridional tem as seguintes seções: I) O escravo na formação do Rio Grande do Sul; II) A sociedade escravista (realidade e mito); III) senhores e escravos; IV) estrutura econômica e política da sociedade escravocrata; V) A desintegração da ordem escravocrata; VI) o negro na sociedade de classes em formação e Conclusão. Fazendo uso do conceito de totalidade, oriundo do método dialético, Cardoso apresenta as contradições inerentes ao sistema social escravista. Embora o escravismo obedecesse à dinâmica do capitalismo, a relação servil era um empecilho ao avanço do sistema

produtivo¹⁴. No entender de Cardoso, a escravidão havia sido introduzida com finalidades capitalista e não como uma formação social pré-capitalista.

Assim:

A escravidão moderna compõe-se de um conjunto de relações (de propriedade e de produção, de técnicas, de instituições e de valores) que se formou num horizonte histórico determinado, o da expansão do capitalismo mercantil. Essas relações baseiam-se no domínio que a camada senhorial exerce, pela violência, sobre os escravos. Suas formas só se explicam quando se analisa a formação do sistema capitalista-escravista. Este é dinâmico (obedece, no caso, à dinâmica do capitalismo) e é contraditório (as transformações do capitalismo tornam a própria relação servil um tropeço para o sistema produtivo avançar). O caráter contraditório e dinâmico sobre que assenta o capitalismo escravista está dado desde sua instauração, mas ele só se apresenta como algo historicamente determinante de opções quando, através das transformações efetivas, o sistema todo começa a decompor-se. É neste momento que os movimentos sociais de negação da ordem servil se tornam possíveis e que a consciência social apresenta suas facetas críticas ou conservadoras de forma mais pura. A ação humana coletiva – e não um favor técnico qualquer em si mesmo – passa a contrapor-se às estruturas vigentes e surge a possibilidade de uma ordem alternativa. Esta implementa-se quando a ação política transformadora tem êxito e na medida em que o tem (CARDOSO, 1997, p. 14-15).

Para Cardoso, a análise dialética não pode se contentar com a reafirmação da existência de oposições gerais, tais como: dominadores e dominados, senhores e escravos, patrões e operários. Para ele, a dialética deve procurar nas particularizações destas formas o sentido preciso e as possibilidades de práxis que possam vir a explicar a qualidade diferencial de cada situação histórica. O todo é – como aduziu Marx – a unidade do diverso, uma síntese de várias determinações. A escravidão, como fenômeno social, não pode – para Cardoso – ser objeto de classificações *a priori*, devendo ser entendida como realidade histórica particular que se articula numa totalidade mais ampla: o capitalismo como modo de produção.

Os intentos iniciais de Cardoso são atingidos: demonstra a possibilidade da explicação dialética no campo da Sociologia e consegue explicar o caso da escravidão

¹⁴ Na conclusão de sua tese temos que: “A partir dessa perspectiva é possível entender que, neste plano, o principal resultado da monografia consistiu em mostrar concretamente que a sociedade escravocrata constitui-se como uma tentativa para intensificar a produção visando a realização de lucros no mercado. (...) A empresa escravocrata rio-grandense pode ser encarada, portanto, como uma tentativa para responder às necessidades de intensificação da produção, criadas pela expansão do mercado interno do país” (CARDOSO, 1997, p. 274). O Brasil meridional é relacionado à expansão do mercado interno do país e este ao capitalismo enquanto processo civilizador.

articulando-a ao sistema capitalista. Mais do que isso, o sociólogo quer deixar explícito que sua noção metodológica não está presa ao determinismo econômico ou posições metafísicas. A dialética que manifesta é aquela que leva em conta a opção advinda da luta dos homens¹⁵, como “criação socialmente aberta dos homens”. Em suas palavras: “Reclamo, portanto, a **autonomia relativa do político** ao nível das classes e de sua luta. (...) Não há, pois, resquício de mecanicismo ou de determinismo no esquema de análise proposto (CARDOSO, 1997, p. 15 – grifos nossos).

Os agentes sociais (senhores e escravos) não são meras peças de uma engrenagem econômica. A alienação e reificação presentes nas relações sociais não foram totais, porque:

Na verdade, o escravo negava subjetivamente a condição que lhe era imposta e procurou transformar, dentro dos limites socialmente existentes, a situação social em que o envolveram. Nas reações violentas contra a violência senhorial institucionalizada e nas fugas constantes, o escravo exprimia a qualidade fundamental de homem, negando, na prática, a representação que dele se fazia como um ser capaz apenas de realizar a vontade e os interesses dos que socialmente eram os seus contrários. Por isso, a escravidão era o vulcão em que assentava a sociedade, e esta se tornou a fonte de uma situação de violência para ambos, senhores e escravos (CARDOSO, 1997, p. 277).

Finalmente, no que tange à escravidão e à condição social do negro na sociedade capitalista, a obra cabal da Escola Paulista de Sociologia foi *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1964, de Florestan Fernandes. Nesse escrito, Florestan consolida os resultados da pesquisas iniciadas com Bastide e, ulteriormente, levadas a cabo pelos seus principais assistentes e demais colaboradores.

¹⁵ Para Goertzel, o método dialético usado por Cardoso, ao reconhecer as possibilidades de lutas abertas numa dada conjuntura histórica, será importante no pensamento político posterior. Assim: “Em seu pensamento político, Fernando Henrique Cardoso concentra-se no potencial de mudança inerente a um sistema em um determinado momento do tempo. Ele entende que as idéias e a liderança podem fazer a diferença se levarem em conta as condições objetivas” (GOERTZEL, 2002, p. 30). Ainda para Goertzel, “existe um paralelo ente a análise feita por Fernando Henrique Cardoso da dissolução da escravidão no século XIX e sua análise dos regimes militares dos anos 1960 e 1970. Em ambos os casos, ele aplicava uma lógica dialética, procurando o potencial de mudança dentro do sistema” (GOERTZEL, 2002, p. 33). Já para Michiles, “é muito importante observar aqui que essa busca de Cardoso pela especificidade da relação entre capitalismo e escravidão e de seu interesse em identificar as condições em que os agentes sociais surgem para transformá-la, porque essa é a mesma aplicação heurística da dialética que aplicará em sua interpretação sobre a dependência” (MICHILES, 2003, p. 72).

Assim, Florestan Fernandes trata do tema com domínio teórico e com vasto material empírico e conclui que a libertação do negro dada com a Abolição levou a uma situação de espoliação extrema e cruel, pois os senhores, o Estado e a igreja, enfim, as classes dominantes não se preocupavam em assumir a responsabilidade e, tampouco, a segurança dos libertos. A Abolição tal como se processou levou os senhores a se preocuparem apenas e tão-somente com seus interesses. A cidade de São Paulo, especialmente, era a menos propícia das cidades brasileiras a absorver os negros egressos da escravidão, já que a cidade despontava como o primeiro centro urbano especificamente burguês, e isso colocava o negro em desvantagem se comparado ao imigrante europeu que aqui aportava (FLORESTAN, 1978). Em suas palavras:

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do **capitalismo**. Em certas situações histórico-sociais, como parece suceder com a cidade de São Paulo na época considerada, essa responsabilidade tornou-se ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro (FERNANDES, 1978, p. 20 – grifo nosso).

Nestes termos, a constatação empírica do “drama”¹⁶ do negro na sociedade brasileira levou Florestan a refletir acerca dos ritmos históricos de nosso capitalismo, da nossa especificidade social, enfim, de nossa “revolução burguesa”. Assim, *A integração do negro na sociedade de classes* pode, realmente, ser considerada como a armação teórica inicial de *A revolução burguesa no Brasil* (MARTINS, 1998; MARTINS, 2006).

¹⁶ Antonio Candido relembra a pesquisa sobre o negro e indica como Florestan usou de uma metodologia participante a fim de melhor desobnubilar a questão: “Daí talvez a pesquisa da Unesco a pesquisa sobre o negro em São Paulo ter sido uma oportunidade para Florestan desenvolver formas extremamente participativas de Sociologia. Basta lembrar alguns aspectos do método que usou, como as reuniões promovidas entre líderes e militantes negros, junto com seus colaboradores e outros interessados. Com isso estava dando simultaneamente aos negros certa forma de consciência política e de organização. E mais ainda: a partir da compreensão dos problemas deles, **estava amadurecendo a maneira de o intelectual intervir na sociedade que gerava tais problemas**” (CANDIDO, 1987, p. 35-6 – grifos nosso).

Lidar no plano empírico e teórico com os dilemas da constituição do “Brasil moderno” leva o grupo da Cadeira de Sociologia I a modificar seu ponto de visada. Da discussão da questão racial chega-se a formulações atinentes à mudança social ou, então, como se convencionou chamar, dos estudos de “sociologia do desenvolvimento” (JACKSON, 2007). Qual o ritmo de nosso capitalismo? Como compreender a especificidade de uma sociedade de caráter colonial, agrícola, escravista que se modifica rapidamente incorporando o *ethos* capitalista? Quais as cisões entre a “ordem estamental” e a “ordem social competitiva”. Como pensar cientificamente os elementos que favorecem e que atrasam a mudança social?

É na tentativa de responder a essas questões e aos desdobramentos delas que Florestan constituirá um projeto de estudos a fim de investigar a sociedade brasileira em seus aspectos sincrônicos e diacrônicos. Indagar o subdesenvolvimento brasileiro nos planos econômico, social e político constituiu o estímulo intelectual do grupo capitaneado por Florestan Fernandes. A passagem de uma sociedade escravocrata e de castas para uma sociedade capitalista e de classes será objeto de estudos, articulados no bojo do projeto *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*.

3) A Sociologia como consciência social da realidade: a formulação do projeto de estudos *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*

Vimos, até o presente momento, o projeto de criação da USP, bem como a emergência da figura e da liderança de Florestan Fernandes junto à Cadeira de

Sociologia I, que, segundo suas palavras, “era uma instituição dentro de outra instituição”.

Nesta seção, iremos lidar com o projeto *Economia e sociedade: análise sociológica do subdesenvolvimento*, que veio a lume em 1963¹⁷, na primeira edição da obra *A sociologia numa era de revolução social*. No presente escrito, tomaremos como referência a 2ª edição, reorganizada e ampliada, de 1976. Antes, porém, seguiremos algumas indicações presentes no livro de José de Souza Martins: *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*, de 1998.

No entender de Martins, a constituição do grupo em torno da Cadeira I tinha o propósito de

consolidar uma instituição acadêmica de alto rigor científico e, ao mesmo tempo, fazer uma ciência comprometida com as possibilidades de transformação da sociedade brasileira, de modo a superar seus muitos componentes oriundos da herança colonial, responsáveis pelo atraso social e político, pelas injustiças, pela ignorância, pela pobreza (MARTINS, 1998, p. 47).

Dada a ação disparada pela ditadura militar houve, por um lado, o esfacelamento desse projeto educacional, mas, por outro, “a partidarização da dimensão propriamente política desse projeto” (Idem). Assim:

Não é acidental que dois membros desse grupo tenham chegado à política: Fernando Henrique Cardoso, antigo aluno e assistente do professor Florestan, tornou-se senador e é agora presidente da República. **Bem vistas as coisas, a base sociológica de sua ação governamental ainda pode ser facilmente encontrada num projeto de pesquisa elaborado pelo professor Florestan Fernandes, em 1962, o famoso projeto *Economia e Sociedade no Brasil* (*Análise Sociológica do Subdesenvolvimento*).** Esse projeto era uma síntese dos projetos de pesquisa dos vários assistentes do professor Florestan, incluindo o projeto específico do próprio Fernando Henrique Cardoso (MARTINS, 1998, p.47 – grifos nosso).

Nestes termos, o projeto *Economia e sociedade* partia do pressuposto de que, sob a égide de um capitalismo dependente, as classes e grupos sociais possuíam fortes limitações históricas, um verdadeiro constrangimento social que bloqueava a realização

¹⁷ Em 1962 o projeto já era conhecido por vários membros do grupo da Cadeira I, bem como por alguns alunos mais próximos aos professores, por meio da Secção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

das promessas oriundas do desenvolvimento capitalista. A história não rumaria para uma efetiva constituição do desenvolvimento das forças produtivas e de um regime de liberdades democráticas. Ou seja, no Brasil, o capitalismo foi incapaz de cumprir suas promessas, pois o desenvolvimento econômico não foi acompanhado pelo desenvolvimento social e político.

Desta forma, a proposta de *Economia e sociedade* era diagnosticar essas limitações históricas das classes e grupos sociais e propor “uma possível **intervenção sociológica modernizante** na sociedade brasileira: no âmbito do Estado, mas também da burguesia e da classe trabalhadora” (MARTINS, 1998, p. 58 – grifos nosso). A ciência sociológica, nesse sentido, levaria o cientista para além do diagnóstico, na tentativa de propor ações capazes de minar os elementos de resistência à mudança. Há, aqui, o encontro do cientista e do cidadão: o primeiro desmontaria a neutralidade axiológica para servir ao segundo o ferramental teórico de intervenção racional na realidade social. A propalada militância de Florestan assumia uma dimensão distinta da usual, pois:

[...] obviamente o professor Florestan não falasse em militância no sentido que tal palavra veio a adquirir em textos relativos à sua biografia, sua concepção de mudança social compreendia um significativo envolvimento na ação transformadora e modernizadora, através do mannheimiano planejamento para a mudança, através daquilo que ele desenvolveu e teorizou como *sociologia aplicada*. O projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, por exemplo, era um projeto animado pelos êxitos da experiência de planejamento do governo Carvalho Pinto, em São Paulo, que o apoiou, e não escondia a idéia de uma intervenção deste tipo, através do Estado, no conjunto da sociedade brasileira para mudá-la e modernizá-la (MARTINS, 1998, p.59-60).

E mais:

Pode parecer uma heresia e ele [Florestan] certamente se insurgiria hoje contra a interpretação de que nesse projeto, em grande parte, tem suas raízes a concepção sociológica de base do governo Fernando Henrique Cardoso, aliás, editor do projeto, que é a orientação de modernizar as visões e condutas das classes sociais, e do Estado, vencer as *resistências à mudança*, superar o corporativismo e a dominação patrimonial (MARTINS, 1998, p. 60).

É a partir de *Economia e Sociedade no Brasil* que se iniciarão as atividades do Cesit – Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho -, organizado e dirigido por Fernando Henrique Cardoso. A dotação inicial de recursos para o Cesit¹⁸ foi obtida graças aos contatos de Fernando Henrique com o governo do estado e com a Confederação das Indústrias. Um outro projeto *A empresa industrial em São Paulo* (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni) e os estudos de Cardoso sobre o empresário industrial e desenvolvimento econômico são desdobramentos do projeto inicial da Cadeira I. Fernando Henrique Cardoso direcionará seus estudos para o empresariado, enquanto Octavio Ianni concentrará seus esforços na investigação do papel do Estado no Brasil.¹⁹

Voltemos, agora, a atenção para *A sociologia numa era de revolução social*. Em diversas ocasiões o termo revolução aparece na obra do sociólogo paulista. Florestan faz, contudo, uma distinção fundamental entre “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”. Na primeira, teríamos o avanço das forças produtivas no bojo do modo de produção capitalista e a reboque as transformações sociais, políticas, institucionais e culturais da nova ordem social competitiva. No segundo caso, a revolução contra a ordem implica na ruptura com o *status quo* dominante, ou seja, uma revolução de caráter socialista. O termo revolução no título supracitado refere-se ao primeiro campo semântico.

As reflexões engendradas lançam luz sobre o trabalho científico do sociólogo em situações histórico-sociais presentes nos países subdesenvolvidos, principalmente no

¹⁸ Ventilaremos – no próximo capítulo – a criação do Cesit e a liderança de Fernando Henrique Cardoso nesse centro.

¹⁹ “O projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, de 1962, nos fala do Estado planificador e demiurgo, capaz de orientar no sentido da democracia e da cidadania os rumos do processo histórico. Aí fica evidente a sua concepção de que de diferentes modos os diferentes grupos sociais – os empresários, os trabalhadores, o próprio Estado – estão amarrados em relação ao desenvolvimento social por não terem clareza sobre sua inserção na história. O desbloqueio através da educação e da revelação sociológica estabelecerá condutas e orientações subjetivas modernas e racionais no rumo das possibilidades históricas abertas pela transição” (MARTINS, 1998, p. 103).

Brasil. Os ensaios reunidos no livro foram redigidos entre 1959 e 1962, portanto, pouco antes do Golpe Militar de 1964. Em suas palavras, no prefácio à segunda edição, em 1976:

O Autor, naquela época, como nos dias que correm, vinculava à sua dupla condição de sociólogo e de socialista uma ampla visão dos problemas teóricos, empíricos e práticos da sociologia como ciência, pois, na verdade, a sociologia não valeria uma missa se não fosse possível associar a pesquisa sociológica à revolução democrática na sociedade brasileira (FERNANDES, 1976, p. 9).

Sua visão alicerçava-se sobre uma base de responsabilidade intelectual ativa, crítica e militante. Sua militância, nestes termos, nada de voluntarista teria; seria, isso sim, uma ação aclarada pelos anos de exercício de seu ofício de sociólogo em que a ciência lhe forneceria o arcabouço conceitual no intuito de diagnosticar os problemas sociais e indicar possíveis intervenções racionais e planificadoras. Claro está que a inspiração maior aqui é Karl Mannheim. A realidade arrancaria – em sua perspectiva – o sociólogo do gabinete e o interrogaria nos processos de mudança social.

Florestan matizará sua exposição nas análises das produções sociológicas dos países centrais, dos latino-americanos e do Brasil. A sociedade nestes países não é a mesma, não serão também iguais as suas instituições que agasalham a produção científica. As instituições e a cultura acadêmica cobram um preço bem maior daqueles cientistas que se encontram em sociedades subdesenvolvidas. Todavia, embora o subdesenvolvimento econômico implique em dificuldades extras à carreira dos cientistas sociais, não se pode por conta dele fazer uma ciência subdesenvolvida. Os padrões científicos, a pesquisa e a construção da teoria são – e devem sempre ser – universais e universalistas. A aposta de Florestan é que a ciência tenha um caráter aplicado:

Aí está o busílis da questão. Todos os que salientam ser essencial para o Brasil o progresso da ciência tem razão. O Brasil jamais sairá da atual condição de país subdesenvolvido sem promover rápida expansão organizada de seu sistema científico e simultaneamente da tecnologia baseada na ciência (FERNANDES, 1976, p. 44-45).

Assevera, contudo, que o ponto de partida para a criação científica consiste no elemento humano, na formação de quadros com treinamento tanto para a ciência quanto para a tecnologia. Cientistas e técnicos devem passar por rigoroso processo educacional, pois o primeiro não viceja sem o segundo. Outro ponto destacado pelo autor consiste na crítica aos valores individualistas dos pesquisadores. Tal postulado da era liberal inviabilizaria uma visão que privilegiasse o destino social das descobertas operadas pela ciência. Mais ainda: o trabalho em grupo levaria ao aumento da produção científica em termos quantitativos e, principalmente, qualitativos.

O texto em inúmeras passagens é, sem dúvida, um ensaio de caráter moral. O autor cobra a responsabilidade moral dos cientistas, não podendo se pensar apenas no progresso material em detrimento do progresso moral. O cientista social latino-americano – em contextos de subdesenvolvimento – deve direcionar sua inteligência para a construção de uma ciência universal, mas que seja aplicada localmente na resolução dos problemas sociais. Desta forma:

Somente quis sugerir que o sociólogo, como homem da sociedade de seu tempo, não pode omitir-se diante do dever de pôr os conhecimentos sociológicos a serviço de tendências de reconstrução social. Numa fase de desintegração e de mudança, não nos compete, apenas, produzir conhecimentos sobre a situação histórico-social. Impõe-se que digamos, também, como utilizaríamos tais conhecimentos, se nos fosse dado tomar parte ativa na construção do *nosso mundo* de amanhã (FLORESTAN, 1976, p. 90).

No trecho a seguir, temos praticamente a retomada da idéia fundante da USP de que a universidade e seus membros devem exercer o papel de relevância no que tange à cultura e à condução da massa:

Para responder-se às exigências da situação, tornou-se imperioso: a) elevar o nível intelectual das grandes massas, de maneira a conferir-se ao homem comum capacidade para compreender melhor a natureza do mundo social em que vive e a significação dos conflitos sociais em que se vê inexoravelmente envolvido; b) produzir novas técnicas de controle social, suficientemente complexas para resolverem eficazmente os problemas sociais emergentes e bastante inteligíveis em seus efeitos dinâmicos para serem concebidas ou resguardadas como patrimônio da coletividade como um todo. Isso nos impele a refletir em termos novos sobre a posição do

sociólogo no quadro de nossa civilização. Enquanto imperou a fórmula segundo a qual “*só vê algo sociologicamente que quer algo socialmente*”, o influxo ideológico espontâneo servia positivamente como base de opção, mesmo para os cientistas sociais. Em nossos dias, em que prevalece uma situação bem mais complicada e dramática, a verdade aconselha-nos a adotar outra fórmula alternativa: “*só quer algo socialmente quem vê algo sociologicamente*” (FERNANDES, 1976, p. 96-97).

A visão de mundo e o compromisso assumido por Florestan – e pelos seus epígonos – tornam-se manifestos: há dois papéis para os sociólogos – o de cientista e o de cidadão. Sociologia e sociedade são indissociáveis, e há o caráter sociológico da própria Sociologia. Não basta usar os dados e as descobertas das ciências sociais. Cabe, antes de tudo, usar bem estas descobertas e usar bem implica em beneficiar as coletividades.

Na perspectiva de Florestan Fernandes, a Sociologia Aplicada resultaria de uma relação próxima entre ciência e modernidade, já que seriam ambas originárias da mesma raiz de valores, isto é, apoiadas nos princípios da racionalidade. Assim: “Ciência e civilização moderna, por serem afeitas e estarem imbricadas, legitimam as atitudes de intervenção e permitem a utilização produtiva do avanço do conhecimento, ampliando a capacidade de modificar o mundo social” (ARRUDA; GARCIA, 2003, p.106).

Se é certo que – no horizonte teórico e aplicado – a Sociologia apregoada por Florestan deve estar vinculada não só ao progresso da ciência, mas, no limite, a serviço das transformações sociais em benefício da coletividade, caberia, neste momento, indagar acerca da comunicação do sociólogo com o grande público. Para o autor, o acúmulo de conhecimentos sociológicos constitui uma das condições da comunicação, mas não só. O fulcro da questão consistiria “na operação de fatores psicossociais e sócio-culturais favoráveis à integração daqueles conhecimentos no horizonte cultural do homem comum²⁰” (FLORESTAN, 1976, p. 119).

²⁰ Dediquei atenção especial em minha dissertação à compreensão que a “Escola Paulista” dispensa ao “homem comum”. A sociologia da vida cotidiana, disciplina criada por Martins na USP, busca delimitar o desencontro entre a realidade e a consciência social que o homem comum tem desta realidade. Em seus

Tratando como exemplo a sua própria intervenção na Campanha de Defesa da Escola Pública (1960-61), Florestan torna manifesta sua visão de que a sociedade, os leigos e o público em geral querem e necessitam da atuação do sociólogo: “como se explica, sociologicamente, o recurso aos sociólogos (e a outros “especialistas”) como fonte de autoconsciência da realidade social?” (FLORESTAN, 1976, p.121). O interesse, naquele momento, era voltado para entender as mudanças que ocorriam nos grandes centros, mormente na cidade de São Paulo (e isso desde os estudos sobre a integração do negro na sociedade de classes – ou seja, a cidade de São Paulo era, em sua visão, um grande laboratório para a análise e intervenção sociológica). A função, portanto, do sociólogo neste contexto é que ele produza conhecimentos:

- 1) que sejam imediatamente inteligíveis aos leigos, a partir dos elementos perceptivos e cognitivos de que dispõem, como e enquanto agentes sociais;
- 2) que sejam, no essencial, concordantes com seus interesses e os valores sociais correspondentes, em face de manipulações que envolvam ou a prevenção, ou a alteração da ordem legal;
- 3) e que sejam, fundamentalmente, congruentes com a ânsia de incrementar o “progresso social” com rapidez mas sem sacrifícios penosos (FLORESTAN, 1976, p. 123).

No limite, o homem comum, o leigo, passa a aceitar as explicações e intervenções dos cientistas quando as mesmas correspondem aos seus anseios de compreender ou alterar a realidade de acordo com seus interesses e valores sociais. O ofício e a comunicação com o grande público não têm sentido se os receptores não creditarem validade e entenderem o sentido das propostas sociológicas.

Feitas essas breves considerações sobre o horizonte intelectual e as concepções sobre as quais repousavam as intenções analíticas e aplicadas da Sociologia da “escola

dizeres: “A sociologia da “escola sociológica de São Paulo” é uma sociologia, ao mesmo tempo, referida às estruturas e situações sociais e à consciência social que delas tem a sociedade (e, portanto, o homem comum). A rigor, os trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Marialice Mencarini Foracchi são estudos sobre as variáveis modalidades de consciência que os diferentes grupos sociais têm de sua situação [...]Longe de ser uma sociologia impugnativa do senso comum, como ocorre na tradição positivista, é uma sociologia que reconhece na consciência do homem comum e cotidiano uma consciência social e um documento sobre os desencontros entre as situação e consciência” (MARTINS, 1998 *apud* PRANDO, 2003, p. 20).

paulista”, adentremos, agora, no projeto *Economia e Sociedade: análise sociológica do subdesenvolvimento*.

O referido projeto – conforme tratamos alhures – originou-se no bojo da Cadeira de Sociologia I e partia do diagnóstico sobre a necessidade de ultrapassar as condições de subdesenvolvimento presentes no país. Isto é: haveria a necessidade de permitir que a sociedade brasileira pudesse, enfim, encontrar as promessas da modernidade. Para tanto, utilizar-se-ia a ciência social, bem como a tecnologia científica no esforço de superar o atraso e os elementos de resistência à mudança.

Ao projeto *Economia e Sociedade no Brasil* liga-se o Cesit – Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho. A fundação do Centro partiu de projeções para reafirmar a hegemonia dos pesquisadores da Cadeira de Sociologia I e também para servir de contraponto em relação ao Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) no tocante às questões de desdobramento públicas²¹. Assim temos que:

A rigor, a própria fundação do Cesit era expressão inequívoca da importância do grupo de Florestan Fernandes, ao mesmo tempo em que expunha a aproximação desses sociólogos com as concepções da Cepal. O projeto que respaldou a formação do Cesit originou-se, então, de variadas condições; contou com apoios financeiros provenientes da Confederação Nacional das Indústrias, do Governo do Estado de São Paulo, que destinou verbas específicas provenientes do Plano de Ação constituído no governo Carvalho Pinto, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, recém organizada. No âmbito institucional, as iniciativas do núcleo fundamental, composto pelos assistentes de Florestan Fernandes, foi decisiva, sobretudo de Fernando Henrique Cardoso que obteve, por intermédio de Fernando Gasparian, o financiamento inicial para o centro, advindo da Confederação das Indústrias (ARRUDA; GARCIA, 2003, p. 107).

²¹ Sobre o Iseb e a famosa contenda de Florestan Fernandes com Guerreiro Ramos, consultar: LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. Tese de Doutorado. USP, 1999 (especialmente o tópico *Vida pública e ciências sociais*, no primeiro capítulo); TOLEDO, C. N. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978; BARIANI JÚNIOR, E. **A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)**. Dissertação de Mestrado. Unesp, 2003.

Na apresentação do projeto, Florestan salienta que “uma das principais características de nossa era consiste nas grandes transformações por que estão passando os “países subdesenvolvidos” (FLORESTAN, 1976, p. 314). Esses países teriam “acordado” para o progresso e, por isso, visavam à superação das barreiras que os mantinham estagnados econômica, política e culturalmente. Nestes termos, na tentativa de consecução de superar o atraso, os países subdesenvolvidos apostavam suas esperanças na ciência e na tecnologia científica.

Aos países subdesenvolvidos não bastaria importar conhecimentos científicos e tecnológicos dos países adiantes, caberia a estes países adquirir a capacidade de produzir estes conhecimentos e colocá-los a serviço “dos projetos nacionais de desenvolvimento econômico, social e cultural” (Idem, p. 315). Florestan Fernandes aduz que:

[...] os “países subdesenvolvidos” deveriam possuir interesse prático específico na expansão das ciências sociais, desde que as pesquisas se concentrassem nos problemas que os afligem e as análises aproveitassem as perspectivas abertas pelos projetos nacionais de desenvolvimento econômico, político e social. Isso não impede que se reconheça, também, que os resultados eventuais de tais pesquisas apresentem enorme interesse científico. As teorias existentes, que podem esclarecer e explicar os processos econômicos e sociais, foram construídas nos “países avançados”. Embora elas se apliquem aos “países subdesenvolvidos” que pertençam ou tendam para o mesmo círculo civilizatório, isso se dá com margens sensivelmente grosseiras de aproximação (FERNANDES, 1976, p.316).

Cabe, aqui, enfatizar que o trecho citado acima demonstra – ao mesmo tempo – o reconhecimento da importância da ciência realizada nos países centrais, pois através desta ciência que Florestan Fernandes e seus assistentes foram formados para o trabalho acadêmico e, também, sua independência intelectual, ao reconhecer a importância dos saberes já constituídos, mas sua impossibilidade de aplicação direta à nossa realidade. Florestan Fernandes, em 1959, já havia tratado da aplicação da teoria com o ferramental analítico oferecido pelos clássicos da Sociologia (Durkheim, Marx e Weber). Nesse sentido, em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, Florestan acerta suas

contas com o aprendizado recebido na USP e na ELSP, das vertentes clássicas (francesa) e empíricas (norte-americana), respectivamente. Estudando concomitantemente a integração do negro na ordem social competitiva, o autor compreendia que nossa “revolução burguesa” não era uma mera repetição das revoluções clássicas, portanto, a teoria – no seu entendimento – também não seria a mesma, embora os elementos universais da análise científica estivessem presentes. A dialética entre o geral e o particular já estava presente no horizonte interpretativo de Florestan. A questão fundamental, assim, seria o estudo dos elementos constitutivos da sociedade brasileira que impediam a sua transformação numa sociedade moderna.

Graças – conforme vimos – à doação realizada pela Confederação das Indústrias, foi possível articular junto aos membros da Cadeira de Sociologia I uma equipe de pesquisadores a fim de ampliar as investigações e considerar outros elementos da situação histórico-social, que os permitia:

1º) orientar definitivamente as nossas pesquisas na direção da análise sociológica dos problemas de desenvolvimento econômico; 2º) escolher livremente os focos centrais (por serem relevantes do ponto de vista da estratégia do próprio desenvolvimento econômico) das investigações; 3º) pensar num quadro de referência mais ambicioso para o aproveitamento teórico final dos resultados da pesquisa sobre a empresa industrial em São Paulo. Após longas reflexões, decidimos que quatro temas, exigindo investigação sistemática imediata, completariam o quadro iniciado com o estudo sociológico da empresa industrial (FERNANDES, 1976, p. 318).

Vejamos, no quadro a seguir, os temas da pesquisa, a justificativa e os responsáveis.

QUADRO 1: Projeto Economia e Sociedade no Brasil

Tema	Justificativa	Pesquisadores
Mentalidade do empresário industrial	Elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira	Fernando Henrique Cardoso
Estado e desenvolvimento	Intervenção construtiva do Estado na criação ou fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico	Octavio Ianni
Força de trabalho	A mobilização da força de trabalho, sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica, com vistas para os desequilíbrios econômicos, demográficos e sociais resultantes, bem como para os influxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica, social e política	Marialice M. Foracchi Maria Sylvia de Carvalho Franco
Desenvolvimento econômico e mudança social	Os fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil, na forma em que eles se revelam à análise sociológica comparada de comunidades bem-sucedidas na instauração da ordem social competitiva	Florestan Fernandes Paul Singer

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em FERNANDES, 1976.

Houve, também, a colaboração de alguns licenciados que eram ligados à Cadeira de Sociologia I, principalmente, nas fases de coleta e análise dos dados: Celso de Rui Beiseguel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira e Lourdes Sola.

O objetivo, portanto, do projeto de pesquisa em voga era a redação de quatro monografias independentes e, posteriormente, uma análise global, com “intentos

integrativos e de síntese, dos problemas do desenvolvimento econômico na sociedade brasileira do presente, na qual serão aproveitadas as conclusões sobre a estrutura da empresa industrial em São Paulo” (FERNANDES, 1976, p. 319). Ao fim da apresentação, o autor faz questão de inserir uma nota de rodapé, dizendo o seguinte:

É impossível manter as previsões em projetos de pesquisa sociológica, em particular quando se levam em conta as condições institucionais e política imperantes no Brasil. O projeto em questão sofreu um forte impacto negativo com os acontecimentos ligados à implantação do regime político vigente, à desagregação do grupo da Cadeira de Sociologia I, ao desaparecimento do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, ao falecimento de Marialice Mencarini Foracchi e a transferência de Maria Sylvia de Carvalho Franco para o setor de Filosofia (FERNANDES, 1976, p. 319).

No entanto, o sociólogo ressalta os trabalhos que trouxeram as contribuições mais importantes, demonstradas a seguir:

QUADRO 2: Resultados do projeto de pesquisa

PESQUISADOR	OBRA	EDIÇÃO E DATA
Fernando Henrique Cardoso	1) <i>Empresário Industrial e desenvolvimento econômico</i> 2) <i>Política e desenvolvimento em Sociedades dependentes: ideologias do empresariado argentino e brasileiro.</i>	1 – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964 2 – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
Octavio Ianni	<i>Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil</i>	Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
Paul Singer	<i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife</i>	São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
Gabriel Cohn	<i>Petróleo e nacionalismo</i>	São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
Florestan Fernandes	1) <i>Sociedade de classes e subdesenvolvimento</i> 2) <i>A revolução burguesa no Brasil</i>	Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

Na perspectiva analítica do grupo de pesquisadores, os temas enfocados seriam necessários à compreensão sociológica dos fenômenos relacionados à sociedade urbano-industrial. A mentalidade do empresariado, a intervenção do Estado, a mobilização da força de trabalho e as relações entre desenvolvimento econômico e mudanças sociais não eram sequer objeto de estudos no campo das ciências sociais. Decifrar a realidade, esquadrinhando os seus componentes (econômicos, sociais, políticos e culturais), era de suma importância para elevar o país à condição de civilização contemporânea desenvolvida. O ritmo histórico dos países subdesenvolvidos merecia especial atenção quanto à teoria capaz de produzir um conhecimento atinente a essa realidade singular.

4) Desdobramentos do Projeto: as reflexões de Cardoso

Fernando Henrique Cardoso, primeiro assistente da Cadeira de Sociologia I, incorporará, facilmente, o espírito competitivo imprimido à equipe da Cadeira pelas ações de Florestan Fernandes. Sua atividade acadêmica alicerçada sobre alta produtividade intelectual lhe renderá, sem dúvida, respeitabilidade no seu campo de atuação. Desde os trabalhos de mestrado e doutorado sobre questões raciais, capitalismo e escravidão, Cardoso firma-se como um dos principais discípulos e como interlocutor privilegiado de Florestan.

Sua tese de livre-docência reúne as pesquisas sobre o empresário industrial brasileiro. Ressalta, inicialmente, que o tema da participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do Brasil é original da perspectiva sociológica. A arguição do trabalho foi realizada pela seguinte banca: Caio Prado Júnior, Candido Procópio Ferreira Camargo, Florestan Fernandes, José Quirino Ribeiro e Júlio Barbosa. A tese é defendida em novembro de 1963 e publicada sob a forma de livro em abril de 1964.

Vejam, agora, as principais contribuições trazidas à tona por Cardoso. O livro expõe os resultados e a interpretação dos dados oriundos de entrevistas realizadas com industriais de São Paulo, Belo Horizonte, Blumenau, Recife e Salvador, bem como de dados coligidos pelo Cesit junto a 288 empresas da Grande São Paulo. Como era corrente nos trabalhos acadêmicos uspianos, Cardoso passa em revista uma ampla gama de concepções teóricas acerca do empreendedor econômico, sua função e a categoria social que ele representa em relação às demais categorias. Os autores analisados foram: Sombart, Weber, Marx, Schumpeter, Keynes, Dahrendorf, Mannheim, Rostow, principalmente. Há, entretanto, a predominância no que tange ao intento analítico do objeto estudo a filiação à corrente histórico-estrutural. Na concepção de Cardoso, a teoria sócio-econômica que lida com a figura do empresário, nos países desenvolvidos, é insuficiente para retratá-lo numa realidade capitalista subdesenvolvida.

Em primeiro lugar, destaca o autor, as figuras do empreendedor e do capitalista que eram indiferenciadas nos primórdios do capitalismo industrial – quando um só indivíduo desempenhava os dois papéis – modificaram-se na medida em que a função empresarial separou-se da propriedade ou não permaneceu, inexoravelmente, associada a ela. Em relação ao empresário e o capital (dialeticamente, a relação entre o indivíduo e a História), há que se enfatizar que o empresário é um tipo especial de pessoa; no entanto, Cardoso discorda (de Schumpeter e Sombart) que esse indivíduo tenha uma posição demiúrgica na sociedade: um “*Deus ex machina*” (CARDOSO, 1964, p. 23). No capitalismo moderno – afirma Cardoso – é a empresa, não o empreendedor, o sujeito do processo econômico: “é o capital e não o capitalista que explica o sistema”.

Adentra, também, na discussão das teses do “pós-capitalismo” e da dispersão da propriedade privada. Aduz que a distinção entre propriedade e controle administrativo não permite que se avenge a hipótese da superação do capitalismo. Mais ainda: indica

que os administradores, em sua maioria, pertencem à classe proprietária, ruindo com o mito da separação entre propriedade e controle. Em suas palavras:

Se refletirmos sobre as conseqüências mais gerais das afirmações acima [das teses do pós-capitalismo], teremos de convir que só de um ponto de vista apologético é possível sustentar que as alterações na forma de gestão e organização das grandes sociedades anônimas implicaram, em si mesmas, em modificações na “sociedade industrial”. Com efeito, se o que dá sentido à atividade empresarial continua a ser a “produção de lucros”, a base social para que esta economia se mantenha continua a ser a apropriação privada dos meios de produção e a exploração do trabalho dos não possuidores. [...] O que equivale a dizer que estas se mantêm nas sociedades capitalistas industriais modernas como relações de superposição e dominação de umas classes sobre outras, em que pese as formas modernas que a exploração econômica e a dominação social assumiram na sociedade industrial de massas (CARDOSO, 1964, p. 33-4).

Para além das discussões de caráter econômico, Cardoso introduz um importante elemento para desobnubilar a questão: o empresário e sua dimensão política. O homem de empresa seria, mais do que tudo, um líder no sentido político. Afirma isso ao destacar que as decisões econômicas, na medida em que dizem respeito à concentração de capitais e à divisão do mercado mundial, envolvem, crescentemente, o Estado, pelo motivo dos empresários necessitarem de capacidade de persuasão e de jogo de influências a fim de garantir as inovações para sobreviver ou expandir seus negócios.

O enfoque sobre os empreendedores nas economias subdesenvolvidas exigiria ferramentais teóricos distintos dos modelos clássicos. Não se poderia, assim,

[...] transferir o esquema válido para a análise das formas de comportamento tipicamente empresariais das economias caracterizadas pelos monopólios e pela produção em massa para compreender a ação e a mentalidade dos empreendedores das áreas subdesenvolvidas” (CARDOSO, 1964, p. 41).

O objetivo do trabalho é de tal modo exposto:

[...] quisemos determinar as características de comportamento social dos industriais e a “mentalidade empresarial” existente, tentando defini-las como “totalidades singulares” que se constituíram a partir de condições específicas, que estruturam as possibilidades de ação e dão sentido aos projetos de realização econômica (CARDOSO, 1964, p. 42).

A inspiração é, claramente, marxista, no movimento da razão, constituindo a busca da essência do fenômeno e não apenas sua aparência imediata, do entendimento

das determinações gerais e particulares e da construção da totalidade como unidade do diverso.

A ciência para Cardoso, enfim, seguindo o postulado de Marx, só é necessária quando a essência dos fenômenos não coincide imediatamente com sua aparência. E essa assertiva será corroborada no procedimento de pesquisa quando o cientista constituirá – à maneira de Weber²² – uma tipologia classificatória dos empresários brasileiros. São dois, portanto, os tipos constituídos: os “capitães de indústria” e os “homens de empresa”.

Os “capitães de indústria” empresa se subdividem em dois subtipos. O primeiro, composto de famílias tradicionais, busca realizar a acumulação de capital através de suas ligações com o Estado, compreendido como uma forma mítico-utópica e maniqueísta. O bom Estado é aquele que protege, provedor de financiamentos em longo prazo e com juros baixos. Em contrapartida, o Estado intervencionista, mesmo que assuma algum empreendimento em setores não ocupados pela iniciativa privada, constitui um mal que deve ser evitado e, mais ainda, combatido. O segundo tipo de “capitão de indústria”, por sua vez, é formado por imigrantes e seus descendentes ou por antigos operários e técnicos. Eles vêm no trabalho e na poupança os pilares da acumulação e da prosperidade, evitando recorrer ao crédito bancário. Embora tendam a praticar métodos “irracionais” de gestão, o fato de reinvestirem a maior parte do lucro em suas empresas visando ao progresso técnico, prepara o terreno para a modernização da indústria e pode convertê-los em homens de empresa.

²² Embora a fundamentação teórica tenha base na dialética marxista, Cardoso utiliza, também, o arcabouço conceitual de outras matrizes interpretativas, mormente no compreensivismo weberiano. Não há, neste caso, recurso ao ecletismo, mas sim uma clara conjugação crítica dos conceitos e teorias dos clássicos a fim de melhor compreender as manifestações do objeto de estudo. Esse expediente é nítido em várias obras da “escola paulista” e é parte da influência de Florestan Fernandes. Sobre o possível ecletismo de Florestan, consultar: Cohn, G. O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, M. A. (Org.). **O saber militante**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Editora UNESP, 1987.

Os homens de empresa são definidos pela organização metódica e racional do trabalho, pela preocupação com o desenvolvimento de uma base tecnológica especializada da produção, pela deliberada procura de lucros no médio prazo e por sua visão da realidade concorrencial, tomada como estímulo à inovação e não como obstáculo a ser eliminado. Sua atuação política privilegia o geral em detrimento do particular. O problema, para ele, não se limita a “sua” indústria, mas sim “à Indústria”.

Essa tipologia constituída por Cardoso implica na seguinte afirmação:

Em síntese, os industriais brasileiros constituem uma camada social recente e heterogênea. Por isso, se no conjunto ainda não reagem como grupo aos problemas com que se defrontam, é preciso considerar que a “situação comum de classe” é recente e a diversidade dos grupos de origem é grande. Estes fatores dificultam a formação de uma ideologia industrial capaz de nortear a ação de todos em função dos interesses comuns (CARDOSO, 1964, p. 161).

A burguesia industrial, para Cardoso, pelo fato de não se identificar subjetivamente com o Estado, embora objetivamente seja favorecida por ele, permite-lhe ser uma classe economicamente dominante só que sem as responsabilidades ou encargos de camada politicamente dominante. Nestes termos:

Os dois condicionantes da situação da burguesia brasileira, o subdesenvolvimento e a sociedade de massas em formação afetam e limitam as possibilidades da “hegemonia burguesa”, em sentido preciso. Em primeiro lugar, como as análises feitas indicam, o grande impulso de desenvolvimento partiu de fora do grupo empresarial e foi sustentado por capitais estrangeiros e pela participação direta do Estado na economia [...] (CARDOSO, 1964, p. 175-6).

No limite, as ambigüidades e vacilações da burguesia industrial brasileira ressurgem. A burguesia quer influir no processo político, mas teme repartir o poder com as massas populares e ao mesmo tempo o perigo de iniciar mudanças consideráveis no aparelho estatal e na estrutura econômica tradicionalmente estabelecida. Por isso, não assume o papel e o conseqüente ônus político dominante e acaba favorecendo a política de setores sociais tradicionalistas.

Numa dinâmica confusa, a burguesia transita entre dois pólos: para expandir-se economicamente é

forçada a apoiar reformas e medidas que contrariam os grupos de dominação tradicional, mas, em seguida, neste mesmo movimento de modernização, vê-se embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações-limite: as forças urbanas e populares. Para assegurar a expansão econômica e tentar o controle político do momento arrisca-se a perder a hegemonia no futuro. Por isso, volta-se imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interesses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro (CARDOSO, 1964, p. 186).

Sua conclusão é, indubitavelmente, impactante e bem conhecida ao afirmar que: “as decisões fundamentais não dependerão apenas da burguesia industrial que, parece, optou pela “ordem”, isto é, abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade” (CARDOSO, 1964, p.186). E ainda questiona: “no limite a pergunta será então, subcapitalismo ou socialismo?” (Idem, p. 187).

Roberto Schwarz indica que as conclusões de Cardoso apontavam elementos opostos à visão do Partido Comunista, que pregava que os interesses de uma burguesia nacional antiimperialista se ligariam aos interesses da classe operária numa aliança pela industrialização do país e contra os interesses do latifúndio aliados aos americanos, que formavam um bloco avesso ao progresso (Schwarz, 1998). Afirma, ainda que:

Fernando Henrique acertara em toda a linha, também nesse ponto: tratava-se de um “subcapitalismo” , ávido por avanços econômicos e sem compromisso com a integração social do país. A impopularidade da tese não impedia que a sua justeza fosse reconhecida à boca pequena, e suponho que a ascendência intelectual e política do autor no interior da esquerda tenha crescido a partir daí (SCHWARZ, 1998, p. 110).

Há, implícita na tese principal de Cardoso, uma impossibilidade política de a burguesia conquistar a hegemonia na sociedade, contentando-se em ser “sócia menor” do sistema capitalista mundial. Sociologicamente, a consequência será aquela tratada no projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, isto é, o descompasso entre as esferas econômica, social e política.

Nas palavras que Martins: “O “grupo de São Paulo” estava propondo uma sociologia que lidasse com as conseqüências do salto histórico que poderia levar à superação das barreiras que mantinham o país em estado de estagnação” (MARTINS, 1998, p. 40). Ainda para Martins:

Nesse documento [o projeto *Economia e Sociedade no Brasil*], tanto se fala em ressocialização do **empresário, cuja conduta econômica ainda está desviada da racionalidade esperada em conseqüência da herança senhorial**, em alguns casos, e noutros das formas predatórias da acumulação, como se fala, também, em revolução da mentalidade dos trabalhadores, ainda presos a uma cultura do trabalho em que sua atividade carrega as marcas de degradação impróprias da sociedade moderna, como também se fala na superação dos entraves que a dominação patrimonial representa para a modernização do Estado (MARTINS, 1998, p. 40 – grifo nosso).

Ao que tudo indica, os trabalhos de Cardoso: **1) *Cor e mobilidade social em Florianópolis – aspectos das relações entre negros e brancos em Florianópolis*** e **2) *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – o negro na sociedade escravocrata rio-grandense*** ao tratarem das questões raciais, mas sob a ótica das relações entre o sistema capitalista (geral) e as formações sociais no sul (particulares) , preparam o terreno argumentativo para **3) *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil***, no qual é apresentado o descompasso entre as promessas do moderno desenvolvimento capitalista e sua real condição social, dada a persistência das barreiras do passado que bloqueavam o pleno desenvolvimento (econômico, político, social e cultural).

5) Diálogos entre Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes

Após o doutoramento em 1961 e antes de sua Livre-Docência em 1964, Fernando Henrique Cardoso passou um período em Paris, no *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, da Universidade de Paris, onde realizou um curso de pós-graduação. A saída de Fernando Henrique Cardoso, bem como de Octavio Ianni ocorreram nos moldes que Florestan Fernandes defendia: somente após a formação integral (da

graduação até o doutoramento) no Brasil, na USP. Assim, a estadia de Cardoso em Paris acabou sendo uma excepcional oportunidade de constituir uma boa rede de sociabilidade acadêmica junto aos intelectuais franceses.

A primeira carta de Cardoso enviada a Florestan data de 8 de fevereiro de 1962. Nela, explica que o Cesit está tomando uma dimensão importante:

Penso, contudo, que o vulto que o CESIT está tomando e as necessidades inadiáveis de cumprirmos nossos programas pessoais de desenvolvimento intelectual e de cumprimento de nossas obrigações acadêmicas chegaram a um ponto em que algumas decisões de caráter prático se impõem.

Nessa correspondência, fica evidente a afirmação anterior de Florestan, que dizia que, na Cadeira de Sociologia I, havia um primeiro escalão, constituído, obviamente, por ele e por seus dois assistentes: Cardoso e Ianni. Cardoso afirma concordar com Florestan sobre o fato de assumir o controle do grupo de pesquisa e, para isso, pretende deixar o Conselho Universitário: “*seria útil concentrar-me totalmente à administração do Cesit, pelo menos nos próximos três anos*”. Sabemos que não houve “os próximos três anos”, dado o Golpe de 1964. Seja como for, Cardoso discute, com Florestan, assuntos de caráter operacional, como a contratação de uma secretária executiva para o Cesit, bem como organização dos cargos e dos pesquisadores veiculados ao Centro:

Quanto à minha opinião sobre as nomeações que poderão ser feitas, creio que há concordância total com as suas e as do Octavio. O Luiz Pereira merece a nomeação e, tenho certeza, corresponderá às expectativas. Alegro-me que, mais cedo que pensávamos, tenha sido possível encaminhar as coisas nesta direção. Penso também que a indicação do José Carlos para substituí-lo é justa e desejável. O José Carlos é sério no trabalho e tem propósitos intelectuais firmes. Além disso, acho que, com o tempo, desenvolverá certa capacidade de liderança. Quanto às outras nomeações preferiria – se isto não puser em risco as verbas – que fossem feitas na minha volta. Uma coisa, entretanto, é certa: a Lourdes dever ser nomeada para o lugar do José Carlos. Apenas, como não vi o nível de retribuição dos dois novos pesquisadores do Cesit, precisamos ponderar sobre se isto interessa a ela ou será melhor, em vez de fazê-la substituir o Zé Carlos no quadro dos pesquisadores da cadeira, nomeá-la para o quadro do CESIT.

Além disso, ao expor na *École* os trabalhos do Cesit, afirma que: *Vi aqui na França (ainda ante-ontem fiz na Ecole des Haute Études uma exposição sobre nossos*

trabalhos a que o Octavio assistiu e poderá contar-lhe) o interesse que o tipo de investigação e os propósitos intelectuais que nos animam despertam.

Na condução do trabalho intelectual dentro da Cadeira de Sociologia I, a conquista dos títulos atinentes à carreira acadêmica é elemento de suma importância para a manutenção da hegemonia do grupo. Naquele momento:

[...] o fundamental no que diz respeito aos nossos próprios trabalhos. Penso que chegou o momento de criar todas as condições, com prioridade absoluta, para que o senhor escreva sua tese. Não penso apenas nas necessidades “estratégicas” da cátedra. Mais do que isto, acredito que do seu ponto de vista pessoal e humano livrar-se desta praga da universidade brasileira é um imperativo. Conseqüentemente, acho que o senhor deve ficar excluído de toda e qualquer atividade didática. O Ferri compreenderá isto. Sendo assim, não tenho qualquer reivindicação a fazer quanto cursos: resolvam, junto com o Octavio, e aceitarei, realmente com prazer, qualquer curso novo durante qualquer dos semestres ou todo o ano. Já tive tempo de sobra para ler o que queria para minha docência e, estou certo, sem os compromissos da administração da Universidade, cumprirei meu programa pessoal mesmo dando o dobro do tempo de aulas. Mas não vacile: deixe todo o trabalho da Faculdade conosco que não o envergonharemos e cuide da tese.

Já na carta de 5 de novembro de 1962, fica mais patente a rede de sociabilidade que Cardoso constituiu:

Hoje, todavia, jantei em casa de Touraine e lá estava também o Croizier. Ficaram ambos estupefatos com o painel que fiz sobre os trabalhos do nosso grupo aí de São Paulo. Croizier convidou-me para participar e fazer exposições no seminário que tem juntamente com o Aron sobre o patronato francês. Touraine, da mesma maneira, pediu-me que fizesse uma exposição na École des Hautes Études sobre as pesquisas de nosso Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho. A grande novidade para mim, entretanto, foi saber que Lazarsfeld está aqui na Sorbone dando cursos e seminários. Touraine irá pôr-me em contato com ele e, creio, isto será proveitoso.

Em 14 de dezembro de 1962 escreve:

Há já quase dois meses deixei o Brasil e, confesso, tenho às vezes vontade de voltar. Não que as coisas aqui não corram bem. Ao contrário. Todos têm sido muito amáveis, desde os velhos amigos franceses que conhecemos no Brasil (Bastide, Métraux, Touraine, Friedmann) até os que nos foram apresentados em Paris (Croizier, Levi-Strauss, Naville e uma dezena de auxiliares e assistentes destes “patrons”). As mesmas vão a tal ponto que esta última semana quase não gastamos dinheiro com refeições de tantos convites. Mas a vontade de voltar vem de outras causas: vê-se aqui na Europa, quanto podemos fazer em matéria de trabalho aí no Brasil e como será fácil para nós, se nos deixarem na Faculdade, dar uma contribuição importante à Sociologia. A expectativa que existe aqui quanto à “escola paulista” é favoravelmente e grande. Penso que o Touraine ajudou muito a dinamizá-la. Mas a base vem de longe: quando o Levi-Strauss soube que eu era seu assistente ficou logo interessado em saber o que fazia em Paris.

Creio que se decepcionou um pouco pelo fato de eu não me interessar pelos índios brasileiros, mas mesmo assim, convidou a Ruth e a mim para participarmos de um seminário privado que ele está organizando.

Esse trecho é assaz importante, pois Cardoso afirma sua percepção do quanto importante é o trabalho realizado pela “escola paulista” e como esse alicerce é mais antigo, pois remonta à própria fundação da USP e à missão francesa, que teve num de seus principais personagens Claude Levi-Strauss. Seus comentários seguintes dão conta de um curso de metodologia que segue e de seus estudos e produção acadêmica:

Continuo trabalhando no grupo do Croizier, onde fiz uma exposição, e no grupo do Touraine, onde além de discutir o trabalho sobre os empreendedores, vou fazer uns seminários. Sigo, também, o curso de Lazarsfeld sobre metodologia das ciências sociais. Mas até agora, nada de novo neste setor, a não ser a descoberta, que me decepcionou, de que o Lazarsfeld pensa com muita dificuldade os problemas de interpretação sociológica. Tenho aproveitado todo o tempo para me pôr em dia com a bibliografia sobre os empreendedores e para preparar um artigo para Temp Modernes e duas conferências, uma na Sorbone (Altes Estuds da América Latina) sobre a formação da sociedade de classes no Brasil, e outra na associação Presence africaine, sobre a ascensão social do negro no Brasil. Além disso, parece que o número especial de Presence Africaine vai ser feito. O [nome não compreendido], que dirige a Revista, foi passar alguns dias na África, mas em princípio combinou que o [nome não compreendido] e eu organizaríamos o número sobre o Brasil para junho próximo.

Na carta datada de 11 de janeiro de 1963, é citada a figura de Nuno Fidelino Figueiredo, que será agregado ao grupo do Cesit com total aval de Cardoso:

A colaboração do Nuno só pode ser proveitosa para o CESIT e para todos nós. Já havíamos conversado em termos gerais sobre esta possibilidade e a concretização do affaire, embora em condições artificiosas impostas pelas circunstâncias, parece-me um passo à frente. Minha experiência de trabalho aqui na França mostrou que só teremos a lucrar com pesquisas de tipo tecnológico.

Afirma, também, que, estando na Europa, vê o quanto alguém está a USP em relação às pesquisas inovadoras:

[...] temos a obrigação de tentar quebrar a “rotina brasileira”. Quando se vê aqui na Europa (passei as férias de Natal na Itália e vi muita coisa interessante neste campo) o esforço enorme que eles fazem para romper tradições que são muito mais consistentes e o resultado relativamente satisfatório que obtêm, fica-se um pouco melancólico com o pouco que a USP faz para inovar e progredir. No que diz respeito, ao menos uma coisa é certa: pode ser que os resultados não sejam grandes, mas não será por falta de darmos murros, apesar das pontas de faca que às vezes nos apontam, que deixaremos de melhorar o nível do trabalho no campo das ciências humanas.

Segundo Cardoso, a nova rotina de trabalhos já totalmente assimilada e tudo ocorre dentro do esperado, tanto nos seminários e grupos de que participa quanto em sua produção intelectual. Há, contudo, certa preocupação em expor em francês na Sorbone:

Continuo trabalhando com os dois principais grupos de sociologia industrial (Touraine e Crozier) e freqüente, socialmente, Bastide, Mètraux, Friedmam, Naville etc. etc. Acabo de preparar a conferência para a Sorbone, que será na próxima segunda-feira. Vamos ver se o francês ajuda! Não é tão fácil assim expor numa língua que não é a da gente. Mas, com cara e coragem, tenho interferido sempre nos seminários e sem grandes embaraços. No fim deste mês farei uma exposição na Hautes Études sobre a pesquisa do empreendedor. A propósito: gostaria que o senhor desse uma lida no relatório que fiz para a CEPAL. Ana Maria deve ter outras cópias, pois remeteu para Paris apenas uma – e com erros. Seria bom conversarmos sobre este texto logo que eu volte para que o assunto “tese livre docência” possa resolver-se com a brevidade que a situação nos impõe. Aqui tenho lido a bibliografia francesa e italiana e tenho mexido na classificação do material (pois trouxe cópia de tudo ou quase tudo). Mas, escrever que é bom, é muito difícil em terra estranha e sem os livros da gente.

Como se pode depreender dos trechos das missivas acima, a estadia em Paris foi muito bem aproveitada por Cardoso: contatos acadêmicos, participação em grupos de Sociologia Industrial e do Trabalho, conferências, seminários e artigos para periódicos franceses. Mais do que isso: a reputação da “Escola Paulista” deixa, certamente, Cardoso envaidecido, mas cômico da responsabilidade que possui junto à Cadeira Sociologia I e ao Cesit, na USP.

Nessas correspondências enviadas a Florestan Fernandes, pode-se compreender como Fernando Henrique Cardoso tinha, além de uma sólida formação intelectual, uma boa capacidade de articulador das pesquisas desenvolvidas no Cesit e no *Laboratoire*.

CAPÍTULO 2

A CHEGADA À VIDA PÚBLICA

“A verdade, entretanto, é que 1964 pegou todos nós desprevenidos” (José Arthur Giannotti).

1) Fernando Henrique Cardoso e 1964: “pego de surpresa”

A década de 1950, sob os auspícios do nacional-desenvolvimentismo, propiciou, de certa forma, uma visada teórica sobre a realidade social brasileira por parte dos cientistas sociais. A temática da “mudança social” e “dos bloqueios estruturais ao desenvolvimento” permitiu uma enorme produção científica no intuito de diagnosticar e, também, de agir racionalmente sobre a sociedade.

As obras de Florestan Fernandes (*Branços e negros em São Paulo*, de 1959; *Mudanças sociais no Brasil*, 1960; *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, 1961; *A sociologia numa era de revolução social*, 1962 e *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1964), Octavio Ianni (*Cor e mobilidade social em Florianópolis*, 1960; *Metamorfoses do escravo*, de 1962 e *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*, 1965) e de Fernando Henrique Cardoso (*Cor e mobilidade social em Florianópolis*, 1960; *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, de 1962 e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, de 1965) tornam manifesta essa preocupação em compreender a sociedade brasileira, a passagem de uma sociedade escravista e de castas para uma sociedade capitalista alicerçada sobre as classes sociais.

O regime militar instaurado, em 1964, encontrará a Escola de Sociologia Paulista no auge de sua produção intelectual. Seus inúmeros projetos de estudos, artigos, livros, conferências e debates são resultados do encontro de intelectuais ávidos por se firmarem no campo acadêmico e por compreender a sociedade brasileira como

uma realidade em acelerada transformação e que fornecia elementos para a indagação sociológica.

No interregno compreendido entre 1961 (Doutorado) e 1963 (Livre-Docência), Fernando Henrique Cardoso esteve em Paris, especificamente no *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, da Universidade de Paris. Como atestam as missivas de Cardoso enviadas a Florestan Fernandes, a estada na França permitiu travar contato com cientistas sociais (alguns já velhos conhecidos) como Touraine, Croizier, Bastide, Naville, Metraux, Friedman, Levi-Strauss, entre outros. Sem dúvida, o contato prévio de Cardoso com Touraine estabelecido no Brasil - através da USP - bem como a afinidade nas pesquisas do *Laboratoire* com os estudos que Fernando Henrique Cardoso desenvolvia sobre os empresários industriais lhe facilitaram o trânsito entre a intelectualidade francesa. Neste curso de pós-graduação, Cardoso pode dedicar-se à leitura da bibliografia européia acerca do desenvolvimento industrial, dos empresários e empreendedores, e isso lhe rendeu a possibilidade de participar de inúmeros seminários e de publicar seus trabalhos em periódicos científicos franceses.

Fernando Henrique Cardoso - mesmo na Europa - teve preocupação com a dinâmica da Cadeira de Sociologia I e com o Cesit, e isso era constante na troca de cartas com Florestan Fernandes. Os anos compreendidos entre o seu doutoramento e a livre-docência foram de afirmação da capacidade de trabalho científico e da habilidade de gerenciar projetos e novos cientistas sociais. Tanto Cardoso quanto Ianni, só saíram do Brasil depois de sua formação completa, como queria Florestan Fernandes. Florestan acreditava que os cientistas sociais deveriam ter sua formação integral na USP, já que a instituição estava habilitada – graças às ações dos fundadores e dele próprio – à constituição de um corpo de docentes-pesquisadores de alto nível. As idas de Ianni e Cardoso corroboraram a visão de Florestan, pois ambos se saíram extremamente bem no

trato com os seus colegas estrangeiros e seus arcabouços teóricos não deixavam a desejar.

O ano de 1964, porém, “pegou todos desprevenidos” – segundo afirmação de Giannotti ao relembrar a constituição do Seminário de Marx. Se a década de 1930 foi a da constituição da USP e das profundas transformações que trouxeram à tona “O Brasil moderno”; as décadas de 1950 e pelo menos até meados de 1960, conteve, em seu bojo, um certo otimismo advindo do desenvolvimentismo e da consolidação institucional²³ das Ciências Sociais, mormente da Sociologia capitaneada por Florestan e seus assistentes. 1964, assim, foi um corte, uma ruptura, com os sentimentos reinantes nas décadas anteriores. No limite, o Golpe Militar interferiu no auge das carreiras dos intelectuais uspianos em geral e de Fernando Henrique Cardoso em particular²⁴.

A FFCL manteve uma posição crítica em relação ao Golpe Militar de 1964 e isso trouxe, logo em seguida, conseqüências aos seus professores (LEONI, 1997). Como não poderia deixar de ser, Florestan Fernandes foi chamado a depor por conta da instauração de um inquérito policial-militar (IPM). Em carta datada de 9 de setembro de 1964, Florestan escreve para o Tenente-Coronel Bernardo Schonmann e sem meias-palavras afirma: “não somos um bando de malfeitores”. E passa a expor não só sua trajetória, mas também de seus vários colegas da universidade:

Não somos um bando de malfeitores. Nem a ética universitária nos permitiria converter o ensino em fonte de pregação político-partidária. Os que exploram meios ilícitos de enriquecimento e de aumento do poder

²³ Cf. em: MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001c.

²⁴ Nas palavras de Cardoso: “Nós éramos contra o populismo de Goulart e pensávamos que a tentativa de golpe partiria do lado dele [...] Tínhamos medo das conseqüências, inclusive no plano pessoal, pois não éramos inteiramente vinculados à situação. O golpe veio do lado contrário. Eu era membro do Conselho Universitário, e nós tínhamos promovido uma grande mudança na universidade, mas isso não tinha nada a ver com política. Vem o golpe e descubro que sou procurado pela polícia. Para mim, foi uma surpresa” (CARDOSO *apud* LEONI, 1997, p. 106). Assim, realmente, pode-se entender o porquê da afirmação de Giannotti: a surpresa do golpe.

afastam-se, cuidadosa e sabidamente, da área do ensino (especialmente do ensino superior) (FERNANDES, 1977, p. 210).

Florestan, assim, acata as determinações das autoridades em depor, mas destaque que:

Não obstante, acato as determinações, que não estão em meu alcance modificar. Por quê? Por uma razão muito simples. Nada tendo a ocultar ou a temer, entendo que seria improdutivo enfrentar de outra forma tal vicissitude. A nossa escola, por ser inovadora e por ter contribuído de maneira poderosa para a renovação dos hábitos intelectuais e mentais imperantes no Brasil, foi vítima de um processo de estigmatização que muito nos tem prejudicado, direta e indiretamente. Não podendo destruí-los, os agentes da estagnação cultural optaram pela difamação gratuita e pela detração sistemática. [...] Como no passado, continuo e continuarei fiel às mesmas normas que sempre orientaram o meu labor intelectual, como professor, como pesquisador e como cientista. Não existem dois caminhos na vida universitária e na investigação científica. A liberdade intelectual, a objetividade e o amor à verdade resumem os apanágios do universitário e do homem de ciência autênticos (FERNANDES, 1977, p. 211).

No mesmo mês – setembro – Florestan foi preso durante três dias. Há, na carta, a força do argumento de um intelectual que, contudo, foi vencido pelo argumento da força.²⁵ O clima na USP foi de total descrença nas atitudes tomadas pelo Regime e, em especial, das ações levadas a cabo pela Reitoria e vários professores que, ideologicamente, se coadunavam aos militares. O reitor Gama e Silva tinha fortes vínculos com o novo governo²⁶ e constitui uma comissão especial para investigar as ditas atividades subversivas na USP. Compuseram a comissão os professores Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito; Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina e Theodureto I. de Arruda Souto, da Escola Politécnica. O relatório final da comissão asseverou “serem realmente impressionantes as infiltrações

²⁵ Na obra *Florestan Fernandes: a força do argumento*, que reúne artigos de Florestan Fernandes e organizado por João Roberto Martins Filho, vemos inúmeros textos de Florestan publicados nos jornais nos quais o sociólogo buscar sustentar suas idéias na força dos argumentos, como se espera de um cientista e intelectual. Cf. em: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **Florestan Fernandes: a força do argumento**. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

²⁶ No livro intitulado *O controle ideológico na USP (1964-1978)*, publicado pela Adusp, temos a seguinte passagem: “Utilizando as ligações que possuía com o governo revolucionário, isto é, estribado em fontes de poder alheias à Universidade, o reitor Gama e Silva pôde dispensar o apoio e livrar-se do controle do grupo que o elegera, atuando na Reitoria como porta-voz da revolução. Mais ainda, certamente não por coincidência, o mecanismo repressivo que se abate sobre a Universidade tem como alvo favorito o grupo renovador da Universidade e obtém, como resultado, seu esfacelamento” (**O controle ideológico na USP (1964-1978)**, Associação dos Docentes da USP, 2004, p.12). Ocioso afirmar que o “esfacelamento” foi direcionado aos principais membros da Escola Paulista de Sociologia.

de idéias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos” (**O controle ideológico na USP (1964-1978)**, Associação dos Docentes da USP, 2004, p.18). A contabilidade final indicou a suspensão, em outubro de 1964, dos direitos políticos de 52 pessoas, das quais 44 professores:

“(...) FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS – Mário Schenberg, professor; **Fernando Henrique Cardoso**, professor; Nuno Fidelino de Figueiredo, professor; José Cruz da Costa, professor; **Florestan Fernandes**, professor; Fuad Daher Saad, estudante. FACULDADE DE DIREITO – Caio Prado Júnior, professor [...] ESCOLA POLITÉCNICA – Paulo Guimarães da Fonseca, professor; Marco Antonio Mastrobuono, instrutor; José Serra, estudante [...]. (**O controle ideológico na USP (1964-1978)**, Associação dos Docentes da USP, 2004, p.19).

As ações do governo atingiram em cheio três membros do Cesit: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Nuno Figueiredo.²⁷ A criatividade dos pesquisadores, o trabalho desenvolvido individualmente ou em conjunto, bem como suas próprias carreiras universitárias foram colocadas em grave situação.

No dia 31 de março, de 1964, dirigindo-se para a faculdade na Rua Maria Antonia, Fernando Henrique e sua esposa, Ruth Cardoso, souberam, pelos alunos, que Fernando Henrique estava sendo procurado pela polícia. Embora não tivesse uma atuação político-partidária, suas ações no Conselho Universitário²⁸ e os conflitos advindos desta atuação lhe colocou como foco de seus oponentes, como forma de se livrarem “da facção radical” (GOERTZEL, 2002, p. 45).

²⁷ “Na faculdade de Filosofia é atingido, em primeiro lugar, Mário Schenberg, um dos maiores físicos brasileiros, que sempre se declarou abertamente comunista [...]. Segue-se um grupo de três professores, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Nuno Fidelino Figueiredo; os dois primeiros são os sociólogos mais notáveis de suas respectivas gerações e, o terceiro, um economista do qual sequer se podia dizer que fosse de esquerda. Une-os o fato de pertencerem todos ao CESIT – Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho, uma experiência inovadora no campo das ciências sociais no sentido de pretender fundar, na Universidade, um centro dinâmico de pesquisa sociológica voltado para a realidade brasileira (**O controle ideológico na USP (1964-1978)**, Associação dos Docentes da USP, 2004, p.20-21).

²⁸ Sobre a sua atuação no Conselho Universitário, Cardoso afirma que: “Eu tinha sido eleito pelos ex-alunos e, depois, pelos Doutores e, finalmente, pelos livre-docentes com uma plataforma de apoio à reforma universitária” (CARDOSO, 1998 apud MICHILES, 2003, p.40)

Tendo sido avisado pelos alunos, Fernando Henrique Cardoso teve tempo de “fugir” da Maria Antonia. As forças policiais, contudo prenderam Bento Prado Júnior, filósofo e amigo de Fernando Henrique Cardoso, pois achavam que Bento Prado era o próprio Fernando Henrique. Nos dias que se seguiram, houve a confirmação que a polícia estava empenhada em encontrá-lo. Por conta da situação em voga, Fernando Henrique Cardoso decidiu deixar o país²⁹. Vai para Buenos Aires e lá consegue, ainda, desenvolver alguns estudos sobre os líderes empresariais argentinos – já que sua tese de Cátedra seria um estudo comparativo da ideologia do empresariado industrial Argentino e Brasileiro.

Na Argentina, Fernando Henrique Cardoso é recebido por Gino Germani e Torcuato di Tella e, também, reencontra com seu colega Nuno Fidelino Figueiredo, que tinha sido seu colaborador no CESIT e também afastado pelo Regime Militar. Nesse momento, em 1964, Nuno Figueiredo era chefe de um departamento da Cepal, no Chile, e transmite um convite de José Medina Echevarría para que Cardoso fosse trabalhar na Cepal, em Santiago.

No exterior, Cardoso soube, por intermédio de amigos, que os dirigentes da USP tinham a intenção de demiti-lo por abandono de emprego, já que se ausentou às pressas da Maria Antonia para não ser preso e, em seguida, deixado o país. Indignado, Cardoso escreve, na condição de Professor Livre-Docente da Cadeira de Sociologia I, ao Prof. Dr. Mario Guimarães Ferri, Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da USP. A carta é datada de 21 de maio de 1964, e vale a pena reproduzir na íntegra o documento:

²⁹ Sua saída do Brasil se deu por conta de uma brecha deixada pelos militares, pois: “Por intermédio de amigos, descobriu [FHC] que a polícia não tinha colocado o seu nome em uma lista de pessoas que deveriam ser detidas no aeroporto se tentassem deixar o país. Com a ajuda de Maurício Segall [...] Fernando Henrique Cardoso conseguiu embarcar num voo para Buenos Aires” (GOERTZEL, 2002, p. 45).

Dirijo-me a V. Excia. em sua qualidade de diretor da Faculdade e, pois, de presidente da Congregação dos professores, aos quais peço que forneça cópias dessa carta.

Como é de seu conhecimento, ausentei-me do país no dia 19 de abril p.p. Anteriormente, em conversa com V. Excia., então no exercício da Reitoria, havia ponderado que a nova situação política brasileira, marcada por perseguições e arbitrariedades policiais, tornara impossível a vida intelectual para quem, como eu, com responsabilidades na administração universitária, nunca havia silenciado diante do que parecia erro ou omissão. Acrescentei que não estava disposto de deixar manifestar no Conselho Universitário minha indignação diante das palavras proferidas pelo Reitor na televisão no dia 2 de abril, que tinham o sentido de um início de caça às feiticeiras. Disse ainda que, apesar de não haver sido diretamente atingido por medidas coatoras até àquela data, tomara a decisão de ausentar-me do país porque tinha a intenção, como era de seu conhecimento e do conhecimento de alguns colegas, de concorrer à cátedra de Sociologia II em setembro próximo e no exterior poderia continuar trabalhando na tese com tranqüilidade e liberdade, tanto mais que a dissertação para o concurso seria a análise dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico da Argentina, do Chile e do México. Assegurou-me V.Excia. naquela oportunidade que o afastamento poderia ser concedido, dentro das normas burocráticas.

Posteriormente a essa conversa, agentes policiais foram prender-me na própria Faculdade. Prevenido, quando chegava à escola, da presença de investigadores, resolvi não me entregar à arbitrariedade policial. Procurei saber, através de amigos da Universidade, se realmente havia ordem de detenção contra mim e quais os motivos alegados para essa arbitrariedade. Na confusão político-policial daqueles dias, apesar do empenho dos que trataram de averiguar o que ocorria, não foi possível obter dados precisos sobre a ordem de prisão. Depois de alguns dias de expectativa, já havendo formalizado anteriormente um pedido de afastamento, resolvi sair do Brasil com destino a Buenos Aires. Tomei essa decisão depois de configurada pressão policial direta que me impedia de ir à Faculdade, pois durante toda a semana anterior a meu embarque os policiais permaneceram em minha sala ou nos corredores da Faculdade. Não havendo ordem legal de prisão contra mim e em face da vacuidade e falsidade das alegações orais que, sem serem responsabilmente indiciadas, eram mencionadas aos amigos que procuraram algumas autoridades para informarem-se sobre o que ocorria, pareceu-me impossível continuar em São Paulo: nossa Universidade não tinha forças suficientes para protestar contra as arbitrariedades e garantir o trabalho a seus professores e alunos. A ilegalidade e o absurdo kafkiano da situação estavam suficientemente configurados para que eu resolvesse não permitir que me tolhessem a liberdade de movimentos e a possibilidade de continuar trabalhando dentro de um programa de vida intelectual.

No exterior vi reafirmados convites que recebera anteriormente, tanto da Universidade de Buenos Aires quanto das Nações Unidas, e fui informado de que também a Universidade de Paris se dispunha a contratar-me. Não cheguei sequer a examinar a viabilidade de trabalhar nas universidades de Harvard e de Columbia, nos Estados Unidos, que me haviam anteriormente sondado sobre as possibilidades de aceitar convites para nelas trabalhar, porque resolvi concordar com o convite do Instituto Latinoamericano de Planificacion Economica y Social, das Nações Unidas, que me fora feito, pela primeira vez, em dezembro do ano passado. O motivo fundamental dessa decisão prendia-me ainda à continuação de minha carreira acadêmica na Faculdade de Filosofia: em Santiago teria a oportunidade para continuar os estudos sobre a América Latina e, assim, concorrer com mais probabilidades de êxito à cátedra de Sociologia. Encaminei, imediatamente, novo pedido a V. Excia., esse de licença por um ano.

Hoje, passados mais de trinta dias de ausência do país, recebi, por carta particular, a informação de que o Magnífico Reitor não despachara

qualquer pedido meu de licença ou afastamento e que não se dispunha a fazê-lo, até que surgissem e se comprovassem possíveis acusações do DOPS sobre atividades que poderiam vir a ser atribuídas a mim. Também V. Excia. ter-se-ia visto coagido, por apego à confiança de que é depositário como delegado do governo (embora seja também representante dos professores que o elegeram) a fazer uma consulta sobre o “abandono de cargo” que se configura depois de trinta dias consecutivos de ausência do trabalho.

Senhor diretor: cessemos o jogo burocrático-formalista. Eu não estou “faltando”. Estou fora do país por pressão policial e se viajei foi para poder continuar a trabalhar intelectualmente. Se alguma ilegalidade há em termos funcionais é a dos responsáveis pela administração que não querem assumir a responsabilidade de um ato de rotina, temendo a acusação de convivência com os que hoje são perseguidos, mas que até há um mês eram reconhecidos como conselheiros capazes e dedicados para solucionar os mais espinhosos problemas da alta administração universitária.

Não escrevo esta carta a V. Excia. para defender-me de faltas administrativas ou de atos políticos. Não aceito a situação policial vigente na Universidade e não me defenderei, ainda que venha a ser chamado a isso, de acusações infundadas que se vão apurar em inquéritos que deslustram nossa tradição universitária. Nada tenho a esconder ou a temer: o que penso está escrito e publicado em meus livros e trabalhos; minha ação, como professor e cidadão, foi pública e notória na Universidade, à [sic] cujo Conselho Superior pertenço há mais de sete anos e no qual sempre agi com desassombro, expondo com a máxima clareza meu pensamento. Dei o melhor de meu esforço como intelectual e como professor para que meus trabalhos e minhas aulas traduzissem nitidamente a concepção que tenho da vida intelectual como atividade criadora. Não pode existir criação sem liberdade e sem ousadia.

Dentro do respeito à dignidade humana, própria e alheia, minha experiência intelectual e de vida – não sei distinguir os dois processos – sempre foi uma pesquisa ousada e de absoluto desapego a situações pessoais de interesse. A tal ponto que a única coisa que tenho a reivindicar agora é essa liberdade que exerço, ainda que de longe, de reafirmar tudo o que fiz na Universidade. A posição funcional que ocupo hoje, depois de ter exercido considerável influência na vida político-administrativa da Universidade por vários anos, é a mesma que tinha quando, há dez anos, comeci a carreira: professor assistente substituto. Todas as promoções que tive, na linguagem militar ora corrente no Brasil, foram por merecimento: especialista em sociologia, doutor em ciências e livre-docente da cadeira de Sociologia I, sempre com distinção.

Não escrevo, pois, para reivindicar: o posto que me deu a Universidade a que sempre servi com empenho é menor do que os oferecidos, graças a meus trabalhos, pelas Universidades e Instituições de pesquisa estrangeiras e internacionais. Escrevo, entretanto, senhor diretor, para dizer que nesta Faculdade há muitos intelectuais íntegros e que não é possível que se permita, com o tempo, a degradação da vida universitária. Não peço a V. Excia. que me defenda nem a meus colegas que se solidarizam comigo ou com outros professores em situação idêntica. Peço que se defendam e que defendam a Universidade: sem dignidade e sem liberdade não pode existir vida intelectual. Não aceitem, movidos por pruridos de formalismo burocrático, a auto-destruição, a pretexto de que a liquidação de uns poucos poderá salvar a Universidade. A “salvação” baseada na omissão, na complacência e no temor significará a degradação da Universidade, que é pior que seu extermínio. Sem coragem moral e a ousadia dos espíritos livres pode haver rotina acadêmica, mas não vida universitária.

Confio em que V. Excia. e os professores da Faculdade saberão defender a dignidade de nossa escola. Que a violência policial possa a vir a destituir-me do cargo que tenho é ridículo, mas compreensível: a inteligência livre

aborreço à estupidez reacionária. Que os professores compartilhem deste triste cometimento é uma nódoa que a Universidade não merece. Com protesto de respeito, subscrevo-me

*dr. Fernando Henrique Cardoso
livre docente da cadeira de Sociologia I*

Como se pode depreender do tom da carta enviada a Ferri, Cardoso discorda absolutamente das condições vigentes na Universidade, bem como das conseqüências arbitrárias do golpe militar para sua carreira. Ocioso afirmar que a escrita da missiva assemelha-se à de Florestan quando o mesmo sofreu o inquérito policial-militar: o texto apresenta firmeza de propósitos, mas sem indelicadezas; apresenta uma vida dedicada à USP até aquela data; afirma uma carreira exemplar, seja indicando os títulos, seja na citação das universidades ou instituições do exterior que querem o seu trabalho; e, por fim, uma posição radicalmente contrária àquela que tolhe a dignidade e a liberdade da vida intelectual. Essa carta foi enviada a Florestan Fernandes e, também, com cópias para que Florestan entregasse a José Arthur Giannotti.

A situação política, sem dúvida, não era animadora para quem, como Cardoso, dedicava-se ao trabalho intelectual. O grupo da Cadeira de Sociologia I e do Cesit é fortemente atacado pelo Regime e as condições de desenvolver pesquisas e de lecionar como no passado são, praticamente, nulas. Em face desse quadro, a decisão de Fernando Henrique é continuar no exterior, onde lhe haviam ofertado condições mais do que dignas de continuidade de sua carreira.

2) A mudança de “agenda”: a América Latina aberta à indagação sociológica de Fernando Henrique Cardoso

Em 1º de maio de 1964, Fernando Henrique Cardoso chega ao Chile. A intenção era uma estada provisória, mas que acabou significando que esse provisório durou cerca

de quatro anos. O convite para trabalhar na Cepal foi bastante sedutor para o sociólogo paulista, pois – àquela altura – já tinha uma obra consagrada no Brasil entre seus pares e seu prestígio intelectual já havia chegado nos círculos acadêmicos chilenos.

Sem dúvida, o Chile e a Cepal serão, para Cardoso, os elementos fundamentais de sua mudança de agenda: das interpretações sociológicas sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira passará às reflexões sobre as sociedades latino-americanas. Nas palavras de Michiles: “Ironicamente, o golpe de 1964 propiciou uma oportunidade para Cardoso desenvolver sua atividade intelectual com repercussão internacional. Até 1964, Cardoso só tinha publicado, basicamente, no Brasil.” (MICHILES, 2003, p. 41). Sobre o clima que Fernando Henrique Cardoso encontrou Leoni afirma que:

Santiago é também uma das cidades mais cosmopolitas da América Latina. Todos os grandes organismos internacionais da ONU têm lá uma filial. A OIT, Organização Internacional do Trabalho, a Unesco, organização para a educação, ciência e cultura, a FAO, organização para a alimentação e agricultura, têm todas um escritório na capital chilena. A cidade abriga também as maiores escolas do pensamento do continente sul-americano, como a Flacso, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, o Ilpes, Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, e sobretudo a Cepal (LEONI, 1997, p.117).

Aqui, parece que se encontram as condições objetivas – o contexto social e intelectual chileno – e as condições subjetivas – a personalidade cosmopolita de Cardoso junto à sua capacidade científica -, coadunando-se numa experiência assaz profícua para a sua carreira acadêmica. Fernando Henrique trabalhou como professor de Sociologia do Desenvolvimento no Ilpes (de 1964 a 1967), professor de Sociologia do Desenvolvimento na Flacso (de 1965 a 1966), Universidade do Chile (de 1966 a 1967) e na Cepal (de 1964 a 1967), como coordenador de pesquisa da Divisão Social (Michiles, 2003; Goertzel, 2002; Leoni, 1997).

No exílio, especificamente trabalhando na Cepal, Cardoso produzirá – juntamente com Enzo Faletto - a obra que, sem dúvida, marcará indelevelmente sua trajetória intelectual: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Texto

redigido sob a forma de um relatório para a Cepal, começou a ser escrito em 1965 e teria sua forma final em 1966. Sobre a obra em tela Schwarz afirma que:

Seu programa de especificações históricas, sociológicas e econômicas, assim como o sistema de variações de país a país, que aponta para um todo em movimento, fazem a novidade e a força do livro. **Espero não errar, contudo, notando que em parte se trata da generalização e do ajuste, para o continente, dos pontos de vista do *Empresário Industrial*.** Lá estão as singularidades dos arranjos sociológicos nacionais, sempre subdesenvolvido e carregado de história, funcionando como suportes da inserção contemporânea da economia. São eles a travacão do caráter dependente, ou “sub”, de seus países, que nem por isto ficam excluídos do desenvolvimento capitalista, que se processa de forma *sui generis* por meio daqueles mesmos arranjos (a reposição do atraso) ou de sua reformulação (o atraso reposto de modo novo). Ainda mais uma vez trata-se de mostrar que as categorias econômicas não andam sozinhas e que a subordinação dos subdesenvolvidos não dispensava uma correia de transmissão interna, acessível a luta política (este o momento combativo). E que as transformações do capitalismo central mudam os termos do enfrentamento de classes nos países periféricos, abrindo saídas imprevistas no quadro do conflito cristalizado anteriormente, que passa a girar em falso, enquanto a nova solução recria outra modalidade de atraso (este o momento de dura constatação) (SCHWARZ, 1998, p. 112 – grifos nossos).

Em 2004³⁰, no *Prefácio* à nova edição de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Cardoso corroboraria a afirmação de Schwarz dizendo que:

As idéias iniciais sobre as quais este ensaio se baseou **derivam da confluência de antigas preocupações minhas**, desde quando escrevi, ao final dos anos cinquenta e início dos sessenta, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* e, mais tarde, em 1962-63, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, com os debates no Ilpes, na Cepal em geral, e nas universidades chilenas (CARDOSO, 2004, p. 7 – grifos nossos).

Enzo Faletto, cientista social chileno³¹, revisou o texto de Fernando Henrique Cardoso e acabou colaborando como co-autor, pois adicionou ao texto as suas idéias. Houve, também, a leitura de Medina Echevarría, que apresentou sugestões; e, por fim, Raul Prebisch, que chefiava a Cepal, leu as versões preliminares e, mesmo tendo certas reservas ao texto, permitiu sua circulação (Goertzel, 2002). Ted G. Goertzel (2002) afirma que o livro granjeou fama internacional, mas muitas das questões apresentadas –

³⁰ Cf. em: CARDOSO, F. H. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 8ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

³¹ Nas palavras de Cardoso: “A Enzo eu devo muito do que pude ver e deixar registrado da história tão variada e, ao mesmo tempo, com tanto em comum de “*nuestra América*”. Ele sabia disfarçar sua erudição na simplicidade e na graça da palavra. Era um professor admirável. Rigoroso na análise, escrevia dando a impressão que não gostava do ofício de escritor e dizia que não se devia levar muito a sério que pensava. Deixou, sem alarde, obra notável, como historiador das idéias, como sutil analista das tendências do mundo contemporâneo”. Cf. em: CARDOSO, F. H. Análise e memória (recordações de Faletto). In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 19, nº 1, junho de 2007.

interessantes por sinal – não foram inteiramente fundamentadas. Portanto, os autores (Cardoso e Faletto) definiram o livro como um ensaio e esse ensaio resultou oportuno dado o contexto histórico e o debate que se encontrava em voga acerca do desenvolvimento latino-americano.

O debate vigente na época era balizado por duas visões acerca do desenvolvimento. Em primeiro lugar, a visão cepalina – tendo Prebisch, Furtado, Aníbal Pinto, etc. como sustentadores – destacando o progresso técnico, como forma de elevar a produtividade. Neste caso, a industrialização seria requisito para escapar dos déficits oriundos da uma balança comercial que apresentava a grande diferença no valor de produtos agrários e minerais se comparados aos preços das mercadorias manufaturadas e equipamentos importados, estes últimos sempre mais altos. Desta forma, o Estado seria um instrumento essencial para acelerar a acumulação de capitais, planejador das metas de crescimento e, também, da criação de condições políticas favoráveis ao desenvolvimento econômico. Havia, ainda, em segundo lugar, a visão oriunda das universidades e dos movimentos políticos. Nesta vertente, o desenvolvimento só seria resultado de uma ruptura radical dos sistemas econômicos destas sociedades subdesenvolvidas. A ruptura seria tanto numa vertente socialista quanto numa versão do nacionalismo terceiro-mundista, a fim de romper a dependência colonial ou de submissão ao imperialismo (no caso, o norte-americano) (Cardoso, 2004).

A obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* propôs uma análise distinta destas duas dimensões acima destacada. Sua ênfase se deu sobre a dinâmica política entre as classes e grupos sociais, no bojo de cada país. Por isso, segundo Cardoso, haveria, ali, não uma teoria da dependência, mas uma análise concreta de situações de dependência³².

³² Cf. em: CARDOSO, F. H. “Teoria da dependência” ou análise concretas de situações de dependência?. In: _____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1972. Este escrito foi

Ociosos afirmar o quão importante foi o impacto dessa obra para a discussão no cenário latino-americano e mundial acerca da temática do desenvolvimento e da dependência, pois suas centenas de traduções em diversas línguas tornam manifesta essa importância (Goertzel, 2002; Michiles, 2003).

A obra em tela constitui-se de uma *Introdução* (cap. I); cap. II, *Análise integrada do desenvolvimento*; cap. III, *As situações fundamentais no período de “expansão para fora”*; cap. IV, *Desenvolvimento e mudança social no momento da transição*; cap. V, *Nacionalismo e populismo: forças sociais e política desenvolvimentista na fase de consolidação do mercado interno*; cap. VI, *A internacionalização do mercado: o novo caráter da dependência* e *Conclusões*.

Ao proporem uma análise integrada do desenvolvimento, Cardoso e Faletto superaram, em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, esquemas interpretativos ligados às noções estritamente econômicas ou mesmo às discussões político-partidárias que se firmavam na idéia de mudança pela via revolucionária. Uma análise integrada do desenvolvimento, como enfatizam os autores, permite uma visada teórica mais precisa acerca deste fenômeno: o desenvolvimento econômico. Assim, nestes termos, o conhecimento da dialética de Cardoso coaduna-se ao cabedal histórico de Faletto apresentando inovações na perspectiva analítica das situações de dependência latino-americana. Por análise integrada deve-se entender a articulação dialética entre o interno (a nação, com suas classes e grupos sociais – nos níveis econômico, político e social) com o externo (os países capitalistas centrais, com suas classes e grupos sociais

apresentado como resposta ao texto de Francisco Weffort *Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?*. Há um questionamento de Weffort: haveria uma contradição real ou uma ambigüidade no conceito que se pretendia definir de uma perspectiva totalizante a partir da idéia de nação? Cardoso, em sua resposta, indica as incongruências das afirmações de Weffort e explica que há, sim, uma contradição real e, jamais, uma perspectiva teórica totalizante. Ademais, o que há é uma teoria do desenvolvimento do capitalismo e que a obra dele com Faletto faz a análise concreta de situações de dependência.

– nos níveis econômico, político e social) e ambos – o interno e o externo – são historicamente situados. Assim:

Precisamente o conceito de dependência, que mais adiante será examinado, pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado, e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 35).

Nas palavras dos autores:

[...] o objetivo deste ensaio é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 36).

No limite, os autores buscam apreender a situação histórica de cada país analisado apresentando que mesmo as particularidades de cada país expressam o condicionamento global, mas não alicerçado sobre o imperativo do economicismo. A relação entre o particular e o geral deve ser entendida como dialética, com sua dinâmica contraditória do processo histórico e sempre (embora com limites dados) aberta à intervenção política de grupos e classes sociais. O desenvolvimento econômico, portanto, só se torna – para os autores – inteligível quando articulado com a dimensão política (grupos e classes sociais) e, por isso mesmo, social.

Há uma necessidade ligada à interpretação de entender como as economias subdesenvolvidas vincularam-se ao mercado mundial historicamente e, mais ainda, a forma pela qual se constituíram os grupos sociais internos que lograram êxito em definir as relações orientadas para o exterior. Cardoso e Faletto defendem que os grupos e as classes sociais internas estabelecem nexos com os países centrais e isso rompe com a

idéia simplista de uma mera determinação do exterior para o interior da nação (Cardoso; Faletto, 2004).

[...] a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista. Porém, essa “dinâmica geral”, não é um *fator* abstrato que *produz* efeitos concretos; ela existe por intermédio tanto dos modos singularizados de sua expressão na “periferia do sistema”, como pela maneira como o capitalismo internacional se articula. Essa “unidade dialética” é que leva a recusar a distinção metafísica (isto é, que supõe uma separação estática) entre fatores externos e efeitos internos, e por consequência leva a recusar todo o tipo de análise da dependência que se baseia nesta perspectiva (CARDOSO, 1972b, p. 126).

Aqui, temos, indubitavelmente, o prosseguimento lógico não só das teses desenvolvidas em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, mas, também, no aspecto metodológico, dos resultados alcançados do grupo envolvido com o Seminário de Marx, em 1958, tão bem expressos na *Introdução de Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* (Cardoso, 1964; Schwarz, 1998; Lahuerta, 1999). A dialética, enquanto método interpretativo, traz – em seu bojo – a historicidade de todas as instituições, estruturas, leis e formas de vida social; remete, na análise, à categoria da totalidade e, por fim, tem como terceiro elemento a contradição (entre as forças e relações de produção e entre as classes sociais) (Löwy, 2000).³³

Para Cardoso e Faletto é mister desnudar as conexões entre as realidades interna e externa, mas

não seria suficiente nem correto propor a substituição dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento pelos de economia central e economia periférica ou – como se fosse síntese de ambos – pelos de economia autônomas e economias dependentes. De fato, são distintas tanto as dimensões a que estes conceitos se referem quanto sua significação teórica. A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político,

³³ A discussão metodológica acerca da dialética é, indiscutivelmente, o aspecto mais importante do grupo que se dedicou a realizar um seminário sobre a obra de Marx (Schwarz, 1998). Em *Para a crítica da economia política*, de Karl Marx, tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi, de 1974, e, especificamente, no tópico 3: *O método da Economia Política*, pode ser encontrada a fundamentação de toda a discussão metodológica proposta por Cardoso a partir de Marx, dando ênfase à noção de totalidade e de concretude, pois: “O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, K. Para a crítica da economia política. In: **Os pensadores**, Vol. XXXV. Seleção por José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 122). Além do próprio Marx, outras referências importantes acerca da metodologia dialética podem ser encontradas em: Lukács (1979, 1989); Fausto (1987); Giannotti (1960; 1965; 1966; 1977; 1983); Ianni (1982) e em Cardoso (1962a; 1962b).

mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 40).

A dimensão da vida política ganha importância neste cenário, visto que a metodologia utilizada não permite vislumbrar uma sociedade determinada, apenas, pelas condições estruturais, dessa forma, para os autores: “A esfera política do comportamento social influi necessariamente na formação do processo de desenvolvimento” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.41). O ensaio sociológico em tela não se propõe a separar os fatores internos e os externos, tampouco a indicar que a economia determina, inexoravelmente, a realidade social dos países dependentes latino-americanos.

A conclusão, apontada por Cardoso e Faletto, não abarca – dado o caráter de ensaio – generalizações acerca do fenômeno da dependência e, por isso, destacam os autores: “Não gostaríamos que as hipóteses e as interpretações provisórias que fizemos fossem transformadas, sem análises de situações concretas, em afirmações categóricas” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 179). Além disso, fica evidente para os autores que não se pode transplantar os esquemas teóricos que explicam o desenvolvimento capitalista dos países desenvolvidos para compreender a situação dos países na América Latina. O momento histórico é distinto, e a explicação sociológica deve, sempre, levar em conta “a relação entre *processo econômico*, *condições estruturais* e *situação histórica*” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 179).

No limite, Cardoso e Faletto querem romper com posições metafísicas (dependência entre uma nação e outra) e com posições mecanicistas (o centro determinando inexoravelmente os países dependentes sem possibilidade de mudança ou desenvolvimento). A ênfase, neste caso, deve ser dada às situações históricas concretamente estudadas e, nestas situações, as articulações processuais dos grupos e classes sociais, pois: “é preciso determinar interpretativamente a forma que essas

relações assumem em cada situação básica de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionam” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 180).

Nas palavras dos autores:

Nesse esforço procuramos mostrar a autonomia relativa, as contradições e as possibilidades de convergência entre o sistema econômico e o processo político. Acreditamos que a compreensão da situação atual dos países industrializados e dependentes da América Latina requer a análise dos efeitos do que chamamos de **“internacionalização do mercado interno”**, expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.181 – grifos nossos).³⁴

Com *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso, em parceria com Faletto, demonstra que, diferentemente do que se pensava no debate da década de 1950 (Cepal e PCB, como principais interlocutores), os países latino-americanos não estavam fadados ao eterno subdesenvolvimento, nem que a alternativa revolucionária e socialista seria a única forma para alcançar o desenvolvimento. Haveria, sim, desenvolvimento, ainda que dependente e associado aos centros hegemônicos do capitalismo:

[...] a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc. (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.182).

Retomando a conclusão de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, podemos salientar que, nesta obra, Cardoso assume que, após seus estudos, a burguesia brasileira, por ser incapaz de assumir a plena hegemonia da sociedade, optou pela ordem e por ser um sócio-menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que se capitalizava. Ainda que em tom quase premonitório e apocalíptico,

³⁴ Já no exercício da presidência da república (1995-2002), Fernando Henrique Cardoso afirmará, em vários discursos, entrevista e textos, que o processo de globalização já tinha sido percebido por ele, mas que não havia o conceito explicitado como atualmente. Fundamenta sua afirmação, dizendo que em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, havia, com Faletto, tratado do fenômeno da “internacionalização do mercado interno” das economias dependentes em relação ao capitalismo monopolístico. Ventilaremos esta temática de forma mais aprofundada em momento oportuno.

indagava qual seria a postura das massas urbanas e dos grupos populares em relação à situação em voga: subcapitalismo ou socialismo? Por mais pessimista que a pergunta possa parecer, há, ainda, um questionamento levando-se em conta as classes e os grupos sociais, deixando claro que a história não está previamente determinada.

Já na conclusão de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, asseveram os autores:

Sabemos que o curso da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros. Este dependerá, mais do que das previsões teóricas, da ação coletiva motivada por vontades políticas que se tornem factível o que estruturalmente é apenas possível (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p.183).

Há, tanto no estudo sobre o empresário industrial brasileiro quanto na pesquisa sobre a dependência e desenvolvimento latino-americano, uma visada teórica dialética, com o questionamento da realidade empírica imediata, entendendo que essa realidade é constituída por um processo histórico, no qual as classes e os grupos sociais se relacionam no nível econômico, político e social. Enfim, o sociólogo propõe e valoriza a dimensão política (portanto, historicamente aberta), as relações entre as classes sociais, para compreender o desenvolvimento econômico. O recurso ao método dialético e à noção de totalidade permite captar e apreender o sentido essencial dos processos históricos do desenvolvimento dos países latino-americanos em suas dimensões internas e externas.

Num projeto de pesquisa intitulado *Dependência e globalização: os termos da controvérsia em F. H. Cardoso*, José Marcio Rego, professor da Fundação Getúlio Vargas – SP, retoma algumas questões e apresenta a visão de vários economistas brasileiros sobre a obra de Cardoso e Faletto. O projeto em tela “pretende verificar os pressupostos teóricos e ideológicos do posicionamento atual de F. Henrique Cardoso em

questões de inserção externa e desenvolvimento, tendo como pano de fundo a problemática da dependência e da globalização” (REGO, 1998, p.2).

Assim, os objetivos de José Marcio Rego é iluminar a prática governamental de Fernando Henrique Cardoso, levando-se em consideração as idéias do sociólogo em relação à teoria da dependência. Para tanto, questiona alguns dos principais economistas brasileiros acerca das mais relevantes contribuições de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Não entraremos, aqui, nos aspectos relacionados à relação entre a teoria da dependência e o processo de globalização, pois dedicaremos especial atenção ao tema em outro capítulo.

Vejamos, agora, algumas posições apontadas sobre a obra de Cardoso, seu contexto e suas principais contribuições que foram sintetizadas no quadro a seguir:

QUADRO 3: Dependência e Desenvolvimento na ótica de alguns autores

Celso Furtado	- O fenômeno da dependência todos conheciam, a própria teoria do semi-colonialismo era uma teoria da dependência, que os marxistas desenvolviam. Agora, ligar isso à estrutura interna da sociedade foi uma contribuição dos sociólogos. - [...] o nome de dependência em si não tem muita importância, o que importa de verdade são os ingredientes do processo, e o que os sociólogos trouxeram foi um estudo da estrutura de poder interna, que está ligada à forma de dependência que surge com a industrialização.
Luiz G. Belluzzo	- Na época você tinha várias versões da teoria da dependência [...] na posição do Fernando Henrique, que procura colocar o seguinte: você pode ter as duas coisas, dependência e desenvolvimento, o desenvolvimento dependente. - Também refletia um pouco o otimismo, porque dizia: “vai ter desenvolvimento associado, dependente, mas esse desenvolvimento pode ter graus distintos de avanço social”. Depende da relação interna de classes, da relação interna de forças e da maneira como essa relação de forças se reflete nas políticas de Estado.
Paulo N. Batista Jr.	- E eu me pergunto o seguinte, se na forma de colocar as questões já não estava desenhada, ainda que em germe, a estratégia política que o Fernando Henrique seguiria mais tarde, nos anos oitenta e noventa. - A Teoria da Dependência está explicitamente formulada como uma contraposição ao nacional-desenvolvimentismo. - E o que dizia o Cardoso e o Faletto? Não, a burguesia nacional é dependente e associada, ela não será um aliado [na construção do socialismo, numa aliança entre burguesia e proletários]. - Não há uma alternativa ao imperialismo americano, era mais ou menos

	essa a colocação. - Desposado da retórica marxista, isto foi virando uma coisa diferente ao longo dos anos setenta, oitenta, na trajetória dos intelectuais que acabariam no PSDB: é que não há alternativa nacional, ponto. Portanto, o que há é uma alternativa de cooperação com as forças internacionais.
Francisco de Oliveira	- O <i>Dependência e Desenvolvimento na América Latina</i>, é, em primeiro lugar, uma releitura sociológica do trabalho do Celso e do trabalho do Rangel, mas com uma novidade, que é a de mostrar que a política não é indiferente num sistema econômico. - Portanto, a política não é apenas a via da economia. Essa é uma avenida de duas mãos. Isso fecundou extraordinariamente no pensamento de Fernando Henrique e Enzo Faletto. - Eu acho que o Fernando Henrique e o Faletto exageraram na mão e submergem o conflito interno quase completamente, fixando-se na dependência entre nações, conforme sugere o Weffort. O livro não dá a menor importância às formas de luta do proletariado. - [...] não pode dizer que <i>Dependência e Desenvolvimento</i> seja um recado conformista. - a matriz de <i>Dependência e Desenvolvimento</i> é a teoria do imperialismo leninista. É a teoria do imperialismo repensada, com o enriquecimento cepalino.
João Manuel C. de Mello	- O que diz <i>Dependência e Desenvolvimento</i>, diz: basicamente que, “apesar do capitalismo, nós podemos fazer reformas sociais” para, vamos dizer, corrigir as distorções. - Aquele livro é o seguinte: eles montaram um grupo de discussão. Estava o Lessa, a Conceição, Serra, Weffort e mais não sei quem... E, na verdade, ele [FHC] ali apreendeu aquele negócio do pensamento cepalino. Ele pegou aquilo e embutiu dentro daquilo uma análise social e política com a ajuda do Faletto, que é um cara que é historiador. História da América Latina quem sabe é o Faletto. - Agora é um livro que teve importância política. - A idéia era a de que, realmente, você podia fazer reformas a partir de um capitalismo que estava mais ou menos implantado e que você poderia caminhar para reformas.
José Serra	- Agora, desenvolvimento é desenvolvimento das forças produtivas. Por que se você não parte deste princípio você atrapalha as análises de interpretação e eu acho que a contribuição principal do Fernando Henrique nas questões do desenvolvimento foi essa [entendê-lo como desenvolvimento das forças produtivas]. - Então, a teoria da dependência no fundo foi uma insinuação de algum padrão de dependência, mas que estava associado à expansão do mercado interno. E foi o que o Fernando Henrique dissertou. Não que essa idéia fosse nova, que não havia isso. Mas quem pegou primeiro essa análise e desenvolveu de maneira mais acabada quer dizer, avançou mais nisso. Mas, aí, a coisa foi capturada. No fundo, para servir como justificativa, de novo, para as mudanças sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado de REGO (1998).

É possível depreender da síntese acima que os economistas apontam algumas questões importantes atinentes às formulações de Cardoso e Faletto. Celso Furtado, por exemplo, destaca a importância dos sociólogos (Cardoso e Faletto) em tratar da dependência também em sua dimensão interna à nação, isto é, a dinâmica centrada nos grupos e classes sociais que operam no bojo dos países latino-americanos. Luiz G. Beluzzo destaca, também, as relações internas de força e apresenta que há um certo “otimismo” no livro, defendendo a tese de que haveria desenvolvimento, ainda que dependente e associado. João Manuel Cardoso de Mello, por sua vez, assevera que o livro teve importância política, pois demonstra as possibilidades de reformas já no seio do capitalismo. E, por fim, José Serra atribui a Cardoso e a Faletto o fato de compreenderem o desenvolvimento como desenvolvimento das forças produtivas, em clara alusão ao arcabouço conceitual marxista que trata do desenvolvimento não só como econômico, mas, também, como político e social, em um processo contraditório alicerçado sobre as classes sociais.

Nas afirmações de Goertzel:

Os cientistas sociais na CEPAL foram muito receptivos às análises de Fernando Henrique Cardoso, mesmo quando ele criticava suas concepções anteriormente expressas. Amistoso, ele ouviu atentamente os pontos de vista dos demais, incorporando, muitas vezes, essas idéias ao seu trabalho. Ele e Faletto, no geral, eram considerados entre os fundadores da teoria da dependência, mas não concebiam a dependência como uma nova teoria que estava em conflito com o marxismo, a economia neoclássica ou qualquer outra doutrina. Isso contribuiu para que Fernando Henrique Cardoso permanecesse em bons termos com todos (GOERTZEL, 2002, p. 53)

E mais:

O golpe de Estado [no Brasil, em 1964] afastou-o da rotina acadêmica da Universidade de São Paulo e colocou-o em um ambiente de política internacional onde seus talentos foram utilizados em seu melhor proveito. Ele conquistou evidência internacional, que ampliou muito suas perspectivas de carreira (GOERTZEL, 2002, p. 53).

Ocioso, finalmente, insistir na importância que *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* teve na história intelectual latino-americana em particular e nas Ciências Sociais em geral. Mais ainda: a obra consolidará, cabalmente, a reputação

intelectual de Cardoso junto aos seus pares. O Chile, como tratamos alhures, dá uma projeção internacional, cosmopolita mesmo, para Fernando Henrique Cardoso. Suas novas teses – sobre o desenvolvimento e dependência na América Latina – são baseadas nas pesquisas sobre a realidade brasileira (capitalismo e escravidão e empresário industrial e desenvolvimento econômico), mas enriquecidas no ambiente intelectual da Cepal.

Ainda em Santiago, Fernando Henrique escreve para Florestan Fernandes e apresenta sua posição demonstrando interesse em disputar a Cátedra de Sociologia II, que fora, até então, ocupada por Fernando de Azevedo. De acordo com Pulici (2007), as relações entre as duas cadeiras eram de certa disputa: o cientificismo de Florestan na Cadeira de Sociologia I e as relações de proximidade entre Literatura e Sociologia na Cadeira de Sociologia II³⁵. Para recompor, ainda que brevemente, as trajetórias dos catedráticos, temos os dois primeiros sendo Paul Arbousse-Bastide (Cadeira de Sociologia I) e Claude Lévi-Strauss (Cadeira de Sociologia II), sendo que entre eles houve uma tensão que culminou com o afastamento de Lévi-Strauss em 1937. Roger Bastide foi contratado e assume a segunda cadeira. No início da década de 1940, Bastide é transferido para a primeira cadeira, sendo que a segunda foi ocupada por Fernando Azevedo. Em 1954, Florestan Fernandes substitui Bastide na Cadeira de Sociologia I e nomeia Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni como assistentes (PULICI, 2007; JACKSON, 2007, GARCIA, 2002; FERNANDES, 1977).

Na referida carta, de 24 de maio de 1964, Cardoso escreve sobre a disputa da Cadeira de Sociologia II que:

Não creio que a Faculdade tenha a decência mínima, nos dias que correm, de, sendo justo, dar-me a cátedra de Sociologia II. Isto me desanima

³⁵Sobre o sistema de Cátedras, Jackson aponta que: “Na vigência do sistema de cátedras (1934-1969), na FFCL-USP, havia duas cadeiras de sociologia. Tal divisão institucional esteve associada, desde o começo da faculdade, a disputas entre concepções distintas de ensino e pesquisa (frequentemente misturadas a questões de ordem política)” (JACKSON, 2007, p. 46).

trabalhar na tese. Já escrevi ao Octavio e a muitos outros mais pedindo informação para que eu possa aquilatar, mesmo de longe, as chances que ainda restam. Gostaria muito de ouvir outra vez sua opinião. Sua carta foi ótima da outra vez: eu preciso mesmo saber, sem subterfúgios, o que está acontecendo aí.

Por outro lado, já há uma semana comecei a receber os dados da pesquisa. Falta muito coisa ainda (quase todo o material bibliográfico e as análises econômicas da equipe chefiada pelo Sebastião). Não aventurar-me a dar aos nossos adversários a desculpa que mais gostariam: a de que, além de tudo, não fiz um bom trabalho. O tempo corre e eu fico aqui mergulhado nessas incertezas. Escreva-me quando possa e veja, francamente, se o Octavio não está em melhores condições que eu para concorrer. Ou, quem sabe, numa tática fulminante, concorra o senhor para uma cadeira e ele para a outra, mas em sentido inverso das expectativas normais e correntes.

Além das conjecturas acerca das disputas para a Cadeira de Sociologia II, Cardoso retoma sua preocupação com o cenário político e as incertezas no bojo da Faculdade:

Tenho às vezes a sensação de que todas essas conjecturas podem já ser vãs. Como vão os inquéritos? Vista a situação de longe, sou pessimista mesmo quanto aos outros dois sustentáculos de nosso antigo tripé. Não que tema pelo futuro profissional de cada um [...] mas sinto medo de que todo nosso esforço conjunto já tenha sido abalado pela onda da nação. Que poderão pesquisar e escrever agora nossos colaboradores do Cesit e da cadeira? Acho que convém aproveitar o compasso de espera para mandar ao exterior alguns deles. Assim evitarão com proveito o desgaste emocional inútil de uma situação tensa que, segundo penso, durará algum tempo a pleno vapor. Foram tantas as arbitrariedades praticadas que não vejo como poderão recuar.

Como é possível, novamente, depreender da missiva de Cardoso, há, quase sempre, a conjugação das preocupações individuais – as carreiras e os concursos de Cátedras – com o sentimento de manutenção da unidade do grupo em torno da Cadeira de Sociologia I. Na aludida Cadeira de Sociologia II, houve disputa entre Octavio Ianni e Rui Coelho, sendo esse consagrado catedrático.³⁶

3) A França, novamente, e o retorno à USP.

³⁶ Para Pulici: “Também Ruy Coelho, substituto de Fernando Azevedo na regência da Cadeira de Sociologia II, pautou sua vida acadêmica de princípios destoantes dos preceitos pelo modelo de trabalhador intelectual concebido pelo grupo da Sociologia I, já que não se sentiria obrigado a estudar o Brasil – escreveu sobre Proust, Kafka e os negros de Honduras –, nem a deixar de praticar uma sociologia eminentemente teórica (tese de livre docência e cátedra), desvinculada de investigações empíricas sistemáticas” (PULICI, 2007, p. 103).

Em 1967, a despeito de todas as possibilidades de permanecer em cargos importantes na Cepal, Fernando Henrique Cardoso aceita o convite de Alain Touraine para retornar à França. Aceito o convite, ele é nomeado professor de Sociologia Teórica na Universidade de Paris, campus de Nanterre (Goertzel, 2002; Michiles, 2003; Leoni, 1997).

Em sua estada em Paris, houve contato com alguns intelectuais e políticos brasileiros que já estavam realizando pesquisas ou lecionando, como, por exemplo, Luciano Martins, Waldir Pires e Celso Furtado. Somado a isso, o corpo docente de Nanterre tinha professores da estirpe de Touraine, Croizier, Henri Lefebvre.

Em 1968, Paris vivenciou os levantes estudantis que ficaram conhecidos como “Maio de 68”. De uma situação de relativa calma, a sociedade francesa se viu diante de inúmeras manifestações estudantis que angariaram apoio de outras categorias e grupos populares. Sem esperar, Fernando Henrique Cardoso seria colocado diante de um forte acontecimento histórico. Em suas palavras:

[...] era professor em Nanterre, e entre meus alunos estava o Daniel Cohn-Bendit. Eu dava teoria sociológica. Ensinava Weber, Marx, Durkheim – o trivial ligeiro. Dava uma aula no curso de graduação e outra na pós-graduação. O Cohn-Bendit e seu pessoal estavam no curso de graduação [...] . Começou a certa altura a haver uma certa inquietação. [...] A inquietação em Nanterre aparecia sob a forma de reivindicações concretas dos estudantes – por exemplo, se rapazes e moças podiam dormir no mesmo prédio, ou se rapazes podiam visitar moças em seus quartos, ou moças visitar rapazes. [...] No Brasil, seria impensável esse tipo de questões, sem referência ao “imperialismo”, à “luta de classes” etc. E havia a distribuição dos *tracts*, como se diz em francês – os panfletinhos (CARDOSO, 1998a, 45-6).

Além de Cohn-Bendit, havia Manuel Castells, professor e assistente, que se passava por aluno e era um dos orquestradores das manifestações. Cardoso se espantou – mas colocou o treinamento sociológico à prova – com os eventos que ocorriam. Alunos da classe alta francesa convidavam trabalhadores para participarem do movimento, enfim: “não havia correspondência ali com as receitas conhecidas de

transformações sociais. E, não obstante, de Gaulle quase caiu. A França foi tomada por uma comoção brutal” (CARDOSO, 1998a, 48).

Cardoso refletiu³⁷ sobre os acontecimentos e compreendeu que o motor das reivindicações estava longe da luta de classes, de consciência proletária, etc. Denominou essas transformações sociais de “teoria do curto-circuito”:

Sociedades do tipo das nossas, informacionais, com muita comunicação, podem mudar por um curto-circuito. Foi que aconteceu na França em 68. E também na Polônia, mais tarde, onde as circunstâncias fizeram com que eu também estivesse presente. [...] O que se tem hoje é que, como as sociedades são muito diversificadas e os pólos de decisão não são centralizados, podem ocorrer mudanças muito bruscas, e imprevisíveis. Daí o curto-circuito. [...] Agora, para acontecer isso, é preciso comunicar. Primeiro, ter algo que comunicar, e depois fazer com que isso passe aos vários segmentos (CARDOSO, 1998a, 49,50-1).

O professor de teoria sociológica presenciou – em maio de 1968 – lições práticas que fugiam, de acordo com sua opinião, às teorias clássicas, mormente a marxista. Convidado por seu aluno, Daniel Cohn-Bendit, para participar do movimento político francês, Cardoso se recusa, pois sua atenção estava, ainda, voltada aos estudos de desenvolvimento e dependência latino-americanos. Por ser um dos líderes do movimento estudantil, Cohn-Bendit foi interpelado pela direção universitária a fim de ser expulso e Fernando Henrique Cardoso, em contato com Touraine, intercedeu ao seu favor junto ao governo francês (Cardoso, 1998a; Leoni, 1997).

Embora desfrutando de prestígio intelectual e acadêmico na França, Fernando Henrique não desviava seu foco do Brasil. Em 1967, o clima político estava mais ameno

³⁷ Nas palavras de Cardoso: “naqueles dias tensos, Paris se transformou. A cidade burguesa e exibida, fútil mesmo, virou um “foyer” de discussões. Sobre tudo e sobre cada um. Uma catarse coletiva, entre tiros de festim, espaldeirações, pernas quebradas e intensa discussão política. Deu para sentir o gostinho dos grandes momentos de transformação social. E aprendi lições práticas de Sociologia: as sociedades “apáticas”, de repente, tornaram-se participantes e podem mudar; a mudança social, mesmo a “revolucionária”, não é predeterminável. Ela depende da fusão de múltiplas contradições e anseios, localizadas em planos sociais distintos e motivados por valores desencontrados. Mas, na hora da onça beber água, se não houver uma força política, uma vontade organizada que conduza a mudança e que esteja em consonância com as pressões populares, o impasse reaparece”. Cf. em: CARDOSO, F. H. **Perspectivas. Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

e o juiz Peri Bevilacqua cancela, através de um *habeas corpus*, o processo legal instaurado contra Fernando Henrique Cardoso, que fora instaurado em 1964.

Neste momento (1967-8), na USP, ainda vigia o sistema de Cátedras, tendo Florestan Fernandes como catedrático da Cadeira de Sociologia I, e Ruy Coelho na Cadeira de Sociologia II, ambas de Sociologia. Contudo, com a morte de Lourival Gomes Machado, que regia a Cadeira de Ciência Política, abre-se a possibilidade de Fernando Henrique Cardoso se candidatar à vaga. Vale, aqui, ressaltar que as vagas eram, geralmente, preenchidas pelos “sucessores naturais” dos catedráticos, isto é, o primeiro-assistente. No caso em tela, a sucessora de Gomes Machado teria sido Paula Beilgueman, mas com a entrada de Fernando Henrique Cardoso no concurso, o desfecho foi distinto do esperado, pois a disputa se dava com a apresentação de amostras da obra escrita dos postulantes à Cátedra. Assim, Cardoso leva enorme vantagem sobre Beilgueman principalmente – mas não só – por conta da repercussão positiva de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (Goertzel, 2002).³⁸

O escrito *Política e Desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*, que veio a lume na forma de livro em 1971, pela Zahar Editores, traz o texto apresentado no concurso de Cátedra para a Cadeira de Política, de que Fernando Henrique Cardoso sai vitorioso. O estudo aludido

³⁸ O episódio da disputa da Cátedra de Política gerou a única carta – das quais temos coligidas e que estão anexadas à tese – em que se pode depreender um certo clima de desconfiança e ressentimento entre Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. A missiva data de 26 de abril de 1968, enviada por Cardoso a Florestan Fernandes de Paris. O início da correspondência dá o tom do escrito: “*Acabo de ler sua carta e quero respondê-la antes mesmo de ter tempo de refletir maduramente. Não lhe digo que a carta doeu em meu coração porque isto seria pouco. E doeu não porque eu pense que o senhor foi injusto ao julgar-me tão maquiavélico assim... Doeu não por mim, mas pelo senhor*”. Na leitura das cartas enviadas por Florestan a Fernando Henrique e que constam no IFHC (Instituto Fernando Henrique Cardoso), não localizamos a carta de Florestan que ocasionou a resposta de 26/04/68, mas localizamos a resposta de Florestan deixando claro que não guardava mágoas de Fernando Henrique e que o episódio poderia ser considerado superado. Provavelmente, o clima se deu por conta da percepção de Florestan Fernandes sobre possíveis manobras de Fernando Henrique para compor a banca de seleção do concurso de Cátedra e, também, da não participação de Florestan na referida banca. Cardoso afirma, de forma peremptória, que “*Assim, prof. Florestan, não houve plano bem ou mal urdido, desta vez pelo menos foi feito à minha revelia [...] acho que, por mérito próprio, valho o suficiente para ganhar um concurso de cátedra*”.

não traz grandes novidades acerca da temática do desenvolvimento e da dependência na América Latina. Suas bases conceituais estão alicerçadas sobre as obras anteriores de Cardoso (*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* e *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*) e, sem dúvida, isso permite uma enorme segurança em relação à teoria e aos dados empíricos tratados nessa comparação entre o empresariado argentino e brasileiro.

Por se tratar de um texto apresentado ao concurso de Cátedra em Ciência Política, parece claro que Cardoso inicie com um capítulo dedicado ao pensamento clássico e contemporâneo da Ciência Política. Seu referencial teórico traz à tona as contribuições dos clássicos como, por exemplo, Durkheim, Hegel, Marx, Montesquieu e Weber. Nos autores contemporâneos, Cardoso apresenta seu domínio de teóricos distantes do marxismo: Robert Dahl, David Easton, Karl Deutsch e Talcot Parsons, Gabriel Almond e Sidney Verba.

Seu recurso teórico não é, apenas, a apresentação de autores para demonstrar o seu domínio da teoria contemporânea, mas sim uma preocupação de relacionar a teoria política e a investigação científica propriamente dita, ou seja, de que forma os autores supracitados permitem desnudar o conhecimento empírico a fim de atingir a explicação científica. É nesse contexto que Cardoso quer compreender e comparar a ideologia dos empresários argentinos e brasileiros; para tanto, o conceito de ideologia é assim enfatizado:

[...] é possível conceber as “estruturas ideológicas” como sendo sistemas de representação por meio dos quais os homens expressam um modo particular pelo qual eles sentem que participam de determinadas condições de existência social e em função dos quais atuam efetivamente diante destas mesmas condições. Quer dizer: a ideologia não é a transcrição imediata das condições de existência social, nem é o reino da pura ilusão; não pode ser descartada como “falsa consciência”, como *idola*, nem pode ser aceita como a expressão substantiva de um modo de relação social. Supõe, como escreveu Althusser alhures, uma relação real, uma relação vivida e uma relação imaginária (CARDOSO, 1971, p. 46).

Para o autor, a representação ideológica quando expressa um modo de conceber uma relação política, ela é, ao mesmo tempo, uma condição de existência e não apenas um reflexo do conjunto do sistema social em voga. No limite, o que Cardoso quer é entender a “opinião” dos empresários argentinos e brasileiros, mas essa “opinião”, enquanto informação obtida empiricamente pelo pesquisador, deve ser circunscrita num sistema ideológico, e sistema só pode ser apreendido enquanto uma relação entre a estrutura sócio-econômica e a estrutura ideológica.

Para Cardoso:

Foi com essa preocupação [relacionar a ideologia com a estrutura sócio-econômica, portanto, ser científico] que procuramos orientar o presente estudo. O tema, limitado, refere-se às representações que um setor social específico – os empresários industriais – assume como válido. Buscamos na análise dessas representações – coligidas ao nível da opinião individual – descobrir as “estruturas ideológicas” pelas quais os empresários expressam inconscientemente um modo de relação social e, ao nível de suas experiências, imaginam qual seja o mundo em que vivem (CARDOSO, 1971, p. 48).

Mais ainda:

Uma análise desse tipo implica – entre outros – dois andamentos metodológicos complexos: a determinação da relação entre estrutura sócio-econômica e “estrutura ideológica”, por um lado, e entre “estrutura ideológica” e verbalização individual, por outro. Além disso, a coerência com os pontos de vista sustentados anteriormente torna necessária uma digressão sobre as implicações ideológicas do próprio tema e sua determinação científica (CARDOSO, 1971, p. 48).

Como sempre, os textos apresentados por Cardoso são oriundos de uma reflexão científica na qual a realidade empírica é questionada pela teoria e a teoria sempre confrontada com a realidade. Aqui, entram, novamente, em cena, as relações entre o geral e o particular no capitalismo: “o estudo das ideologias, no caso as orientações político-econômicas dos industriais, permite a predição de certas dimensões da ação política desse conjunto particular de indivíduos” (CARDOSO, 1971, p. 51). A análise científica da ideologia do empresariado é direcionada no sentido de aclarar a rede de relações que existe entre as distintas ordens sociais:

Mostrando como se diferenciam dentro de uma estrutura que subsiste graças à ação de indivíduos socialmente orientados e aos movimentos sociais que

exprimem as tensões e contradições existentes entre as classes e grupos que formam a mesma estrutura (CARDOSO, 1971, p. 51).

Os dados empíricos foram obtidos em pesquisas com empresários – indivíduos –, mas estes são “socialmente orientados” e “exprimem as tensões e contradições” que existem nas classes sociais e grupos que formam a sociedade capitalista. No entanto, a ordem social interna (as relações entre classes e grupos sociais) transcende o espaço nacional, pois se trata de países em situação de dependência. Retomando as assertivas desenvolvidas em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*:

Com efeito, dado que nesses países a “ordem social interna” se organiza e se hierarquiza pela diferenciação entre as classes sociais, mas ao mesmo tempo os mecanismos de sua vigência e integração ultrapassam os limites da nação porque são abrangidos pela “ordem internacional”, a determinação estrutural existente é sempre duplamente condicionada, pelo interior e pelo exterior (CARDOSO, 1971, p. 52).

Se Cardoso usa o conceito de indivíduo, no caso, o empresário e sua opinião fazem questão de deixar claro que o indivíduo é socialmente orientado, num contexto em que se leve em conta as classes sociais. Uma das técnicas usada por Cardoso foi a coleta de dados através de questionários e o tratamento estatístico destes dados, contudo:

Isso significa que se utilizamos analiticamente técnicas quantitativas e verbalizações individuais, interpretativamente sem sempre fizemos inferências estatísticas, embora as utilizemos como “pistas de interpretação”. Mais freqüentemente fazemos análises da significação da presença ou ausência de correspondentes estruturais. Não descartamos a inferência quantitativa que no limite, e com as reservas que indicamos, serve de teste e validade das interpretações, mas estas últimas, quando se trata de determinar as relações mais amplas entre ideologias e estruturas, se fazem segundo um paradigma histórico-estrutural de análise (CARDOSO, 1971, p. 55).

O trecho acima é indicativo da cautela de Cardoso, pois sabe que usa de técnicas estatísticas, mas que, quantitativamente, seus dados não se prestam às generalizações. Para o autor, essas inferências podem ser usadas, sem prejuízo ao método histórico-estrutural (dialético), como pistas de interpretação.³⁹

³⁹ Para Goertzel: “Fernando Henrique Cardoso não era particularmente entusiasta de estudos estatísticos sobre atitudes nem especialmente qualificado para análises deste tipo. Suas amostras eram pequenas e não representativas de nenhuma população e ele não empregava testes de significância estatística. Pode-se

Nos aspectos afeitos ao desenvolvimento histórico das sociedades argentina e brasileira, as classes médias e trabalhadoras – no caso da Argentina – eram mais desenvolvidas, e estas classes estavam mais solidamente vinculadas à economia de exportação e isso traz como consequência uma maior independência como força social. No caso brasileiro, a elite era a organizadora do desenvolvimento social, já que as classes sociais eram menos avançadas.

No caso do Brasil, as relações entre as classes sociais na época do início da industrialização apresentam algumas distinções significativas, embora se desenvolvam dentro do mesmo padrão estrutural de relação com o exterior, que caracteriza a Argentina. Também no Brasil, a “crise política” do sistema exportador precede a crise econômica mundial. Entretanto, a oligarquia (repetimos, a aliança entre os grupos agro-exportadores capitalistas e os proprietários de latifúndios de baixa produtividade) suportou com maior êxito as pressões “de baixo”, apesar de que **no Brasil não se viu**, nem sob o Império nem durante a “República dos coronéis”, **a formação de uma “unidade de classe”**, do ângulo das camadas dominantes, do mesmo estilo que a aliança hegemônica da Argentina [...] Em consequência, comparando-se com a situação argentina, a estrutura do poder de cada um dos grupos agrário-exportadores era mais **débil** no Brasil: nenhum deles isoladamente pode impor de forma indiscutida um predomínio nacional. As lutas políticas entre os setores da oligarquia caracterizaram a história deste período. Como, entretanto, essas lutas se davam por assim dizer horizontalmente, isto é, sem pressão das classes subordinadas, visto estruturalmente o sistema se apresenta como relativamente estável (CARDOSO, 1971, p. 99 – grifos nossos).

Para Cardoso, as classes médias e as massas urbanas, no Brasil, não se transformaram em forças sociais eficazes até a década de 1930, diferentemente do caso argentino. Além disso, a economia argentina diversificou-se persistentemente até 1948, enquanto a economia brasileira vivenciará esse processo só posteriormente a 1948. Não se pode, também, desprezar o papel da escravidão no cenário brasileiro:

Com efeito, enquanto na Argentina o problema político da integração das massas imigrantes pode ter sido colocado, embora debilmente, no jogo dos partidos e, de qualquer forma, ainda hoje os analistas centram a atenção na falta de capacidade de absorção dos partidos políticos e do relativo isolamento da massa imigrada no sistema econômico, no Brasil a modernização econômica nos fins do século XIX criou simplesmente um vasto contingente de massas marginais tanto política como economicamente, na medida em que os imigrantes deslocavam as populações negras e não havia novos núcleos dinâmicos na economia para absorvê-las (CARDOSO, 1971, p. 100).

facilmente notar que muitas das diferenças não são estatisticamente relevantes. Ele tinha consciência das limitações de seus dados[...]” (GOERTZEL, 2002, p. 57).

Ainda em termos comparativos, Cardoso aduz que na Argentina o radicalismo (no caso o irigoyenismo) traduz o vigor de uma classe média ascendente e de uma burguesia industrial nascente. No Brasil, por outro lado, a política tenentista vitoriosa em 1930 expressa um estilo de pensamento que coloca o Estado como árbitro e como ator econômico, há “uma concepção quase estamental do Estado, da política e da Nação, é profundamente autoritário e, neste sentido, antiburguesia liberal” (CARDOSO, 1971, p. 103). Para Cardoso, há uma passagem de uma

política elitista restrita a uma política de massas, **sem que se desse uma política “de classe”**, no sentido clássico do favorecimento de uma organização institucional capaz de abrigar um sistema de partidos e de permitir a acomodação dos interesses políticos das classes e grupos organizados (CARDOSO, 1971, p. 103-4 – grifos nossos).

As análises do empresariado argentino e brasileiro seguem o mesmo paradigma utilizado no estudo sobre dependência e desenvolvimento na América Latina, isto é, Cardoso recorre a análises de situações concretas. Em cada país em tela, o autor busca apreender as relações entre as classes sociais e os grupos, no nível interno e externo à nação. As conclusões do estudo comparativo do empresários argentino e brasileiro, relembram aquelas oriundas do estudo do empresário industrial brasileiro que Cardoso defendeu como livre-docência.

As burguesias industriais, comparadas no estudo, prescindem de um projeto de dominação hegemônica da sociedade: “[...] a análise da situação de dependência mostrou que, ao contrário, na estrutura da situação não está inscrito qualquer projeto político necessário de hegemonia nacional a ser cumprido pela burguesia industrial” (CARDOSO, 1971, p. 203). Assim:

Nestas condições, nem o setor ideologicamente “nacional-populista” nem o setor “internacionalizante” expressam em suas ideologias a “vocação de domínio” que caracterizaria uma classe ascendente que constrói uma Na o. Ao contrário, como vimos, desenvolvem ideologias favoráveis a “reações adaptativas” no plano político, que os levam a aceitar, em cada etapa, compromissos com *quaisquer* forças politicamente vigorosas. Os limites para as acomodações possíveis são antes econ micos [...] do que políticos (CARDOSO, 1971, p. 203).

Na dinâmica do capitalismo internacionalizado (as relações entre o geral e o particular), a política – e pode-se dizer a ideologia – da burguesia industrial dependente sujeita as transformações internas, bem como as alianças de classe, aos objetivos do desenvolvimento dependente e internacionalizado. No limite, a ideologia e ação política do empresariado brasileiro e argentino são, sempre, as de se contentar com a condição de “sócio-menor” do capitalismo.

4) O Cebrap e a chegada à vida pública de Fernando Henrique Cardoso.

Após cerca de quatro anos no exterior (de 1964 a 1968), Cardoso esteve na Cepal, no Chile, voltou à França e de lá retornou ao Brasil a fim de assumir a Cátedra de Ciência Política conquistada em concurso público. No entanto, em abril de 1969, dirigindo-se à USP, Fernando Henrique Cardoso toma conhecimento de que seu nome constava numa lista de professores que seriam aposentados compulsoriamente. O fato se deu, e, aos 38 anos, professor catedrático, Fernando Henrique Cardoso é aposentado compulsoriamente pelo Regime Militar instaurado no país a partir de 1964.

O episódio, é certo, que lhe trouxe amarguras, contudo, já não o pegou novamente desprevenido. Embora as Universidades de Paris (Nanterre) e Yale o tenham convidado para assumir compromissos de ensino e pesquisa, a postura de Cardoso foi de permanecer no Brasil. Se o primeiro ato de perseguição levou-o ao exílio e a uma projeção internacional singular; a aposentadoria compulsória e os resultados desta ação o lançaram, como intelectual, na vida pública brasileira, fazendo-o ultrapassar o ambiente acadêmico e assumindo, cada vez mais, compromissos intelectuais e políticos com as forças progressistas que se colocavam contra a ditadura militar.

Durante as décadas de 1950 (em 1949, Fernando Henrique Cardoso inicia sua graduação) até 1970 (em 1969, atinge o auge da carreira acadêmica brasileira), Cardoso é um intelectual acadêmico *stricto sensu*. Sua produção e a progressão de sua carreira

atestam isto: mestrado, doutorado, livre-docência, cursos de pós-graduação no exterior, professor visitante de várias universidades estrangeiras e professor catedrático na USP. Não houve – por parte de Cardoso – envolvimento político, senão de forma pontual, no período de 1950 até 1970. No campo político, sua atuação mais notória foi no âmbito universitário, como representante dos discentes ou docentes da USP. Foi essa atuação, contudo, que lhe conferiu certa notoriedade e, por isso mesmo, atraiu a atenção de facções conservadoras que se assenhorearam da universidade e que passaram a perseguir professores ligados à FFCL, mormente os ligados à Cadeira I de Sociologia.

A partir de 1970, entretanto, a postura de Cardoso sofrerá sensível mudança de rumo, passando, a partir do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise de Planejamento), a uma intervenção na cena política brasileira. Nas considerações de Lahuerta, na década de 1970:

[...] a sociedade viu o desenvolvimento separar-se da democracia, realizar-se sob uma ditadura e desvincular-se de um projeto de autonomia nacional. Assistiu também a uma mudança de valores extremamente acelerada sob o impacto da modernização conservadora. Como resultado, transformaram-se não apenas o perfil da sociedade brasileira, mas, principalmente, as interpretações vigentes sobre ela e sobre o seu lugar no mundo. No entanto, a elaboração e a aceitação das novas interpretações não foi nem tranqüila nem imediata, sendo, pelo contrário, objeto de muita controvérsia (LAHUERTA, 1999, p. 125).

A sociedade, a despeito da repressão que vigorava, ganha, nos anos 70, certo dinamismo. No campo das Ciências Sociais, ocorre a criação de inúmeros cursos de pós-graduação, acarretando, neste caso, um maior profissionalismo entre os intelectuais. Há, também, a expansão da industrial cultural, bem como do público universitário. Tais elementos, em conjunto “[...] tornam possível, nesse momento, a ocorrência de uma certa consagração da figura do intelectual de esquerda que tem no CEBRAP seu epicentro” (LAHUERTA, 1999, p. 126).

Acerca da criação do CEBRAP, temos que:

Enfrentando condições reconhecidamente adversas, o núcleo dos intelectuais uspianos rapidamente procuraria reagir a essa agressão. Passados poucos

meses do AI-5, já no ano de 1969, ainda sob o calor da hora, os “cassados” juntam-se a outros intelectuais e fundam o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento –, com a perspectiva de dar continuidade à tradição de pesquisa à qual se filiavam. Pretendiam também, com esse ato, dar uma demonstração de algo novo se movia no campo da esquerda. Em tal contexto, o CEBRAP representava uma continuidade e uma superação do ambiente intelectual cultivado na antiga Faculdade, exilada do outro lado do Rio Pinheiros, num *campus* universitário ermo, com a Faculdade de Filosofia agora confinada a barracões improvisados (LAHUERTA, 1999, p. 128).

As figuras de Fernando Henrique Cardoso, em primeiro lugar, e de José Arthur Giannotti, logo em seguida, deram ao CEBRAP uma projeção assentada naquele rigor teórico-metodológico oriundo do “Seminário de Marx”, de 1958. Sem sombras de dúvida, o prestígio intelectual de Fernando Henrique Cardoso era de fundamental importância aos planos de consolidação e expansão do CEBRAP, principalmente pela obra mais conhecida de Cardoso: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. No entanto, os intelectuais que se agregam ao Centro, não iriam, a partir daquele momento, tratar, prioritariamente, de temas latino-americanos afeitos ao desenvolvimento e à dependência, pois

À medida que os membros do Cebap foram se integrando à realidade brasileira, abandonaram o debate latino-americano e até mesmo o tema da dependência, embora este tenha sido um dos principais trunfos intelectuais que projetavam o Cebap e em particular Fernando Henrique Cardoso no meio intelectual internacional. Na medida em que cientistas sociais brasileiros tinham cada vez mais vínculos internacionais, o reconhecimento internacional passou a ser um importante capital simbólico (SORJ, 2001, p. 24).

É nesse contexto que a liderança intelectual de Fernando Henrique Cardoso se destacará, mais do que anteriormente, mas em consequência de sua trajetória anterior. Sua inserção no cenário científico e intelectual internacional: ILPES e CEPAL, no Chile; Universidade de Paris (Nanterre), México, Yale, enfim, uma ampla gama de reconhecidos centros no âmbito das Ciências Sociais, trará ao CEBRAP, pelas mãos de Cardoso, esse capital simbólico que alude Bernardo Sorj. Na própria assertiva de Fernando Henrique Cardoso, o CEBRAP era “uma espécie de Maria Antonia mais internacionalizada” (CARDOSO *apud* SANTOS, 1988, p. 34).

O CEBRAP é fundado oficialmente em 3 de maio de 1969 com apoio financeiro da Fundação Ford e, mais ainda, com os laços estabelecidos entre seus membros e setores mais liberais do empresariado, da classe política, da igreja católica e da intelectualidade em geral.⁴⁰ O apoio da Fundação Ford não foi aceito sem debates ou reservas, mas houve um compromisso de que o apoio financeiro seria dado sem nenhuma reserva quanto à origem e ao teor dos projetos de pesquisa, isto é, o Centro e seus pesquisadores poderiam manter a liberdade na criação de suas agendas de pesquisa (Sorj, 2001).

Mesmo com a criação do Centro, o apoio financeiro da Fundação Ford e a reunião de talentosos pesquisadores, houve, por parte de Fernando Henrique Cardoso, certo desgosto com os rumos do país e isso pode ser constatado em missiva enviada a Florestan Fernandes – que se encontrava lecionando no Canadá – em 16 de novembro de 1969. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso:

Imagino como o senhor se sente no Canadá. Sei, por experiência própria, como é duro viver no exterior. Em 64 levei quase um ano para reajustar-me. E compreendo sua amargura [...] Eu sei que amargura alheia não consola, mas vá lá: também eu sinto um certo vazio. Parece que não consigo terminar nada. Foi assim com o Cesit, com a cadeira de política, com o Departamento e agora com o CEBRAP. Pelas últimas notícias (AC 75) os impedimentos aumentam para os “punidos”. Já antecipo o dia em que devo passar a outras mãos o destino da instituição. Até hoje, com exceção do período em que estive no ILPES, jamais consegui organizar estavelmente um grupo. E nunca tive como horizonte, depois que amadureci intelectualmente, se não a incerteza [...] Agora, quando me sinto mais apto para criar e manter um grupo, as condições não permitem.

Fernando Henrique Cardoso constata, também, que, além do ambiente universitário e de pesquisa, a dinâmica do país não caminha a bom termo:

⁴⁰ Sobre a atuação da Fundação Ford no Brasil pode-se consultar: MICELI, S. (Org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Editora Sumaré, 1993. Sobre o apoio da Fundação ao CEBRAP, temos, nas palavras de Miceli, que: “Não é de estranhar, portanto, que algumas lideranças das Ciências Sociais paulistas tenham resistido às primeiras aproximações tentadas pelo pessoal da Fundação Ford [...] A mudança de atitudes por parte dos paulistas foi sobretudo motivada pela aposentadoria compulsória de um grupo prestigioso de docentes e pesquisadores pertencentes à Universidade de São Paulo em 1969 [...] A decisão de conceder auxílio para a criação do CEBRAP também enfrentou recusas na sede na medida em que alguns dirigentes identificaram nessa solicitação os sentidos de uma atitude hostil ao governo brasileiro (MICELI, 1993, p. 55 In MICELI (Org.), 1993).

Fora da universidade, as coisas não vão melhor. Tenho conversado com muita gente de vários tipos. Intelectuais, empresários, jovens. A sensação é de marasmo. Só há dois setores realmente engajados: a tecno-burocracia civil-militar e os jovens radicais. A meu ver, os primeiros esmagarão, lentamente, os segundos, construindo “um fascismo sem partido” e sem idéias capazes de mobilizar as gentes. Autoritarismo morno, tecnocrático, eficaz.

Contudo, há uma mescla de hesitação e vontade na carta:

Enfim, eu mesmo hesito e não sei se valerá a pena um novo “curto período” de 5 – 10 anos no exterior. O diabo é que tenho uma irresistível vontade de fazer coisas. Agora mesmo, apesar de tudo, às vezes ainda imagino que o CEBRAP resistirá e se fortalecerá. E lá começo a falar com meio mundo, inventando fórmulas e modos de obter dinheiro e garantir a sobrevivência da instituição. Até que nova onda de atos “revolucionários” detenha outra vez o ânimo dos companheiros e o meu próprio.

Além disso, Cardoso deixa claro a Florestan que caso queira terá um lugar no CEBRAP: “como já lhe disse tantas vezes, o senhor terá sempre um lugar ao nosso lado. Desde agora, se quiser, pois sobre isso todos estão de acordo e, por enquanto, há recursos”. Continuando a projetar o futuro do CEBRAP, diz que:

Acredito que a única perspectiva de êxito do CEBRAP a médio prazo será a obtenção e diversificação de fontes externas de financiamento. Está cada vez mais difícil obter apoio nacional. Todos têm medo. Se vierem novos recursos externos (a OIT prometeu algo para 70) isso talvez encoraje a FAPESP, o BNDE, etc. para, de forma indireta, contribuir com algum recurso nacional para pesquisa.

E, por fim, o último trecho demonstra sua preocupação por conta da repressão e seus resultados:

Há outros problemas. Não é fácil viver encerrado nos escritórios, sem poder dar aulas, sem sentir a reação dos outros. E neste sentido o cerco é grande. Não se menciona sequer nossos nomes na imprensa, para não dizer na televisão... Tenho a impressão de que se isto durar, como parece, seremos cientistas sociais conhecidos apenas no exterior, e olhe lá...! Não me admiraria que dentro de 2 ou 3 anos os alunos da própria Fac. de Filosofia não saibam bem o que fizemos nós e jamais tenham lido um livro nosso. Enfim, talvez isso não seja importante.

Depreende-se, dos trechos supracitados, que Fernando Henrique Cardoso era, sem dúvida, o principal articulador do CEBRAP e que a situação política vigente lhe deixava com preocupações acerca da continuidade do trabalho iniciado há tempos, junto a Florestan Fernandes e seu grupo. Contudo, Cardoso não deixou o Brasil novamente e o CEBRAP; conforme vislumbrava, vingou definitivamente no cenário das Ciências

Sociais⁴¹. Mais ainda: a repressão não logrou êxito em calar os intelectuais e suas idéias e obras não deixaram de ser referência para os estudantes em particular e a sociedade civil em geral. Pode-se, aqui, asseverar que, das várias ações tomadas por Florestan Fernandes à testa da Cadeira de Sociologia I, uma é especialmente assimilada por Cardoso: a perspectiva de trabalhar em grupo; grupo, vale destacar, de alto padrão intelectual e científico.

Tanto Lahuerta (1999) quanto Sorj (2001) afirmam a constituição do grupo em torno do CEBRAP como uma continuidade, ao menos nas principais posições de liderança, do grupo iniciado com o estudo d'*O Capital*. O núcleo inicial era constituído por: Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo e Octavio Ianni (que resistiu, inicialmente, em aceitar trabalhar numa instituição apoiada pela Fundação Ford, portanto, com recursos norte-americanos). A grande maioria tinha participado do Seminário Marx e havia – no grupo - quatro sociólogos, um economista/demógrafo, um estatístico/demógrafo e um filósofo.

Sorj (2001) traz à tona as participações de Francisco Weffort e Boris Fausto, que embora tivessem tido contribuições importantes, não se ligaram ao *staff* permanente. O mesmo critério valeu para outros pesquisadores que eram ligados ao estudo da classe operária: Regis C. Andrade, Luis Werneck Vianna, Fabio Munhoz e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Além destes, que participaram pontualmente, outros cientistas sociais foram incorporados ao núcleo original, são eles: Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Vilmar Faria, Carlos Estevam Martins, Vinicius Caldeira Brandt e José

⁴¹ Por conta disso, Lahuerta aduz que: “Nesse contexto, o CEBRAP consolida-se como um espaço institucional novo onde, apesar de todas as dificuldades, se mantinha um estilo coletivo e rigoroso de trabalho intelectual. Além disso, garante as condições intelectuais para que se estabelecesse uma nova interpretação do Brasil e de seu lugar no mundo. Nos anos 70, principalmente em sua primeira metade, o CEBRAP funcionou como o principal pólo de produção intelectual, não apenas pelas pesquisas que elaborou indiretamente, como também pela promoção de um intenso debate das idéias e teses geradas em outros pólos intelectuais nacionais e internacionais” (LAHUERTA, 1999, p. 133).

Serra. Vale ressaltar que essa segunda geração de jovens pesquisadores – todos trazidos por Fernando Henrique Cardoso - é oriunda de centros acadêmicos das Minas Gerais (Martins, Lamounier e Faria). A organização interna do grupo, entretanto, evidenciava as lideranças de Giannotti e Cardoso, já que:

Ao nível intelectual certos membros ocuparam posições de particular evidência. Destaca-se o caso de José Arthur Giannotti, pensador brilhante e único filósofo do Centro que exercia um papel de superego teórico, guardião da ortodoxia para uns, incentivador e fonte de inspiração teórica para outros. **A figura que maior espaço ocupava no Cebrap era indubitavelmente Fernando Henrique Cardoso.** A qualidade e diversidade de sua obra, aliada ao carisma pessoal e à ampla e variada gama de relacionamentos no Brasil e no exterior, fizeram dele o pivô da instituição. Era sem dúvida o integrante de maior renome nacional e internacional, mantendo uma clara liderança entre os mais jovens e relações variadas e ricas com os membros de sua geração (SORJ, 2001, p. 40 – grifos nossos).

Dados colhidos acerca da produção do CEBRAP, bem como da produção de Fernando Henrique Cardoso são indicativos das afirmações de Sorj. Esses dados podem ser visualizados nos quadros a seguir:

QUADRO 4: Livros e artigos publicados no exterior por membros* do Cebrap após 1970,** ano e língua***.

	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	Total
Espanhol		2		7	2	5	3	3	4	5	1		32
Inglês			1		2	1	1	3	1	2	2		15
Alemão							1	1					2
Francês	1					2	1	2			1		6
Outros													
Total	1	2	1	7	4	8	6	9	5	7	4	2	56

Fonte: SORJ, 2001, p. 53

* Não foi possível obter dados detalhados de Octavio Ianni. Não foram incluídos os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso.

** Incluídas edições posteriores de trabalhos escritos antes de 70.

*** Baseados em currículos que alcançam geralmente julho de 81

Passados os primeiros anos de gênese e consolidação do CEBRAP, os seus membros passam a publicar no exterior em maior número a partir do período de 1973-78, principalmente em espanhol e inglês, num total de 56 publicações.

Já, no seguinte quadro, temos a produção de Fernando Henrique Cardoso:

QUADRO 5: Livros e artigos publicados por Fernando Henrique Cardoso* no exterior após 1970 (língua e lugar)**.

	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	Total
Espanhol	4	1	3	5		1		3	1	1			19
Inglês		1	1	4	1			4	3	1	1		16
Alemão				2	1			1					4
Francês	1	1	1	1			1		2		1		9
Italiano	1	1											2
Total	6	4	5	12	2	1	1	8	6	7	2		50

Fonte: SORJ, 2001, p. 53

* A edição em espanhol de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* chegou à 18ª edição em 1980.

** Em casos de mais de duas edições foi incluída a primeira edição, e excepcionalmente a segunda edição, quando nos faltava a data da primeira.

Como se pode verificar numa comparação entre os dois quadros, há, na produção de Cardoso (50 livros e artigos) no exterior, quase o total das publicações de todos os demais membros do CEBRAP. Na ótica de Sorj (2001), isso indica uma estratégia fortemente orientada para a consolidação do prestígio internacional de Cardoso, principalmente em publicações nos idiomas espanhol e inglês⁴².

Para Lahuerta (1999), um dos trabalhos importantes do CEBRAP foi uma pesquisa realizada a pedido da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, intitulada *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza* (publicado em 1976) e, depois ampliada, noutro volume: *São Paulo. O povo em movimento* (publicado em 1980).

A obra *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza* torna-se um marco na reflexão sociológica brasileira, pois é o primeiro esforço coletivo empreendido para analisar o crescimento econômico da cidade de São Paulo e suas conseqüências sociais. Seus autores são: Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzucchelli, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Maria Hermínia Tavares

⁴² Para Lahuerta: “A referência de fundo que perpassa a instituição durante os anos 70, além de permeada pela preocupação mais profissional, é condicionada pelo imperativo da internacionalização do intelectual. Por isso, nacionalismo, no léxico cebrapiano, será sinônimo de anacronismo, já desde essa época; o que, inclusive, seria reforçado pela constituição de um sistema de organização da produção científica baseado na concessão de bolsas de estudo – nacionais e multinacionais –, pautado por padrões internacionais e para cuja implantação o CEBRAP contribuiu bastante” (LAHUERTA, 1999, p. 132).

de Almeida, Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant, com a apresentação de D. Paulo Evaristo Arns.

O livro é bem fundamentado, seja no campo teórico ou empírico, traz – em seu bojo – quadros, tabelas, gráficos e fotografias retratando a realidade cotidiana da população paulista. A equipe do CEBRAP bem aparelhada conceitualmente realiza estudos qualitativos e quantitativos, numa bem articulada conexão entre os dados estatísticos e o desenvolvimento histórico da região metropolitana. Com essa obra que vem a lume no momento do chamado “milagre” brasileiro, no qual há altas taxas de desenvolvimento econômico, mas uma péssima distribuição de renda gerando, por isso, enormes desigualdades sociais (Lahuerta, 1999; Goertzel, 2002)

Nesta perspectiva, a cidade de São Paulo é compreendida como fulcro da industrialização, isto é, a cidade é colocada no contexto da economia brasileira. A constatação da superioridade econômica de São Paulo “baseia-se, em grande medida, na propriedade. Não na propriedade em geral, mas especificamente na propriedade do capital” (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 14)⁴³. Por conta disso, a cidade é o centro de concentração do capitalismo brasileiro, para onde são direcionados os recursos para a acumulação, do restante do país ou do exterior. Como não poderia deixar de ser, a riqueza de São Paulo implica “uma pauperização relativa de outras regiões do país” (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 16).

A análise crítica oriunda da obra, contudo, desnuda o processo que, mesmo tendo São Paulo como centro hegemônico do capitalismo brasileiro, é incapaz de gerar uma boa qualidade de vida para sua população, pois “se examinado o desenvolvimento da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um elevado e crescente desnível entre a opulência e uns poucos e as dificuldades de muitos”

⁴³ Como não há indicação individual de autoria dos capítulos da obra, as referências serão, doravante, feitas à obra em sua totalidade.

(São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 17). Os autores querem enfatizar que o desenvolvimento econômico não faz desaparecer os problemas do subdesenvolvimento, quando não os acentuam e agudizam. Assim:

O retrato das condições urbanas de existência em São Paulo expressa, portanto, condições mais gerais da economia e da sociedade brasileiras. A situação da cidade no contexto brasileiro apresenta peculiaridades. Mas, do ponto de vista da maioria da população, essas peculiaridades não se referem à ausência dos problemas existentes em outras regiões do país. A peculiaridade de São Paulo talvez resida, principalmente, na exacerbação do contraste entre a acumulação e pobreza (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 19).

A pesquisa e a apresentação dos resultados põem a nu a desordem do crescimento metropolitano. O espaço urbano e sua ocupação só podem ser compreendidos a partir de uma chave explicativa que traga à baila a própria organização da sociedade capitalista, já que “a aparente desordem do crescimento da cidade encobre, no entanto, a organização da sociedade” (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 22). E mais ainda: “por trás dos “problemas urbanos”, está a vida dos habitantes da cidade, que se organiza na repartição dos benefícios do desenvolvimento e na distribuição do preço a pagar” (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 22).

São Paulo 1975 traz à tona a possibilidade de compreender os problemas urbanos que afligem os moradores da cidade numa visada teórica capaz de estabelecer conexões entre a vida cotidiana das pessoas e os processos sociais mais amplos. Estaria, aqui, um dos traços distintivos da “Escola Paulista de Sociologia”, qual seja: resgatar o homem comum do limbo da história, apresentando que o entendimento do cotidiano dos indivíduos desprovidos de perspectiva pode ser, metodologicamente, assaz profícuo em termos explicativos (Martins, 1998; Prando, 2003).

A constituição da periferia, como “aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção” (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 25), é indicativa deste processo de marginalização social advindo do crescimento econômico e da má

distribuição da riqueza gerada na região metropolitana de São Paulo. Os mecanismos da especulação imobiliária, a favelização, as condições de saúde desfavoráveis, as ondas de migração, os baixos salários pagos (graças ao exército industrial de reserva), os problemas do trânsito, da ausência de um transporte público de suficiente e de qualidade são apresentados numa reflexão econômico-sociológica singular. O seguinte trecho é indicativo deste processo social:

As transformações de vida dos assalariados em São Paulo ligam-se a duas ordens de fatores: 1 – Mudanças do meio econômico, que requerem da família operária gastos maiores em transporte e educação; 2 – O surgimento de “novos produtos” que, conforme o nível de vida da família, acabam sendo incorporados às necessidades de consumo: o papel desempenhado pelo automóvel junto aos estratos superior é representado pela televisão junto aos estratos médio e inferior (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 77).

A constituição da sociedade de massas no Brasil, a partir da década de 70, com seus ícones de consumo – automóveis, televisão e demais eletrodomésticos – torna manifesta as contradições do sistema econômico: as mercadorias são apresentadas pela propaganda massificante, mas o seu consumo é pouco efetivo para a maioria da população, dadas às suas precárias condições de vida. Nesta situação há, porém, um grupo que é historicamente prejudicado e marginalizado: os negros e mulatos:

É de supor-se, portanto, que a participação de negros e mulatos na composição populacional da cidade de São Paulo e sua área metropolitana continua a refletir-se no sistema sócio-econômico e político em condições adversas para os negros e mulatos. Em proporção, eles são mais desempregados, analfabetos, marginalizados, pauperizados e assim por diante (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 101).

Há, sem dúvida, a herança do sistema de castas e escravocrata brasileiro, que buscava cristalizar o preconceito de cor em aludidas diferenças “naturais” entre brancos e negros. A incorporação do imigrante como mão de obra qualificada para a indústria acarretou na maior miserabilidade de negros e mulatos, colocados à margem do sistema produtivo urbano e industrial.

Toda essa situação social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro em geral e na cidade de São Paulo em particular, logicamente, trouxe sérias dificuldades

para a organização política dos grupos populares, bem como da atuação sindical. Uma cidadania praticamente inexistente, expressão mais pura do domínio de uma burguesia que, ainda, se colocava na condição de dirigentes políticos por serem “homens bons”.

Assim:

A política de clientela e, em particular, o populismo atuaram em São Paulo com base numa organização da municipalidade que desconhecia o planejamento global. A intervenção dos poderes públicos na vida da cidade limitava-se à função supletiva de resolver os problemas criados pelo crescimento das atividades privadas (São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, 1976, p. 119).

Em síntese, a obra – por conta dos membros do CEBRAP – sintetiza o principal objetivo do grupo: esboroar as falácias do “milagre” brasileiro. Não refuta que há crescimento econômico, mas indica que este crescimento nesta esfera não é acompanhado das demais esferas da sociedade: política, cultural e social. A população metropolitana, trabalhadores assalariados em sua maioria, são alijados das condições mínimas de existência e incrementam o ciclo de expansão do capital, permanecendo num estado de letargia graças à conjugação de baixa escolaridade, desinformação e acesso à programas televisivos de baixa qualidade e alienantes.

5) O CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso e o MDB.

O contexto histórico em que o CEBRAP se coloca como um centro de referência congregando intelectuais cassados e que se opunham ao regime militar, a personalidade de Fernando Henrique Cardoso desponta mais uma vez. Nas palavras de Lahuerta:

Naquele cenário, avulta a figura de Fernando Henrique Cardoso: a tal ponto que, nesses anos, o autor aparece como maior do que a sua própria obra. A projeção obtida pelo CEBRAP, a condição de exilado, a aposentadoria precoce, criaram uma aura mítica não em torno do intelectual Fernando Henrique, mas também da figura do intelectual em geral. De tal modo, que atitudes tomadas para defender as condições básicas necessárias ao trabalho intelectual seriam interpretadas pela juventude universitária como resistência de esquerda contra o obscurantismo cultural da ditadura. **Essa condição é que possibilita ao CEBRAP e, mais especificamente, a Cardoso, a afortunada condição de “intelectual que lidera intelectuais”, sem**

precedentes na história do país; condição que, com o auto-exílio de Florestan Fernandes durante os anos 70, torna-se absolutamente incontestável no cenário acadêmico (LAHUERTA, 1999, p. 136-7 – grifos nossos).

Há, nesse trecho citado de Lahuerta, elemento de importância ímpar: a liderança de Cardoso como um intelectual que dirige intelectuais. Dos anos 50 até os 70, Cardoso foi um acadêmico tido como brilhante e, a partir da década de 70, além de acadêmico um intelectual que luta contra o regime militar, não em grupos armados, mas usando a palavra e a crítica aproximando-se da dimensão política propriamente dita.

Para Sorj (2001) e Goertzel (2002), há uma mudança de perspectiva teórica nas obras de Cardoso. Se até o início da década de 70, as obras refletiam uma postura acadêmica mais pura, isto é, apartada de questões políticas, as obras de 1970 em diante “orienta-se geralmente no sentido de intervenções sobre questões atuais, procurando definir os parâmetros para o debate” (SORJ, 2001, p. 58). Essa nova perspectiva de Cardoso “rompia” com certa tradição da Maria Antonia, de afastamento dos temas mais propriamente políticos. Para Sorj:

Parte importante do esforço crítico desse ensaísmo, particularmente em Fernando Henrique Cardoso, consistia em procurar indicar a forma adequada de confrontar problemas políticos e intelectuais que o debate tendia a apresentar como posições unilaterais. Assim, por exemplo, ele insistia em que o regime militar era politicamente reacionário porém propulsor de transformações e avanços econômicos, que o imperialismo explora mas pode ser industrializador, que os movimentos sociais surgem contra o Estado mas precisam deste para realizar suas reivindicações e assim por diante (SORJ, 2001, p. 58).

Cardoso, nesta fase, procurará compreender o modelo político brasileiro, bem como o caráter autoritário assumido no cenário político brasileiro. Sem dúvida, seu treino sociológico não o tornará um ensaísta como aqueles da “Geração de 1930” tão combatidos pela “Escola Paulista de Sociologia”; seus escritos serão, fundamentalmente, alicerçados sobre a concepção dialética, apresentando a realidade como uma totalidade contraditória e palco de interesses de classes e grupos sociais que se apresentam histórico-estruturalmente.

Sorj corrobora praticamente a assertiva de Lahuerta ao afirmar que, no período mais duro da ditadura militar, houve “a eliminação dos canais de representação e expressão civil pela repressão [dando] aos intelectuais o papel de porta-vozes de setores da sociedade, pela transmissão e análise de informações e interpretações diferentes das do regime” (SORJ, 2001, p. 62).

Como afirmado alhures por Fernando Henrique a Florestan Fernandes, havia uma certa preocupação por parte daquele em relação aos canais de expressão que o regime cerceava os intelectuais. Por conta disso, Cardoso procurará ocupar espaços em jornais como *Opinião*, dirigido por Fernando Gasparian e, posteriormente, no semanário *Movimento*. Ultrapassar os “muros” acadêmicos, ainda que o CEBRAP fosse um Centro particular de pesquisa – mas com dinâmica assentada sobre os moldes da vida uspiana, trouxe o contato de Fernando Henrique Cardoso com o MDB, especialmente com a figura de Ulisses Guimarães:

Em 1974 Fernando Gasparian leva Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, ao Cebrap. Ulisses convida o Centro a assessorar o MDB na Comissão Parlamentar de Inquérito das multinacionais e, logo depois, a ajudar a redigir o programa do partido. A decisão do Cebrap é colaborar a título pessoal, sem comprometer a instituição [...] A colaboração entre os membros do Cebrap e o MDB tende a aumentar nos anos seguintes, com visitas de alguns políticos à instituição e, **particularmente a partir de 1978, com a integração de Fernando Henrique à vida do partido** (SORJ, 2001, p. 61 grifos nossos).

O sucesso de São Paulo 1975 e ligação com a igreja por obra de Candido Procópio e as relações com os políticos do MDB com Fernando Henrique à frente, dão ao CEBRAP e ao próprio Cardoso uma sólida base para iniciar uma vida político-partidária.

Lahuerta (1999) enfatiza que o CEBRAP articula-se em torno de temas que valorizariam a democracia e o fortalecimento da sociedade civil. Além disso, nas teses apregoadas por Cardoso, superando um marxismo vulgar, haveria como constatar o

desenvolvimento econômico mesmo no regime militar e, neste caso, o Estado não seria mero comitê executivo e repressor da burguesia dominante. Assim:

É de Fernando Henrique a caracterização mais articulada do Estado brasileiro como autoritário-burocrático, na medida em que ele foi o autor do grupo que mais se deslocou seu foco das questões estruturais (inclusive da temática das classes sociais) para concentrar-se na questão da representação política, nos aspectos institucionais e no fortalecimento da sociedade civil como caminhos para se contrabalançar não apenas o regime autoritário, mas o tradicional autoritarismo da sociedade brasileira. Autoritarismo e democratização: esse será o eixo de suas intervenções, consubstanciada em uma trajetória política multifacetada que pretende ser a expressão de uma espécie de síntese da constituição e do fortalecimento da sociedade civil (LAHUERTA, 1999, p. 148).

A interpretação cebrapiana – com Cardoso à frente – dando ênfase na dinâmica da sociedade civil, na representação política e nas instituições, esboroa as interpretações que se alicerçavam sobre os vieses terceiro-mundistas, da idéia de Estado paternalista e da luta armada. Essa interpretação oriunda do CEBRAP foi reforçada, na ótica de Lahuerta (1999), com a vitória do MDB em 1974. Essa vitória, conjugada com a adesão de parcela importante da intelectualidade à luta pela democracia, elevou o prestígio de Cardoso junto à opinião pública.

Ao que parece, subsiste na interpretação cebrapiana a idéia tão cara ao *Projeto Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*, de 1962, de que haveria a emergência de uma ordem social competitiva, mas que, nesta ordem social, verificar-se-ia temporalidades históricas distintas nas esferas societárias: a economia avançava e deixava para trás os ganhos sociais e políticos, como a democracia, as liberdades e a melhoria na distribuição da renda gerada. Ao que tudo indica, também, as teses de Cardoso parecem asseverar que, por via institucional, nas fímbrias deixadas pelo regime militar, seria possível alinhar estas esferas da sociedade que se encontravam dissonantes. O regime político, sob a égide de um Estado autoritário-burocrático, foi eficaz em dinamizar a economia brasileira, contudo, trazendo em seu bojo enormes problemas sociais. Os intelectuais (no caso o próprio

Fernando Henrique) poderiam conquistar espaços nos aparelhos partidários e defender uma visão capaz de conjugar ao desenvolvimento econômico um certo desenvolvimento político (a democracia) e um certo desenvolvimento social (uma melhor distribuição de renda e melhoria das condições de vida das populações, mormente as localizadas nas regiões metropolitanas, como São Paulo).

O jornal *Opinião*, de propriedade de Fernando Gasparian, foi um elo de Fernando Henrique Cardoso com o público mais amplo ou, se se preferir, com a sociedade civil (público universitário, intelectuais, advogados, professores e demais camadas cultas). Nesse jornal, Cardoso teve a oportunidade de apresentar suas teses sociológicas e políticas; contudo, para isso teve que burilar os seus textos, deixando-os menos áridos e acessíveis a um público leigo. Como não poderia deixar de ser, *Opinião* acabou sendo censurado pelo regime. Neste espaço, Cardoso não só “atacou” o regime autoritário, como, também, questionou “Os mitos da oposição”, rebatendo as idéias vigentes entre os opositores do regime de que haveria uma impossibilidade de participação política (Lahuerta, 1999).⁴⁴

Para Lahuerta:

Desde o momento em que os membros do CEBRAP passam a colaborar com o jornal *Opinião* – o que motiva inclusive a ida de Ulisses Guimarães e Pacheco Chaves à instituição, para convidá-los a participar da elaboração do programa do MDB – até o lançamento da candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado por uma sublegenda do MDB, em 1978, aquele grupo de intelectuais vivenciou uma trajetória mediante a qual seus protagonistas não apenas adquirem grande relevância pública, mas conquistam a legitimidade de um partido da *intelligentsia*, uma espécie de consciência racional e renovadora, acima dos interesses imediatos e das facções (LAHUERTA, 1999, p. 174).

⁴⁴ Não só o jornal *Opinião*, mas outro veículo que favoreceu a participação dos membros do CEBRAP foi a revista *Argumento*, a partir de 1973: “Gasparian compra, de um grupo de padres católicos, a Editora Paz e Terra, que, na época, encontrava-se praticamente falida. Simultaneamente, lança-se, com o grupo de intelectuais vinculados ao CEBRAP, num novo projeto editorial. Trata-se de *Argumento*, uma revista mensal de cultura que resgatava sua idéia original de uma publicação inspirada em *The New Statesman*. Com isso, Gasparian aproxima a intelectualidade também do projeto da Editora Paz e Terra” (LAHUERTA, 1999, p. 168)

Sem dúvida, a colocação de Lahuerta se aproxima das idéias de Karl Mannheim. Em *Ideologia e utopia*, Mannheim discute “o problema sociológico da camada intelectual” (MANNHEIM, 1950, p. 142). Nestes termos, os intelectuais seriam uma classe ou apêndice de classe capaz de realizar uma síntese dos interesses sociais e distintos presentes na sociedade. O recurso à análise de caráter econômico, da determinação da estrutura sobre a infra-estrutura, seria insuficiente para compreender o fenômeno dos intelectuais. Para o autor:

Embora por demais diferentes para que possam ser considerados uma classe, existe entre todos os grupos de intelectuais um laço sociológico, a saber, a instrução, que os une de modo surpreendente. A participação num legado cultural comum tende progressivamente a suprir diferenças de nascimento, posição social, profissão, riqueza, e a unir os indivíduos instruídos com base na instrução recebida (MANNHEIM, 1950, p.144).

E mais:

Na minha opinião, nada poderia ser mais errôneo do que interpretar mal essa afirmação, afirmando que os liames do indivíduo com a sua classe e o seu estado social desaparecem completamente por se tratar de um intelectual (MANNHEIM, 1950, p.144).

Depreende-se das citações que Mannheim considera os intelectuais como sendo portadores de uma educação que não é de exclusividade de uma classe ou casta (como os sacerdotes) e que sua condição peculiar permitiria que operassem uma síntese dinâmica dos conflitos em voga. Dessa forma, os intelectuais “são um “estado-maior da cultura” e estão “acima” das classes, ao mesmo tempo em que são capazes de expressá-las” (GONZALEZ, 2001, p.32). Os intelectuais estão acoplados às ideologias que são oriundas dos conflitos sociais, todavia, isso não significa a ausência de uma possibilidade de “desagregar uma camada de intelectuais que expresse o patrimônio cultural e científico do conjunto da sociedade, *relativamente acima* das classes sociais” (GONZALEZ, 2001, p. 32 – grifo do autor).

Ainda sobre as ligações entre os intelectuais e o MDB, Lahuerta (1999) aduz que este partido ao ser identificado como um partido da “sociedade civil” passou a contar com uma “teoria” que lhe proporcionava, inclusive, o eixo de que ele necessitava para estabelecer um nexos mais sólido com as massas urbanas emergentes” (LAHUERTA, 1999, p.193). No aspecto eleitoral:

O resultado das eleições de 1974 daria fundamento à aproximação dos intelectuais da vida política e do partido oposicionista, confirmando tais expectativas. Demonstrara também que havia o que fazer e que o regime não era invencível. Mais acima de tudo, revelara que algo de novo se movia na sociedade, procurando uma maneira de demonstrar seu protesto, deslocando os votos em branco e “nulos” das eleições anteriores para o MDB (LAHUERTA, 1999, p.193).

Fernando Henrique Cardoso dedicou-se a compreender as relações entre o Estado e a sociedade civil, mormente no que caracterizaria o modelo político brasileiro. Para o autor, houve, no Brasil, certa estabilidade social com um dinamismo econômico, e isso seria a síntese do estilo político adotado. Haveria, no país, um conservantismo moderno que, na esfera ideológica, manteria socialmente aberta uma sociedade politicamente fechada, alicerçada sobre o dinamismo oriundo da empresa capitalista, pública ou privada (Cardoso, 1972a).

Isso explicaria em suas palavras:

[...] a relação entre os **atores políticos principais** (os **militares** e em grau de subordinação a burocracia tecnocrática), investidos de tanto poder para implementar, no fundo, uma política econômica que atende aos interesses da **burguesia internacionalizada** deixando-a simultaneamente à margem do sistema político formal. Explica, ao mesmo tempo, a apatia complacente das **classes médias urbanas**, para não mencionar a quase euforia adesista dos setores desta que vêem uma chance de incorporar-se, pela empresa privada, pela empresa pública ou por intermédio do próprio Estado, no carro desenvolvimentista. Houve uma base de acordo possível entre o Estado e a burguesia. Esta abriu mão momentaneamente de parte dos controles políticos tradicionais (o sistema de partidos, as eleições, etc.) e dos instrumentos de definição de símbolos e de difusão ideológica (a liberdade de imprensa, o *habeas-corpus*, o pluralismo doutrinário, a educação liberal) que passaram a responder mais diretamente às pressões do Estado e ao controle militar. Além disso, a sociedade civil cedeu terreno ao Estado na regulamentação da vida econômica. Por outro lado, os militares assumiram implicitamente os interesses econômicos do empresariado como se eles fossem os da Nação e definiram áreas, de maior ou menor influência, que passaram a ser preferenciais para a ação da empresa privada (CARDOSO, 1972a, p. 68-69 – grifos nossos).

O tipo de explicação que sugere Cardoso foge do simplismo contido na assertiva de que o Estado é mero comitê da burguesia. O Estado brasileiro, neste caso, congregou uma aliança entre militares, burguesia e classes médias colocando-se, explicitamente, contra qualquer política favorável às classes populares. Militares, burguesia internacionalizada e funcionários técnico-burocráticos cooptados politicamente nas classes médias constitui, na ótica de Cardoso, o modelo político brasileiro que vigorou no regime militar.

A complexidade da situação não permite indicar apenas o esquema clássico de classe dominante e classe dominada, há, também, as frações de classe e grupos que se ligam ao regime a fim de melhor se coadunar na administração e na distribuição dos recursos gerados. Cardoso, portanto, cria o conceito de “anéis burocráticos” no intuito de aclarar a situação brasileira:

Neste híbrido político em que se transformou o regime vigente no período Médici, os partidos perderam função e em seu lugar criaram-se instrumentos políticos menos estáveis e mais ágeis que, por falta de melhor nome, qualifiquei em trabalhos anteriores de “anéis”. Não se trata de *lobbies* [...], mas de círculos de informação e pressão (portanto, de poder) que se constituem como mecanismos para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive das forças armadas) e setores das classes sociais [...] não se trata [o anel] de um instrumento de pressão da sociedade sobre o Estado, mas da forma de articulação que sob a égide da “sociedade política”, assegura ao mesmo tempo um mecanismo de cooptação para integrar nas cúpulas decisórias membros das classes acima referidas que se tornam participantes da arena política, mas a ela se integram *qua personae* e não como “representantes” de suas corporações de classe (CARDOSO, 1975, p. 208).

Por fim, para Cardoso o Estado é um comitê executivo, mas não apenas da classe dominante, mas um comitê que expressa um pacto de dominação e uma aliança entre funcionários (militares e civis), “burguesia de Estado” (executivos e *policy-makers* das empresas estatais), grandes empresariado privado (nacional e estrangeiro) e os setores das “novas classes médias” (Cardoso, 1975).

Procuramos, neste capítulo, apresentar a chegada de Fernando Henrique Cardoso à vida pública, pois esta é diferente da vida política propriamente dita. O Golpe Militar de 1964 levou Fernando Henrique Cardoso a se exilar, para não ser preso. Sua saída do Brasil o levou ao Chile, especificamente para a Cepal, onde ocorreu uma mudança de agenda em seus estudos: da escravidão e do capitalismo, bem como o empresário e o desenvolvimento econômico – ambos temas atinentes à realidade brasileira – para os estudos de desenvolvimento e dependência na América Latina. Sua visada teórica ultrapassa os limite nacional. Em parceria com Faletto, constrói uma chave explicativa que lhe garantirá projeção jamais vista por um cientista social brasileiro. Posteriormente, vai à França lecionar e pesquisar, mas volta ao Brasil para concorrer à Cátedra de Ciência Política na USP. Aos 38 anos é professor catedrático e, em 1969, junto à Cadeira de Ciência Política vem sua aposentadoria compulsória. Desta vez, não se retira do Brasil. Cria e consolida – com outros colegas cassados – o CEBRAP. No Centro, muda, novamente, sua agenda, voltando a estudar a realidade brasileira, todavia, agora, no seu aspecto político, escrevendo ensaios e articulando sua opinião em jornais e revistas de clara resistência à ditadura. Na condição, já consolidada de líder, Cardoso se transforma num “intelectual que lidera intelectuais”. Aproxima-se, por conta do CEBRAP, ao MDB, partido de oposição consentida ao regime político e, em 1978, chegará à política partidária pelas mãos de um experimentado político profissional: Ulisses Guimarães.

Na próxima seção, abordaremos as idéias de atuação política de Fernando Henrique Cardoso.

CAPÍTULO 3

ALEGRIAS E DESVENTURAS DA VIDA POLÍTICA

“Em meus dois mandatos conseguimos, no máximo, desenhar o esboço de um Estado nacional modernizado, mais apto a se transformar em um Estado de bem-estar social” (Fernando Henrique Cardoso, em *A arte da política*, p. 513).

Tratar-se-á, neste capítulo, de Fernando Henrique Cardoso e sua vida política. Não temos, aqui, a intenção de reconstituir sua trajetória política em sua totalidade, lidando com os meandros da vida político-partidária, na qual Fernando Henrique Cardoso se insere e que toma forma (com o Senado) a partir de 1978.

A trajetória social de Fernando Henrique Cardoso é esmiuçada por Brigitte Hersant Leoni (1997) em *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Essa obra biográfica é a principal referência acerca da história de vida de Cardoso, assentada sobre um trabalho jornalístico de longo fôlego, com entrevista e depoimentos com cerca de cinco dezenas de personalidades, entre intelectuais, políticos, familiares e amigos de Fernando Henrique Cardoso.

Outras duas obras que trazem à tona a trajetória social de Cardoso são: *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia*, de Ted G. Goertzel (2002) e *Ciência e política sob a perspectiva do realismo utópico: análise habermasiana do discurso argumentativo de Fernando Henrique Cardoso*, de Carlos Michiles, ambos cientistas sociais, sendo o primeiro norte-americano, e o segundo brasileiro.

Goertzel (2002) periodiza o percurso de Cardoso da seguinte forma: 1) *nascido em uma catapulta para o poder* – 1931-1964 (do nascimento de Cardoso até o golpe militar de 1964); 2) *Exílio* – 1964-1968; 3) *De Professor a Senador* (1969-1982); 4) *Senador da República* – 1983-1992; 5) *Domando a inflação e conquistando a Presidência* – 1992-1994; 6) *O intelectual no poder* – 1995-1998; 7) *Fernando*

Henrique Cardoso como um sociólogo aplicado; 8) *O segundo mandato – 1999-2002*; e, por fim, 9) *Oito anos de liderança pragmática no Brasil*. A tese de Goertzel é que a administração de FHC consubstanciou-se na reconstrução da democracia no Brasil e que, avaliando os resultados - do que foi e do que poderia ter sido -, Cardoso sai, na ótica do autor, na mais alta conta, corroborando a afirmação de Bolívar Lamounier de que, depois da “Era Vargas (1930-1954), o governo FHC foi o ciclo de mudanças mais importante do país no século vinte” (GOERTZEL, 2002, p. 292).

Michiles (2003) manifesta sua intenção de analisar o discurso argumentativo de Fernando Henrique Cardoso sob a ótica da teoria da ação comunicativa habermasiana. Para o autor, o tema central de sua argumentação é que o poder – como exercício político – teria sido legítimo, na presidência de FHC, por conta do uso do diálogo (método), utilizando o discurso argumentativo na esfera pública (paixão pelo possível). Assim, Cardoso teria sido um presidente em que o poder não teria sido exercido como simples capacidade de exercício do poder em si mesmo, “mas como meio de se legitimar pela ação comunicativa por meio da habilidade interpretativa e explicativa, submetendo idéias e propostas ao debate na esfera pública” (MICHILES, 2003, p. 223). A condição de intelectual, na figura do presidente, o teria aparelhado para um exercício político distinto do habitual: suas ações são racionais e colocadas na esfera pública para o debate de idéias e ações políticas. Nestes termos, para o autor:

[...] o estilo adotado por Cardoso no poder, como demonstrei anteriormente, está relacionado com a natureza de sua formação política, familiar e intelectual. Essa é uma característica consciente de seu papel, como presidente: sinalizar, com suas idéias, análises e interpretações da realidade brasileira, o rumo dos debates na esfera pública. [...] Paixão pelo possível, mas com método, ou seja, combinada com um método científico de análise que formule uma compreensão do que deve ser o possível. O método de análise e compreensão da realidade é um elemento muito importante no contexto intelectual e político. É esse elemento que fornece consistência e perspectiva (MICHILES, 2003, p. 226).

Ted Goertzel e Carlos Michiles, cada uma a seu modo, buscam desnudar a trajetória de Cardoso e sua condição de intelectual e político. Se diferem em alguns

pontos, no essencial estão de acordo: o período político dos governos de FHC trouxeram a consolidação das instituições democráticas e a ação política foi conduzida no âmbito de uma racionalidade, na tentativa de superar as amarras do passado (clientelismo, autoritarismo, Estado excessivamente interventor, assistencialismo, populismo, etc.).

1) Do acadêmico ao político: o senador e suas idéias.

Fernando Henrique Cardoso chega à vida política em 1978, quando sua votação é insuficiente para a cadeira no Senado, mas acaba sendo eleito senador suplente pela legenda do MDB. Em 1983, assumirá a cadeira no Senado, deixada por Franco Montoro, eleito governador do estado de São Paulo. Sua trajetória intelectual, iniciada em 1949, quando entra na USP, até 1969, quando se torna professor catedrático em Ciência Política, na mesma universidade, é pontuada por dois momentos distintos, ambos alheios à vida acadêmica e que contribuem para sua ida à vida política partidária: o exílio em 1964 e a aposentadoria compulsória em 1969, impostos pelo Regime Militar instaurado no Brasil em 1964.

Em 1964, estabelece-se no Chile e trabalha na Cepal, especialmente no Ilpes, em Santiago. Sua estada nesse país confere-lhe uma projeção internacional e respeitabilidade por conta da publicação – em parceria com Enzo Faletto – de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Se, antes de 1964, sua proposta de trabalho indica uma clara influência de Florestan Fernandes e demais interlocutores, membros da Cadeira I de Sociologia, em seus estudos (*Cor e mobilidade social em Florianópolis*, 1960; *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, de 1962 e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, de 1965), a partir de 1964, há uma sensível mudança de agenda. Suas novas pesquisas são acerca da dependência e do

desenvolvimento do capitalismo na América Latina, daquilo que chamou de “análises concretas de situações de dependência”⁴⁵. Em seguida, parte para a França, onde lecionou Teoria Sociológica, em Nanterre (berço do Maio de 1968). Todavia, a possibilidade de se tornar catedrático em Ciência Política, com a Cadeira vaga com a morte de Lourival Gomes Machado o atrai de volta ao Brasil. No concurso público de títulos, conquista o primeiro lugar, consolidando uma carreira que se iniciou como aluno de graduação e tem seu desfecho na posição mais alta da hierarquia universitária de então.

A política vigente no país lhe reservou nova dificuldade: sua aposentadoria compulsória, em 1969. Sem o desejo de ir, novamente, lecionar e pesquisar no exterior, Fernando Henrique funda, com outros colegas, o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento⁴⁶. Neste Centro, “uma Maria Antonia internacionalizada”, em suas próprias palavras, Cardoso desenvolverá uma Ciência Social mais aplicada, de caráter científico e político, por assim dizer, pois irá não só estudar temas atinentes à realidade da sociedade brasileira, mas, também, iniciará uma vigorosa intervenção no cenário público brasileiro, como um “intelectual que lidera intelectuais”⁴⁷, porta-voz da resistência democrática. Seus escritos, neste contexto, tiveram uma maior liberdade em relação aos cânones estabelecidos desde os idos de Florestan Fernandes à testa da Cadeira I: uma ciência alicerçada sobre exaustiva pesquisa empírica. Suas obras e artigos nos meios de comunicação e jornais de resistência ao Regime apresentavam

⁴⁵ Cf. em: CARDOSO, F. H. “Teoria de dependência” ou análises concretas de situações de dependência. In: CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1972.

⁴⁶ Cf. em: SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁴⁷ Cf. em: LAHUERTA, M. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. 1999. 271f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

certo ensaísmo como forma de balizar o debate político em voga. Sobre o seu jornalismo político, Goertzel afirma que:

[...] às vezes, Fernando Henrique Cardoso comenta um acontecimento interessante, ainda que ele não tenha certeza do que fazer com ele. Um tema, porém, é constantemente abordado: a necessidade de organizar e construir uma efetiva oposição democrática ao regime militar (GOERTZEL, 2002, p. 87).

Foi, portanto, no CEBRAP que Fernando Henrique Cardoso entrou em contato com a política partidária. A supressão do sistema político tradicional do país acabou por criar a oportunidade para a política democrática e para o próprio Fernando Henrique ganhar dimensões mais amplas do que a de um intelectual acadêmico (MELHEM, 1998; LAHUERTA, 1999; SORJ, 2001; GOERTZEL, 2002; MICHILES, 2003).

Para Melhem:

Descrente das possibilidades da vida partidária no autoritarismo dos anos sessenta, **Cardoso muda de postura em meados da década de setenta e vai estreitando laços com o MDB** desde que fora convidado por Ulysses Guimarães a ajudar na reformulação do programa do partido para a campanha de 1974. Ulysses Guimarães foi procurá-lo no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), centro de pesquisa onde trabalhava depois de cassado, liderando intelectuais opositores de prestígio. Mas a passagem de Cardoso para a disputa eleitoral só ocorreria mais tarde, como integrante de um grupo político basicamente de suas relações pessoais, que abrangia oriundos da área acadêmica, intelectuais e políticos exilados e/ou cassados e militantes ligados sobretudo a grupos católicos (MELHEM, 1998, p.199-200 – grifos nossos).

Em 1974, Fernando Henrique Cardoso ajuda a planejar não só o programa do partido, mas, também, a campanha de Orestes Quécia, e durante vários anos trabalhou próximo de Ulysses Guimarães⁴⁸, figura de maior projeção no MDB e, sem dúvida, que: “em diversos sentidos foi seu mentor político” (GOERTZEL, 2002, p.88). Junto às

⁴⁸ Em 1974, Ulysses Guimarães concorre como antecandidato contra o General Geisel, ou seja, naquele momento, uma liderança expressiva da oposição. Nas palavras de Leoni: “Um dia, Ulysses chega a pretextar que estava saindo de uma festa e passando por acaso em frente ao Cebrap [...] até que propõe a Fernando Henrique atualizar o programa do partido para as eleições legislativas de novembro de 1974. Não sei se podemos fazer isso – responde prudentemente Fernando Henrique. – Somos um centro de pesquisa, não fazemos programa político, mas vou conversar com os meus colegas. Ulysses Guimarães talvez nunca tivesse batido à porta do Cebrap se lá não estivessem personalidades como Fernando Henrique Cardoso, cuja notoriedade já era grande nos meios intelectuais de oposição” (LEONI, 1997, p.182).

figuras de Ulysses Guimarães e Orestes Quécia, estava Franco Montoro⁴⁹, uma liderança também consolidada politicamente. Nas eleições de 1974, o MDB faz 160 deputados e 16 senadores, contra 204 deputados e 6 senadores da Arena (Leoni, 1997). Orestes Quécia é um dos senadores eleitos e fruto dessa relação que se mostra auspiciosa entre o partido e o CEBRAP.

Nas palavras de Brigitte Hersant Leoni, sua principal biógrafa:

A entrada na política [de Fernando Henrique Cardoso] se faz portanto naturalmente, não é nem uma transformação, nem uma metamorfose, mas uma atividade que se impõe a Fernando Henrique, que se inscreve na lógica de suas reflexões, e que acontece mais por **força das circunstâncias do que uma verdadeira escolha pessoal**. Sua observarmos sua trajetória política, percebemos nitidamente que ela é a continuação lógica de uma série de acontecimentos e de encontros que o levaram literalmente à presidência, como se ele estivesse de alguma forma predestinado a essa função (LEONI, 1997, p. 177 – grifos nossos).

E mais: “Há quem sugira que Fernando Henrique construiu sua obra visando a satisfazer sua ambição política. Seria algo bastante maquiavélico e calculista. Se sua única ambição fosse ser um político, não precisaria ter sido um acadêmico tão brilhante” (LEONI, 1997, p. 177).

Descontando-se o tom laudatório, peculiar a algumas biografias, Leoni insiste na tese de que as circunstâncias, mais do que a vontade própria de Fernando Henrique Cardoso, o teriam levado para a vida política. Aqui, neste caso, vale destacar que houve, por parte de Cardoso, a conjugação de uma carreira intelectual, que lhe abriu horizontes políticos que foram, sabiamente, aproveitados por ele.

Dentre os anos de 1974 e 1978, Fernando Henrique Cardoso ainda mantém compromissos acadêmicos, como pesquisas no CEBRAP e períodos no exterior, como,

⁴⁹ Para Melhem: “A anistia e a volta dos exilados e cassados tiveram impacto especial para o montorismo dentro do MDB-PMDB. A chegada de Fernando Henrique Cardoso, Covas, Almino Afonso e Serra muda a composição de forças do partido em São Paulo, o que possibilita tirar a presidência regional das mãos de Quécia, dando-a para Covas, que comanda a transição paulista para o PMDB. Esses novos grupos vão aliando-se a Montoro, com quem tinham maior comunhão de idéias e a quem, sobretudo, consideravam candidato imbatível a governador” (MELHEM, 1998, p. 172). Cabe, aqui, ressaltar que se, inicialmente, Cardoso contribui na campanha de Quécia e também este apoiou Fernando Henrique, com o tempo, foram rivalizando posições. Cardoso se ligou ao grupo de Montoro e se contrapondo às práticas políticas do quercismo, até o ponto de ruptura e saída do PMDB.

por exemplo, em Princeton, nos EUA (1975 e 1976 e, depois, 1977 e 1978) e no *Institut d'Études sur le Développement Économique et Social*, em Paris (1977). Mesmo com esses compromissos, suas ações são, claramente, mais orientadas para a política partidária. Também entre 1976 e 1978, fez parte das reuniões da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – e utiliza o espaço para a promoção de debates sobre a democracia e as características do regime político e suas consequências sociais. Leoni (1997) afirma que, ao propor um debate sobre a democracia por parte de Fernando Henrique Cardoso, houve a necessidade de transferir o evento para um ginásio de desportivo, tamanho o número de participantes que queria acompanhar a fala de Cardoso.⁵⁰

Assim:

Fernando Henrique participa do debate sobre a redemocratização como acadêmico, mas já tem o tom do político. Ao lado de Ulysses Guimarães, ele começa a compreender que é preciso aproveitar o MDB e o espaço político que o partido oferece para pôr fim à ditadura. As eleições se tornam um meio de luta para restabelecer a democracia. Elas são, realmente, a única arma que resta à oposição (LEONI, 1997, p. 188).

Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, em discurso no Senado, em 1988, ele assevera que:

No início da década de 1970, quando poucos intelectuais dentre eles os cassados e os exilados, os presos e torturados, viam a possibilidade da reconstrução democrática por meio das lutas político-eleitorais capitaneadas pelo MDB e pelas facções que nele se incrustaram, joguei-me de corpo e alma nesta aposta política e partidária. [...] Não me arrependo. De 1974 até hoje, em quase todos os documentos, discursos fundamentais, programas de campanha e plataformas partidárias do MDB e do PMDB existe alguma contribuição minha. No Partido, aprendi a fazer política. Candidatei-me, perdi e ganhei. A pele tornou-se couro mais resistente à crítica e ao ataque, mais apta à luta (CARDOSO, 1998 *apud* GOERTZEL, 2002, p.88).

Na eleição de 1978, o MDB tem como candidato principal ao Senado Franco Montoro e, no partido, tinham a convicção de sua vitória, no entanto “os líderes do

⁵⁰ Para Ferreira: “Durante esse período de maior confronto com o governo foram criados [na SBPC] grupos de estudos de problemas nacionais que tinham como objetivo propor soluções para diversas questões que preocupavam a Sociedade. Outras iniciativas, tais quais a instituição de reuniões regionais e de programas de rádio, visavam difundir o conhecimento científico e, mais do que isso, popularizar a ciência”

partido achavam que sua candidatura seria fortalecida se os representantes dos diversos eleitorados do partido estivessem em sua chapa” (GOERTZEL, 2002, p.89). Neste cenário, ganha força o nome de Fernando Henrique Cardoso como candidato e representante da intelectualidade de oposição ao Regime⁵¹.

José Gregori, citado por Melhem, descreve a escolha “quase casual de Cardoso como candidato à mencionada sublegenda do MDB” (MELHEM, 1998, p. 201). Assim:

Um grupo se reuniu, pensando em disputar a eleição... Eram pessoas que tinham feito política universitária da UNE, basicamente companheiros de geração... Primeiro se reuniu um grupo que queria disputar eleição para deputado [...] Resolvemos obter uma sublegenda para lançar candidato a senador. A princípio se pensou na candidatura do Dalmo Dallari ou do Hélio Bicudo, porque haviam se projetado na luta da sociedade civil contra do esquadrão da morte... No grupo tinha gente ligada ao cardeal, através da Comissão de Justiça e Paz. O Bicudo e o Dallari não aceitaram porque D. Paulo [Evaristo Arns] desaconselhou, porque achava que ainda não era hora de fazer política partidária... Um dos componentes da organização do grupo era o Fernando Henrique [Cardoso]. E o [Antonio] Angarita... sugeriu: ‘Por que não o nosso grande sociólogo?’... **A escolha aconteceu porque o Fernando realmente estava tendo papel no renascimento da participação política**, escrevendo artigos na revista *Argumento*, participando da SBPC [Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência], escrevendo no jornalzinho *Opinião* que o [Fernando] Gasparian tinha fundado. **O alinhamento teórico**, digamos assim, o que se devia fazer, **passava muito pelo Fernando**. Mas a partir de nossa escolha teve uma longa trajetória, até o Fernando ser escolhido como candidato a senador contra o Montoro (GREGORI *apud* MELHEM, 1998, p.201-2 – grifos nossos).

Havia, contudo, o decreto que tinha aposentado compulsoriamente Fernando Henrique e que, além de o impedir de ministrar aulas, o impedia de se candidatar a cargos públicos eletivos. Os advogados⁵² de Cardoso, entretanto, conseguiram uma decisão do Tribunal Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal dando a ele a possibilidade de se candidatar. Tal fato se deu por conta da compreensão por parte dos julgadores dos autos de que as suspensões impetradas pela Ditadura aos cassados e aposentados não

⁵¹ Cf. em (CARDOSO, 2006, p. 150): “Abracei a causa da democracia com entusiasmo: ela motivou a revisão de minhas análises teóricas e por causa dela passei a participar ativamente da política partidária. Em 1978, tive minha primeira experiência eleitoral, candidatando-me ao Senado em São Paulo com apoio de sindicalistas, artistas e intelectuais, alguns dos quais se voltariam contra mim como Presidente”.

⁵² Nas palavras de Cardoso: “Para surpresa de todos, porém, duas semanas antes do dia das eleições – realizadas a 15 de novembro de 1978 -, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as decisões anteriores da Justiça Eleitoral contrária ao registro de meu nome, e desta forma me tornei candidato efetivo. Arnaldo Malheiros, meu advogado, mostrou o disparate da perda de direitos políticos sem prazo definido, pois os cassados o foram por dez anos e os aposentados pelo AI-5, como eu, para sempre” (CARDOSO, 2006, p. 32).

poderiam subsistir por prazo indeterminado: “sua candidatura foi, assim, aceita sem nenhuma objeção por parte do governo militar, que não mais detinha autoridade legal para cancelá-la” (GOERTZEL, 2002, p. 89).

O resultado⁵³ da eleição deixou Fernando Henrique Cardoso em segundo lugar em relação a Franco Montoro que, obviamente, assumiu uma vaga no Senado Federal. Mas, para Cardoso, o segundo lugar lhe garantiu uma vaga como suplente de Montoro, e assumiria caso a cadeira caso ficasse vaga. Nesse período, como suplente do Senado, Cardoso continuou sua agenda intelectual: ministrou aulas na *Maison de Sciences Sociales*, em Paris (1980) e na Universidade da Califórnia, em Berkeley (1981) e foi eleito presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982) para um mandato de quatro anos. Nota-se, portanto, que mesmo como um político de partido, Cardoso manteve uma rotina acadêmica, ainda que no exterior (França, EUA e Inglaterra) (Leoni, 1997; Goertzel, 2002; Michiles, 2003).

Já, em 1982⁵⁴, o Regime Militar permitiu eleições livres para o governo dos estados. Tal fato se deu e permitiu que a oposição conquistasse postos-chave nos principais entes federados: São Paulo, Rio de Janeiro e nas Minas Gerais. Aqui, a *fortuna* se apresenta a Fernando Henrique Cardoso: Franco Montoro é eleito governador de São Paulo e a cadeira do Senado é assumida por Fernando Henrique. Em 1983, aos 52 anos, Fernando Henrique Cardoso assume uma vaga como Senador pelo estado de São Paulo.

⁵³ Cf. em Melhem: “Embora fosse evidente que Fernando Henrique Cardoso não seria eleito, pois Montoro era imbatível pela outra sublegenda do MDB, a repercussão da candidatura em meios acadêmicos e militantes foi substancial. A campanha, por sinal, foi bastante voltada para essas áreas. Dada a tendência de esquerda do grupo, houve também especial atenção ao setor sindical, no qual foi escolhido o suplente Maurício Soares [...] Essa escolha trouxe o apoio do líder sindicalista Luiz Inácio “Lula” da Silva para Cardoso” (MELHEM, 1998, p. 203).

⁵⁴ Para Leoni: “Fernando Henrique aprende tranquilamente a profissão de político atrelado a Montoro. É extremamente ativo, mas nunca está na linha de frente. A missão do suplente não é aparecer, o que lhe permite fazer política sem fazer, e continuar se dedicando às suas ocupações acadêmicas. Até 1982, quando Franco Montoro se torna governador de São Paulo, Fernando Henrique fica na antecâmara da política” (LEONI, 1997, p. 213).

Sobre o episódio, em tom de chiste, Cardoso afirma:

Antes da campanha de 1982, eu estava lecionando nos EUA, no Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Quase no final do período letivo, o diretor do Departamento, professor Robert Bellah, especialista em Sociologia das Religiões, me convidou para tomar chá. Para minha surpresa, ofereceu-me um posto permanente em Berkeley para substituir ninguém menos do que o grande filósofo Jürgen Habermas, que voltava para a Alemanha.

Encabulado pela desproporção intelectual entre quem partia e quem era convidado a permanecer, respondi brincado:

- Só se o senhor me oferecer também uma cadeira no Senado americano, porque sou suplente de um senador que deverá ganhar as eleições para o governo de São Paulo.

Conto o episódio pelo pitoresco e para reiterar o **papel do acaso, da sorte, da fortuna**, palavra latina que tem o mesmo sentido em italiano e em português: **tornei-me senador sem jamais tido este propósito seriamente** (CARDOSO, 2006, p. 33 – grifos nossos).

A partir de 1983, assumindo como senador, sua vida se transformará profundamente, e sua trajetória política será assaz intensa, como já tinha sido na vida acadêmica. Sua conduta como membro do Senado será pautada, no início, pelo aprendizado político, seus temas de interesse serão a situação econômica do país, questões ligadas à corrupção no governo, o papel do exército e a passagem para o regime democrático. No âmbito partidário, é eleito presidente do diretório regional do PMDB em São Paulo⁵⁵. Assim, “alguns meses de Congresso bastam para que se torne conhecido como um senador atuante” (LEONI, 1997, p. 221).

Já em 1984, participará – juntamente com Montoro e Ulysses Guimarães – das manifestações em prol da campanha das “Diretas Já”, em alusão à possibilidade de que, na eleição vindoura, fosse possível ter eleições diretas para presidente da República. Embora o ato tenha sido de extremo impacto político e popular, a Câmara rejeita a emenda Dante de Oliveira, e o próximo presidente foi, ainda, indicado pelo Colégio Eleitoral. O resultado – em 1985 – é a eleição de Tancredo Neves e de José Sarney,

⁵⁵ Para Melhem: Fernando Henrique Cardoso, como presidente regional do partido e pessoa muito próxima a Roberto Gusmão, secretário de Montoro que estava no centro daquelas articulações, tem participação de destaque em toda a movimentação que encerra o processo de transição para a democracia no país. [...] A aliança com Montoro, uma tradicional liderança notável praticamente desprovida de quadros militantes partidários, revelou-se decisiva para a ascensão político-partidária do grupo de Fernando Henrique Cardoso (MELHEM, 1998, p. 206).

numa aliança política que uniu PMDB e a Frente Liberal, na chamada Aliança Democrática.⁵⁶

2) Uma desventura: o duro aprendizado da derrota

O ano de 1985 marcará, de forma indelével, a carreira política de Fernando Henrique Cardoso. Mário Covas, prefeito (indicado por Franco Montoro) da cidade de São Paulo, não pode concorrer à reeleição. Fernando Henrique foi, então, o escolhido do partido para a disputa da prefeitura contra Jânio Quadros. Neste cenário, essa campanha exigirá mais do que a campanha para o Senado, em 1978, pois a disputa tinha, também, um elemento fortemente simbólico: Fernando Henrique Cardoso representaria o “novo” na política contra a política tradicional, consubstanciada na figura de Jânio Quadros. Quando questionado acerca de sua gestão como prefeito, responde, segundo Leoni, que terá: “A eficiência, a firmeza, a modéstia e a coordenação da equipe. Aí estão os traços do **administrador moderno**. Serei sincero e simples, direto e enérgico na ação, sem personalismo nem exibicionismo” (CARDOSO *apud* LEONI, 1997, p. 235 grifos nossos).

Os episódios dessa campanha são bastante peculiares, pois muitos criticavam Fernando Henrique Cardoso como um intelectual distante do povo. Seu opositor usou elementos de sua biografia para atacá-lo e Cardoso contribui com várias “gafes”, como ter afirmado em entrevista à Revista Playboy que já havia fumado maconha, não ter respondido a Boris Casoy, num debate na televisão, se ele, Fernando Henrique, acreditava em Deus, não saber o preço de alimentos como o feijão e o pão e, por fim, de ter sido fotografado sentado na cadeira do prefeito, no gabinete, antes mesmo do resultado das eleições.

⁵⁶ Na ótica de Leoni (1997), havia uma boa relação entre Fernando Henrique Cardoso e Tancredo Neves. Cardoso, segundo Leoni, almejava o Ministério das Relações Exteriores, no novo governo, contudo, decepcionou-se quando lhe foi oferecido o Ministério do Desenvolvimento Social. Recusa o ministério, mas é feito líder do governo no Senado, posto que renunciará em 1986.

O resultado foi, sem dúvida, sua grande desventura na vida política: é derrotado - mesmo tendo sido considerado o favorito durante boa parte da campanha - por Jânio Quadros. Os diagnósticos são variados para o episódio: inexperiência política, tom professoral e elitista ao tratar com o eleitorado, arrogância e ambição desmedida, derrota necessária ao aprendizado político, entre outras. Nas suas próprias palavras, em 2006, aduz que:

Perdi por poucos votos (cerca de 2%) num universo de 4,8 milhões de eleitores. Há várias especulações sobre as razões da derrota e uma só verdade: não fui capaz de convencer o povo de que seria bom prefeito... [...] *Vanitas, vanitatem?* Não, mais grave: o despreparo para a aspereza da luta política. Pedágio pago por um professor catapultado à arena cheia de feras. Perdi, é o que conta. E a derrota me ajudou na futura trajetória política. [...] O fato desde então, em todas as partidas políticas em que me meto, e não só as eleitorais, entro sempre supondo a possibilidade da derrota. Quando ganho, naturalmente me sinto gratificado, mas nunca o suficiente para esquecer o quanto custou a vitória; quando perco, durmo com a esperança do amanhã (CARDOSO, 2006, p. 34-5).

No que concerne às articulações internas do PMDB, havia dois grupos em disputa pelo poder: o grupo liderado por Franco Montoro (com Mario Covas, José Serra e Fernando Henrique Cardoso) e o quercismo. As eleições municipais de 1985 teriam, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, consolidado a hegemonia do grupo de Montoro, que tinha o controle do governo estadual nas mãos. Mas:

Em 1985, Montoro sofre sua primeira derrota eleitoral importante em São Paulo, quando seu candidato Fernando Henrique Cardoso perde a prefeitura da capital para Jânio Quadros, mesmo com o PMDB no governo do estado e na prefeitura da cidade, para qual Covas fora nomeado em 1983. A campanha foi marcada por atritos entre o grupo palaciano que a conduzia e a máquina partidária mais quercista, com suspeitas de que esta não se empenhara como de hábito pela vitória [...] As alas adversárias de Montoro no partido passam a relacionar a derrota à direção centralizada da campanha, comandada pelo governador de São Paulo e seus aliados (MELHEM, 1998, p. 177).

O ano de 1986 é caracterizado pela projeção de Orestes Quércia sobre a máquina do partido. Após vitória na convenção partidária de Quércia, o mesmo é eleito governador do estado de São Paulo. No plano legislativo, Fernando Henrique Cardoso se reelege para o Senado Federal. No entanto, sua situação dentro do PMDB começa a tornar-se insustentável, dado a rivalidade com Orestes Quércia, no plano estadual.

Se, no plano estadual, havia destaque de Quércia, no plano federal, por sua vez, figura Ulisses Guimarães como presidente da Câmara e da Constituinte. Neste período, houve a confecção da nova Constituição, sob a presidência de José Sarney. Por conta das poucas possibilidades de manobra no partido, seja no plano estadual ou nacional, e de posse de um mandato de oito anos como senador, Fernando Henrique:

[...] torna-se grande impulsionador da fundação de um novo partido, tema ascendente na política brasileira com o realinhamento trazido pelo pluripartidarismo. Seus vínculos maiores sempre foram com o círculo com que mantinha comunhão de idéias e relações pessoais, ao qual agora tinha possibilidades muito limitadas de oferecer incentivos seletivos. Além disso, as gestões Quércia e Sarney representavam uma negação dos incentivos coletivos tradicionalmente valorizados por parte expressiva de seu grupo. A carreira política de Fernando Henrique Cardoso corre perigo (MELHEM, 1998, p. 210).

Em 1988, é fundado o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira – tendo, em São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, Mario Covas, José Serra e Franco Montoro à testa do partido. Na afirmação de Gregori: [...] em sua primeira fase, no período em que se tem a idéia de fazer um novo partido e de dar os primeiros passos neste sentido – é fruto de Fernando Henrique Cardoso” (GREGORI *apud* MELHEM, 1998, p. 210). Houve, inclusive, por parte de Ulysses Guimarães, uma tentativa de manter Cardoso nos quadros do PMDB, ofertando-lhe a presidência do Senado, mas Cardoso declinou e assumiu a liderança do grupo fundador do PSDB.

O inegável avanço econômico alcançado sob os auspícios do Regime Militar passa a cobrar, socialmente, o seu preço de forma premente na década de 1990. No plano político, Fernando Collor de Mello é eleito Presidente da República. Na condição de senador, mas fazendo uma análise do cenário político-social, Cardoso afirma que: “é indiscutível que, sob o regime militar autoritário, houve um surto de modernização provocado pelo Estado. [...] o país melhorou. Agora, temos um Estado canhestro, atônito, cuja ação é simplesmente patética” (CARDOSO *apud* GOERTZEL, 2002, p. 118).

Na ótica de Cardoso, Collor representava uma visão política mais próxima da idéia de modernização, idéia esta tão cara ao próprio Cardoso. Assim:

Suas [de Fernando Collor de Mello] propostas eram muito parecidas com aquelas que Fernando Henrique Cardoso anunciaria quatro anos mais tarde: privatização, abertura da economia para o mercado mundial, eliminação da inflação e assim por diante. Fernando Henrique Cardoso, em geral, apoiava as aspirações políticas de Collor – para grande desalento de seus amigos radicais do Partido dos Trabalhadores – mas recusou-se a aceitar um cargo ministerial no governo Collor devido a objeções de membros do PSDB (GOERTZEL, 2002, p119).

O governo Collor buscou, inicialmente, o combate à hiperinflação, que assolava o país. Um plano econômico foi instaurado e, no primeiro ano de mandato, pareceu funcionar. O plano foi assaz drástico: bloqueou contas bancárias dos cidadãos, congelou preços e salários e, no âmbito da gestão pública, eliminou diversos órgãos governamentais. A situação, contudo, novamente se agravou, já que a inflação voltou, já que numa economia de mercado a intervenção estatal de tamanha ordem não se sustentou por muito tempo. Não bastassem os problemas econômicos, o país foi assolado pelas denúncias de corrupção no bojo do governo federal, na figura do presidente e de personalidades ligadas a ele.

Fernando Henrique Cardoso, que ocupava freqüentemente espaço na mídia, deu uma declaração afirmando que o *impeachment* era como a bomba atômica, serviria para dissuadir e não para ser usada. No caso em tela, a preocupação de Cardoso era o cenário que se instauraria com a saída do presidente, essencialmente, no plano das instituições e da sociedade que havia vivenciado o período autoritário há pouco. No entanto, as condições são insustentáveis e a tese do *impeachment* ganha apoio popular e da mídia. Para Leoni: “Se Lula está à frente do grande movimento pró-impeachment nas ruas, Fernando Henrique é um dos que manobram nos bastidores de Brasília para afastar Collor” (LEONI, 1997, p. 264-5). As articulações de Cardoso assumem duas frentes: uma é a aproximação com Itamar Franco, vice-presidente; e, outra, é junto aos membros

do ministério de Collor e junto aos senadores mais conservadores em prol do afastamento do presidente.

3) De volta ao cenário nacional: Itamar Franco e os ministérios para FHC

O resultado do processo político é o afastamento do presidente Collor e a entrada na cena política de Itamar Franco. Ocorre, aqui, um retorno de Cardoso à cena política, saindo da relativa condição de “marginalizado” que estava desde a ruptura do PMDB, no plano nacional. Itamar Franco, político mineiro, terá, em Fernando Henrique Cardoso um interlocutor assaz importante, inclusive, para estabelecer conexões com o empresariado e a intelectualidade paulista, trânsito que Cardoso sempre fez questão de estabelecer e manter desde os tempos da USP.

O resgate, por assim dizer, de Cardoso da “simples” condição de Senador é realizado por Itamar Franco, concedendo-lhe o Ministério das Relações Exteriores, entre os anos 1992-93. Leoni assevera que:

Desde sua ida para o Itamaraty, o novo ministro ocupa uma posição de primeiro plano no governo Itamar. [...] Em alguns meses, todas as grandes decisões do país passam por Fernando Henrique. O ministro das Relações Exteriores aconselha, discute, negocia e faz tudo o que sempre soube fazer de melhor em política: articula (LEONI, 1997, p. 302).

Sua estada à frente da pasta das relações exteriores lhe permite, sem dúvida, o exercício de seu tino sociológico, de sua rede de relacionamentos que fora constituída desde os tempos de acadêmico. Seu trânsito no cenário internacional será marcado pela sua habilidade em estabelecer as conexões necessárias entre a realidade econômica e social brasileira e o contexto internacional. Provavelmente, seu arcabouço teórico, oriundo dos estudos sobre o capitalismo, os empresários, o desenvolvimento e a dependência econômica, seja no Brasil ou na América Latina, o coloca numa condição *sui generis* na condução de uma política exterior de diálogo e parcerias com uma ampla gama de grupos empresariais nos mais diversos países. O intelectual favorece a ação do político. Para Goertzel:

Sua primeira reunião após tomar posse foi com líderes do empresariado de São Paulo. Isto estava em consonância com sua prioridade maior como ministro das Relações Exteriores, que era desenhar “uma política externa capaz de acelerar o desenvolvimento do país através da utilização das oportunidades oferecidas pelo novo cenário internacional (GOERTZEL, 2002, p. 126).

As ações levadas a cabo por Cardoso na condição de ministro das relações exteriores são, no cenário interno e externo, importantes, se não em seus resultados diretos para a economia do país, pelo menos para a própria trajetória política de Fernando Henrique Cardoso: “Fernando Henrique não desempenha um grande papel no exterior do país, mas o Brasil também não tem, durante os meses em que ele fica no Itamaraty, grandes decisões a tomar no plano internacional” (LEONI, 1997, p. 304).

Uma de suas características, seja como intelectual ou como político, é a de não só se adaptar às novas situações, mas, principalmente, de tirar o máximo proveito daquilo que se oferece à sua ação, daquilo que está ao alcance de sua influência. Em sua trajetória política, haverá, novamente, a *fortuna*: o presidente Itamar nomeia-o Ministro da Fazenda, em 1993. A pasta ministerial em tela, era, no momento, um ponto crítico do governo, que, indubitavelmente, exigia equacionar o problema central: a persistência da inflação e suas conseqüências sociais. Na ótica de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso seria capaz de devolver a credibilidade à gestão da política econômica.

Sobre sua nomeação para Ministro da Fazenda, Cardoso assim descreve sua conversa telefônica com o presidente Itamar Franco, quando estava em viagem ao exterior:

Este me perguntou, brincando, se eu estava sentado ou de pé e colocou a questão:

- Você aceita ser ministro da Fazenda?

Respondi que jamais pretendia a posição, que não era economista, e, sobretudo, reiterarei que, com tanta troca de ministro da Fazenda, não dispunha mais de argumentos para convencer no exterior de que tudo ia bem no Brasil.

Acrescentei:

- Não estou aí no Brasil. Sei pelo noticiário, que acompanhei com apreensão no Japão, que sua situação é difícil. Não gostaria de faltar com minha solidariedade, mas, por favor, insista para que Eliseu permaneça no Ministério (CARDOSO, 2006, p. 42).

O desfecho da conversa foi que, mesmo sem confirmar para Fernando Henrique Cardoso, Itamar o nomeou na manhã seguinte ministro. Cardoso, ainda nos EUA, soube da nomeação pelas ligações de seus familiares e da imprensa procurando-o⁵⁷. Do episódio da nomeação, Cardoso aduz que se somaram as características pessoais de Itamar Franco – sua aparente impulsividade – às eventuais qualidades políticas que ele, Cardoso, possuía. Como em sua chegada ao Senado – a chegada à vida política –, Fernando Henrique Cardoso trataria de lidar com a *fortuna*, pois:

[...] além do eventual valor histórico, sustentam a idéia de que a *fortuna*, ou a sorte, às vezes, precede a *virtú*, e que o empenho em objetivos pessoais é menos importante do que “abraçar uma causa”. Seria enganoso, entretanto, imaginar que as carreiras políticas, os êxitos eventuais, as mudanças que se consegue obter, decorrem de “mero acaso”. Não existe, tampouco na política, como na visão terra-a-terra sobre os mercados, a mão oculta que conduz a ação em favor do bem comum. [...] Na realidade, **fui treinado para exercer papéis de liderança política**, mesmo sem ter muita consciência disso (CARDOSO, 2006, p.43-4 grifos nossos).

Trazendo à tona Max Weber, Cardoso assevera que, no homem de ação, cabem as duas éticas que não podem ser separadas: “uma, a das convicções, ajuíza as ações *antes de sua vigência*; a outra, a da responsabilidade, *julga as conseqüências* do ato praticado”. Assim, em sua ótica na ação do grande político, “elas não podem ser separadas; se assim ocorrer, no primeiro caso levará ao fanatismo e, no segundo, ao cinismo” (CARDOSO, 2006, p. 46).

A partir de 1993, à frente do Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso teve, sem dúvida, o seu maior desafio político até então: concretizar um plano de combate à inflação. Desta forma, o plano de Cardoso terá dois principais objetivos: “controlar os gastos do Estado e reduzir o déficit. Para isso, ele goza de toda a confiança

⁵⁷ O episódio da nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda encontra-se descrito, também, por Leoni (1997) e por Dimenstein; Souza (1994), para estes: “A candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República começou a surgir no meio de um brinde no estilo japonês, em Manhattan, no centro de Nova York [...] O cenário era a residência do embaixador do Brasil na ONU, Ronaldo Sardenberg [...] À mesa, só homens, a maioria deles diplomatas da missão brasileira na ONU. Após atender ao telefone, um empregado chamou a embaixatriz Célia Sardenberg [...] ela entrou na sala de jantar [...] dirigiu-se a Fernando Henrique e comunicou que o presidente Itamar Franco queria lhe falar com urgência” (DIMENSTEIN; SOUZA, 1994, p.19). O referido jantar e a conversa telefônica são, evidentemente, os descritos por Cardoso (2007) no momento de sua conversa com o presidente Itamar Franco e sua posterior nomeação como Ministro da Fazenda.

do presidente, que lhe dá carta branca para fazer o que quiser. É esta a sua força” (LEONI, 1997, p. 311). Com força política para levar a cabo seus objetivos, Cardoso articula uma equipe de economistas⁵⁸, muitos deles já participantes de planos econômicos anteriores e que não lograram êxitos.

Para Leoni, Cardoso foi assessorado por economistas de renome e ele

[...] aprova em 14 de junho um plano de ação imediata que reduz gastos em 6 bilhões de dólares. Em seguida, prepara um plano de estabilização econômica, que deverá se posto em prática gradualmente, e sem congelamento de preços ou salários. Fernando Henrique quer desindexar toda a economia. É a grande originalidade do plano em relação aos anteriores. O plano deverá primeiramente obter apoio do Congresso o equilíbrio das contas públicas e passar por uma reforma fiscal. Uma nova moeda, o real, sem paridade fixa com o dólar, ao contrário por exemplo do peso argentino, será então lançada, depois que um novo indicador econômico, a URV, tiver sido previamente adotado para ajustar preços e salários. Fernando Henrique não propõe um remédio milagroso, nem um plano draconiano. Ao contrário, o plano se desdobra em etapas, o que permitirá sua implementação gradual (LEONI, 1997, p. 312).

Aqui, cabe enfatizar que, para além da dimensão econômica propriamente dita, há uma dimensão política e social do plano apresentado. Política no sentido do exercício da liderança na figura de Cardoso e social ao apresentar os problemas e suas soluções de forma que a sociedade possa acompanhar as ações governamentais e não sinta apenas as consequências em suas vidas cotidianas. Para Goertzel:

A principal prioridade de Fernando Henrique Cardoso era convencer as pessoas, particularmente o sistema político, de que ele tinha um plano que poderia realmente funcionar. As expectativas constituem uma parte fundamental do processo inflacionário, e um plano antiinflacionário apenas pode funcionar se as pessoas acreditarem nele. Era compreensível que o povo estivesse cínico já que tantas iniciativas anteriores haviam resultado em nada[...] Fernando Henrique Cardoso entendia essas dúvidas, mas insistia em que seu “plano sempre foi real mesmo [...] Os créditos políticos de Fernando Henrique Cardoso aumentariam ou diminuiriam conforme o sucesso ou fracasso do plano (GOERTZEL, 2002, p. 132-33).

Na tessitura do plano foi de fundamental importância o Fundo Social de Emergência (FSE) , medida necessária dado a necessidade do aumento de receitas por

⁵⁸ Sobre os principais especialistas e economistas, como, por exemplo, André Lara Rezende, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho, Winston Fritsch, Pêrsio Arida, Gustavo Franco e Pedro Malan, que participaram da confecção do Plano Real, Cf. em: DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias de. **A história real**: trama de uma sucessão. São Paulo: Ática, 1994; MARKUN, Paulo. **O sapo e o príncipe**: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.; CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, especialmente o capítulo 3: *O Plano Real: da descrença ao apoio popular*.

parte do governo, sem a qual o plano econômico se esvairia. Utilizando o recurso constitucional da medida provisória, o presidente Itamar consegue – juntamente com a articulação de Cardoso – a implementação do Fundo Social de Emergência. Assim, “de fato ele [FSE], não era nem um fundo, era simplesmente um mecanismo de flexibilização das verbas públicas para uma utilização mais racional” (GOERTZEL, 2002, p. 135). Em verdade, as questões orçamentárias do Estado são atribuições do Congresso Nacional, mas que, na situação então em voga, abriu mão de legislar sobre este tema, na crença de que as ações tomadas pela equipe econômica surtiriam o efeito desejado: a diminuição da inflação.⁵⁹

4) A conquista da presidência

O sucesso do Plano Real foi, como não poderia deixar de ser, o principal legitimador da campanha de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. A polarização política consistia em Lula, do Partido dos Trabalhadores, e Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

No planejamento da candidatura, a figura de Cardoso era assim entendida:

O currículo de Fernando Henrique Cardoso como acadêmico e oponente de princípios à ditadura militar conferia-lhe uma imagem de honestidade e integridade ausente em muitos outros candidatos. Mas o mais importante é que o plano real prometia qualificá-lo como o candidato que havia derrotado a inflação (GOERTZEL, 2002, p. 140).

A despeito de sua condição de intelectual que resistiu ao regime autoritário, Cardoso já consolidara a imagem de um político experimentado, com ações pragmáticas e senso de oportunidade. Sua visão era de que, além de se ganhar uma eleição, cabia ao novo presidente assegurar a governabilidade; portanto, as alianças não poderiam ser

⁵⁹ Sobre o processo de articulação política de Cardoso, Goertzel assevera que: “As estratégias de Fernando Henrique Cardoso obtiveram sucesso. Em 8 de fevereiro de 1994, o Fundo Social de Emergência era aprovado pelo Congresso, dando ao Ministério da Fazenda controle sobre 18% dos gastos federais, ou cerca de 15 bilhões de dólares. Politicamente, isto deu a Fernando Henrique Cardoso projeção nacional como alternativa a Lula nas eleições presidenciais que se aproximavam. Tudo dependia, contudo, de se conseguir que o Plano Real fosse legalmente promulgado e implementado com sucesso” (GOERTZEL, 2002, p. 137).

relegadas a um plano secundário. Nestes termos, Cardoso articula a aliança com o PFL, Partido da Frente Liberal, o que lhe granjeou não poucas críticas, essencialmente, no que tange à aliança com um partido que teria sido um dos sustentáculos do regime autoritário que Cardoso combateu (Leoni, 1997; Goertzel, 2002; Michiles, 2003).

Portanto:

Pela consolidação de uma aliança com o PFL, Fernando Henrique Cardoso tornou-se claro favorito como candidato de centro-direita em oposição a Lula [...] Sem o vínculo com os liberais, os líderes empresariais e outros conservadores poderiam ter ficado desconfiados da história esquerdista e dos antecedentes acadêmicos de Fernando Henrique Cardoso. Poderiam vê-lo como um intelectual idealista que adotaria esquemas sem base na realidade. A aliança com a Frente Liberal deixava claro que ele era um político pragmático que manteria a estabilidade do sistema (GOERTZEL, 2002, p. 141-42).

Fernando Henrique Cardoso lança-se, então, numa enorme campanha como candidato à Presidência da República. Viajou, reuniu-se com líderes regionais, empresários, setores organizados da sociedade e discursou centenas de vezes. Acompanhando Cardoso, Francisco Graziano descreve a sua experiência como assessor num livro intitulado *O real na estrada: a campanha de Fernando Henrique à Presidência*. Numa das passagens da obra, destaca, a respeito da atuação do candidato, que:

[...] Fernando Henrique não vendia ilusão nem se deixava levar pelo apelo fácil. Prova disso é que nesse mesmo dia do lançamento do Real, discursando para uma platéia predominante de agricultores em Pouso Alegre, voltou aos temas áridos do desenvolvimento nacional, dando uma verdadeira aula de economia. O professor jamais seria encoberto pelo político (GRAZIANO, 1995, p. 37-8).

Na campanha, havia setores que consideravam a figura de Fernando Henrique Cardoso distante do povo, com um discurso árido e, às vezes, inacessível à população. Sua condição de intelectual que, quase sempre, era tida como uma vantagem adicional do candidato poderia ser entendida como um problema no contato direto com os eleitores. As “gafes” e os problemas ocorridos na eleição para prefeito, em 1985, não poderiam se repetir. Nesse momento, contudo, Cardoso já contava com uma equipe

profissional de apoio à sua campanha. Esse problema diagnosticado – de distância dos mais pobres – foi equacionado e:

Para solucioná-lo, desembarcou em maio, no Brasil James Carville, principal marqueteiro da campanha americana de Bill Clinton. Ao ser informado das dificuldades, Carville sugeriu a FHC que mudasse de tática: ao invés de tentar aproximar-se dos mais pobres, assumisse **“o papel do homem preparado para solucionar o problema dos pobres”**. Estava resolvido. A partir daí, deixava-se de lado a tentativa de transformar FHC naquilo que ele não era. Reforçava-se o entendimento geral de que o tucano era o mais capacitado a assumir a presidência da República. A vantagem é que o candidato retornava ao mesmo compasso do ministério da Fazenda, quando “com o gogó”, como ele gostava de ressaltar, apresentava-se como ministro capaz de debelar a inflação (EXPEDITO FILHO, 1994, p. 92 – grifos nossos).

Ao que parece, Fernando Henrique Cardoso assimilou bem as indicações dos especialistas em marketing político. Sua conduta foi, sempre, de discursar e de apresentar – quase num tom professoral – sua trajetória e suas características pessoais que o qualificavam para o exercício da presidência. Mais do que isso, como candidato foi eficaz, pois, na maioria das vezes, estabelecia relações de empatia com os seus ouvintes, fossem eles empresários ou setores mais populares. Num dos discursos, em Porto Alegre, proferiu os seguintes dizeres:

Talvez não seja do conhecimento da maioria, mas eu tenho dois vínculos muito fortes com o Rio Grande: um de ordem profissional e outro de ordem política. Os primeiros estudos que fiz no Brasil, já faz muitos anos, talvez quase quarenta anos, foram aqui no Rio Grande do Sul. A minha tese de doutorado foi feita a partir de uma pesquisa realizada nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Eu passei algum tempo da minha vida acadêmica, quando iniciava minha formação, então professor da Universidade de São Paulo, vindo seguidamente ao Rio Grande para estudar o desenvolvimento da economia gaúcha no século XVIII e século XIX, a questão das charqueadas, a questão da escravidão no Rio Grande do Sul, porque esta tinha peculiaridades que me permitiam comparar aquilo que havia sido descrito por Gilberto Freire [*sic*], que era basicamente o problema da escravidão no Nordeste, no açúcar. E aqui o escravo negro veio para a atividade manufatureira. Isso é uma situação única no Brasil [...] E isso trouxe uma séria de implicações, até teóricas, na análise de como se dava o desenvolvimento da economia brasileira numa fase em que nós tínhamos já uma abertura para a economia internacional (CARDOSO *apud* GRAZIANO, 1995, p. 45-6)

Sobre sua atuação política e a relação dela com o Rio Grande do Sul, indica que:

Naquela época, nos anos 70, nós vivíamos momentos muito difíceis no Brasil, momentos de regime autoritário; não havia liberdade de expressão e o MDB do Rio Grande era muito combativo. E eu como professor da Universidade de São Paulo, já tinha estado algum tempo fora do Brasil, no

exílio, e tinha voltado, já tinha alguma ressonância até mesmo fora do Brasil pelos trabalhos que havia publicado, eu era frequentemente chamado ao Rio Grande para participar das atividades político-partidárias. Eu não conhecia o MDB de São Paulo, praticamente, e eu estava aqui muito bem aninhado no MDB do Rio Grande. De modo que o meu relacionamento com o Rio Grande é de longa data (CARDOSO *apud* GRAZIANO, 1995, p. 45-6).

Graziano (1994) e Expedito Filho (1994) aproximam-se ao descreverem as ações da campanha de Fernando Henrique Cardoso e, mais precisamente, o comportamento do candidato que, segundo eles, não se distanciaria nunca do intelectual. Seus discursos, mesmo como candidato, tinham a característica de mesclar suas qualidades pessoais (como deve fazer o candidato na conquista de votos) com análises das situações política, econômico e sociais do país e sua relação com o mundo. Graziano (1994), inclusive, destaca que o discurso do candidato chegou, em alguns momentos, a tocar em temas que seriam pouco aconselháveis a um candidato, em suas palavras: “Fernando Henrique criticou novamente a posição demagógica daqueles que, no início do plano de estabilização, defenderam o aumento irresponsável do salário mínimo, defendendo outra vez uma nova postura ética daqueles que exercem o mando político” (GRAZIANO, 1994, p. 57). Certa feita, em Irecê, sertão baiano, Cardoso discursou afirmando que:

Meu povo quer coisas simples. O povo quer coisas simples. O povo quer, em primeiro lugar, decência, dignidade no exercício da função pública. E isso nós temos. Eu tenho uma biografia. Eu fui a minha vida inteira professor. Eu sou professor da Universidade de São Paulo, eu briguei contra a ditadura, eu fui exilado, eu vivi no exterior. Eu dei aulas no Chile, na Argentina, no México, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, nas melhores universidades que há por aí. E, em nenhuma delas, eu deixei de cumprir com o meu dever com dignidade e nunca, mesmo lá fora, deixei de pensar: “estou aqui não porque quero. Estou aqui porque não posso estar no Brasil. Mas eu voltarei um dia e tudo o que aprendi aqui fora eu devolverei ao Brasil, ao povo do Brasil, porque o povo é generoso e merece”

Nunca ofendi ninguém, nunca fui desleal.

Aqui há muitos que foram colegas meus. Eu nunca deixei de dizer o que eu penso. Eu nunca subi na tribuna do Senado, se não para falar com o coração e com a razão. Mas eu nunca ofendi ninguém. Eu nunca fui um adversário desleal, eu nunca deixei de pensar em meus pronunciamentos que, pela voz de um Senador, fala um Brasil. Senador de São Paulo ou serve o Brasil ou não serve a São Paulo.

O Real é do povo, foi feito para devolver ao trabalho seu valor.

Muito antes mesmo dos políticos, dos meus adversários, dos homens que escrevem na imprensa, terem percebido que o Real era para valer, o povo sentiu: o Real é do povo! E foi feito para isso. Foi feito para devolver ao trabalho, ao salário, o seu valor devido (GRAZIANO, 1994, p. 61-2).

Este discurso do candidato, entre outros, pode ser considerado paradigmático de sua postura discursiva. Inicia, imediatamente, trazendo o “povo” à baila. Demonstra conhecer o que o povo quer: “coisas simples”, como “decência e dignidade no exercício da função pública”. Posteriormente, apresenta-se como portador destas características. Apresenta, mais do que isso, sua biografia: professor, intelectual, mas trata com termos mais coloquiais: “briguei contra a ditadura”. Seu período no exílio é apresentado não apenas de um professor que foi ao exterior ensinar, mas como de aprendiz para ele. Ao citar os países e as universidades pelas quais passou, deixa claro seu bom trânsito no cenário internacional, ainda que acadêmico. Além disso, para que não se considere a temporada no exterior como agradável, destaca que estava lá não porque queria, mas sim porque era obrigado e que voltaria para o país, devolvendo o seu aprendizado ao “povo”, que é “generoso” e “merece”. Em seguida, ao tratar de sua vida política, como Senador, enfatiza o seu perfil de diálogo e de não ter usado o recurso da ofensa e tampouco da deslealdade contra os seus adversários. Estando no nordeste - e sendo senador por São Paulo – assevera que “Senador de São Paulo ou serve ao Brasil ou não serve a São Paulo”, com isto evita distinções regionalistas. Por fim, retoma o termo “povo” e o associa ao Plano Real, atribuindo aquele certa primazia no processo de consolidação da nova moeda, uma, por assim dizer, visão “vanguardista” do plano econômico, já que políticos e jornalistas não teriam “percebido” que o Real era para valer e para devolver ao trabalho e ao salário o seu devido valor.

Este candidato que se apresenta agora é assaz distante daquele, nos idos de 1985, dando declarações “ingênuas” sobre ateísmo, religião, drogas ou excessiva confiança na vitória. Quando questionado sobre em qual momento vislumbrou a vitória eleitoral, Cardoso responde que, num comício, também no estado da Bahia, os eleitores lhe pediram autógrafo nas notas de Real e ao discursar via as pessoas acenando com o

dinheiro em sua direção. Nesse momento, afirma Cardoso, sentiu que o processo eleitoral tomara um rumo inexorável e que a vitória era certa, já que o orgulho simbólico da moeda indicava mudança de comportamento em relação ao dinheiro (Cardoso; Toledo, 1998a; Cardoso, 2006).

A campanha eleitoral - nos idos de 1994 - teve, para além dos discursos do candidato, das visitas, carreatas e reuniões políticas nos mais diversos estados brasileiros, um aspecto importante do ponto de vista programático e político: um debate público entre alguns intelectuais acerca da candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

Tal debate foi veiculado no jornal Folha de S. Paulo, principalmente no Caderno Mais!. A discussão inicia-se com o artigo *Os moedeiros falsos*, de José Luís Fiori, em 03/07/94. Em seguida (10/07/1994), temos a réplica de Fernando Henrique Cardoso intitulada *Reforma e imaginação*, na qual há a tentativa de FHC de responder às críticas de Fiori destinadas ao Plano Real, bem como à candidatura e à posição política de FHC. O debate de idéias prossegue, no jornal, e traz à baila intelectuais como Bresser-Pereira, Lourdes Sola, Giannetti da Fonseca e Francisco Weffort.⁶⁰

É mister, nesse caso, acompanhar as principais linhas de raciocínio e idéias abordadas pelos intelectuais em tela.

⁶⁰ Os desdobramentos da contenda podem ser acompanhados no jornal Folha de S. Paulo, nas seguintes datas: no dia 17/07, entra no debate Luiz Carlos Bresser Pereira, com seu escrito *O fim do triunfalismo neoliberal*. A cientista política Lourdes Sola adentra, também, no debate e publica em 24/07 *O dragão enfrenta o santo*, tecendo críticas à posição de Fiori. Em 24 e 31/07, Eduardo Giannetti da Fonseca em seu *Quem tem medo do neoliberalismo* busca definir conceitualmente e relacionar as idéias neoliberais aos seus verdadeiros autores e, por fim, afirma que se trata – entre petistas e tucanos – um pseudo-debate. Por fim, Fiori publica, novamente, respondendo a Fernando Henrique e seus “defensores”, *As palavras e as coisas*, em 14/08. Conclui seu artigo voltando à carga e afirma peremptoriamente: “diante da realidade contemporânea, FHC optou de fato por uma coalizão conservadora e de centro-direita. O resto, na feliz expressão de um empresário paulista, é conversa para boi dormir”. Meses depois, em 04/10, Francisco Weffort em *A segunda revolução democrática* afirma que a vitória e o governo de FHC devem conduzir o país a uma segunda revolução democrática – após a primeira, em 1930 – juntamente com a busca de uma modernidade. Faz, inclusive, uma avaliação da conjuntura política e indica que a governabilidade dependerá de fatores ligados à dinâmica dos partidos e da dimensão política imanente ao projeto de poder estabelecido.

Assim, o debate é iniciado com o artigo de Fiori (1994) *Os moedeiros falsos*, no qual faz uma recuperação da trajetória do chamado “Consenso de Washington”. Segundo Fiori, uma reunião originada por um documento redigido por John Williamson teria dado o escopo e norte das medidas neoliberais, assentadas, essencialmente, num programa de estabilização e reforma econômica, para países da Ásia, África e América Latina. O Brasil, por sua vez, estaria diretamente ligado às diretrizes do Consenso, pois:

Poucos ainda têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integra a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington, onde o Brasil esteve representado pelo ex-ministro Bresser Pereira. E aí se inscreve não apenas por haver sido formulado por um grupo paradigmático de “technopols”, mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações, etc., para só depois ser restaurada uma economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento (FIORI, 1994).

Aqui, Fiori faz, peremptoriamente, a seguinte afirmação:

Desde este seu ponto de vista, aliás, **o Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI**, e dar viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial (FIORI, 1994 – grifos nossos).

Para o economista, Fernando Henrique Cardoso teria sido “concebido” para levar a cabo, no Brasil, as medidas de caráter reformador oriundas do Banco Mundial. Dando prosseguimento à sua argumentação, Fiori intenta confrontar o Fernando Henrique Cardoso (cientista) ao FHC (político) e, para isso, expõe os principais resultados científico de Cardoso, quais sejam:

- a) O trabalho acadêmico de FHC pode ser todo ele definido como uma busca incansável dos “nexos científicos” entre os interesses e objetivos desenhados pelas situações “histórico-estruturais” e os caminhos possíveis que vão sendo construídos politicamente nas sociedades concretas pelos grupos sociais e suas coalizões de poder.
- b) Com esta perspectiva, FHC foi um dos pioneiros a investigar e concluir, de maneira implacável, já em 1963, que **“a burguesia industrial nacional estava impedida, por motivos estruturais, de desempenhar o papel que a ideologia nacional-populista lhe atribuía”** e que, por isto, **“havia optado pela ordem, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfazendo-se com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental**. Constatação que lhe permitiu redescobrir muito cedo no empresariado brasileiro uma condição universal do capitalismo: a de que pode estar associado, indiferentemente, segundo as circunstâncias, a um discurso ideológico protecionista ou livre-cambista, estatista ou anti-estatista, obedecendo apenas ao interesse maior da liberdade

de movimento do capital e dos desdobramentos geoeconômicos e políticos da sua continuada internacionalização

c) Esta descoberta foi responsável direta pelo seu passo seguinte e mais original: **para FHC, se a condição periférica do capitalismo se definia pela ausência de moeda conversível e capacidade endógena de progresso tecnológico, a sua "condição dependente" se definia pela forma peculiar de associação econômica e política do empresariado nacional com os capitais internacionais e o Estado.**

Tripe de sustentação econômica da fase de "internacionalização do mercado interno" (em que as empresas multinacionais assumiram a liderança em quase todos os setores de ponta, responsabilizando-se por cerca de 40% do produto industrial) e de um tipo de "industrialização associada", tão viável quanto inevitável do ponto de vista da "burguesia industrial brasileira"

d) Durante os anos 70, o trabalho intelectual de FHC consistiu em demonstrar que esta **"situação estrutural" não impedia o crescimento econômico nem o associava necessariamente a um só modelo social e político.** Concluindo, logo antes de entrar para a vida política, que o caráter predatório, excludente e autoritário do capitalismo brasileiro era a marca própria que a coalizão conservadora de poder imprimira ao Estado desenvolvimentista brasileiro (FIORI, 1994 – grifos nossos).

Fiori, assim, destaca as principais teses defendidas por Cardoso: 1) a incapacidade da burguesia brasileira de tomar, hegemonicamente, para si as rédeas do processo político na sociedade brasileira e se contentar com a posição de sócio menor do capitalismo, 2) da conseqüente aliança entre a burguesia nacional, o capital estrangeiro e o Estado e, por fim, 3) que o regime político autoritário, assentado nessas condições estruturais, não significa a ausência de desenvolvimento, mas sim uma via de desenvolvimento econômico conjugado ao autoritarismo do Estado, com ausência de democracia. O autor, então, ressenete-se de que o político FHC tenha abandonado o intelectual e o resultado seria que:

FHC sabe como ninguém que mudar ou refazer esta articulação econômica e aliança política é o problema central que hoje está posto no cenário brasileiro. E, frente a esse desafio, tomou sua primeira e decisiva decisão: resolveu acompanhar a posição do seu velho objeto de estudo, o empresariado brasileiro, e assumiu como um fato irrecusável as atuais relações de poder e dependência internacionais. Deixou seu idealismo reformista e ficou com seu realismo analítico abdicando dos "nexos científicos" para se propor como "condottiere" da sua burguesia industrial, capaz de reconduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado, renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira (FIORI, 1994).

Assim, para Fiori, FHC poderia optar por algumas alternativas políticas, como uma aliança de centro-esquerda, mas que, no caso, o candidato optara por uma

composição de centro-direita e pautada pelos pressupostos econômicos do Consenso de Washington. Nesta ótica de Fiori:

Em síntese, FHC optou por sustentar a estratégia do Consenso de Washington, valendo-se da mesma coalizão de poder que construiu e destruiu o estado desenvolvimentista de forma igualmente excludente e autoritária. E, com isto, em nome do seu realismo, na verdade está se propondo, ainda uma vez, a refundar a economia sem refundar o Estado brasileiro. E aqui sim, contradiz um ponto essencial de suas idéias e de seu passado reformista (FIORI, 1994).

O artigo de Fiori trata, também, de indicar que essa mudança de postura de FHC teria sido dada em meados de 1991, quando Fernando Henrique Cardoso buscou reorganizar – junto ao PFL - o governo Collor, mas não logrou êxito por conta do veto de Mário Covas. Desta forma: “FHC, desde 1991, pelo menos, optou claramente por este projeto de modernização neoliberal e por um bloco de sustentação de centro-direita” (FIORI, 1994). E que “Neste sentido é que se pode concluir, sem ofender a lógica, que FHC realmente aderiu a um projeto de "aggiornamento" do autoritarismo anti-social de nossas elites” (FIORI, 1994).

A resposta de Fernando Henrique Cardoso não tardou e, no dia 10/07/94, exatamente uma semana depois, foi publicada no mesmo jornal, o artigo intitulado *Reforma e imaginação*. Cardoso inicia o seu escrito enfatizando que aproveitará o espaço para discutir, concretamente, as propostas que – enquanto candidato – faz no intuito de vencer as eleições e, ulteriormente, governar e implementar as referidas propostas. Em suas palavras:

Assusta-me o que se diz sobre o que seria minha proposta. Como as opiniões expressas quase sempre situam-se no contexto político e não propriamente acadêmico, em geral a crítica é feita ao que supõem ser um projeto "neoliberal". Para construir esse projeto, faz-se uma mistura entre o que supõem ser meu pensamento com uma também suposta inflexão política "à direita". Esta última, graças à aliança do PSDB com o PFL (esquecendo-se quase sempre do PTB). Na luta ideológica, o que se deseja projetar é a imagem de que eu teria resolvido vestir a máscara do "Consenso de Washington" e andar de braços dados com o clientelismo político "nordestino" (CARDOSO, 1994).

Respondendo ao episódio tratado por Fiori do apoio a Fernando Collor de Mello, assevera que:

Quanto ao apoio a Collor – e disso há testemunhas– a decisão de não participar do governo foi minha e de Tasso Jereissati, exclusivamente. Abrimos o debate no PSDB, discutimos a possibilidade e recusamos a participação no governo porque percebemos que não poderíamos influir nas decisões (CARDOSO, 1994b).

Fernando Henrique Cardoso, à guisa de resposta, vai construindo sua argumentação pautada na explicação de sua posição política social-democrata e, além disso, faz questão de lembrar o discurso proferido por Mário Covas, em 1989, quando este afirmou que o país necessitava de um “choque de capitalismo”⁶¹. A posição política de Cardoso, portanto, conjuga as regras do livre mercado com um Estado eficiente e não constrangedor da iniciativa econômica, conforme se pode depreender não só do discurso de Mário Covas, bem como da *Proposta de Governo*, do PSDB⁶².

Cardoso questiona, em seu artigo, os seus interlocutores nos seguintes termos:

[...] para resolver as questões não só econômicas como sociais, existe uma via social-democrática para o desenvolvimento sustentado e para a melhoria da vida do povo que se distinga, por um lado, na crença do automatismo do mercado e na força da empresa e, por outro, do intervencionismo burocrático-estatal? E isso que está em questão nas eleições de 3 de outubro. E as respostas são várias (CARDOSO, 1994b).

⁶¹ O discurso ao qual se refere Cardoso foi proferido por Mário Covas em 28/06/1989, em Brasília, na ocasião em que lançava sua candidatura à Presidência da República. Alguns trechos permitem antever a linha política adotada, em 1994, por FHC. Nas palavras de Mário Covas: “Minha candidatura não está colocada como produto para capturar emoções fabricadas no mercado. Mas sim como uma proposta de **reforma radical do Estado e da sociedade**, dirigida à consciência e à razão dos brasileiros [...]O País é forte, mas vem sendo agredido duplamente: de um lado, por crescente degradação da infraestrutura, causada pelo esgotamento da capacidade de investimento do Estado e pela brutal sangria da dívida externa; de outro, pela escalada da inflação, que desorganiza a economia, concentra sempre mais a renda, premia a especulação, deprime os salários reais e a receita pública. O País está embriagado por uma cultura inflacionária [...]Hoje, com a aceleração das transformações tecnológicas, geopolíticas e culturais que o mundo está atravessando, a opção é manter-se na vanguarda ou na retaguarda das transformações. É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o Estado no Brasil. Tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel [...]Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um **choque de capitalismo**, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios” (COVAS, 1989 – grifos nossos).

⁶² No supra-citado discurso de Mário Covas, apreende-se as idéias, tão caras ao PSDB, de necessidade de reformar o Estado brasileiro e permitir a livre iniciativa dos agentes econômicos no mercado. Além do discurso de Covas, estas idéias estão expostas em *Mãos à obra, Brasil – Proposta de governo – Fernando Henrique*, no qual há um capítulo dedicado à reforma do Estado (reforma administrativa, reforma fiscal, previdência social e privatização). Consta, ainda, nesse programa de governo, o artigo de Fernando Henrique Cardoso *Reforma e imaginação*, publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo, em 10/07/1994, em resposta às críticas direcionadas ao candidato pelo economista José Luís Fiori.

Para ele, as respostas de seus adversários políticos não trazem grandes avanços. No PMDB, haveria a crença de que o crescimento econômico deveria ser tratado como nos anos 60, guindado por um setor produtivo estatal e com proteção do mercado interno e certo protecionismo estatal. O PT, por sua vez, tinha proposição confusa, porque indicava posições internacionalistas, mas substituiria o clientelismo tradicional pelo corporativismo, o protecionismo dos mercados e na solidariedade de países não totalmente integrados ao sistema produtivo global.

A agenda defendida pelo PSDB, portanto, não poderia, nos termos debatidos, ser considerada neoliberal, dado que:

Em contraposição a essas propostas, os críticos da proposta do PSDB só vêem uma alternativa: o neoliberalismo, capitaneado pelo tal "Consenso de Washington". Esquecem-se de que os partidos que se situavam "à direita", ou desistiram de ter candidatos e plataformas próprias ou, se os têm, eles não assumem tal postura, deixando-a aos cuidados de ideólogos isolados, como, por exemplo, Roberto Campos. Ao invés dos ideólogos da esquerda comemorarem a inexistência de propostas neoliberais em nossa política – graças à sua inviabilidade prática – fazem o contrário; pintam a cara do PSDB e de seu candidato, como se fossem a encarnação do "neoliberalismo" (CARDOSO, 1994b).

Afirma, ainda, que, no caso da aliança do PSDB com o PFL, é este que apóia do candidato social-democrata e não o contrário. E, para Cardoso, isso se dá, pois as lideranças políticas do PFL vislumbram a necessidade de reformular os ideais liberais e sociais-liberais e, com isso, estabelecer conexões com a realidade do país. Questiona, em seguida, de qual realidade se está tratando e, em resposta direta a Fiori, afirma que:

É neste ponto que entra a proposta de minha candidatura. Como escreveu um dos críticos mais lúcidos, José Luís Fiori, eu não abri mão de análise sociológica alguma. Assim como há 30 anos mostrei (o que na época era obscuro) que a "burguesia nacional" – ou melhor, a ideologia a ela imputada pela esquerda – não tinha a menor condição de propor um projeto

hegemônico para o Brasil por causa do que chamei de "internacionalização do mercado interno", continuo crendo que a globalização da economia – queiram ou não os críticos– existe como consequência de uma nova forma (até tecnológica) de produzir (CARDOSO, 1994b).

E mais:

É esta questão que não está posta por meus adversários nem, portanto, é incorporada às propostas que eles apresentam. **Por não reconhecerem, objetivamente, sociologicamente, economicamente,** que houve uma mudança no padrão estrutural da economia e da sociedade contemporâneas, têm propostas regressivas. Pensam-se na vanguarda, mas consubstanciam o atraso; suas referências valorativas estão circunscritas no horizonte do passado e não têm como dar curso prático às idéias – por generosas que sejam – que para eles representam o “progresso” (CARDOSO, 1994b – grifos nossos)

Aqui, Cardoso parece recuperar – para melhor deslindar o debate em tela – o intelectual. Sua perspectiva política, nesse caso, toma como referência seu ferramental científico, tratando de apontar que a nova realidade – as sociedades contemporâneas globalizadas – exige, do ator político, novas condutas no que tange à compreensão da realidade social e às ações governamentais. No limite, Fernando Henrique Cardoso apresenta-se como um candidato qualificado porque preparado intelectual e politicamente para equacionar e propor soluções atinentes a um quadro de inserção da economia brasileira no cenário internacional.

Para Cardoso, José Luís Fiori:

[...] pensa que, assim como mostrei que havia uma relação dependente-associada entre a economia local e internacional, ipso facto, por "realismo", eu teria abandonado qualquer postura reformista e generosa para propor – pasmem!– a reconstrução de uma aliança oligárquica capaz de sustentar o "Consenso de Washington". Para "provar" isto, pratica uma "falácia ecológica": eu é que teria sido "criado" para, propondo o real e a estabilização econômica, dar vigência ao neoliberalismo washingtoniano. Haja liberdade pouco poética com os fatos e as intenções (CARDOSO, 1994b).

Há – por parte de Cardoso – uma veemente defesa de seu plano de estabilização, afirmando que o mesmo não era monitorado pelo FMI e que não geraria recessões. O plano visaria, além do combate à inflação, assegurar as condições de governabilidade para que o país pudesse chegar às eleições. O desafio enfatizado pelo candidato seria de

um processo de reconstrução do Estado com a finalidade de combater a extrema desigualdade social que assolaria o país. Assim:

E este é o desafio, e a resposta a ele nada tem de neoliberal, mas sim de social-democrata que funcione em uma sociedade de massas, com muita pobreza e marginalização cultural, baseada em uma economia de mercado já inserida, em larga medida, na economia globalizada e ainda incapaz de reduzir as desigualdades (CARDOSO, 1994b).

Novamente, defendendo-se das críticas que afirmavam sua renúncia à sua obra pregressa, afirma:

Como **não sou incoerente nem reneguei minha tradição de análise sociológica**, não preciso usar de linguagem diferente conforme o auditório. Mas daí não decorre que eu defenda o "livre mercado", que desconsidere a necessidade do fortalecimento do Estado, nem muito menos que deixe de ver a "dívida social" como a parte principal e mais urgente a ser resolvida da herança nefasta de nosso passado elitista e antidemocrático. É neste ponto que reside **a necessidade da imaginação sociológica** para realizar as reformas (CARDOSO, 1994b).

Conclui que seria, no mínimo, subestimar sua capacidade de análise (sociológica e política), sua imaginação e seus valores, afirmar que sua postura política seria ligada ao neoliberalismo e a uma aliança política conservadora. Apresenta-se, enfim, como o candidato capaz de liderar a inserção do Brasil no sistema produtivo internacional, mas que essa inserção seria gerida por um Estado reformado, livre do clientelismo e do corporativismo do passado, com o objetivo de servir aos interesses nacionais e populares.

O resultado de 138 dias de campanha, somando 123 mil quilômetros percorridos pelo país, 53 comícios, 23 caminhadas, 47 reuniões e 21 almoços ou jantares de confraternização, foi a vitória eleitoral em primeiro turno, nas eleições de outubro de 1994 (Graziano, 1995). A postura de Fernando Henrique Cardoso – bem como a de seu partido e aliados – foi capaz de convencer parte substancial da sociedade de que havia um projeto de governo, alicerçado, sem dúvida, na estabilidade econômica do Plano Real e na perspectiva de reforma do Estado, da inserção do Brasil no cenário

globalizado e do atendimento às áreas consideradas prioritárias em sua campanha (agricultura, educação, emprego, saúde e segurança).

5) Alguns temas e idéias políticas: democracia, Estado e Sociedade

Conforme afirmamos anteriormente, não recorremos a uma análise detalhada do exercício político nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Nossa opção será de, panoramicamente, elencar algumas obras que possibilitem a compreensão das principais idéias políticas de Cardoso. Para tanto, selecionamos alguns escritos que recobrem o período anterior à chegada de Fernando Henrique no Senado Federal; em segundo lugar, obras que coligem entrevistas e depoimentos de Cardoso no exercício da Presidência da República; e, finalmente, de sua obra pós-período presidencial.

. As primeiras obras são: *Democracia para mudar – 30 horas de entrevista – Fernando Henrique Cardoso*, publicada em 1978, organização de J. A. Guilhaon de Albuquerque e *Perspectivas – Fernando Henrique Cardoso, idéias e atuação política*, lançada em 1983, organizada por Eduardo P. Graeff. Num segundo momento, traremos à tona a longa entrevista que Cardoso concede ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo, *O presidente segundo o sociólogo*, de 1998 e, também de 1998, a obra *O mundo em português – um diálogo*, resultado de longas conversas entre Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares, intelectual e ex-presidente de Portugal. Finalmente, em *A arte da política – a história que vivi*, publicada em 2006, na qual Fernando Henrique Cardoso fará um balanço de seu governo, da história que vivenciou da infância até o final de seu mandato presidencial. Efetivamente, o intelectual analisando a si próprio, bem como a sociedade em que sua ação se deu.

No final da década de 1970 e início dos 80, Cardoso adentrava no cenário político e, por isso mesmo, sua condição de intelectual era, constantemente, indagada no sentido de não apenas explicar o papel do intelectual na sociedade brasileira, mas,

também, de como ele – Fernando Henrique Cardoso – sendo intelectual e político, poderia contribuir na construção da democracia. Na sua ótica, o intelectual seria importante, mas não determinante no processo político de luta contra o regime autoritário, em suas palavras:

Tenho insistido, nesta e em outras entrevistas, em artigos e conferências, na necessidade de que as forças sociais se expressem, até para contrabalançar o espaço, às vezes excessivo, que a intelectualidade ocupa na discussão política. Mas isto não quer dizer que seja possível caminhar politicamente sem *idéias* e sem o concurso dos intelectuais. Neste ponto, entretanto, eu pergunto: será que nós temos levado ao debate político idéias realmente novas? Responder pela afirmativa, além de presunçoso parece ser discutível. Não tenho a pretensão, tampouco, de inovar coisa alguma no que estou dizendo. Quero apenas chamar a atenção para uma área de problemas diante da qual nossa contribuição tem sido limitada (CARDOSO, 1978, p. 20).

Para Cardoso, nesse momento, seria necessário refletir criticamente acerca do papel político desempenhado pelo intelectual na sociedade, isso implicaria:

[...] a discussão do papel do intelectual, coisa que é muito mal compreendida no Brasil – basta ver o exemplo do Cebrap. O intelectual pode optar por uma vida partidária, mas essa possibilidade é pouco estimulante no Brasil de hoje. Não obstante, existe uma função que a política é até certo ponto pedagogia. Ou que a pedagogia é política. É isso que os intelectuais precisam fazer – e têm tentado fazer: acostumar os poderosos e também os destituídos de poder a certo tipo de discurso. O intelectual tem que ousar enfrentar certas questões. Sem provocação: não há intelectual que não faça um pouco de subversão – no sentido de que altera a ordem das coisas (CARDOSO, 1978, p. 25).

Nesta função “pedagógica” do papel do intelectual, de promover o debate, de apontar alternativas, Cardoso, contudo, não crê no protagonismo, já que “o intelectual não pode pensar que ele comanda, que vai lá dar a palavra de ordem” (CARDOSO, 1978, p. 26). As funções atinentes à intelectualidade não estariam no papel de líder político, mas sim de articulador do debate, de trazer à tona aquilo que a sociedade almeja; no entanto, com postura democrática e sem manipulação assentada em seus próprios interesses. Desta forma:

O papel do intelectual é basicamente o de um articulador. Agora, no meio desse bolo, são vários os seus papéis, sem querer substituir as forças reais. *Engano nosso querer dizer aos sindicatos o que eles devem fazer, os sindicatos é que estão ou têm que estar discutindo e que sabem onde o calo aperta.* O máximo que se pode fazer se a gente se informa, faz pesquisa, trabalho junto, etc. é ajudar a formular as alternativas. O risco do intelectual é sempre o risco dele pensar que é demiurgo, que ele substitui o real. Tem

que ter uma presunção tão grande que lhe permita ser modesto. Você dirá: que dizer que o intelectual não deve participar da política? Não é o que eu penso, em certas circunstâncias e servindo de mediação mas não com palavras de ordem. Do lado oposto, não cabe supor que a função do intelectual é a do escriba, um freqüente engano da sociedade. Da mesma forma como o intelectual não deve querer substituir o político, ao político não convém tentar instrumentalizar o intelectual. Usá-lo, nunca (CARDOSO, 1978, p. 28).

O intelectual, portanto, na ótica de Fernando Henrique Cardoso, deveria possuir a capacidade de problematizar a realidade, de questionar de forma pertinente, mais ainda: de articular as forças sociais reais, de desnudar a realidade e colocar-se na condição de parceiro dos grupos, categorias e classes sociais, não de líder político.⁶³

Em uma entrevista concedida a Oswaldo Martins, em 1981, Fernando Henrique Cardoso discute sua dupla condição: de intelectual, pesquisador, e, naquele momento, já de político. Questionado sobre a política na teoria (por conta de seus estudos) e a política na prática, se há diferenças substanciais, Cardoso responde que:

Na prática a teoria é um pouco diferente, sim. Eu acho que quando você está envolvido num processo político concreto, tem que ganhar um sentido de realidade mais agudo, senão você tropeça. A dificuldade que eu vejo é de como guardar a fidelidade aos seus princípios e, ao mesmo tempo, transformar a ação em alguma coisa eficaz. [...] Quando você está fazendo uma análise [científica], de alguma maneira, transforma as coisas, mesmo que não queira, em algo estático. Então você fecha um pouco. Na prática [política], percebe-se que os pontos de vista não podem ser fechados, eles têm que ter um ir e vir. Quem faz política tem que partir da idéia de que a sua opinião e a do outro são ambas modificáveis. Porque a política é justamente a mudança. Política não é simplesmente a reafirmação de um ponto de vista (CARDOSO, 1982, p. 43-4).

Para Cardoso, existe um distanciamento, uma certa reverência, ao intelectual que ele é; mas, por outro lado, no plano político, as pessoas querem contato, acesso ao político. Sente, nesse caso, uma certa ambigüidade, oriunda das distintas lógicas que comandas as duas funções. Em suas palavras:

⁶³ Assim assevera Cardoso: “O papel do intelectual não deve nem pode ser muito mais do que tentar articular as grandes linhas para serem submetidas ao debate. Eu acho muito perigoso quando um intelectual se supõe líder, pensa que substitui o pensamento efetivo das classes. Isso dá autoritarismo. Quando se está convencido de que sabe, vai impor ao outro que você sabe. E o intelectual, quase por profissão, é o homem que pensa que sabe. Então, deve ter uma participação ampla, mas controlada. O decisivo não poder dado por ele, deve ser dado pelos trabalhadores, pelas associações de bairro, pelos sindicatos, pelas igrejas, etc. etc., numa interação que controla a intelectualidade” (CARDOSO, 1983, p. 41).

A gente foi treinado na universidade para a vida científica, e com enorme estrelismo de intelectual: temos que descobrir as coisas primeiro e formulá-las depressa, antes dos outros. A própria ética da Ciência manda não calar – devemos denunciar, falar. Já o estrelismo do político requer malícia, sagacidade, nem sempre ele pode abrir o jogo. Na lógica e mesmo na ética da política, para se obter um resultado, muitas vezes temos de nos calar; se a gente diz tudo o que sabe, não chega lá. O choque é real. Eu confesso o seguinte: normalmente, quando escrevo um trabalho de análise – à medida que posso estar consciente – procuro limitar a ótica partidária. [...] Porém, quando escrevo para a imprensa cotidiana ou vou a encontros políticos, não levanto – mas também não nego – certas questões colocadas no meu trabalho científico, politicamente inoportuna (CARDOSO, 1982, p. 46).

Sua atitude em relação às várias entrevistas, debates e artigos que escreveu no início de sua vida política apresenta essa constante afirmação de sua condição de intelectual, mas, conjuga a esta uma visão do político. Parece que, ao responder aos questionamentos, sobre os papéis de intelectual e político, Cardoso indica que – no seu caso - o intelectual estaria a serviço do político. Ao intelectual caberia a análise das situações sociais e políticas e de articulador do debate e ao político a função de operacionalizar, dentro dos limites da democracia, ações práticas com resultados eficazes. Busca apresentar-se, portanto, como um político diferenciado e pretende legitimar essa diferença graças à sua trajetória acadêmica, que o treinou na pesquisa teórica e empírica e o aproximou dos problemas reais, não permanecendo alheio às questões políticas de seu tempo.

Uma das temática mais caras à sua trajetória política é o combate ao regime autoritário e sua constante manifestação em prol do retorno da democracia. Sua posição é a da defesa de uma “democracia substantiva”, isto é, a democracia ultrapassaria os limites da organização do Estado e das relações institucionais com a sociedade. Nesta ótica, “a democracia é processo que vai à raiz das relações sociais. Ela não se esgota, portanto, no plano formal” (CARDOSO, 1978, p. 21). Para o Brasil, uma democracia substantiva deveria ir além do estado de direito, traduzindo-se numa prática de liberdade capaz de atender as necessidades fundamentais da população, ou seja: emprego, renda, educação, saúde e participação.

A democracia – que não esgotaria no plano formal – teria como característica: [...] o reconhecimento da legitimidade do conflito, a busca da negociação, é (?) a procura de um acordo, sempre provisório, em função da correlação de forças” (CARDOSO, 1978, p. 22). Num artigo em que tratou das greves operárias, em 1978, afirmou que:

Renasce o movimento sindical, renasce a esperança por dias melhores, renasce o afã de organizar, falar, propor alternativas, negociar. Sem medo, com firmeza, com esperança. Agora sim, pode-se começar a falar de democracia, sem adjetivá-la. Ela vem da base, da demanda por mudanças por parte dos que estão cansados de tanta equação matemática do salário perfeito (CARDOSO, 1983, p. 75).

A crença de Fernando Henrique Cardoso consiste na aposta de que a redemocratização, portanto, a própria constituição da “democracia substantiva” no Brasil, deveria conter a participação das várias camadas sociais: trabalhadores, estudantes, profissionais liberais, igrejas, associações de bairros, etc. (Cardoso, 1978; 1983).

Se essa aposta na democracia é colocada, ainda, no período de vigência do regime autoritário, não deixa de ser importante destacar, ainda, uma afirmação de Cardoso a respeito da necessidade de repensar o Estado brasileiro, de como, efetivamente, tornar pública a burocracia estatal, controlando-a e direcionando-a para o atendimento das necessidades da sociedade. Assim, sobre os órgãos burocráticos suas funções públicas só seriam garantidas:

Obrigando-os a prestar contas ao Parlamento e aos meios de comunicação. Essa burocracia passou a funcionar como uma coisa privada, como se tivesse titularidade própria para o controle de um pedaço do Estado. E, evidentemente, ela não tem essa titularidade. Não há receita mágica para coibir esse abuso: é preciso denunciar, criticar, para que a burocracia estatal perca a autonomia que adquiriu por causa da ditadura [...] partes do Estado estão sendo apropriadas privadamente não por pessoas, mas por grupos que tomam conta de setores que têm importância, porque possuem uma enorme capacidade de controle sobre o conjunto da sociedade. Não haverá democracia no Brasil enquanto não se resolver esse problema (CARDOSO, 1983, p. 204).

A prática democrática deveria ir além do plano formal, isto é, fincar raízes na sociedade brasileira, mas não poderia desprezar as esferas estatais, suas burocracias, pois estas igualmente necessitariam de objetivos verdadeiramente públicos e de transparência em suas ações funcionais. As relações entre a sociedade, o Estado e a democracia constituem preocupação de Cardoso, assim:

A questão da democracia no Brasil, embora inclua a temática liberal do Estado de Direito, da representação, da divisão e independência dos poderes, etc., não se limita a ela. Sabemos que a economia contemporânea, ao invés de diminuir as diferenças na sociedade, acentua tendências à centralização das decisões e dos capitais. Além disso, a própria forma atual de regulamentação das atividades econômicas (dos capitais) ultrapassou de longe os mecanismos do mercado concorrencial. Nos países desenvolvidos e, com mais força ainda, nos de economia dependente, a articulação entre as empresas, enquanto unidades privadas de produção, depende da ação do Estado, que ultrapassa os limites da simples regulação da economia, para ingressar na esfera da produção; surge um setor produtivo estatal com tendência à expansão (CARDOSO, 1978, p. 35).

Nesta sua afirmação, evidencia-se a combinação de análise sociológica e visão política, pois, em sua opinião, a discussão da democracia – nos quadros do liberalismo clássico e das teorias clássicas – não seria suficiente para compreender o quadro em tela. Já em sua caracterização do regime autoritário, Cardoso explicaria a formação de uma “burguesia de Estado” e dos “anéis burocráticos” no corpo do Estado brasileiro (CARDOSO, 1975). A busca da democracia seja no âmbito da sociedade ou do Estado não prescinde de uma bem-articulada análise das situações concretas, reais, que se apresentam na realidade. Sobre as relações entre o Estado, economia e sociedade civil, assevera que:

Para quem não é ingênuo e não se limita a uma adesão a valores não enraizados em práticas reais, a proposição da democracia deve partir dessas considerações. Não basta proclamar que existem valores universais que resguardam a liberdade, a intangibilidade dos direitos humanos, a ordem jurídica. É preciso verificar como isto ocorre em condições concretas (CARDOSO, 1978, p. 35).

Em síntese, as idéias políticas de Fernando Henrique Cardoso, nas décadas de 1970 e 1980, alicerçam-se sobre a luta pela democracia, pela superação do autoritarismo, uma democracia pautada não no consenso, mas na convivência e na

legitimidade do conflito, nos processos de transformação alimentados pelo convencimento, pela negociação. Pretendendo-se um passo à frente do liberalismo e coerente com sua trajetória como cientista social, Cardoso apresenta a proposição de uma democracia substantiva, isto é, que permeie toda a sociedade e, junto com ela, as instituições políticas, no sentido de que elas tenham um objetivo e sentido público, republicano, por assim dizer.

Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990, já um político consolidado, como Presidente da República, ainda faz questão de se apresentar como um político distinto dos demais, dado sua possibilidade de aliar à política um exercício de análise das situações, fruto de seu treinamento sociológico. Pode-se, indubitavelmente, destacar dois temas que, de uma forma ou de outra, sempre estarão presentes em suas falas, discursos, entrevistas, conferências, enfim, em suas posições públicas: a globalização e a necessidade de reformar o Estado brasileiro, bem como a manutenção da democracia.

Ao ser indagado sobre o real significado da globalização, Cardoso responde – a Roberto Pompeu de Toledo – que o termo designa um processo de expansão do capitalismo em escala global; para tanto, retoma Marx e Rosa Luxemburg, todavia, acrescenta à sua definição conceitual parte de seus trabalhos da década de 1960. Para ele:

Quando escrevi o livro sobre dependência e desenvolvimento, não tínhamos palavras para expressar o que estava acontecendo. Não se falava nem “multinacional”, era “truste”, quanto mais “globalização”. Mas usei uma expressão que indicava o que está acontecendo: eu falava numa internacionalização dos mercados. Nesse mesmo livro, falava de uma industrialização da periferia. Ora, a industrialização da periferia é trazer para os países periféricos, como o Brasil, o sistema produtivo. E quando se faz isso, eu dizia lá nesse livro, entre várias outras coisas que escrevi nos anos 60 e começo dos 70, modifica-se a relação entre o “interno” e o “externo” (CARDOSO;TOLEDO, 1998a, p. 82).

Mais do que isso, aduz que:

[...] descrevia uma nova forma de vinculação. Uma mudança que não ocorria só nos mercados, mas também na produção. Essa nova forma fazia com que o que era “externo” – a produção – virasse “interno”. Estava solidarizando a produção estrangeira com o mercado interno. Isso me rendeu grandes brigas,

nos anos 70. Diziam-me: “Então, você está justificando...”. Não estava justificando nada – **descrevia um processo objetivo do que hoje se chama “globalização”**. [...] Dizia: “Está havendo mudança sem haver revolução. E está havendo com desenvolvimento”. Nesse quadro, quais eram os laços de dependência? Eram o tecnológico e o financeiro. Isso está no meu livro de 66-67” (CARDOSO;TOLEDO, 1998a, p. 82-3 – grifos nossos).

No pleno exercício do poder como Presidente da República, Cardoso retoma seu escrito *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* no intuito de se apresentar como um dos primeiros a compreender o processo de globalização, ainda que não dispusesse – naquele momento – de certos conceitos. Uma das consequências da globalização no âmbito político, da governabilidade, seria um enfraquecimento da autoridade dos governos, dos bancos centrais dos diversos países. Sua visão, como político, é que a globalização é um processo inexorável⁶⁴, mas caberia aos governantes garantirem uma inserção, senão vantajosa, ao menos não tão desvantajosa, no mercado mundializado. Cardoso tampouco crê num mercado mundial essencialmente livre, sem barreiras, sem controles. Ao tratar da oposição política que fazem ao seu governo, responde dizendo que:

[...] a oposição está errada, porque olha do ângulo nacional. Não há solução nacional para a questão. Vivo dizendo: globalização não é um valor, não é algo que você queira. Existe. E precisa de controles, porque está indo para um caminho perigoso. A oposição erra ao confinar o debate ao Brasil, ou ao governo, ou ao meu governo. A crítica da globalização tem que ser global. [...] Imaginar que o governo é a favor da globalização, ou que a apóio, é idiota. Trata-se de um fato real, da estrutura do sistema produtivo (CARDOSO;TOLEDO, 1998a, p. 87).

Fernando Henrique Cardoso crê, contudo, numa utopia – “utopia realista”, segundo sua afirmação – de que já existiriam as bases para que o mundo realizasse um novo pacto acerca da ordem mundial. No seu caso, como presidente do Brasil, como governo, deveria “diante dessa realidade, ver de que forma posso melhor tirar proveito e

⁶⁴ A certa altura da entrevista a Pompeu de Toledo, Fernando Henrique Cardoso retoma, à guisa de explicação, a idéia de “choque de capitalismo”, contida no discurso de Mário Covas, em 1989: “O problema não é saber quem é globalizado ou não. É se vamos ser vítimas cegas da globalização ou se teremos uma política para a globalização. Quando houve a eleição em que Mário Covas competiu, participei da formulação do discurso sobre o “choque de capitalismo” (CARDOSO, TOLEDO, 1998a, p. 229). Com esta afirmação, Cardoso quer deixar claro que capitalismo ou globalização não seriam escolhas ou problemas para o Brasil, mas sim a maneira como o país se comportaria frente às influências externas.

de que forma posso melhor preservar os interesses do meu país” (CARDOSO; TOLEDO, 1998a, p. 93).

Governar no mundo contemporâneo seria, portanto, uma relação – dialética, poderíamos dizer – entre o interno e o externo. Ao político caberia sensibilidade para compreender o cenário internacional, para pensar a inclusão do país nos mercados, no intuito de aproveitar as vantagens de comércio e de minorar efeitos negativos deste processo. No âmbito interno, seria necessária uma atenção especial ao papel do Estado, de suas várias esferas, na relação com a sociedade. Para o presidente, a reforma do Estado não se coloca no plano ideológico, e sim no plano prático, da prática administrativa do Estado brasileiro. No Brasil, portanto

[...] nunca tivemos um *welfare state*. A crise do Estado brasileiro é diferente. Ele sempre foi incapaz de oferecer bem-estar. Então, não adianta você se aferrar a uma fórmula que não resolveu o problema da maioria. A segunda questão prática é que houve, no Brasil, a privatização do Estado. Eu já escrevia isso desde os tempos do Geisel. Nosso problema é que o setor privado se incrustou no Estado. Os anéis burocráticos e outras que andei estudando eram fórmulas de acasalamento entre o estatal e o privado que não passam pelo controle da sociedade. O que temos, então, é um Estado deformado pelo clientelismo, pelos interesses privatistas e pela incapacidade de atender bem a população (CARDOSO; TOLEDO, 1998a, p. 288).

O debate acerca do Estado não deveria ser balizado entre um “Estado mínimo” ou um “Estado máximo”, mas sim sobre o “Estado necessário”. E esse “Estado necessário” seria distinto do Estado varguista, que não foi de bem-estar social, que, entretanto, conseguiu reconhecer camadas não ligadas à oligarquia da sociedade, sendo isso positivo. O regime militar, posteriormente, favoreceu a “privatização” do Estado e permitiu a manutenção de políticas sociais que corroboravam a desigualdade.

O Estado, numa economia globalizada, teria dois papéis fundamentais: primeiro, “que seja capaz de lidar com uma economia que mudou e que requer dele tarefas regulamentadoras muito fortes”, e, em segundo lugar, “tem que ser reconstruído para atender as camadas mais pobres” (CARDOSO; TOLEDO, 1998a, p. 290). As privatizações, neste entendimento, seriam realizadas a fim de libertar o Estado de

empresas estatais (como, por exemplo, telefonia) pouco eficientes e pouco competitivas. Além disso, permitir-se-ia eliminar vícios como clientelismo, apadrinhamento e corrupção de grupos políticos, setores da burocracia pública e do setor privado que controlavam as empresas estatais. Ao Estado caberia, através das agências reguladoras, fiscalizar as empresas privatizadas.

No diálogo, com Mário Soares, vale a pena destacar a ambição de Fernando Henrique Cardoso no poder:

Disse, quando sai do Congresso, que eu queria colocar fim na era Vargas, no período de Vargas. Eu acho que o Juscelino tentou mudar o sistema varguista. Mas o Geisel reafirmou a era Vargas. A minha ambição política e intelectual é abrir uma nova era. É uma ambição grande, não é? [...] Quero deixar uma marca e ficaria muito triste – posso até ganhar a reeleição – se não deixar a marca de que o Brasil mudou comigo (CARDOSO; SOARES, 1998c, p. 81-2).

O diálogo de Fernando Henrique Cardoso com Mário Soares perpassa – na maioria das vezes – os mesmos temas que foram tratados na entrevista concedida a Roberto Pompeu de Toledo. No fundo, a fala do presidente, nessas duas obras, embora traga temas novos, como globalização ou reforma do Estado, tem a mesma argumentação lógica de suas primeiras entrevistas, nos idos de 1980, pois defende o regime democrático, trata das questões econômicas, da relação Estado e sociedade e da ação do político, sempre, vale ressaltar, recorrendo ao instrumental analítico à disposição do sociólogo.

Percorrida a obra sociológica de Fernando Henrique Cardoso e enfatizadas as suas principais idéias políticas poderia, ainda, persistir uma questão: um sociólogo na política? Um político que abandonou o intelectual? A coerência entre seus estudos acadêmicos e suas idéias políticas (expressas nas entrevistas e artigos de sua autoria) permitiria afirmar que Fernando Henrique Cardoso é, sim, um político (domina a lógica da ação política) e é, também, um intelectual, visto que seria impossível abandonar sua trajetória social e seu intenso treinamento nas exigências das Ciências Sociais.

Em *A arte da política: a história que vivi* sua principal obra posterior à Presidência da República (1995-2002) retrata não só a sua trajetória social até a chegada à presidência, bem como uma reflexão acerca de sua atuação política à testa da República brasileira. O catedrático em Política pela Universidade de São Paulo tratará, de início, logo no título, da política, política como arte e não como ciência.

Em aproximadamente 700 páginas, Cardoso imprime à sua memória um tom analítico, sociológico, nos limites em que isso é possível, tratará da sua formação intelectual, do início de sua vida pública e da passagem para a vida política e do aprendizado na política. Às memórias são somadas digressões teóricas, dos autores de sua predileção até aqueles que, contemporaneamente, apresentam chaves sociológicas capazes de explicar a sociedade.

O exercício da liderança política, como presidente, o fará, novamente, lançar luzes sobre as relações entre o interno e o externo. Em suas palavras:

É quase impossível separar as modificações conseqüentes de iniciativas do governo e o que se impôs de fora, fruto das novas formas de atuação das empresas e dos agentes econômicos em tempos de globalização e da economia da informação. Se para destrinchar essa realidade tão intrincada eu pudesse refazer, ainda que palidamente, o itinerário de Marx, repetiria o que tentei fazer com o sociólogo e historiador chileno Enzo Faletto, nos anos 1960, para explicar as “situações de dependência” na América Latina (CARDOSO, 2006, p. 28-29).

O sociólogo parece querer iluminar a ação do presidente:

Ou seja, a moldura das transformações é dada pela globalização e pela economia da informação. Entretanto, há várias maneiras para cada país se inserir nela ou dela se defender. As “respostas” podem ser criativas, umas mais vantajosas do que outras. E cada resposta depende tanto de circunstâncias dadas (como a localização do país, sua população e dotação de recursos naturais) quanto de decisões políticas em cada sociedade. [...] Ou seja, não há “receitas” prontas para o desenvolvimento de um país. Há percursos históricos que não se limitam a reproduzir mecanicamente o “modelo” estrutural global (CARDOSO, 2006, p.29).

Há condicionantes estruturais (globalização, portanto, fatores externos) que condicionam a realidade social de cada país. Há, também, a ação política, que – nos limites estruturais dados – permite respostas ora positivas ora negativas ao processo em

voga, mas permitem respostas, ultrapassando a noção de determinismo. Esse pensamento dialético está em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1969) e está, anteriormente, enfatizado em *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional* (1961), em que se lê: “Reclamo, portanto, a autonomia relativa do político ao nível das classes e de sua luta [...] a “necessidade” e a “inevitabilidade” só aparecem com este caráter *ex-post facto*. Antes, surgem como opção, luta, criação socialmente aberta aos homens” (CARDOSO, 1997a, p. 15). Cerca de 35 anos separam estas afirmações contidas no estudo sobre a escravidão e a citação de *A arte da política*; no entanto, ambas são fruto do Seminário de Marx, de 1958, no qual o grupo de jovens cientistas sociais debruçaram-se sobre a obra de Karl Marx.

Na relação entre os determinantes estruturais e as opções políticas, Cardoso afirma acerca de sua atuação enquanto Presidente:

Procurei implementar uma política social-democrática renovada. Política que dispensa o patrimonialismo ou o protecionismo estatal e que não se opõe à competição e à meritocracia, na vida pública e no mercado [...] Em meus dois mandatos conseguimos, no máximo, desenhar o esboço de um Estado nacional modernizado, mais apto a se transformar em um Estado de bem-estar social (CARDOSO, 2006, p. 513).

O controle da inflação por conta do Plano Real, a estabilidade econômica e o início da reforma do Estado são, em sua perspectiva, suas maiores contribuições ao país. Não nega a necessidade de capitalismo, mas não se coadunaria ao neoliberalismo ou ao Estado mínimo. O intelectual certamente exigiria mais. A política, neste caso, seria a “arte de tornar possível o necessário”.

PARTE II

AS PALAVRAS DO PRESIDENTE: ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS (1995-1998)

Aspectos Metodológicos

Na segunda parte, desta tese, recorreremos à análise de conteúdo dos discursos proferidos por Fernando Henrique Cardoso durante o seu primeiro mandato (1995-1998).

A abordagem, nesta pesquisa, assenta-se sobre a metodologia desenvolvida por Bardin (2007) em sua obra *Análise de Conteúdo*⁶⁵. Assim, a análise de conteúdo “aparece com um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2007, p. 40).

O objetivo de se recorrer à análise de conteúdo é por conta da possibilidade de realizar “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2007, p. 41). A análise de conteúdo de um discurso, neste caso, se assemelha a um trabalho arqueológico, buscando os vestígios que os documentos podem suscitar. Neste caso, o pesquisador “tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo” (BARDIN, 2007, p. 41).

A Lingüística, por exemplo, estuda a língua para descrever o seu funcionamento, já a análise de conteúdo buscaria conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, seria uma busca de outras realidades através das mensagens. Para Bardin, “A análise de conteúdo, por seu lado, visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 2007, p. 47). Em síntese, a análise de conteúdo trabalha com mensagens (comunicação), utiliza-se da análise categorial temática e procura evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.

Aqui, vale ressaltar, que não haveria sentido em se utilizar a análise de conteúdo para compreender os discursos presidenciais – de Fernando Henrique Cardoso – se não houvesse, previamente, a reconstituição de sua trajetória intelectual e política. A inferência, neste caso, apóia-se num conhecimento razoável do pensamento sociológico e político do emissor da mensagem.

⁶⁵ A edição é portuguesa, portanto, o português verificado será o de Portugal.

A análise de conteúdo se organiza em três fases distintas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

1) Pré-análise

Em primeiro lugar, na pré-análise, há que considerar três momentos: **a)** a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, **b)** a formulação das hipóteses e dos objetivos e **c)** a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Ainda, na pré-análise, há um primeiro contato com os documentos a serem analisados. Nesta pesquisa, foi realizada uma leitura flutuante de todos os discursos proferidos por Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos, no total de 16 volumes (cada volume diz respeito a um semestre de discursos pronunciados, a partir de 1995 até 2002). A leitura flutuante é a primeira atividade e

Consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Essa fase é chamada de leitura “flutuante”, por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos (BARDIN, 2007, p.122).

Feita a leitura flutuante, o passo seguinte objetiva a escolha dos documentos, ou seja, demarcar – dentro do universo da pesquisa – aqueles que serão analisados. Nossa opção foi, nesta pesquisa, de selecionar os discursos apenas do primeiro mandato presidencial, de 1995 a 1998, congregados em 8 volumes, num total de 826 discursos. Tal fato se deu, pois, após a leitura flutuante de todos os discursos. Com isso, compreendemos que o substancial das idéias políticas do presidente estavam expostas já no primeiro mandato e que a delimitação não acarretaria prejuízos à análise de conteúdo.

Após o universo de demarcado, foi procedido à constituição de um *corpus*, que é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A constituição deste *corpus* implica em escolhas, seleções e regras. Eis as principais regras:

Regra da exaustividade: uma vez definido o campo do *corpus* [...], é preciso ter-se em conta todos os elementos desse *corpus*. Por outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor.

Regra da representatividade: a análise pode efectuar-se numa *amostra* desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostragem serão generalizados ao todo

Regra da homogeneidade: os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha

Regra de pertinência: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise (BARDIN, 2007, p. 122-4).

Em nossa pesquisa, portanto, o universo demarcado diz respeito aos discursos presidenciais do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (8 volumes num total de 826 discursos).

Agora, em relação à constituição do *corpus* - obedecendo às regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência – criamos três grandes dimensões e em cada uma destas dimensões procedemos à análise de conteúdo de alguns temas escolhidos no *índice onomástico e temático*, constantes no final de cada volume. Assim, temos:

Dimensão Estado e Sociedade - que reúne os seguintes temas: 1) Administração Pública, 2) Aggiornamento, 3) Burocracia, 4) Clientelismo e 5) Estado (neste, principalmente, as variáveis “modernização” e “reforma”).

Dimensão Econômica - que reúne os seguintes temas: 1) Capitalismo (foram, também, destacados as variáveis “capital estrangeiro” e “capital variável”), 2) Dependência e Desenvolvimento, 3) Desenvolvimento (levada em conta a variável: “Teoria do Desenvolvimento”), 4) Empresário (as seguintes variáveis foram consideradas: “Burguesia”, “Burguesia progressista” e “Empreendedor”), 5) Globalização e 6) Teoria da Dependência.

Dimensão Política - que reúne os seguintes temas: 1) Arte da política, 2) Autoritarismo, 3) Democracia e 4) Utopia Realista (admitindo-se, neste caso, as seguintes variações: “Utopia Viável”, “Utopia Concreta” e “Utopia Possível”).

As três dimensões descritas acima congregam 460 discursos num universo de 826 discursos. Neste sentido, foram realizadas análises de conteúdo de 460 discursos que continham alguma indicação do tema constante nas três dimensões que compõem o *corpus*. Cabe, aqui, uma ressalva importante: como os discursos se referem a temas que tratam de questões atinentes à sociedade, nem sempre é possível fazer uma separação rigorosa dos temas em relação às dimensões. Por exemplo, o tema globalização está contido na dimensão econômica e o tema democracia está agregado à dimensão política,

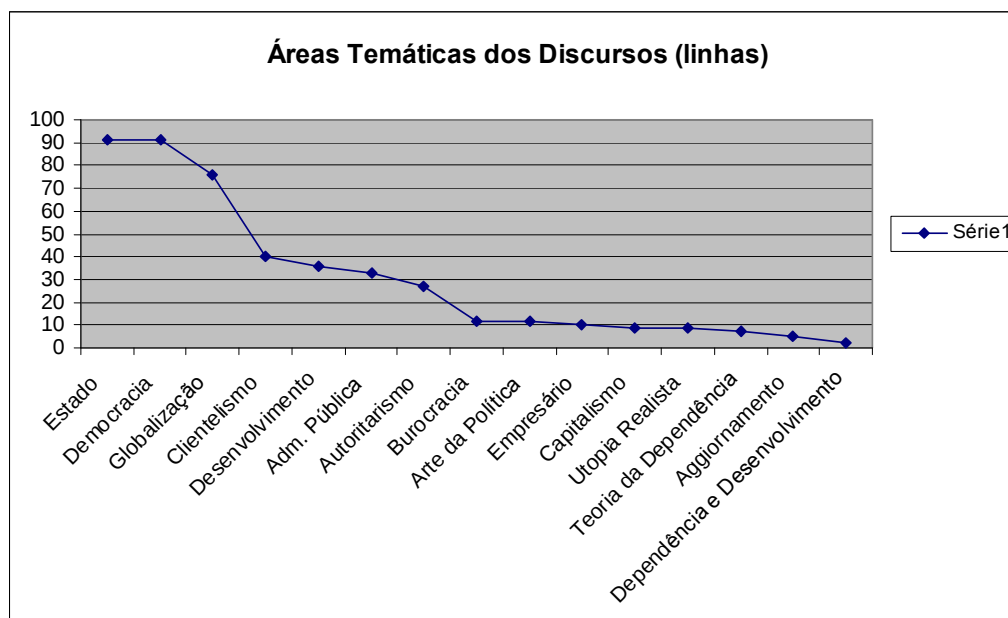
mas estes temas se repetem em praticamente todos os discursos de Fernando Henrique Cardoso analisados. Portanto, não procedemos à análise de conteúdo dos temas globalização e democracia, já que os temas são constantes em todos os discursos, mas, na constituição das Categorias, as caracterizações e as idéias do presidente sobre estes dois temas são levados em consideração. Perceber-se-á que estes temas estão, sempre, grafados em negrito nas grelhas de análise de conteúdo.

No quadro abaixo se pode visualizar todos os temas e a frequência com que foram tratados por Fernando Henrique Cardoso em seus discursos:

TEMA	REPETIÇÕES
Estado	91
Democracia	91
Globalização	76
Clientelismo	40
Desenvolvimento	36
Adm. Pública	33
Autoritarismo	27
Burocracia	12
Arte da Política	12
Empresário	10
Capitalismo	9
Utopia Realista	9
Teoria da Dependência	7
Aggiornamento	5
Dependência e Desenvolvimento	2
TOTAL	460

Como se depreende do quadro, os temas mais tratados nos discursos do primeiro mandato foram: democracia e Estado, ambas com 91 referências. Em seguida temos: globalização (76), clientelismo (40), desenvolvimento (36), administração pública (33), autoritarismo (27), burocracia (12), arte da política (12), empresário (10), capitalismo (9), utopia realista (9), Teoria da Dependência (7), aggiornamento (5) e dependência e desenvolvimento (2).

O gráfico abaixo permite, ainda, visualizar com maior precisão os temas tratados neste *corpus*:



Ainda no que tange à fase da pré-análise, temos a formulação das hipóteses e dos objetivos. Nossa hipótese é de que após a análise de conteúdo dos discursos presidenciais – do primeiro mandato - de Fernando Henrique Cardoso poderíamos verificar, nestes discursos, a permanência de suas preocupações sociológicas oriundas de sua trajetória intelectual e, posteriormente, política. O objetivo, portanto, seria o de compreender o conteúdo do discurso presidencial de Fernando Henrique Cardoso e cotejar este conteúdo à sua trajetória intelectual e política pregressa à sua eleição presidencial, buscando estabelecer conexões lógicas entre a trajetória intelectual e o discurso presidencial.

2) A exploração do Material

Delimitado o universo de pesquisa (discursos do primeiro mandato presidencial) e a constituição do *corpus* (Dimensão Estado e Sociedade, Dimensão Econômica e Dimensão Política) a exploração do material foi realizada construindo-se uma grelha de análise de conteúdo.

Ao final de cada volume de *Palavras do Presidente* consta um *índice onomástico e temático* e a análise de conteúdo se deu na busca dos temas pertencentes às três dimensões que compõem o *corpus*. Neste sentido, foram, por exemplo, analisados todos os discursos que continham o tema Estado, em todos os volumes do primeiro mandato; foram analisados todos os discursos que continham o tema capitalismo e assim por diante até esgotar todos os temas de todas as três dimensões.

A grelha de análise foi montada numa planilha do Programa Excel e contém as seguintes colunas, da esquerda para a direita:

Coluna 1 – **Unidades de registro**: foram selecionadas as palavras que mais se repetiram em cada discurso.

Coluna 2 – **Unidades de Significado**: as palavras são agregadas, neste momento, em grupos que lhes atribui significado (apreendido, obviamente, no plano geral do discurso). É a primeira – e mais básica - inferência do pesquisador.

Coluna 3 – **Categorias**: são constituídas a partir das Unidades de Significado e diz respeito à principal inferência por parte do pesquisador. Só há sentido numa Categoria quando sua constituição se dá levando em conta não só a análise de conteúdo propriamente dita, mas, também, a trajetória do emissor do discurso, no caso, Fernando Henrique Cardoso.

3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação

Realizada com sucesso a fase de exploração do material, a própria constituição das Categorias permitirá a interpretação por parte do pesquisador, ou seja, permitirá inferir acerca do conteúdo do discurso político. No limite, as Categorias permitem desnudar o “núcleo” do discurso político, revelando os temas mais tratados e como estes temas expressam as idéias do emissor da mensagem.

Operações estatísticas permitem proceder à generalizações, contudo, este trabalho tem um caráter qualitativo e exploratório sem intenções de generalizar o fenômeno estudado.

Os capítulos IV, V e VI tratam das análises de conteúdo dos temas referentes às Dimensões Estado e Sociedade, Econômica e Política, respectivamente.

CAPÍTULO 4

DIMENSÃO ESTADO E SOCIEDADE

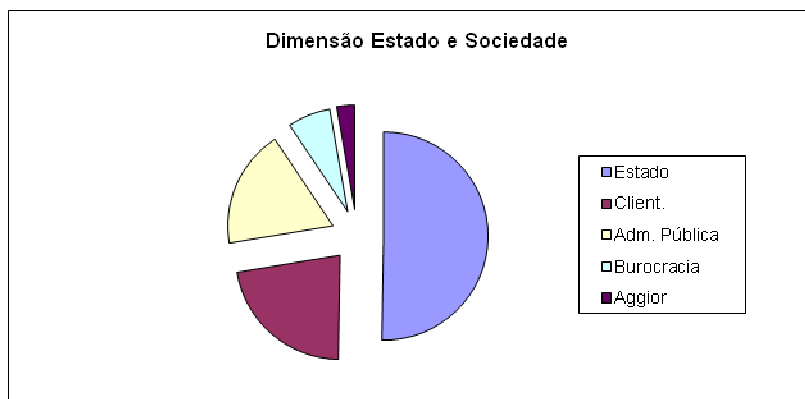
Escopo

Na Dimensão Estado e Sociedade, foram analisados os discursos que apresentaram os seguintes temas: 1) Administração Pública, 2) Aggiornamento, 3) Burocracia, 4) Clientelismo e 5) Estado (neste, principalmente, as variáveis “modernização” e “reforma”).

Assim, temos a seguinte distribuição:

Vol.	Adm. Pública	Aggiornamento	Burocracia	Clientelismo	Estado	Total
Vol. 1 95	1	2	3	4	10	20
Vol. 2 95	4	0	3	8	18	33
Vol. 3 96	2	0	2	13	11	28
Vol. 4 96	0	0	2	9	8	19
Vol. 5 97	2	1	0	2	23	28
Vol. 6 97	8	0	1	3	7	19
Vol. 7 98	11	0	1	1	10	23
Vol. 8 98	5	2	0	0	4	11
TOTAL	33	5	12	40	91	181

Nesta dimensão analítica, houve 91 referências ao termo Estado, em segundo lugar Clientelismo (40), seguidos de Administração Pública (33), Burocracia (12) e *Aggiornamento* (5). O gráfico a seguir indica como FHC se preocupou nesta dimensão preponderantemente com o Estado e uma do clientelismo, como um de seus principais problemas:



1) Administração Pública

O tema Administração Pública foi trazido à tona em 33 discursos presidenciais.

Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão do funcionamento da administração pública. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Caracterização do funcionamento da gestão pública; US2 Racionalidade Burocrática; US 4 Centralização X Descentralização das atividades do Estado e US4 Funcionalismo e produtividade. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
administração / administração pública / administradores	US1 Caracterização do funcionamento da gestão pública	C1 Discurso com base na compreensão do funcionamento da administração pública
administrador		
autonomia / autonomia administrativa / autonomia financeira	US2 Racionalidade burocrática	
burocrático / burocracia		
centralizar	US3 Centralizaçã X Descentralização	
descentralização / descentralizar		
funcionalismo	US4 Funcionalismo e produtividade	
funcionário		
máquinas governamentais		
político administrativa		
produtividade		
serviço público / servidor público / setor público		

Categoria 2: Discurso com base na necessidade de controle e transparência da administração pública. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US5 Necessidades de normas e controles da gestão pública e US6 Necessidade de transparência. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram

criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
accountability	US5 Necessidades de normas e controles da gestão pública	C2 Discurso com base na necessidade de controle e transparência da administração pública
controle social		
normas		
transparência / transparentes	US6 Necessidade de transparência	
controles burocráticos		

Categoria 3: Discurso com base na combate dos vícios da administração pública.

Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US6 Caracterização do Clientelismo e US7 Caracterização do Patrimonialismo. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
cliente da administração	US7 Caracterização do clientelismo	C3 Discurso com base no combate dos vícios na administração pública
clientelismo / clientelísticos	US8 Caracterização do patrimonialismo	
patrimonialismo / patrimonialista		
privilégios		

Categoria 4: Discurso com base na proposta de modernização e reforma da administração do Estado. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US9 Modernização do Estado e US10 Reforma do Estado. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
modernização	US9 Modernização do Estado	C4 Discurso com base na proposta de modernização e reforma da administração do Estado
m u d a ç ã s / m o d i f i c a ç õ e s	US10 Reforma do Estado	
novo modelo / dimensões novas		
reforma		
reforma administrativa		
reforma agrária		
reforma da Previdência Social		
reforma do Estado		
reforma econômica		
transformações / transformar		
inovadora		

Categoria 5: Discurso com base na valorização da democracia e da justiça social.

Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US11 Caracterização do regime democrático e US12 Justiça social. As Unidades de Significado e,

conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
democracia / democrática	US11 Caracterização do regime democrático	C5 Discurso com base na valorização da democracia e da justiça social
leis		
liderança		
país mais justo	US 12 Justiça social	
eleições		

Os discursos proferidos e que possuem a temática Administração Pública são, essencialmente, assentados na fala de um presidente que se demonstra conhecedor do funcionamento da gestão pública, que apresenta a necessidade de controle e transparência das ações governamentais e que se deve combater os principais vícios da burocracia estatal: o patrimonialismo e clientelismo. O funcionalismo público imbuído de uma racionalidade burocrática renovada seria condição fundamental para o melhor atendimento dos cidadãos no regime democrático brasileiro.

2) Aggiornamento

O tema Aggiornamento foi trazido à tona em 5 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na afirmação da necessidade de aggiornamento da estrutura governamental e da sociedade democrática. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Caracterização das mudanças; US2 Necessidades de avanços e US3 Necessidade de Modernização. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado		Categorias	
aggiornamento	US 1	Caracterização das Mudanças	C1	Discurso com base na afirmação da necessidade de aggiornamento da estrutura governamental e da sociedade democrática
avanço / avançar				
estrutura governamental/estrutura do governo	US 2	Necessidades de Avanços		
mudar / mudança				
liderança				
reformas	US 3	Necessidades de Modernização		
democracia				

Categoria 2: Discurso com base na afirmação de que o aggiornamento possibilitaria boas relações comerciais no exterior. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US4 Desenvolvimento e crescimento econômico; US5 Internacionalização e política externa; US6 Oportunidades de mercado e US7 Moeda e estabilidade econômica. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado		Categorias	
crescimento	US4	Desenvolvimento e crescimento econômico	C2	Discurso com base na afirmação de que o aggrionarmento possibilitaria boas relações comerciais no exterior
crescimento econômico				
desenvolvimento				
internacionalização				
oportunidade	US5	Internacionalização e política externa		
progresso				
abertura de capitais				
competição				
privatizações	US6	Oportunidades de mercado		
estabilidade / estabilizada				
política externa	US7	Moeda e estabilidade econômica		
Real				

Categoria 3: Discurso com base na proposta de concessões e parcerias objetivando melhorias dos serviços públicos e de valorização da sociedade civil organizada. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US8 Concessões e parcerias com Estado e US9 Terceiro Setor e Ongs. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado		Categorias	
organizações não governamentais	US8	Concessões e parcerias com o Estado	C3	Discurso com base na proposta de concessões e parcerias objetivando melhoria dos serviços públicos e de valorização da sociedade civil organizada
parcerias				
terceiro setor	US9	Terceiro Setor e Ongs		
concessões				

Os discursos proferidos e que possuem a temática Aggiornamento são, essencialmente, assentados na fala de um presidente que apregoa a necessidade de modernização, de renovação, do aparato burocrático estatal e da própria sociedade. O

aggiornamento permitira, assim, na visão do presidente, melhoria dos serviços públicos, como, por exemplo, estabelecimento de parcerias com a sociedade civil organizada, concessões e privatizações. Na esfera econômica, estabilidade aliada à uma política externa renovada, traria mais e melhores oportunidades de negócios e competitividade no mercado internacional.

3) Burocracia

O tema Burocracia foi tratado em 12 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão do funcionamento da burocracia e da necessidade de sua reforma. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Caracterização do funcionamento da burocracia; US2 Necessidade de controle e fiscalização da burocracia; US3 Centralização X Descentralização das atividades do Estado e US4 Necessidade de reformas administrativas. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
burocracia / burocrático / burocratização	US 1 Caracterização do funcionamento da burocracia	C1 Discurso com base na compreensão do funcionamento da burocracia e da necessidade de sua reforma
controlar		
descentralizar / descentralizando		
fiscalizar	US 2 Necessidade de Fiscalização e controle da burocracia	
mudança / mudar / modificar		
programa de metas		
reconstrução	US 3 Centralizaçã X Descentralização	
reforma		
transparente	US 4 Necessidade de Reformas administrativas	
administração moderna		
futuro		

Categoria 2: Discurso com base na necessidade de combate aos vícios da burocracia e da corrupção. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US5 Caracterização do clientelismo; US6 Caracterização do patrimonialismo e US7 Caracterização da corrupção. As Unidades de Significado e,

conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
cliente da administração	US5 Caracterização do Clientelismo	C2 Discurso com base na necessidade de combate aos vícios da burocracia e da corrupção
clientelismo		
corporativismo / corporativistas	US6 Caracterização do Patrimonialismo	
corrupção		
enfeudamento		
troca de favores		
patrimonialismo / patrimonialista	US7 Caracterização da Corrupção	

Categoria 3: Discurso com base na afirmação da importância da democracia e dos direitos de cidadania. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US8 Caracterização do regime democrático e US9 Direitos de cidadania. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
democracia	US8 Caracterização do regime democrático	C3 Discurso com base na afirmação da importância da democracia e dos direitos de cidadania
área social		
campanha eleitoral	US9 Direitos de cidadania	
cidadania		
comum da cidadania		
eleição		
justiça e progresso		
voto		
valores		
dignidade do brasileiro		
educação		
saúde		

Categoria 4: Discurso com base na afirmação da necessidade de manutenção de crescimento aliado à estabilidade econômica. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US10 Caracterização do regime democrático e US11 Direitos de cidadania. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
desenvolvimento	US 10 Desenvolvimento econômico	C4 Discurso com base na afirmação da necessidade de manutenção de crescimento aliado à estabilidade
crescimento		
mão de obra	US 11 Estabilidade econômica	
taxas de juros		
produção		
estabilizar / estabilização		
investir / investimentos		

Os discursos proferidos e que possuem a temática Burocracia possuem íntima ligação com os discursos da temática Administração Pública (visto anteriormente). O discurso presidencial se caracteriza pela afirmação de seu conhecimento da burocracia estatal, buscando, não raro, conceitos oriundos da sociologia weberiana. Sua fala insiste na necessidade de combate à corrupção, ao clientelismo e patrimonialismo no bojo do Estado brasileiro. Ademais, uma burocracia modernizada (modelo gerencial) permitiria melhor atendimento aos cidadãos e estaria intimamente ligado ao desenvolvimento econômico interno e externamente.

4) Clientelismo

O tema Clientelismo foi tratado em 40 discursos presidenciais, portanto, uma temática assaz importante na visão do Presidente. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão da dinâmica social e nas relações entre os interesses públicos e privados. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Classes e categorias sociais; US2 Setores da sociedade e US3 Interesses públicos e privados. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
agentes sociais	US1 Classes e categorias sociais	C1 Discurso com base na compreensão da dinâmica social e nas relações entre os interesses públicos e privados
banco		
burguesia		
setor político		
serviço público / setor público	US2 Setores da sociedade	
setor social		
setor privado		
sistema bancário		
integração social	US3 Interesses públicos e privados	
interesse público		
interesse nacional		
interesse privado		
integração regional		
lobbies		
povo		
trabalho / trabalhando / trabalhadora		

Categoria 2: Discurso com base na compreensão da burocracia estatal e da necessidade de modernização. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US4 Demonstração do funcionamento da burocracia estatal; US5 Necessidade de controle e US6 Necessidades de reformas, autonomia e privatizações. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
burocracias / burocrático / burocratização	US4 Demonstração do funcionamento da burocracia estatal	C2 Discurso com base na compreensão da burocracia estatal e da necessidade de modernização
burocracia estatal		
burocracia racional legal		
funções públicas		
funcionalismo	US5 Necessidade de controle	
modernização / moderna		
mudança / mudando		
Reforma do Estado	US6 Necessidade de reformas, autonomia e privatizações	
reorganização		
reforma / reformulação		
autonomia		
controlar		
privatização		

Categoria 3: Discurso com base na combate dos vícios na administração pública. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US7 Clientelismo e US8 Patrimonialismo. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram

criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
cliente lismo / clientelistas / clientelística	US7 Cliente lismo	C3 Discurso com base no combate dos vícios na ad ministração pública
cleinte las		
c orporativismo	US8 Patrim onialismo	
c orrupção		
cessão de favores		
desprivatizar		
desclientilização		
em preguismo		
patrim onialismo		
privilégios		
troca de favores		
venda de prestígio		
eleitoreiras		

Categoria 4: Discurso com base na compreensão sociológica do modo de produção capitalista globalizado. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US9 Economia capitalista; US10 Globalização; US11 Relações entre os mercados globais e US12 Conseqüências da globalização. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
capital	US9 Economia Capitalista	C4 Discurso com base na compreensão sociológica do modo de produção capitalista globalizado
capitalismo		
consumo interno	US 10 Globalização	
conceito marxista		
competitivos	US 11 Relações entre os mercados globais	
conhecimento		
crise financeira	US 12 Consequências da globalização	
desemprego		
desenvolvimento		
economia familiar		
emprego		
estabilização		
exploração imperialista		
fronteira agrícola		
globalização		
independência		
internacionalização		
impacto social		
imposto		
importação		
inflação / processo inflacionário		
investimento / investidores		
moeda forte		
mercado		
neoliberalismo / neoliberal		
neosocial		
pensamento marxista		
produção		
produtividade		
Real		
salário		

Categoria 5: Discurso com base na valorização da democracia e das ações governamentais de combate às desigualdades sociais. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US13 Sistema democrático; US14 Direitos e deveres; US15 Desigualdade e problemas sociais e US16 Ação do Estado de combate à desigualdade e problemas sociais. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
ação pública	US 13 Sistema democrático	C5 Discurso com base na valorização da democracia e das ações governamentais de combate às desigualdades sociais
alfabetização		
autoritarismo	US 14 Direitos e deveres	
campanha eleitoral		
cidadania	US 15 Desigualdade e problemas sociais	
democracia / democraticamente		
direitos	US 16 Ação do Estado no combate da Desigualdade e problemas sociais	
emprego		
educação		
imposto		
igualdade		
habitação		
lei(s)		
miséria		
obras		
obras sociais		
poder público		
progressista		
processo decisório		
políticas sociais		
reforma agrária		
questão social		
socialismo real		

Os discursos presidenciais acerca do tema Clientelismo trazem, na maioria das vezes, um esforço de afirmação – por parte do Presidente – de seu conhecimento sociológico e, por isso mesmo, de seu ferramental analítico para lidar com o problema. Para Fernando Henrique Cardoso, o Clientelismo consubstancia-se numa prática que deve, sempre, ser combatida. Explica – ao discursar – aos ouvintes como se dá a dinâmica social e como grupos e categorias sociais se assenhoram do aparato burocrático estatal objetivando ganhos privados. Mais do que isso, o Clientelismo seria um elemento da política tradicional brasileira que imporá barreiras ao desenvolvimento das funções públicas do governo e, também, das relações econômicas. Portanto, o combate efetivo a essa prática levaria ao melhor atendimento do cidadão que demanda serviços públicos e permitiria ao país se inserir numa economia globalizada de forma competitiva e vantajosa para o país.

5) Estado

A temática do Estado foi trazida à tona 91 vezes nos discursos presidenciais ao longo do primeiro mandato, sendo, portanto, na Dimensão Estado e Sociedade, o tema

mais importante e constante em sua fala. Assim, fica claro sua preocupação a respeito das relações entre o Estado e a sociedade e as conseqüências desta relação nos âmbitos sociais, políticos, culturais e econômicos. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão da gestão pública burocrática e da necessidade de reformas, parcerias e privatizações de setores ineficientes. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Caracterização da gestão pública burocrática; US2 Necessidade de modernização da gestão pública; US3 Características da reforma do Estado; US4 Parcerias e privatizações; US5 Setores da sociedade e US6 Interesses públicos e privados. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado		Categorias
ação governamental	US1	Caracterização da Gestão pública burocrática	C1 Discurso com base na compreensão da gestão pública burocrática e da necessidade de reformas, parcerias e privatizações de setores ineficientes
autonomia			
burocracia/ burocrático(a) / burocratização	US2	Necessidade de Modernização da gestão pública	
BNDS			
controle / controlar	US3	Características da Reforma do Estado	
concessão			
fiscalização			
formas de parcerias			
funcionários públicos	US4	Parcerias e privatizações	
funcionalismo			
forças armadas	US5	Setores da sociedade	
flexibilidade dos monopólios			
gastar melhor	US6	Interesses públicos e privados	
governabilidade			
instituições estatais			
modernização / modernizar			
monopólio			
mudança / modificação(ões) / mudar			
privatizações / privatizar / privados / ando			
público			
reforma / reformar / reformulação			
reforma administrativa			
reforma constitucional			
reforma do Estado			
reforma previdenciária			
renda mínima			
reorganização			
reforma na estrutura do Estado			
sistema administrativo			
sistema de governo			
sistema econômico			
serviços públicos			
terceiro setor			

Categoria 2: Discurso com base na caracterização e crítica ao autoritarismo e na valorização da democracia e das ações governamentais. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US7 Caracterização de crítica do regime autoritário; US8 Caracterização e valorização do regime democrático; US9 Relação Estado e Sociedade; US10 Valores que norteiam a liderança política democrática e US11 Caracterização das diversas políticas estatais. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado		Categorias
ação política	US7	Caracterização e crítica do regime autoritário	C2 Discurso com base na caracterização e crítica ao autoritarismo e na valorização da democracia e das ações governamentais
autoridade / autoritário(s)			
autoritarismo militar	US8	Caracterização e valorização do regime democrático	
autocrático			
bem estar social / mal estar social	US9	Relação Estado X Sociedade	
campanha eleitoral			
concentração de poder	US10	Valores que norteiam a liderança política democrática	
democracia / democrática / zação			
eleições	US11	Caracterização das diversas políticas estatais	
forças corporativas			
força moral			
forças privadas			
formação católica			
forças políticas			
ideias sociais			
lobby / lobbyists			
liderança			
mecanismos jurídicos			
modelos políticos			
neogovernamentais			
neoliberalismo / neoliberal			
oposição			
partido			
política com "p" maiúsculo			
político moderno			
poder popular			
política externa			
política militar			
político partidárias			
política comercial			
projeto nacional			
protestantismo			
política industrial			
partidarização			
patriotismo			
racionalização			
realista / realidade			
regime militar			
sistema político			
social democrata			
sociedade			
utopia viável			
valores			

Categoria 3: Discurso com base na combate dos vícios na administração pública e da política brasileira. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US12 Caracterização do clientelismo e US13 Caracterização do patrimonialismo. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
cliente lista / clientelismo	US12 Caracterização do Clientelismo	C3 Discurso com base no combate dos vícios na administração pública e da política brasileira
clientelas		
corporativistas / corporativismo	US13 Caracterização do Patrimonialismo	
corrupção		
desprivatizar / desprivatização / tizado		
desburocratização		
deficiências		
descentralização / descentralizar		
desorganização		
empreguismo		
forças corporativas		
pseudoburocrática		
patrimonialismo / patrimonialistas		
privilegiado / privilégios		
troca de favores		

Categoria 4: Discurso com base na compreensão sociológica do modo de produção capitalista globalizado e na valorização do livre mercado. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US14 Caracterização da economia; US15 Caracterização da globalização; US16 Relações entre os mercados globais e US17 Consequências da globalização. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
agricultura	US14 Caracterização da Economia	C4 Discurso com base na compreensão sociológica do modo de produção capitalista globalizado e na valorização do livre mercado
capitais / capitalismo		
crescimento / crescer / crescendo	US15 Caracterização da Globalização	
competitividade / competição / competir		
dependência	US16 Relações entre os mercados globais	
desemprego		
economia		
emprego	US17 Consequências da globalização	
estrutura privada		
estabilização / estabilidade / estabilizada		
expansão do mercado		
exportar		
economia internacional		
globalização / globalizar / globalizado		
iniciativa privada		
independência / independente		
internacional / internacionalização		
inovar / inovação		
inserção internacional		
interesse privado		
interesses globais		
importações		
investir / investidores / investimento		
inflação / processo inflacionário		
mercado		
mercantilismo / mercantilista		
mercado internacional		
MERCOSUL		
nível mundial		
ordem econômica		
Petrobrás		
plano internacional		
petroquímico		
plano global		
Plano Real		
produção / produtividade		
produção agrícola		
revolução industrial		
revolução branca		
salário(s)		
setor privado		
sistema produtivo		
trabalhando / trabalho		

Categoria 5: Discurso com base no apontamento de problemas sociais e de infraestrutura e no seu combate, bem como na valorização da equidade social. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US18 Problemas de infraestrutura; US19 Direitos e deveres do cidadão; US20 Desigualdade e problemas sociais e US21 Valorização da equidade. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
coletividade	US 18 Problemas de infra-estrutura	C5 Discurso com base no apontamento de problemas sociais e de infraestrutura e no seu combate, bem como na valorização da equidade social
combate à fome		
desemprego	US 19 Direitos e deveres do cidadão	
direito(s)		
distribuição de renda	US20 Desigualdade e problemas sociais	
desigualdade		
educação	US21 Valorização da equidade	
emprego		
energia		
escola		
equidade		
habitação		
igualdade / equidade		
interesse público		
imposto (s)		
inflação / processo inflacionário		
lei		
justiça		
liberdade		
malha ferroviária		
meio ambiente		
mortalidade infantil		
miséria		
necessidade do povo		
pobreza / pobre		
previdência		
redistribuição de renda		

Os discursos presidenciais acerca da temática do Estado procura apresentar o Estado como um ente ligado à sociedade e não um ser demiúrgico. Neste sentido, seus discursos asseveram que há necessidade de reformar este Estado a fim de melhor atender aos cidadãos. Dado às ações de aparelhamento do Estado por grupos, categorias e políticos, vicejou, em nossa prática política, elementos como clientelismo, patrimonialismo, indistinção do público e do privado, apadrinhamento político, entre outros. Ao governo, portanto, caberia o combate destas práticas viciosas no aparato burocrático estatal. Ademais, seus discursos são direcionados para a idéia de um “Estado necessário”, balizado entre o “Estado mínimo” e o “Estado máximo” (interventor). Chegar a esse “Estado necessário” requereria uma reforma não só do Estado, mas da própria mentalidade dos grupos, classes sociais e indivíduos que se relacionam com o Estado. No tocante à economia globalizada, a ação política do Estado não poderia versar sobre aceitar ou não a globalização, sendo esta entendida como um fato, como um processo histórico que se apresenta, inexoravelmente, a todos os países.

Caberia, neste sentido, ao Estado modernizado garantir as regras de funcionamento do livre mercado, mas não se retirando totalmente do cenário social, pois, no limite, a inserção internacional do país não poderia, apenas, ser pensada em termos de determinismo econômico (determinação do exterior em relação ao interior) e sim numa relação entre os vários países no mercado mundial. Essa inserção, da perspectiva política, aconteceria ao se analisar os cenários a fim de identificar as formas de inserção vantajosas no mundo globalizado.

A relação Estado e sociedade não poderia ser pensada sem uma ação governamental alicerçada sobre o realismo político, isto é, utilizar a política como elemento norteador do desenvolvimento econômico e social. Numa sociedade democrática, direitos e deveres devem ser assegurados e cumpridos e o Estado, desempenhando o seu papel, trataria de buscar minorar os problemas sociais objetivando uma maior equidade e justiça social.

6) Trechos dos discursos presidenciais

Abaixo, há alguns trechos selecionados dos discursos presidenciais e que permitem compreender as idéias de Fernando Henrique Cardoso relacionado aos temas (administração pública, *aggiornamento*, burocracia, clientelismo e Estado) constantes na Dimensão Estado e Sociedade.

1) *Aggiornamento*:

“Esse é o nosso desafio. Temos que fazer, estamos fazendo, o nosso *aggiornamento*. Esse *aggiornamento* implica rever muita coisa. A lei de concessões vem nesse bojo, vem no bojo de um *aggiornamento*. Os líderes políticos estão começando a entender o processo, nós estamos começando a entender que temos que mudar, temos que dar passos audaciosos para defender o interesse nacional em nível do desafio contemporâneo, e não olhando para trás; e mostrar, como estamos mostrando, que o interesse nacional continua muito firme e requer a lei de concessões, requer parcerias, requer privatizações, requer vida de capitais” (V.1, p.337 – Discurso no seminário de concessões de serviços públicos).

2) Burocracia e Administração Pública:

“Mas nós temos que quebrar também essas estruturas obsoletas da **burocracia**, de setores dela e, às vezes, de uma mentalidade jurídicista, que impede o avanço” (V.1, p. 58).

“E o fluxo de informações tem que ser contínuo [...] as dificuldades que tínhamos pelo bloqueio nas informações, pela **burocratização** excessiva e pela falta de fluidez dentro da máquina do Estado. Nós estamos modificando essa máquina do Estado – leva tempo, mas eu tenho quatro anos, e vamos modificar essas práticas, de novo, já estão obsoletas, já morreram” (V.1, p.70).

“O nosso [Estado] tem que ser também [forte], mas tem que ser um novo Estado. Não adianta ser forte numa **burocracia** numerosa, reivindicativa e incompetente. Tem que ser uma **burocracia** do tamanho necessário – pode até ser grande -, reivindicar mais pelo país e ser mais competente” (V.1, p. 339).

“Hoje, a Administração requer não só uma visão, digamos, gerencial, na medida em que entra o que foi gerado pelo setor privado como forma de organização, que quer ver o resultado e que confia no administrador, desde que ele preste contas depois dos seus resultados. E não como é, até hoje, no Brasil: um inferno de pequenos **controles burocráticos**, que não controlam nada, mas que emperram a Administração e que mortificam a clientela da Administração, quer sejam indivíduos, quer sejam outras agências da sociedade, modificando para uma ação mais gerencial” (V.2, p. 742).

“Isso é importante, mas também não é suficiente, porque não se trata apenas de substituir um modelo patrimonialista, burocrático, por uma burocracia racional-legal e de cunho gerencial agora, mas se trata de algo que tem que incluir essas dimensões novas, de participação mais ativa de corpos, que não são corpos do Estado. E são organizados, ou quase organizados. Às vezes, são até movimentos. Não chegam a gerar, ainda, instituições, mas têm que ser ouvidos na Administração moderna e no modo pelo qual o Estado moderno se sustenta” (V.2, p. 743).

“Desta visão de uma Administração Pública transparente, que preste contas, os americanos falam uma palavra que se repete sempre: *accountability* [...] não é só prestar contas. É, realmente, ser responsável, perante a sociedade, por aquilo que se fez” (V.3, p. 39).

3) Clientelismo:

“A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O **clientelismo**, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do Governo, principalmente na área social” (V.1, p. 31).

“Afastamos de maneira completa qualquer mecanismo de corrupção, de **clientelismo** ou de tentativa de trocar apoio político para obter a cessão de favores. Uma nova etapa do Brasil” (V.1, p. 491).

“Num deles [Ministérios], o da Integração Regional, houve momentos em que as verbas para a construção de estradas eram maiores do que no Ministério dos Transportes. Qual era o critério a que isso atendia? O do **clientelismo** ou da pressão política para colocar-se uma emenda no Congresso” (V.1, p. 571).

“Mudar uma mentalidade e fazer com que hoje, como todos sabem, não exista mais o **clientelismo** que leva ao apadrinhamento e à corrupção” (V.3, p. 460).

“É claro, temos uma série de outros problemas, porque precisamos adaptar o Estado aos tempos modernos. Temos que, para isso, desenvolver um trabalho muito grande de fazer compreender que, na área social, por exemplo, a reforma do Estado significa acabar com o **clientelismo** e com o corporativismo” (V.3, p. 687).

“São milhões, bilhões de recursos postos à disposição, e não existem acusações nem de corrupção e nem daquilo que é uma praga que vem junto, que é o **clientelismo**, a utilização dos recursos para fins partidários ou personalistas, etc.” (V.4, p. 403).

4) Estado

“Haverá sempre ações de governo. Sem governo, as sociedades modernas, ou nenhuma sociedade complexa funciona. O **Estado** é fruto das sociedades complexas em geral, não só das capitalistas, mas em geral. E as sociedades complexas não funcionam sem o Estado” (V.1, p. 89).

“Depois, nós nos organizamos em estado independente, e, progressivamente, o **Estado brasileiro** também teve essa oscilação. Nos períodos de concentração de poder, sobretudo nos regimes autoritários, no nível federal, os municípios sofrem. Nos períodos de democratização, os municípios passam a ter maior vigor” (V.1, p. 255).

“O **Estado** atua, e atua fortemente. O nosso tem que ser também, mas tem que ser um **novo Estado**. Não adianta ser forte numa burocracia numerosa, reivindicativa e incompetente. Tem que ser uma burocracia do tamanho necessário – pode até ser grande -, reivindicar mais pelo país e ser mais competente” (V.1, p. 339).

“Nos anos 60, tínhamos uma crença, ainda forte, na capacidade que o **Estado** tinha de moldar o progresso. Era promotor, estimulador e, acima de tudo, uma força potencialmente autônoma” (V.1, p. 397-8).

“Hoje, esta visão se modificou radicalmente. Nos anos 80, a identidade positiva **Estado-desenvolvimento** se dilui e o Estado passa a ser visto quase como um obstáculo ao progresso. Não é só a ideologia neoliberal que ganha uma hegemonia temporária. Mais do que isso, é a própria falência material do Estado, tanto em países ricos quanto nos pobres, que leva a um esforço de reforma que não pode ser modelado ideologicamente” (V.1, p. 398).

“O **Estado** tem que resolver problemas concretos, com os meios concretos de que dispõe” (V.1, p. 398).

“O **Estado** é ator fundamental, mas eu papel muda. Porque tem meios mais limitados, o que fará deve ser cuidadosamente escolhido” (V.1, p. 398).

“A tradição do direito brasileiro não se assenta, como no direito americano ou anglo-saxão, em agências regulatórias. Ela se assenta noutros tipos de agência, muito mais ligadas diretamente ao núcleo político do Estado ou, quando o Estado se transforma em **Estado-empresário**, na ação direta das empresas do Estado” (V.1, p. 133).

“Com esse espírito, estamos começando a refazer as bases do **Estado brasileiro**. Se eu quiser retomar um pouco retoricamente o que disse num discurso que fiz, não me lembro se na posse ou no Senado: na verdade, é o legado do **Estado varguista**, que, à sua época, correspondeu a um grande avanço e que agora precisa ser reformulado, para que o nosso Estado possa atender aos anseios do mundo contemporâneo ” (V.1, p. 133).

“Não se trata, simplesmente, de fortalecer o **Estado** ou a iniciativa privada. Trata-se de saber como se faz para que o Estado e a iniciativa privada, juntos, possam melhorar as condições de vida do povo brasileiro” ” (V.1, p. 133).

“Então, é assim que se faz, como também com o projeto de lei que me foi apresentado hoje, que será discutido pela sociedade, será modificado pela sociedade. Mas nós vamos encaminhando as coisas. As **reformas** que nós faremos – e nós vamos fazê-las – serão dessa maneira” (V.1, p. 69).

“Estou há menos de um mês aqui no Governo, mas tive também a alegria de ter podido aprovar a lei de concessões de serviços públicos, que levou quatro anos parada, é de minha autoria inicial e abre uma brecha enorme para a modernização do **Estado brasileiro**” (V.1, p. 69).

“Não haverá nunca recursos suficientes para que o **Estado** atenda a todo mundo, no grau de exigência crescente da sociedade contemporânea [...] Então, vivemos numa sociedade em que o povo demanda – e faz bem ao demandar - , e o Governo fica asfixiado pela quantidade imensa de demanda” (V.1, p. 93).

“Reforma do **Estado** não é um ato do Presidente da República nem uma lei do Congresso. É muito mais do que isso. É uma mudança de mentalidade e é uma mudança da maneira pela qual o Estado se organiza para prestar serviços à sociedade” ” (V.1, p. 570).

“Muita vezes, vejo que, quando se lê “**reforma do Estado**”, entende-se logo alguma coisa com os funcionários – e, em geral, quando há má-fé, *contra* os funcionários. Ninguém pode fazer reforma do **Estado** contra funcionário, se funcionário é o esteio do Estado. O que tem que fazer é outra coisa. O que tem que fazer é modificar as nossas práticas” (V.1, p. 570).

“Utilizando-me do exemplo do Comunidade Solidária, quero chamar a atenção para este fato: nós estamos reformando as práticas do **Estado**” (V.1, p. 570).

“[...] estamos **mudando** as estruturas do **Estado brasileiro** [...] Essa transformação não se verifica apenas – embora seja fundamental também – através de emendas constitucionais. [...] Não se trata apenas de fazer com que haja uma alteração do quadro legal, fundamental. Trata-se de muito mais do que isso: de uma mudança de **mentalidade** e de forma de **comportamento**”(V.2, p. 254).

“O que o Governo está fazendo é criar os canais para que o cidadão tenha os seus direitos reconhecidos e para que ele próprio, através de suas organizações, participe na discussão e na distribuição, quando for o caso, dos recursos, para o atendimento da sociedade. É essa a nova visão. É neo-social, não é neoliberal”(V.2, p. 255).

“De uma certa maneira, para enfrentar as forças da globalização, é necessário fortalecer o **Estado**, que deve criar mecanismos de sensibilidade para a mudança que talvez não tivesse antes. A ação do **Estado** para

conduzir políticas de estabilização, hoje praticamente um “valor” para as sociedades, pode ser abalada por movimentos externos e exige reflexão cuidadosa”(V.2, p.70).

“Estamos, na prática, mudando o modo como o **Estado** funciona. É uma mudança, uma revolução silenciosa, que não faz barulho, mas é cotidiana, ela custa trabalho, ela custa necessidade de convencimento, custa incompreensão, ela custa erro de parte a parte. Mas nós estamos fazendo isso”(V.2, p. 267).

“É muito difícil fazer com que uma decisão de atender ao mais pobre, ao pequeno, realmente seja efetiva, porque o Estado brasileiro se fez para atender aos grandes interesses” (V.4, p. 521).

CAPÍTULO 5

DIMENSÃO ECONÔMICA

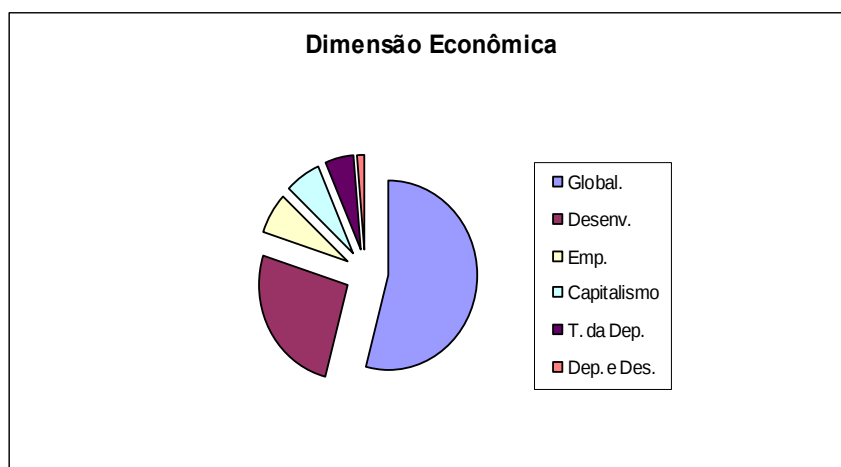
Escopo

Na Dimensão Econômica, foram analisados os discursos que apresentaram os seguintes termos: 1) Capitalismo (foram, também, destacados as variáveis “capital estrangeiro” e “capital variável”), 2) Dependência e Desenvolvimento, 3) Desenvolvimento (levada em conta a variável: “Teoria do Desenvolvimento”), 4) Empresário (as seguintes variáveis foram consideradas: “Burguesia”, “Burguesia progressista” e “Empreendedor”), 5) Globalização e 6) Teoria da Dependência.

Assim, temos a seguinte distribuição:

Vol.	Capital.	Dep. e Des.	Desenv.	Empres.	Global.	Teoria da Dep.	Total
Vol. 1 95	3	2	9	2	5	4	25
Vol. 2 95	3	0	4	1	9	1	18
Vol. 3 96	2	0	0	2	3	2	9
Vol. 4 96	0	0	0	0	0	0	0
Vol. 5 97	1	0	7	3	25	0	36
Vol. 6 97	0	0	7	1	15	0	23
Vol. 7 98	0	0	3	1	6	0	10
Vol. 8 98	0	0	6	0	13	0	19
TOTAL	9	2	36	10	76	7	140

Nesta dimensão analítica, houve 76 referências ao termo Globalização; em segundo lugar, Desenvolvimento (36); seguidos de Empresários (10); Capitalismo (9); Teoria da Dependência (7) e Dependência e Desenvolvimento (2). O gráfico a seguir indica como FHC se preocupou nesta dimensão preponderantemente com o fenômeno da Globalização e a temática do desenvolvimento:



1) Globalização

O tema Globalização foi trazido à tona em 76 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão da infra-estrutura do modo de produção capitalista e da globalização. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Caracterização das relações entre forças produtivas e relações de produção; US2 Classes sociais; US3 Formações Sociais; US4 Desenvolvimento e dependência e US5 Globalização e internacionalização. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
acumulação primitiva	US1 Caracterização das relações entre forção produtivas e relações de pro dução	C1 Discurso com base na com- preensão da infra-estrutura do modo de produção capita- lista e da globalização
capital		
capital constante		
capital variável		
capitalismo o / capitalista		
crescimento	US2 Classes sociais	
dependência		
desenvolvidos / desenvolvimento		
dinâmica econômica		
classes sociais		
economia	US4 Desenvolvimento e dependência	
economia colonial		
economia internacional		
escravidão		
formações sociais		
fator capital	US5 Globalização e internacionalização	
globalização		
internacionais / internacionalização		
lucros		
mão de obra		
processo produtivo		
produção		
progresso		
revolução tecnológica		
trabalho		

Categoria 2: Discurso com base na compreensão da superestrutura do modo de produção capitalista e suas consequências sociais. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US6 Caracterização do regime democrático; US7 Ordenamento jurídico sob o capitalismo e US8 Consequências sociais do capitalismo. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
autoritárias / autoritário	US6 Caracterização do regime democrá- tico	C2 Discurso com base na compreensão da superestru tura do modo de produção capita- lista e suas consequências soci- ais
democracia / democraticamente		
burocracia / burocratas / burocrático		
equidade	US 7 Ordenamento jurídico sob o capita- lismo	
congresso		
leis		
direito	US8 Consequências sociais do capitalis- mo	
mudan ças		
nec essário		
oposição		
social		
jurídico		
justiça		

Categoria 3: Discurso com base na identificação dos principais teóricos do desenvolvimento do capitalismo. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US9 Interpretações marxistas do capitalismo e US10 Interpretação weberiana do capitalismo. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
marxismo brasileiro	US9 Interpretações marxistas do capitalismo o	C3 Discurso com base na indicação dos principais teóricos do desenvolvimento do capitalismo
marxista		
Weber	US10 Interpretações weberiana do capitalismo o	
espírito moderno		

Os discursos proferidos e que abordam o tema capitalismo são – quase na totalidade – proferidos num tom professoral. O Presidente se apresenta como detentor de um cabedal teórico que lhe permite, no exercício político, atuar de forma mais “racional”. A racionalidade estaria assentada sobre o fato de sua trajetória pregressa como sociólogo e estudioso do modo de produção capitalista, desde suas relações sob o regime escravista colonial até os seus escritos da década de 1960 que lidam com o desenvolvimento e dependência sob a égide do capitalismo. Sua fala procurar transmitir seu conhecimento do da infra-estrutura do modo de produção capitalista, das relações entre as classes sociais e dos elementos superestruturais (regime políticos, leis, aspectos jurídicos, etc.). Nos discursos recorre, também, à associação do fenômeno da globalização como desdobramento do capitalismo contemporâneo.

2) Desenvolvimento e Dependência e Desenvolvimento⁶⁶

⁶⁶ Nesta seção foram, propositalmente, agregados dois temas pertencentes à Dimensão Econômica: *Desenvolvimento* e *Dependência e Desenvolvimento*. Todas as ocorrências de *Dependência e Desenvolvimento* encontram-se inseridas nos discursos acerca do *Desenvolvimento*, portanto, desnecessário apresentar em seções distintas.

O tema Desenvolvimento e Dependência e Desenvolvimento foi trazido à tona em 38 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão do desenvolvimento e da dependência no capitalismo globalizado. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Forças produtivas e relações de produção no capitalismo; US2 Desenvolvimento e dependência na economia capitalista; US3 Questões atreladas ao desenvolvimento; US4 Conceito de globalização e cenário global; US5 Teoria do desenvolvimento e US6 Teoria da Dependência. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
agentes econômicos	US1 Forças produtivas e relações de produção no capitalismo	C1 Discurso com base na compreensão do desenvolvimento e da dependência no capitalismo globalizado
capitalização capital(is)		
dependência		
desenvolvimento	US2 Desenvolvimento e dependência na economia capitalista	
desenvolvimento econômico		
desenvolvimento social		
desenvolvimento sustentável	US3 Questões atreladas ao desenvolvimento	
empresariado		
estabilidade		
globalização	US4 Conceito de globalização e cenário global	
industrialização		
inflação		
iniciativa privada	US5 Teoria do desenvolvimento	
multinacionais		
Plano Real		
produção	US6 Teoria da dependência	
proporção dos lucros		
percepção externa		
questão da eletricidade		
questão do planejamento		
questões econômicas		
setor produtivo		
setor terciário		
sistema produtivo mundial		
setor privado		
trabalho		
teoria do desenvolvimento		
teoria da dependência		

Categoria 2: Discurso com base na valorização do desenvolvimento aliado à democracia e às ações governamentais no âmbito nacional e internacional. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US7 Sistema político democrático; US8 Ações governamentais em prol do desenvolvimento; US9 Ações governamentais em prol da inserção internacional do Brasil e US10 Caracterização do desenvolvimento sob o autoritarismo. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
A Perestroika	US7 sistema político democrático	C2 Discurso com base na valorização do desenvolvimento aliado à democracia e às ações governamentais no âmbito nacional e internacional
abertura democrática		
ações governamentais	US 8 ações governamentais em prol do desenvolvimento	
autonomia		
autoritária / autoritarismo		
bem estar social	US9 ações governamentais em prol da inserção internacional do Brasil	
concessões		
crescimento		
crescimento das nossas economias	US10 caracterização do desenvolvimento sob o autoritarismo	
crise das geradoras de energia		
democratização / democracia		
desprivatizar		
diplomacia		
distribuição de renda		
educação		
emprego / desemprego		
igualdade / equidade		
impostos		
integração social		
investimento		
interiorização/interiorizar		
justiça		
mal estar social		
mecanismos governamentais		
mudança / mudanças		
privatização		
reconstrução		
recursos		
Reforma agrária		
reorganização cultural		
universalização do bem estar		
valores		
movimentos sociais		
povo		
socialismo		

Categoria 3: Discurso com base na necessidade de desenvolvimento sustentável. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US11 Preocupações ecológicas e US12 Desenvolvimento Sustentável. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
auto-sustentável	US11 preocupações ecológicas	C3 Discurso com base no reconhecimento da necessidade de desenvolvimento sustentável
biodiversidade	US12 desenvolvimento sustentável	
desenvolvimento sustentável		
ecodesenvolvimento		
meio ambiente		
sustentabilidade		

Os discursos proferidos que possuem a temática Desenvolvimento e Dependência e Desenvolvimento apontam para uma fala em que o Presidente retoma, não raro, sua trajetória científica como pesquisador dos temas atinentes ao desenvolvimento capitalista e às situações de dependência. Novamente, o discurso busca sustentar-se na racionalidade, esta oriunda do conhecimento sociológico acerca da dinâmica econômica, social e política. Procura – em seu discurso – explicar a relação entre suas teses apresentadas em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* e o atual quadro da globalização. Sua fala permite depreender preocupação em como será a inserção do Brasil neste cenário internacional e, por conta disso, sempre faz referência à necessidade de manutenção da estabilidade econômica alcançada com o Plano Real. Há, em inúmeros discursos presidenciais, a preocupação em tratar das novas teses que indicam a necessidade de um desenvolvimento sustentável, portanto, de um desenvolvimento aliado a preocupações com o meio ambiente e com igualdade social.

3) Empresário

O tema Empresário foi tratado em 10 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão das mentalidades, características políticas e papéis dos empresários no mundo globalizado. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Características dos empresários tradicionais e modernos; US2 Necessidade de integração e conquista de novos mercados; US3 Erros e acertos das políticas empresariais; US4 Setores que se relacionam com os empresários e US5 Avanços e obstáculos da mentalidade dos empresários. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
burguesia	US1 Características dos empresários tradicionais e modernos	C1 Discurso com base na compreensão das mentalidades, características políticas e papéis dos empresários no mundo globalizado
empresariado / empresário		
especializado		
esfera econômica	US2 Necessidade de integração e conquista de novos mercados	
fábrica		
força pessoal		
forças	US3 Erros e acertos das políticas empresariais	
fracassamos		
globalização		
grandes erros	US4 Setores que se relacionam com os empresários	
inventa a tecnologia		
imperialismo		
integração	US5 Avanços e obstáculos da mentalidade dos empresários	
moderno / modernidade		
mercado		
Mercado Comum Centro-Americano		
Mercosul		
negócio		
produção		
progresso		
sistema produtivo - 2		
transformação		
visão		
"obstáculos mentais ao desenvolvimento"		
revolução		
setor político		
setor privado		
setor público		
universidade		

Categoria 2: Discurso com base no reconhecimento dos grupos e classes trabalhadoras em oposição aos empresários. Nesta Categoria, temos a seguinte Unidade de Significado: US6 Grupos e classes sociais opostas aos empresários. A Unidade de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de

Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
"esquerda brasileira"	US6 Grupos e classes sociais opostas aos empresários	C2 Discurso com base no reconhecimento dos grupos e classes trabalhadoras em oposição aos empresários
classe operária		
líder sindical		

Categoria 3: Discurso com base na valorização do sistema democrático contraposto aos vários tipos de autoritarismo e busca de reformas políticas e justiça social. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US7 Valorização do regime democrático; US8 Ações governamentais em busca de justiça social e US9 Necessidade de reformas políticas. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
autoritarismo	US7 Valorização do regime democrático	C3 Discurso com base na valorização do sistema democrático contraposto aos vários tipos de autoritarismo e busca de reformas políticas e justiça social.
bandeira ideológica		
democrática / democracia	US8 Ações governamentais em busca de justiça social	
eleições / eleitor		
grande política		
grandes erros	US9 Necessidade de reformas políticas	
justiça social		
oposição		
reformas		
sistema eleitoral		
sociedade democrática		
vantagem política		
vontades autoritárias e estatais		

Os discursos proferidos e que possuem a temática Empresário foram tratados levando-se em conta a necessidade de se reconhecer no empresariado um setor importante da sociedade. Na ótica do Presidente, o empresário “moderno” deve balizar suas ações não só na busca de lucros e sim numa preocupação com o conjunto da sociedade. Ao tratar de assuntos como “mentalidade” do empresariado e suas escolhas políticos, seu discurso traz à tona seus estudos sobre os empresários nos idos dos anos 60, mormente, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* e *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: ideologias do empresariado industrial*

argentino e brasileiro. No limite, o empresariado, no discurso presidencial, não é apenas um ser inovador e promotor do progresso econômico, mas aquele que se preocupa com a “grande política”, com os interesses que ultrapassam a esfera econômica.

4) Teoria da Dependência

O tema Teoria da Dependência foi tratado em 7 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala global e suas conseqüências para os países. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Modo de produção capitalista; US2 Desenvolvimento capitalista; US3 Dependência e desenvolvimento dos países capitalistas; US4 Desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalistas; US5 Dinâmica internacional e US6 Globalização. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
abertura econômica	US1 Modo de produção capitalista	C1 Discurso com base na compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala global e suas consequências para os países.
burguesia		
capitalismo	US2 Desenvolvimento capitalista	
cena internacional		
classes sociais	US3 Dependência e desenvolvimento dos países capitalistas	
conceito marxista		
crescimento		
crise financeira	US4 Desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalistas	
dependência		
desemprego		
desenvolvimento	US5 Dinâmica internacional	
economia		
economia global	US6 Globalização	
econômicas		
fluxos internacionais		
globalização		
industrialização		
inserção internacional		
internacionais		
modelos econômicos		
nacionalistas		
negociações / negociados		
oportunidades		
ordem internacional		
países desenvolvidos		
setores privados		
sistema internacional		
subdesenvolvimento		
substituições importações		

Categoria 2: Discurso com base na caracterização dos regimes políticos e da necessidade de reformas políticas e de justiça social. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US7 Caracterização do regime democrático; US8 Caracterização do regime autoritário; US9 Ações governamentais; US10 Transformações sociais e US 11 Busca do atendimento das demandas sociais. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
ação social	US7 Caracterização do regime democrático	C2 Discurso com base na caracterização dos regimes políticos e da necessidade de reformas políticas e de justiça social
autoritarismo		
clientelismo		
demandas sociais	US8 Caracterização do regime autoritário	
democracia		
dimensão social		
governar / governo		
justiça	US9 Ações governamentais	
justiça social		
liberdade		
oposição	US 10 Transformações sociais	
pensamento marxista		
problemas sociais		
realismo	US 11 Busca do atendimento das demandas sociais	
reforma(s)		
relações sociais		
revolução		
social		
socialismo		
sociedade		
transformação / transformar		
utopias		
valores		

Categoria 3: Discurso com base na afirmação da Teoria da Dependência como precursora do fenômeno da globalização. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US12 Marxismo; US13 Teoria da Dependência e US14 Relação da Teoria da Dependência com a globalização. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
teoria da dependencia	US 12 Marxismo	C3 Discurso com base na afirmação da teoria da dependência como uma teoria precursora do fenômeno da globalização
marxistas		
sentido realista	US 13 Teoria da Dependência	
globalização		
	US 14 Relação da teoria da dependência com a globalização	

Os discursos presidenciais que, de uma forma ou de outra, trataram da Teoria da Dependência se deram, geralmente, na perspectiva de apresentar o Presidente como conhecedor da dinâmica do capitalismo, de sua expansão global e das conseqüências para os países. O Presidente retoma a sua trajetória de pesquisador e aponta os interlocutores da Teoria da Dependência (Cepal, a esquerda e demais teóricos

dependentistas), para, com isso, procurar apresentar a globalização como um fenômeno já vislumbrado em sua obra da década de 1960, ainda que não com essa terminologia. Sua afirmação é que ao tratar da “internacionalização do mercado interno”, já antevia o processo de globalização em voga. Ao político, na condição de presidente, caberia garantir uma inserção do Brasil no mercado internacional, inserção esta que se aproveitaria de nossas potencialidades e que deveria ser precavida quanto às possíveis desvantagens comerciais. A globalização, em sua ótica, é um fato, não um valor, portanto, não caberia aceitá-la ou recusá-la no bojo do país. É um processo inexorável e que faz com que, na dimensão política, se busque avançar nos benefícios que o processo traz e combater suas conseqüências negativas para os grupos e classes sociais.

5) Trechos dos discursos presidenciais

Abaixo, há alguns trechos selecionados dos discursos presidenciais e que permitem compreender as idéias de Fernando Henrique Cardoso relacionado aos temas (capitalismo, desenvolvimento, dependência e desenvolvimento, empresário e Teoria da Dependência) constantes na Dimensão Econômica.

1) Capitalismo:

“Um segundo tema articulado pela “teoria da dependência” era a influência dos modos de inserção internacional dos países sobre as modalidades concretas de desenvolvimento. É, na teoria, a dimensão mais original, a da dependência propriamente dita. Aqui, também, a comparação entre os anos 60 e os 90 é interessante. É evidente que, nos últimos trinta anos, o **capitalismo** se tornou muito mais complexo. O fenômeno de globalização, que víamos, nos anos 60, mais no plano da produção, com expansão das empresas multinacionais, agora se ampliou de maneira extraordinária, especialmente no campo financeiro” (V.1, p. 395).

“Talvez o ponto crucial da diferença entre os anos 60 e os anos 90 na América Latina seja a questão do regime político. A teoria da dependência nasceu no contexto autoritário. A análise se sustentava no exame de como os países se inseriam no **capitalismo** internacional no marco autoritário” (V.1, p. 399).

“A disputa sobre o significado da economia colonial – se feudal, capitalista, ou algo que combinaria os dois modos de produção – era intensa. Eu mesmo, na minha obra “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional”, tratei da questão. As implicações desse debate sobre que tipo de capitalismo é aquele que se teria desenvolvido no Brasil são evidentes para a compreensão contemporânea das possibilidades de uma “revolução brasileira” (V.2, p.338).

2) Dependência e Desenvolvimento na América Latina:

“Assim entramos nos anos 60. Só que, nos anos 60, já começava a parecer, aqui e ali, que alguma coisa havia ocorrido no sistema produtivo mundial, que não se sabia bem o que era. Se me permitem um tom pessoal nesta apresentação, que não é muito ortodoxa em termos de ações governamentais, eu lhes diria o seguinte: nos anos 60, no Chile – o Embaixador do Chile aqui está –, escrevi um livro chamado “**Dependência e desenvolvimento na América Latina**” e tive que inventar alguns conceitos, porque não existiam os conceitos adequados para descrever o que estava acontecendo” (V.1, p. 334).

“Um dos livros que escrevi e que tentava sintetizar uma versão da “teoria da dependência” se intitulava *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. A dimensão “desenvolvimento” que eu ali abordava acabou ficando esquecida. Naquele momento, em meados da década de 60, a “teoria do desenvolvimento” se identificava com teses funcionalistas que o meu ensaio com Enzo Faletto criticava” (V.1, p. 393).

3) Desenvolvimento:

“É claro também que não falarei simplesmente como um analista preocupado com os rumos do processo latino americano, como fazia nos anos 60. Para mim, o **desenvolvimento** se transformou hoje em uma série de questões concretas, está incorporado a um processo político. Nos anos 60, perseguia mais a precisão analítica; agora, esse ainda é um objetivo, só que vinculado a opções que envolvem custos avaliados criticamente pelos setores sociais” (V.1, p. 394).

“Minha trajetória, primeiro como intelectual e depois como político, ensinou-me que talvez o mais difícil dos problemas de Estado é fazer com que a melhor reflexão esclareça efetivamente opções” (V.1, p. 394)

“Hoje, observo dois fenômenos paralelos. Em primeiro lugar, o **desenvolvimento** parece um **processo fragmentário**. Deixa de ter a força fundadora e unificadora que tinha nos anos 60. Isso leva a uma multiplicação conceitual, nem sempre fácil de seguir. Fala-se de **desenvolvimento sustentável**, de **desenvolvimento social**, como agora em Copenhague, de **desenvolvimento humano**, de **desenvolvimento com equidade**” (V.1, p. 395).

“O crescimento da economia passa a ser entendido como elemento de um processo maior, e os resultados que produz não se traduzem automaticamente em benefícios na área ambiental ou social” (V.1, p. 395).

“Sabemos que o **desenvolvimento** de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente” (V.1, p.29).

4) Empresário:

“A visão que se tinha do empresário que tinha construído o mundo do século XIX para o século XX, sobretudo o grande empresário do século XIX, era o que os alemães chamam de *unternehmer*. Era o **empresário criador**, com vocação de fazer progresso e com uma enorme força pessoal dentro de sua empresa” (V.1, p. 84).

“Quer dizer, hoje, evidentemente, o **empresariado** é aquele que se preocupa com o conjunto da sociedade. Não vai haver empresário moderno se ele pensar só no seu negócio. Ou ele pensa no País e, agora, no que está acontecendo no mundo – essa é a novidade dos últimos tempos -, ou, mesmo sendo muito competente dentro dos muros da fábrica, seria mais vantajoso que ele contratasse um executivo, um técnico, e cuidasse da grande política. Hoje, ou nós todos cuidamos da grande política, ou nós fracassamos” (V.1, p. 84).

“[...] mas o **empresário moderno** – termino pelo que comecei – não é o homem que funciona na esfera econômica: é o homem que transcendeu essa esfera para entender os valores que são do coletivo, portanto, que são políticos” (V.1, p. 95).

“Os embates entre a burguesia e o proletariado, centrais nos último dois séculos e cuja essência era a distribuição da renda, diluem-se e começam a perder força mobilizadora em termos de discussão nos espaços públicos. A complexidade do tecido social traduz-se na diversidade de metas almejadas pelos atores sociais” (V.3, p. 224).

5) Globalização:

“Hoje há uma **globalização**. O que houve é um desafio muito grande, porque a **globalização** não quer dizer que fiquemos passivos, assistindo ao que ocorre. Mas, se não atuarmos rapidamente, vamos ser passivos, porque

os outros descobrem tecnologias novas, outros avanços, e, como está tudo interconectado, nós ficamos nessa enorme interconexão sem nenhuma proteção. A proteção nossa é o saber, a proteção nossa é a capacidade de decisão própria [...] Mas não podemos mais nos fechar. Nós estamos expostos aos ares do mundo – e é bom que estejamos. Mas, para enfrentarmos os ares do mundo, temos que ter capacitação” (V.1, p. 111).

“Hoje, nós temos uma economia **globalizada**. [...] porque a internacionalização é um fato, ocorreu, o mundo mudou. A estrutura produtiva, hoje, é global [...] Agora, ao ser global, não significa que o interesse nacional desapareça” (V.1, p. 336).

“A **globalização** do sistema produtivo é realidade incontestável, com repercussões em todos os níveis da vida contemporânea. A interdependência aprofunda-se e a integração regional se acelera. **Globalização** e regionalismos não devem ser, de forma alguma, impulsos contraditórios. São faces da mesma moeda, que apontam para a expansão dos mercados e para a escala ampliada das estruturas produtivas. Para harmonizar esses movimentos, contudo, a ação dos organismos multilaterais é decisiva” (V.1, p. 382).

“O fenômeno de **globalização**, que víamos, nos anos 60, mais no plano da produção, com expansão das empresas multinacionais, agora se ampliou de maneira extraordinária, especialmente no campo financeiro” (V.1, p. 395).

“Vista em perspectiva histórica, a situação é paradoxal. Os efeitos da **globalização** parecem aumentar, de forma indiscriminada, a dependência, ao mesmo tempo em que as condições se ampliam para que a maior inserção internacional possa trazer benefícios em função de escolhas certas pelas sociedades nacionais. A sensibilidade para o internacional passa a ser requisito indispensável do político moderno. De outro lado, a própria feição estruturante da globalização exige que essa sensibilidade se volte para as questões de longo prazo, mais do que nunca, as opções de política econômica devem ser feitas com visão de futuro. Os estímulos que dermos hoje serão decisivos para definir, no longo prazo, as possibilidades de progresso” (V.1, p. 397).

“O levantamento desses dois processos – estruturais e conjunturais – e suas interconexões devem ser revistos, e com muito cuidado, porque é essencial para definir as formas “ideais” de reação das sociedades ao sistema internacional, essencialmente, as melhores maneiras de aproveitar a **inescapável globalização**” (V.2, p. 69).

“Sabemos, porém, que as forças da **globalização**, econômicas e simbólicas, não existem em vazios. Não existem como entidades que valham em si mesmas. Na verdade, projetam-se sobre as sociedades nacionais, que as absorvem no marco de suas histórias. [...] De certa maneira, ainda que tenhamos que renovar conceitos, a **lição metodológica central da “teoria da dependência” permanece válida**” (V.3, p. 597).

6) Teoria da Dependência

“Um dos livros que escrevi e que tentava sintetizar uma versão da **“teoria da dependência”** se intitulava *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. A dimensão “desenvolvimento” que eu ali abordava acabou ficando esquecida. Naquele momento, em meados da década de 60, a “teoria do desenvolvimento” se identificava com teses funcionalistas que o meu ensaio com Enzo Faletto criticava” (V.1, p. 393).

“Um segundo tema articulado pela **“teoria da dependência”** era a influência dos modos de inserção internacional dos países sobre as modalidades concretas de desenvolvimento. É, na teoria, a dimensão mais original, a da dependência propriamente dita. Aqui, também, a comparação entre os anos 60 e os 90 é interessante. É evidente que, nos últimos trinta anos, o capitalismo se tornou muito mais complexo. O fenômeno de globalização, que víamos, nos anos 60, mais no plano da produção, com expansão das empresas multinacionais, agora se ampliou de maneira extraordinária, especialmente no campo financeiro” (V.1, p. 395).

“Sabemos, porém, que as forças da **globalização**, econômicas e simbólicas, não existem em vazios. Não existem como entidades que valham em si mesmas. Na verdade, projetam-se sobre as sociedades nacionais, que as absorvem no marco de suas histórias. [...] De certa maneira, ainda que tenhamos que renovar conceitos, a **lição metodológica central da “teoria da dependência” permanece válida**” (V.3, p. 597).

“Quando escrevi meus livros sobre a **teoria da dependência**, a hipótese era a de que o processo internacional do capitalismo condicionava negativamente o desenvolvimento. Não o impedia, mas o tornava injusto e desequilibrado. [...] Essa visão mudou. Temos que admitir que a participação na economia global pode ser positiva, que o sistema internacional não é necessariamente hostil. Mas, para aproveitar as oportunidades, é preciso ir com cuidado. O sucesso da integração na economia global depende, de um lado, da articulação diplomática e da construção de parcerias comerciais adequadas, e, de outro, da realização de reformas internas em cada país em desenvolvimento, democraticamente conduzidas” (V.3, p. 83-4).

CAPÍTULO 6

DIMENSÃO POLÍTICA

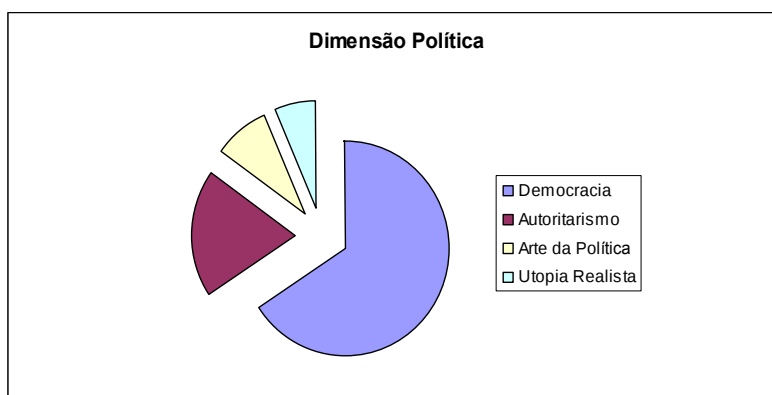
Escopo

Na Dimensão Política, foram analisados os discursos que apresentaram os seguintes termos: 1) Arte da política, 2) Autoritarismo, 3) Democracia e 4) Utopia Realista (admitindo-se, neste caso, as seguintes variações: “Utopia Viável”, “Utopia Concreta” e “Utopia Possível”).

Assim, temos a seguinte distribuição:

Vol.	Arte da Política	Autoritarismo	Democracia	Utopia Realista	Total
Vol. 1 95	6	4	18	2	30
Vol. 2 95	2	3	11	2	18
Vol. 3 96	2	5	9	2	18
Vol. 4 96	2	1	14	0	17
Vol. 5 97	0	11	12	0	23
Vol. 6 97	0	2	12	0	14
Vol. 7 98	0	1	13	3	17
Vol. 8 98	0	0	2	0	2
TOTAL	12	27	91	9	139

Nesta dimensão analítica, houve 91 referências ao termo Democracia, em segundo lugar Autoritarismo (27), seguidos de Arte da Política (12) e Utopia Realista (9). O gráfico a seguir indica como FHC se preocupou nesta dimensão preponderantemente com o fenômeno da Globalização e a temática do desenvolvimento:



1) Arte da Política

O tema Arte da Política foi trazido à tona em 12 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão da política como a arte de tornar possível o necessário e na valorização da democracia. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Caracterização da “arte da política” como negociação e busca de tornar possível o necessário; US2 Valores democráticos do exercício da política e US3 Necessidades de mudanças/transformações políticas e sociais. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
arte da política	US1 Caracterização da "arte da política" como negociação e busca de tornar possível o necessário	C1 Discurso com base na compreensão da política como a arte de tornar possível o necessário e na valorização da democracia
arte do possível		
conservadora		
continuidade		
coragem		
enfrentamos	US2 Valores democráticos do exercício da política	
enfrentar		
futuro		
modificações		
muda (mudança)		
necessária	US3 Necessidades de mudanças/transformações políticas e sociais	
necessário		
necessidade		
necessita		
negociação		
oportunidade		
política		
político		
problemas		
processo		
progresso		
reformar		
reformas		
revolução permanente		
soberano		
sustentação		
tornar possível		
transformação		
valores		
autoritária		
democracia / democrático /zação		

Categoria 2: Discurso com base na compreensão da economia globalizada. Nesta Categoria, temos a seguinte Unidade de Significado: US4 Caracterização da economia globalizada. A Unidade de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
economia globalizada	US4 Caracterização da economia globalizada	C2 Discurso com base na compreensão da economia globalizada
dívida agrária		
empresa privada		
globalização		
interesses privados		
mercado global		
renda		
taxa de crescimento		
taxa de desemprego		

Categoria 3: Discurso com base na indicação dos interesses da maioria do povo. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US5 Setores sociais e US6 Necessidade de justiça social. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
interesses da maioria do povo	US5 Setores sociais	C3 Discurso com base na indicação dos interesses da maioria do povo
justiça social		
Universidade	US6 Necessidade de justiça social	

Os discursos proferidos acerca da arte da política assentam-se na fala de um Presidente que compreende a política como a “arte de tornar possível o necessário”, ou seja, caberia aos políticos levar a cabo ações que possibilitem a concretização daquilo que é necessário. Sua visão, nesta perspectiva, é de que a política deve ser exercida com responsabilidade, num ambiente dialógico e na busca de convencimento dentro do cenário democrático. A ação política deve ser corajosa e inovadora objetivando o atendimento dos setores da sociedade, principalmente, a busca de justiça social para a

maioria do povo. As mudanças oriundas das decisões políticas – desde que democraticamente negociadas – são positivas e necessárias para melhor adaptar o Estado e a sociedade ao mundo globalizado.

2) Autoritarismo

O tema Autoritarismo foi trazido à tona em 27 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão dos regimes políticos autoritário e democrático e na crítica dos vícios e necessidade de reforma do Estado brasileiro. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Caracterização do regime autoritário; US2 Caracterização do regime democrático; US3 Caracterização da burocracia do Estado; US4 Caracterização dos vícios do Estado brasileiro; US5 Necessidade de modernização e reforma do Estado brasileiro e US6 Indicação das ações do governo frente às demandas sociais. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado		Categorias	
autoritarismo / autoritário / autoridade	US1	Caracterização do regime autoritário	C1	Discurso com base na compreensão dos regimes políticos autoritário e democrático e na crítica dos vícios e necessidade de reforma do Estado brasileiro
ações governamentais				
democracia / democrática				
aliança	US2	Caracterização do regime democrático		
área social				
burocracia / burocraticamente				
burocracia tecnocrática weberiana	US3	Caracterização da burocracia do Estado		
cidadanias				
classe política				
cliente la	US4	Caracterização dos vícios do Estado brasileiro		
clientelismo				
armas / formas armadas				
burocracia / burocraticamente	US5	Necessidade de modernização e reforma do Estado brasileiro		
burocracia tecnocrática weberiana				
comunicação				
conquista definitiva: democracia	US6	Indicação das ações do governo frente às demandas sociais		
corrupção				
demandas sociais				
desprivatizar o Estado				
educação				
Estado burocrático				
funcionismo				
modernidade				
mudação / reforma / mudança / mudar				
necessidades				
organismos internacionais				
partidos				
plebiscitarização				
política externa				
política externa brasileira				
privatização				
redemocratização				
saúde				

Categoria 2: Discurso com base na afirmação de sua trajetória de luta contra o autoritarismo e na valorização de valores democráticos na ação política. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US7 Caracterização dos grupos políticos: direita e esquerda; US8 Caracterização e afirmação dos valores democráticos; US9 Apresentação de sua trajetória de luta contra o autoritarismo; US10 Apresentação de seus valores pessoais democráticos; US11 Necessidade de busca de justiça social e US12 Apresentação de uma perspectiva política realista. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado		Categorias
"direita"	US7	Caracterização dos grupos políticos: direita e esquerda	C2 Discurso com base na afirmação de sua trajetória de luta contra o autoritarismo e na valorização de valores democráticos na ação política
"esquerda"			
"igualdade de oportunidades"	US8	Caracterização e afirmação dos valores democráticos	
"progressistas"			
"reacionários"	US9	Apresentação de sua trajetória de luta contra o autoritarismo	
benevolência política			
coragem			
criatividade	US10	Apresentação de seus valores pessoais democráticos	
crítica social			
debate público			
demagogia demagógica	US11	Necessidade da busca de justiça social	
direitos			
direitos humanos	US12	Apresentação de uma perspectiva política realista	
equidade			
fraterna			
hospitaleira / hospitalidade			
intolerância			
leis			
liberdade			
liderança			
luta política			
lutar / lutávamos / lutava / luta			
mais justo			
pacíficamente			
pacíficamente revolucionárias			
país renovado			
progresso social			
realismo			
reinvindicar			
respeito			
rumo			
serenidade			
sistema político			
termos marxistas			
tranquilidade			
transformação / transformações			
utopia			
valores			
violência			

Categoria 3: Discurso com base na compreensão do modo de produção capitalista e das suas relações com os regimes políticos. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US13 Caracterização da economia capitalista; US14 Caracterização da dependência e do desenvolvimento no capitalismo; US15 Caracterização do desenvolvimento sob o capitalismo; US16 Caracterização da globalização; US17 Caracterização do Plano Real e suas consequências e US18 Necessidade de combate à exclusão social. As Unidades de Significado e,

conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
análise econômica	US 13	C3 Discurso com base na compreensão do modo de produção capitalista e das suas relações com os regimes políticos
capitalismo		
competição		
burguesia	US 14	
crescimento		
crescimento / cresce		
dependência		
desemprego	US 15	
desenvolvimento		
desequilibrado		
desigualdades	US 16	
disparidades de renda / riqueza		
disparidades regionais		
distribuição efetiva de renda / red.de renda	US 17	
dívida externa		
economia		
estabilidade / estabilização	US 18	
exclusão social		
fronteiras nacionais		
globalização		
independência		
inflação		
interesse nacional		
investimento		
marginalidade		
Mercosul		
modernidade		
país subdesenvolvido		
plano Real		
privatização		
Real		
recessão		
riqueza		
salário		
trabalho / trabalha		

Categoria 4: Discurso com base na reconhecimento dos grupos e classes sociais na luta contra o autoritarismo. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US19 Caracterização dos grupos e classes sociais; US20 Reconhecimento das lutas populares contra o autoritarismo e US21 Valorização da opinião pública. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
força sindical / sindicato / sindical	US 19 Caracterização dos grupos e classes sociais	C4 Discurso com base no reconhecimento dos grupos e classes sociais na luta contra o autoritarismo
CUT		
manifestações populares	US 20 Reconhecimento das lutas populares contra o autoritarismo	
opinião pública		
oposição		
povo brasileiro		
práticas sociais	US 21 Valorização da opinião pública	
trabalho / trabalha		

O combate ao regime militar foi um dos marcos da trajetória social de Fernando Henrique Cardoso. Foi exilado e aposentado compulsoriamente pelo Regime Militar. Tornou-se um estudioso do regime autoritário e do tipo de desenvolvimento que ocorria sob a égide da ditadura. Posteriormente, sua participação no CEBRAP lhe deu uma dimensão de um “intelectual que lidera intelectuais” e isso o levou à sua aproximação com o MDB. Portanto, Cardoso construiu uma reflexão sociológica sobre o autoritarismo e ainda participou como político no âmbito da resistência democrática. Como não poderia deixar de ser, o seu discurso presidencial, não raro, retoma essa trajetória de combate à ditadura e de valorização do regime democrático. Coloca-se, inclusive, como um dos atores políticos que – por força de suas idéias e ações – ajudaram a reconduzir o país à democracia. Sua fala aborda, numa perspectiva histórica, a introdução de grupos e categorias profissionais no bojo do Estado brasileiro no intuito de incrementar práticas clientelísticas e de patrimonialismo. No âmbito econômico, discursa estabelecendo as relações entre desenvolvimento e os regimes políticos, deixando claro que o país até cresceu economicamente sob o autoritarismo, mas um altíssimo custo social. Hoje, na condição de Presidente – de condutor das ações políticas do Estado – caberia a ele a manutenção do crescimento, mas aliado à democracia, objetivando uma maior equidade social. Por fim, além de apresentar sua trajetória de combate ao regime autoritário, ressalta, constantemente, suas qualidades pessoais e as

indica como essencialmente democráticas, de valorização da negociação e do convencimento como forma de fazer política.

3) Utopia Realista

O tema Utopia Realista foi tratado em 9 discursos presidenciais. Após procedermos à análise de conteúdo chegamos às seguintes categorias:

Categoria 1: Discurso com base na compreensão da política como a arte do possível e da necessidades de “utopias realistas”. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US1 Caracterização da “arte da política”; US2 Caracterização do regime democrático e de seus valores inerentes e US3 Necessidade de “utopias realistas” no exercício da política. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado		Categorias
a arte do possível	US1	Caracterização da "arte da política"	C1 Discurso com base na compreensão da política como a arte do possível e da necessidade de "utopias realistas"
democracia			
diversidade	US2	Caracterização do regime democrático e seus valores inerentes	
esperança			
eficaz	US3	Necessidades de "utopias realistas" no exercício da política	
injusto			
justas			
justiça			
justiça social			
liberdade			
mudança			
melhorar / mudar			
necessidade			
ordens			
otimista realista			
pacífico			
pessimista			
realistas			
transformação			
utopia do possível			
utopia realista			
utopias concretas			
utopias totalizantes			
utopias viáveis			
valores			

Categoria 2: Discurso com base na necessidade de ações governamentais voltadas aos grupos mais carentes. Nesta Categoria, temos a seguinte Unidade de

Significado: US4 Caracterização das ações governamentais; US5 Necessidades de reformas e US6 Atenção aos grupos e classes sociais mais carentes. A Unidade de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
area social	US 4 Caracterização das ações governamentais	C2 Discurso com base na necessidade de ações governamentais voltadas aos grupos mais carentes
banco popular		
educação		
políticas sociais	US5 Necessidades de reformas	
política industrial		
reforma		
reforma agrária	US 6 Atenção aos grupos e classes sociais mais carentes	
reforma política		
saúde		
trabalhador pobre		

Categoria 3: Discurso com base na compreensão do modo de produção capitalista na sua fase de globalização. Nesta Categoria, temos as seguintes Unidades de Significado: US7 Caracterização da economia capitalista; US8 Caracterização do desenvolvimento no capitalismo e US9 Caracterização do fenômeno da globalização. Necessidade de reformas políticas. As Unidades de Significado e, conseqüentemente, a Categoria foram criadas a partir das Unidades de Registro que podem ser observadas na primeira coluna da esquerda para a direita, logo abaixo:

Unidades de registro	Unidades de significado	Categorias
crescimento	US 7 Caracterização da economia capitalista	C3 Discurso com base na compreensão do modo de produção capitalista na sua fase de globalização
competir		
desenvolvimento		
economia		
fluxos de capital	US8 Caracterização do desenvolvimento no capitalismo	
globalização / globalizada		
investimento		
metas		
mercado	US9 Caracterização do fenômeno da globalização	
pressões internacionais		
plano internacional		

Os discursos proferidos e que possuem a temática “utopia realista” ou suas variáveis (utopia concreta, utopia viável ou utopia possível) já traz, inicialmente, uma

explicação por parte do Presidente, já que o mesmo entende que a expressão é uma contradição dos termos⁶⁷. Ainda assim, faz questão de utilizá-la em vários dos seus discursos. Com a expressão, o Presidente quer tornar manifesta sua visão política, qual seja, a de se conjugar realismo, pragmatismo, no exercício da política aos valores de igualdade, de uma ordem social mais justa. Neste caso, o político não pode ser voluntarista, deve obedecer às condições impostas pela realidade, pautar-se na “ética da responsabilidade” weberiana, mas, também, possuir convicções e valores que o faça vislumbrar e se projetar na conquista de transformações sociais benéficas ao conjunto da sociedade. Embora a economia imprima uma certa determinação sobre a realidade dos países – mormente no caso da globalização – caberia ao Presidente, em suas ações, encetar seus esforços em tornar possível aquilo que é necessário para a sociedade.

4) Trechos dos discursos presidenciais.

1) Arte da política:

“A política não é a arte do possível, é a **arte do necessário**. Quando é necessário, faz-se” (V.1, p.87).

“A política não é a arte do possível, não. É a **arte de tornar possível o necessário**” (V.1, p.140).

“A política não é a arte do possível, é a **arte do necessário**. O possível é fácil, mas nós temos que alargar as fronteiras do possível. E, para alargá-las, temos que fazer o que é necessário” (V.1, p. 216).

“sou guiado por uma utopia realista [...] que é uma contradição dos termos. Mas eu faço de propósito. A gente tem que divisar alguma coisa mais longe para poder alcançar. Não se alarga o limite do possível quando não se tenta o impossível. Tenho repetido, muitas vezes, que a política é a arte do possível: a política é a **arte de tornar possível aquilo que é necessário**” (V.1, p. 288-89).

“A arte da política está em fazer com que aqueles que são contra se tornem favoráveis. Política não é contabilidade, quem é a favor, quem é contra. Isso

⁶⁷ Em artigo publicado em 31/07/1995, na Folha de S. Paulo, Florestan Fernandes tece comentário acerca do termo usado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso: “utopia possível”. Assevera que: “Ao se tornar “possível”, uma utopia deixa de existir” e coloca a seguinte questão: “devemos perguntar que tipo de utopia seria possível sob o capitalismo monopolista de hoje?”. Cf. em: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **Florestan Fernandes: a força do argumento**. São Carlos: EDUFSCar, 1997, p. 249.

é estático. Política é você mover os que são contra para que eles se tornem favoráveis. E, quando os move, isso não pode ser feito de maneira autoritária” (V.4, p. 717).

2) Autoritarismo

“Pacificamente, com tranquilidade, e apesar das mágoas e das cicatrizes que ficam como símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do **autoritarismo**, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação” (V.1, p. 25 – Discurso de Posse no Congresso Nacional)

“Fui testemunha pessoal desta hospitalidade nos quatro anos em que aqui [Chile] residi, quando, no Brasil, passávamos por tempos difíceis de intolerância e de **autoritarismo**” (V.1, p. 179).

“Antes que muitos de vocês tivessem nascido, eu lutava contra o **regime autoritário** do Brasil e pedia liberdade. Hoje nós a temos. É bonito isso, Governador, é bonito ver que qualquer pessoa pode se exprimir livremente [...]” (V.1, p. 250)

“Nos anos 60, era clara a oposição entre **autoritarismo** e democracia. Para nós, intelectuais, naquele momento, a luta política fundamental objetivava o fim das limitações aos direitos civis e políticos. Supúnhamos que a democracia traria, quase como efeito automático, a melhoria das condições sociais do povo” (V.1, p. 399).

“A crítica ao autoritarismo não foi só política. Nunca nos iludimos sobre o fato de que a democracia seria simplesmente um primeiro passo de uma longa caminhada. Sabíamos que o autoritarismo não era simplesmente opção de um grupo, mas estava incrustado historicamente, tinha raízes sociais profundas e talvez, por isso, saíamos da experiência autoritária mais conscientes do que era necessário para transformar efetivamente as sociedades latino-americanas” (V.2, p. 67).

“No caso brasileiro, em função principalmente da luta contra o **autoritarismo**, a democracia se enraizou na sociedade antes mesmo do que na política, o que torna necessário repensar o processo de articulação entre o social e o político” (V.3, p. 238).

“Muitas vezes, ouço falar da vontade política, e vontade política posta em termos genéricos é ou saudade do autoritarismo, de um ditador que tudo resolva, ou então incompreensão do que é a sociedade, que não muda em função da determinação de uma pessoa[...]” (V.4, p. 125).

3) Democracia

“Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade, ao perdê-la, a **democracia** é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos farão abrir mão dela” (V.1, p. 25).

“Todos percebem hoje por que nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo, restauramos as liberdades **democráticas** e iniciamos a reforma da economia” (V.1, p. 27).

“Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e **democracia**; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo” (V.1, p. 29).

“Quero, em primeiro lugar, agradecer a presença de todos aqui. Pode parecer estranho que o Presidente da República agradeça a manifestação de pessoas que têm reivindicações. Mas eu acho que isso é que é **democracia**. Se o Presidente não souber a quantas anda cada setor do País, não terá como tomar decisões adequadas” (V.1, p. 265).

“Liderar na **democracia** não é impor. Liderar a **democracia** é ter a paciência pedagógica de repetir e convencer, ou de ser convencido. Mas é de persistir, é de ter objetivos, é de saber separar até o interesse próprio do interesse coletivo, é de respeitar o interesse de todos, até os mais, digamos, restritos, os corporativos, que também são interesses; mas é de não perder de vista o interesse nacional, é de não perder de vista os objetivos. Esses nós não vamos perder” (V.1, p. 342).

“Senhoras e Senhores; O Brasil é hoje uma **democracia** consolidada. O povo brasileiro foi o agente de um movimento de mudança política que hoje não admite alternativas à democracia e não tolera corrupção” (V.1, p. 383).

“Quebrar as regras na **democracia** não pode ser feito através da vontade de um tirano nem da vontade, simplesmente, de alguém iluminado. Quebrar regras na **democracia** implica esse processo de negociação e o fato de que a vontade coletiva se organize para se expressar” (V.1, p. 415).

“Mas houve algumas condições que facilitaram o Plano Real. Uma, a principal, foi a democracia, sem a qual não haveria a crença, sem a qual não haveria a possibilidade de o Ministro, de o Presidente, de o Parlamentar argumentar e ganhar pelo convencimento, porque haveria desconfiança” (V.2, p. 456).

“No caso brasileiro, em função principalmente da luta contra o autoritarismo, a **democracia** se enraizou na sociedade antes mesmo do que na política, o que torna necessário repensar o processo de articulação entre o social e o político” (V.3, p. 238).

“A negociação é a arte fundamental da política. Parte da aceitação genuinamente **democrática** das diferenças, da pluralidade, a tolerância; parte da idéia de que se chega à razão pelo debate, pela articulação de consensos” (V.3, p. 238).

“A democracia convive melhor com quem é capaz de ouvir, de escutar e ter paciência. Sem essa arte da paciência, não se constrói; mas tem que ser temperada por uma vontade, também, de perseguir os objetivos” (V.3, p. 493).

“Um país que não entende que a democracia é peça constitutiva do bem-estar social não entende nada” (V.3, p. 745).

4) Utopia Realista

“sou guiado por uma **utopia realista** [...] que é uma contradição dos termos. Mas eu faço de propósito. A gente tem que divisar alguma coisa mais longe para poder alcançar. Não se alarga o limite do possível quando não se tenta o impossível. Tenho repetido, muitas vezes, que a política é a arte do possível: a política é a **arte de tornar possível aquilo que é necessário**” (V.1, p. 288-89).

“Costumo acentuar a necessidade das **utopias realistas**. Não podemos abandonar o desejo de transformação, de criar ordens mais justas. Mas, se hoje há convergências nos ideais, ainda falta muito para que soluções efetivas sejam encontradas” (V.1, p. 362).

“E podemos dizer que precisamos de valores práticos, de **utopias viáveis**” (V.3, p. 94)

“O passo inicial de qualquer mudança é a conformação de idéias, e estes existem. Não há mais atração das construções fechadas, de utopias totalizantes. Guardam, porém, a vitalidade do que tenho chamado de “**utopias concretas**”, algo que é possível perceber de forma muito clara e, portanto, construir” (V.3, p.602).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi a reconstrução dos *Fundamentos e Circunstâncias* da trajetória intelectual e política de Fernando Henrique Cardoso e a análise de conteúdo dos discursos presidenciais, proferidos em seu primeiro mandato (1995-1998). Buscando, com isso, demonstrar que o político legitima o seu discurso no conhecimento sociológico, graças à sua rigorosa formação e treinamento em Ciências Sociais.

Fernando Henrique Cardoso foi primeiro assistente de Florestan Fernandes na Cadeira de Sociologia I e junto a Octavio Ianni formaram o “primeiro escalão” da “Escola de Sociologia Paulista”. Com Florestan Fernandes à testa da Cadeira I houve a consolidação da Sociologia no âmbito da Universidade de São Paulo. O elevado nível das reflexões e das obras produzidas por estes cientistas sociais os alçou a uma condição ímpar no cenário acadêmico brasileiro. Fernando Henrique Cardoso, portanto, inicia sua carreira acadêmica sob a orientação de Florestan Fernandes. Seus estudos iniciais sobre a escravidão e o capitalismo deram-lhe projeção e a suas primeiras titulações acadêmicas. Em 1960, publica – com Octavio Ianni - *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. Logo em seguida, em 1961, doutora-se com *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*.

Há, entretanto, um evento, em 1958, que será marcante em toda a trajetória de Cardoso: a constituição do Seminário de Marx. Florestan Fernandes imprimiu ao grupo sob sua coordenação não só um rigoroso padrão científico, mas, também, uma declarada competição entre ele e seus assistentes. Uma das conseqüências foi a ausência de Florestan nos seminários sobre a obra de Marx. Vários e positivos foram os resultados obtidos pelo grupo de estudos, refletidas em obras invulgar sobre a dinâmica da

sociedade brasileira. Em Cardoso, a influência do Grupo d'*O Capital* torna-se manifesta em sua famosa *Introdução* à sua obra *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. O sociólogo, neste momento, consolida um domínio científico acerca do método dialético, que se soma aos ensinamentos de Florestan no campo da pesquisa empírica e dos clássicos da Ciência Social.

Será, contudo, no bojo da Cadeira de Sociologia I, sob os auspícios do nacional-desenvolvimentismo que se constitui um projeto que objetivava diagnosticar as limitações históricas e das classes e grupos sociais que impunham barreiras ao desenvolvimento de uma ordem social competitiva. O projeto *Economia e Sociedade: análise sociológica do subdesenvolvimento*, de 1963, conjugava as preocupações em não só diagnosticar as barreiras estruturais que impediam a consolidação do capitalismo no Brasil, bem como de propor uma “intervenção sociológica modernizante”, no âmbito do Estado, da burguesia e da classe trabalhadora. A Sociologia, aqui, é entendida como fornecedora de uma consciência social da realidade, como uma chave explicativa e de intervenção racional na sociedade. Neste cenário, Fernando Henrique Cardoso tornou-se responsável pelo estudo do empresário industrial, de sua consciência social e de sua ação econômica. Assim, sua livre docência encerra as pesquisas e reflexões teóricas sobre esse tema: *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, de 1963.

O ano de 1964 traz para a sociedade brasileira o Regime Militar. O grupo da Cadeira I é atingido no auge de sua criatividade e produtividade acadêmica. Foram, como escrito alhures, “pegos de surpresa”. Perseguido pela polícia, Cardoso sai do Brasil. Vai para a Argentina e, depois, estabelece-se no Chile, onde trabalhou na Cepal. O evento do exílio, todavia, proporciona a Cardoso uma “mudança de agenda”, pois, agora, estabelece a América Latina como objeto de indagação sociológica. Possuidor de

um ferramental analítico e de conhecimentos acerca da sociedade brasileira, Cardoso consegue, graças ao seu manejo da dialética, principalmente, estudar as relações entre desenvolvimento e dependência nos países latino-americanos. O resultado foi a publicação, em espanhol, em 1969, de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, juntamente com Enzo Faletto. O escrito tornou-se referência fundamental no campo teórico da dependência e da história da América Latina.

A inserção internacional de Cardoso é, sem dúvida, assaz importante em sua carreira. Lecionou ou pesquisou em vários países, mormente na França, na Inglaterra, nos EUA e no Chile. Em meados de 1968, era professor de Teoria Sociológica em Nanterre, na Universidade de Paris, e acompanha os levantes de Maio de 68. Embora bem estabelecido e com boas condições de trabalho intelectual, decide voltar ao Brasil para concorrer à Cátedra de Política.

Torna-se, por concurso público de títulos, professor detentor da Cadeira de Política na Universidade de São Paulo. O trabalho apresentado intitula-se *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Mas, em 1969, foi aposentado compulsoriamente pela ditadura militar. Exclui a possibilidade de voltar ao exterior. Cria, junto com outros intelectuais cassados, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), onde desenvolveu pesquisas sociais com um caráter mais aplicado. No CEBRAP, Cardoso concretiza-se como “um intelectual que lidera intelectuais”, pois há – no Centro – um papel de intelectuais que resistem ao regime autoritário. No contexto do bipartidarismo e da oposição consentida pelo regime de exceção, houve a aproximação do Centro com o MDB, nas figuras de Fernando Henrique Cardoso e Ulisses Guimarães, este pelo partido e aquele pelo CEBRAP.

Durante parte substancial dos anos 70, Cardoso direcionará suas análises sociológicas para as temáticas afeitas ao desenvolvimento da sociedade brasileira e sobre o caráter do regime autoritário. Sua conduta, entretanto, vai, paulatinamente, deixando de ser apenas de um acadêmico e se consubstancia num intelectual com firmes posições contra o autoritarismo e a favor da democratização.

Em 1978, assume, definitivamente, seu papel político-partidário. Torna-se suplente do Senador Franco Montoro. Em 1982, com eleições livres para cargos nos estados, Montoro é eleito governador do estado de São Paulo. No próximo ano, Fernando Henrique Cardoso assume a cadeira no Senado Federal. O ano de 1985 marcou, indelevelmente, a trajetória política de Cardoso: foi derrotado como candidato à Prefeitura de São Paulo. A derrota, aliada às disputas internas no PMDB, levam Cardoso a se tornar um dos principais articuladores da criação de um novo partido político, o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira – em 1988.

A história contemporânea da sociedade brasileira teve, na década de 1990, um dos seus capítulos mais importantes: a primeira eleição livre para Presidente da República após os anos do Regime Militar. No entanto, esse mesmo presidente eleito será afastado, nos trâmites legais, do exercício do mandato. Sai Fernando Collor de Mello e assume seu vice, Itamar Franco. Entre 1988-1992, Cardoso é Senador e líder do PSDB no Legislativo e estreita os laços com Itamar, este conduz Cardoso ao Ministério das Relações Exteriores e, ulteriormente, ao Ministério da Fazenda.

Fernando Henrique Cardoso articula junto a uma equipe de economistas a criação de um plano para combater a inflação e para a criação de uma nova moeda. O sucesso do Plano Real somado às condições políticas em voga trazem à tona as condições objetivas e subjetivas que favorecem a candidatura do então ministro à Presidência da República. Numa aliança congregando PTB e PFL, considerada de centro-direita, o candidato é questionado sobre o seu passado de lutas, sobre seus escritos, enfim, sobre sua trajetória como

intelectual, que teria deixado de ser ao assumir o papel de político pragmático. Fernando Henrique Cardoso é – em 1994 – eleito Presidente da República. Passou, como candidato e como Presidente, parte considerável de seu tempo apresentando, explicando e refutando as críticas ao seu projeto para o país. Sua ação política foi considerada de caráter neoliberal, em estreita relação com o “Consenso de Washington”.

Para Martins (1998), haveria uma relação entre a Sociologia uspiana – consubstanciada no *Projeto Economia e Sociedade* – e a ação política de Cardoso, assim

Não é acidental que dois membros desse grupo tenham chegado à política: Fernando Henrique Cardoso, antigo aluno e assistente do professor Florestan, tornou-se senador e é agora presidente da República. **Bem vistas as coisas, a base sociológica de sua ação governamental ainda pode ser facilmente encontrada num projeto de pesquisa elaborado pelo professor Florestan Fernandes, em 1962, o famoso projeto *Economia e Sociedade no Brasil* (*Análise Sociológica do Subdesenvolvimento*).** Esse projeto era uma síntese dos projetos de pesquisa dos vários assistentes do professor Florestan, incluindo o projeto específico do próprio Fernando Henrique Cardoso (MARTINS, 1998, p.47 – grifos nossos).

Ainda, para Martins:

Por isso, insisto sempre, o projeto *Economia e Sociedade no Brasil* (*Análise Sociológica do Subdesenvolvimento*) sintetizou essas preocupações de implicação política. Esse foi o primeiro texto em que o grupo da Faculdade de Filosofia disse sociologicamente o que poderia acontecer com a sociedade brasileira se a situação se mantivesse aquela. Tratava-se de um projeto que pretendia articular as pesquisas desenvolvidas pela cadeira de Sociologia I. Nele, os problemas nacionais são problematizados sociologicamente (MARTINS, 1998, p. 163).

E mais:

Uma boa indicação do que digo é que, como afirmei antes, **o projeto *Economia e Sociedade* é, de certo modo, o quadro sociológico mais amplo de referência do governo de Fernando Henrique Cardoso**, um projeto de Florestan Fernandes que Fernando Henrique e os outros assistentes de Florestan ajudaram a conceber e escrever (MARTINS, 1998, p. 165 – grifo nosso).

Diferentemente de Martins, temos Bernardo Sorj lidando com a temática em sua obra *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da Resistência à Ditadura ao governo FHC*. Neste escrito, Sorj indica como se deu a relação de inúmeros intelectuais que sobreviveram à ditadura militar por meio de suas articulações e da criação do

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, instituição que teve à testa a figura de Fernando Henrique Cardoso como um de seus idealizadores e principal liderança.

Na análise de Sorj, há a assertiva que indica que nos anos de ditadura a supressão de canais de representação e de voz da sociedade fez com que os intelectuais assumissem o papel de porta-vozes de setores da sociedade. Tal representação se deu tanto pela análise de informações quanto pelas diferentes interpretações do regime então vigente. A abertura democrática, porém, viria a retirar do intelectual esse engajamento.

Dando prosseguimento à sua análise, Sorj assevera que

O projeto societário e as políticas aplicadas por Fernando Henrique são estranhas à sua formação intelectual e política e à de sua geração. Elas foram elaboradas fora dos marcos ideológicos e teóricos nos quais ele transitou como sociólogo. Os argumentos com os quais procura mostrar uma coerência entre seus atos e suas visões do passado são uma construção a posteriori [*sic*], muitas vezes brilhante, mas sustentada por andaimes muito frágeis. Fernando Henrique sabe que o mundo mudou, que a partir do momento em que a alternativa socialista deixou de ser parte de seu horizonte, mesmo distante, os antigos parâmetros se esfacelaram e a bússola enlouqueceu. Embora surjam discursos sobre uma nova esquerda, uma terceira via, as idéias ainda são precárias e em geral pouco adaptadas ao clima social brasileiro. **Os tijolos do governo Fernando Henrique Cardoso provêm de outras oficinas de produção de conhecimento, distantes daquelas onde ele exerceu seu artesanato intelectual** (SORJ, 2001, p. 121 – grifo nosso).

Para José de Souza Martins, o governo de Fernando Henrique Cardoso teria tido, de certa maneira, o *Projeto Economia e Sociedade* como o seu quadro sociológico mais amplo de referência. Já, Bernardo Sorj, defende tese de que não há relação entre o governo de Cardoso e sua formação intelectual. Na impossibilidade de avaliar o governo de Fernando Henrique Cardoso, buscamos, nesta tese, analisar o conteúdo do discurso político do Presidente. A indagação, aqui, seria a de compreender o núcleo, o conteúdo, dos discursos políticos proferidos ao longo do primeiro mandato.

Seguindo a metodologia proposta por Bardin (2007) estabelecemos como *corpus* desta pesquisa três dimensões analíticas com seus respectivos temas:

1) Dimensão Estado e Sociedade – Administração Pública; Aggiornamento; Burocracia; Clientelismo e Estado.

2) Dimensão Econômica – Capitalismo, Dependência e Desenvolvimento, Desenvolvimento, Empresário, Globalização e Teoria da Dependência.

3) Dimensão Política – Arte da Política, Autoritarismo, Democracia e Utopia Realista.

Estas três dimensões são compostas por 460 discursos analisados. Há, em todos os discursos, dois temas que se repetem: Democracia e Globalização.

A análise de conteúdo do discurso presidencial – nestas três dimensões - revela um presidente que procura discursar baseado numa seqüência lógica: 1) apresenta o tema; 2) procura explicar o tema sociologicamente; 3) faz a defesa das ações do governo em relação à temática e 4) afirma nas ações governamentais a necessidade do diálogo democrático entre os setores da sociedade.

Na Dimensão Política, apresenta o Estado não de forma demiúrgica, mas sim um Estado que tem como base a própria sociedade. Esse Estado tem sua dimensão administrativa, de gestão propriamente dita, mas possui, também, o caráter político, no qual faz questão de ressaltar as relações entre o Estado, a sociedade e a esfera econômica. O discurso presidencial apresenta a necessidade de reforma da burocracia estatal, de aggiornamento, objetivando o combate do clientelismo e do patrimonialismo e na busca de eficiência no atendimento das demandas sociais.

No que tange à Dimensão Econômica, o discurso do presidente traz à tona, quase sempre, uma visão alicerçada sobre sólida base conceitual para tratar das questões econômicas, como, por exemplo, o desenvolvimento e a dependência no capitalismo contemporâneo. Sua fala denota compreensão do modo de produção capitalista e boa capacidade de comunicar conceitos teóricos que, por sua própria natureza, são mais

áridos. Não raro, ao tratar da globalização, o fenômeno é compreendido em sua “totalidade”, isto é, nas relações entre os vários países (mercados), nas relações entre o “interno” e o “externo”. É patente, nesta estratégia discursiva, a recuperação das categorias sociológicas tratadas em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, até porque em inúmeros discursos afirma, explicitamente, que nesta obra vislumbrou os momentos iniciais da globalização econômica.

A Dimensão Política, por sua vez, possui Categorias que tratam, essencialmente, dos regimes políticos autoritário e democrático. Em relação ao autoritarismo, o Presidente recupera sua trajetória intelectual de combate ao autoritarismo, de um ator que se dedicou não só a entender teoricamente o caráter do regime autoritário, mas, principalmente, da necessidade de ultrapassar essa fase da história brasileira em direção da democracia. A democracia é tema que pode ser encontrado em todos os discursos analisados. Em sua fala, Cardoso insiste na necessidade de se conjugar democracia com crescimento econômico, entende a democracia como uma conquista definitiva da sociedade brasileira e que, além disso, a reforma do Estado, sua modernização, seria fundamental para a manutenção e aprofundamento das práticas democráticas no seio da sociedade.

Em síntese, se não se pode afirmar, peremptoriamente, que há no governo de Cardoso um quadro de referência sociológico oriundo do *Projeto Economia e Sociedade*, pode-se, contudo, afirmar que há forte presença das temáticas tratadas nos idos dos anos 60 por Fernando Henrique Cardoso e seus colegas da academia.

A análise de conteúdo destas três dimensões indicam, indubitavelmente, um discurso em que o ator político recupera seu cabedal teórico a fim de legitimar sua ação.

Para Charaudeau (2006),

A legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo. Ele depende, portanto, das normas institucionais

que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores (CHARAUDEAU, 2006, p. 65).

A legitimidade, neste caso, pode ser entendida como o resultado de um reconhecimento

pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um *estatuto* (ser reconhecido em função de um cargo institucional), em nome de um *saber* (ser reconhecido como sábio), em nome de um *saber-fazer* (ser reconhecido como um especialista) (CHARAUDEAU, 2006, p. 65).

O autor ressalta que não se pode confundir legitimidade com credibilidade, já que a primeira determina um direito do sujeito de dizer ou de fazer e a segunda uma capacidade do sujeito de dizer ou de fazer. Seguindo as premissas de Charaudeau, poderíamos afirmar que Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso, busca legitimar-se trazendo à tona sua condição de intelectual, pois

A legitimidade por formação supõe que se tenha passado por instituições de prestígio (escola de alto nível ou universidades de renome), que o diploma tenha sido obtido entre os primeiros colocados, que se tenha exercido cargos de responsabilidade prestigiosos e que se tenha sido notado por sua capacidade e por tudo que poderia provar que reúne competência e experiência (CHARAUDEAU, 2006, p. 72).

Assim, o político procuraria, em sua ação, reunir as elites em torno de um projeto de governo comum, necessitando, para isso, construir alianças com diferentes partidos e setores desta elite. Tal fato só seria possível com a ajuda de promessas ou ameaças. Portanto,

Quanto ao que o político julga necessário defender ou atacar, ele pode apoiar seu discurso sobre: o valor das idéias, ao defender a legitimidade de uma causa moral (a solidariedade); o valor do programa e dos meios usados para atingi-lo (pragmatismo, realismo, eficácia); o valor dos homens e das mulheres que atuam na política, sua competência, sua experiência e seu saber-fazer. Dito de outra forma, o político deve fazer uso de todas as estratégias disponíveis para fazer com que o maior número de cidadãos adira a suas idéias, a seu programa, à sua política e à sua pessoa (CHARAUDEAU, 2006, p. 83-4).

O discurso presidencial – portanto, político – de Fernando Henrique Cardoso consubstancia-se numa estratégia singular na política brasileira: um político que, ao discursar, beneficia-se da condição de intelectual que é inerente à sua imagem pública. Nas três dimensões analisadas sobressaem os temas atinentes à Democracia e ao Estado

e à Globalização. O Presidente buscou, como afirmou em seu discurso de despedida do Senado Federal, “enterrar a Era Vargas” (BARBOSA FILHO, 1995). Portanto, assume um projeto com a finalidade de “remodelar e retificar o país, aprofundando a ocidentalização de nossa formação social através de sua aproximação das experiências de vida e padrões vigentes nos países mais desenvolvidos (BARBOSA FILHO, 1995, p. 93). Para Lahuerta, “não é exagero, portanto, considerar que Cardoso sintetiza em sua figura todo um processo social” (LAHUERTA, 1999, p. 240).

Há, hoje, apenas alguns ensaios que objetivam realizar um balanço da “Era FHC”⁶⁸. É certo que, sociologicamente, este intento leve ainda tempo para se concretizar. No entanto, no plano discursivo, Fernando Henrique Cardoso procura, sem dúvida, legitimar sua ação recorrendo à sua formação sociológica, aos conceitos e à sua própria trajetória social, seja enquanto um intelectual ou como político.

⁶⁸ Cf. em: LAMOUNIER, Bolivar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. Há, também, dois dossiês acerca do primeiro e segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso: TEMPO SOCIAL. **Revista de Sociologia da USP**. V.11, nº2 (out. de 1999). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989 e TEMPO SOCIAL. **Revista de Sociologia da USP**. V.15 nº2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 nº2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

ADORNO, Teodor W. Marx está superado? In: ADORNO, T. W. et al. **Opções da esquerda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

ALMEIDA PRADO, Silvia. **A produção científica**: um estudo sobre pesquisadores paulistas. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

ALTHUSSER, Louis. et al. **Ler O Capital**. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979.

ANTUNES, Ricardo. Notas sobre a consciência de classe. In: ANTUNES, R. & REGO, W. L. **Lukács: um Galileu no século XX**. São Paulo: Jinkings Editores Associados Ltda., 1996.

ANTUNHA, Heládio. **A Universidade de São Paulo, fundação e reforma**. São Paulo: FLCH/USP, 1971. Tese. (Livre-Docência em Filosofia).

ARANTES, Paulo Eduardo. **Um departamento francês no ultramar**: estudos sobre a formação filosófica da cultura uspiana (uma experiência dos anos 60). São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarcz. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. A ideologia francesa. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº20, mar., 1990.

ARANTES, Paulo Eduardo; ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello & Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 nº2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

_____. Cultura brasileira e identidade nacional (comentário crítico). In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira IV (1970-2002)**. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília (DF): CAPES, 2002.

_____; GARCIA, Sylvia Gemignani. **Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna**. São Paulo: Paralelo 15, 2003.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX**. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

_____. A chama das idéias radicais. In: **Clio**, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série – 2, 1997.

_____. Arremate de uma reflexão: a revolução burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 29, pp. 56-65, mar/abr/mai. 1996a.

_____. A imagem do negro na obra de Florestan Fernandes. In: SCHWARCZ, Lilia K. M.; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996b.

_____. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996c.

_____. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista de sociologia”. In: MICELI, S. (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1995a, Vol. 2.

_____. Formação e perfil de um sociólogo: a trajetória acadêmica de Florestan Fernandes. In: ADORNO, Sergio (Org.). **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995b.

_____. A construção da sociologia acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista. In: **Revista Interamericana de Bibliografia**, XLVII (4): 607-636, Organização dos Estados Americanos, Washington, 1994.

_____. **Sociologia do discurso acadêmico**. Comunicação apresentada no GT Pensamento Social no Brasil, ANPOCS, 1992.

BALBACHEVISKY, Elizabeth. **Atos e estratégias institucionais: a profissão acadêmica no Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. Tese. (Doutoramento em Ciência Política).

BARBATO JUNIOR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BARBOSA FILHO, Rubem. FHC: os paulistas no poder. In: AMARAL, Roberto (Coord.) **FHC: os paulistas no poder**. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2007.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ª ed. revista. São Paulo: Global, 2008.

_____. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Anhembi, 1955.

BASTOS, Élide Rugai. O *Outro Brasil* de Luís Amaral. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). **O moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

_____. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira IV (1970-2002)**. São Paulo/ Brasília (DF): ANPOCS Editora Sumaré/ CAPES, 2002.

_____; RÊGO, Walquiria. D. Leão (Orgs.) **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.

_____. Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional. In: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Orgs.). **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octavio Ianni. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

BEIRED, José Luis Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Unesp, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

_____. **Política e cultura**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977.

BONELLI, Maria da Glória. No mundo das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

BOTELHO, André. Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). **O moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984.

BRESSAN, Sílvio. Reforma administrativa. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O fim do triunfalismo neoliberal. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!, p. 6-3, 17 de julho de 1994.

_____. Seis interpretações sobre o Brasil. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. 5 (3), 1982.

_____. A partir da crítica. In: **Estudos CEBRAP**. n. 20, abr. maio jun., 1977, p. 155-62.

BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, nº 3 (1-2), 1996.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CAIXETA, Nely. Educação. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CAMPOS, Iris Walquiria. Defesa nacional. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001a.

_____. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001b.

_____. Tentativa de perfil. In: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Orgs.). **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. Amizade com Florestan. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

_____. A revolução de 30 e a cultura. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 4, abr., 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. Uma pesquisa impactante. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 4ª ed. revista. São Paulo: Global, 2008a.

_____. Caminhos novos? Reflexões sobre alguns caminhos da globalização. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; SILVA, Carlos Eduardo da (Orgs.). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008b.

_____. Análise e memória (recordações de Faletto). In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 19, nº 1, junho de 2007.

_____. **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. **Cartas a um jovem político: para construir um país melhor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006b.

_____. Entrevista. In: BASTOS, Élide Rugai et al. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006c.

_____. **Palavras do Presidente**. Brasília: Presidência da República, 2002. 16 Vol.

_____. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

_____; TOLEDO, Roberto Pompeu. (Ent.) **O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

_____. **Avança Brasil: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1998b.

_____; SOARES, Mario. **O mundo em português: um diálogo**. São Paulo: Paz e Terra, 1998c.

_____. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a.

_____. Notas às edições anteriores. In: _____. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

_____. Entrevista. In: GABRIELA, Marília. **Cara a cara: entrevistas políticas**. São Paulo: Siciliano, 1994a.

_____. Reforma e imaginação. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!, p. 6-3, 10 de julho de 1994b.

_____. **Mãos à obra Brasil: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1994c.

_____. **A construção da democracia: estudos sobre política brasileira.** São Paulo: Siciliano, 1993.

_____. Paixão pelo saber. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

_____. **Democracia necessária.** Campinas: Papyrus, 1985.

_____. Depoimento. **Língua e literatura.** São Paulo: FFLCH/USP, n. 10-13, 1981-1984, pp. 158-179.

_____. **Perspectivas. Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Regime político e mudança social: algumas reflexões a propósito do caso brasileiro. In: **Revista de Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 3, nov. jan., 1981, p. 7-25.

_____. **As idéias e seu lugar.** Petrópolis: Vozes, 1980a.

_____. Partidos políticos. In: SINGER, Paulo; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). **São Paulo: o povo em movimento.** Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980b.

_____. **Democracia para mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. ; LAMOUNIER, Bolivar. (Coord.) **Os partidos e as eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

_____. ; SERRA, José. As aventuras da dialética da dependência. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 23, jan. fev. mar., 1978c.

_____. O consumo da teoria da dependência nos EUA. In: **Ensaio de Opinião.** Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1977a.

_____. Entrevista. "Democracia, simplesmente: F. H. Cardoso e o papel do intelectual e do político no Brasil, hoje". In: **Isto é**, 03 de agosto de 1977b.

_____. **Autoritarismo e democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. O "modelo brasileiro" de desenvolvimento. In: **Debate & Crítica: Revista Semestral de Ciências Sociais.** São Paulo: Editora HUCITEC, n. 1, jul. dez. 1973a.

_____. et al. **Cultura e participação na cidade de São Paulo.** São Paulo: Cadernos CEBRAP, 1973b.

_____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios.** São Paulo: DIFEL, 1972a.

_____. "Teoria da Dependência" ou análise concretas de situação de dependência?. In: _____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios.** São Paulo: DIFEL, 1972b.

_____. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes:** ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971a.

_____. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. In: **Sobre teoria e método em sociologia**. São Paulo: CEBRAP: Editora Brasileira de Ciências, 1971b.

_____; FALLETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.

_____. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: DIFEL, 1969.

_____. Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise brasileira. In: **Revista Civilização Brasileira**, n. 17, jan. fev. 1968.

_____. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1964.

_____. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: DIFEL, 1962a.

_____. O método dialético na análise sociológica. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Belo Horizonte, Vol. II, nº1, 1962b.

_____. Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo. In: **Revista Brasiliense**, n. 28, mar. abr. 1960.

_____; IANNI, Octavio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis:** aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista:** o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1982.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Notas para demarcação de um campo teórico em Florestan Fernandes: fundamentos, confrontos e perspectivas. In: **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, n.7, Agosto 1997. Coleção Documentos.

_____. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. In: **Coleção Documentos**, Série História Cultural 6, Instituto de Estudos Avançados, USP, Julho 1997.

_____. Florestan, a criação de uma problemática. In: **Estudos Avançados**, Revista do IEA/USP, São Paulo, v. 10, n. 26, pp. 89-128, jan.abr. 1996.

_____. Para uma história da sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, maio 1995.

_____. Sobre *A Revolução Burguesa no Brasil*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. O ilustrado e o filisteu: uma reflexão sobre a universidade. **Cadernos CERU**, n. 13, 1ª. Série, 1980.

CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CEPÊDA, Vera Alves. O lugar da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado no pensamento político dos anos 1950. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). **O moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1977.

CHAGAS, Helena. Relações executivo-legislativo. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CHAIA, Miguel. A força das idéias. In: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Orgs.). **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção?. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O nacional e o popular na cultura brasileira. Seminários**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983a.

_____. **Cultura e democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983b.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação financeira. In: **Praga, Estudos Marxistas**, nº 3. São Paulo: Hucitec, 1997.

COHN, Amélia. A vocação de mestre. In: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Orgs.). **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

COHN, Gabriel. Crise e metamorfoses: aspectos metodológicos da obra de Octavio Ianni. In: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Orgs.). **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, M. A. **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

_____. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, R., ANTUNES, R., FERRANTE, V. B. (Orgs.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **Crítica e resignação em Max Weber**. São Paulo: T. A. Queirós, 1981.

COLLOR DE MELLO, Fernando. Entrevista. In: GABRIELA, Marília. **Cara a cara: entrevistas políticas**. São Paulo: Siciliano, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Orgs.) **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 n°2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

COVAS, Mário. Entrevista. In: GABRIELA, Marília. **Cara a cara: entrevistas políticas**. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. **Discurso**. In:

<http://fundacaomariocovas.org.br/MarioCovas/Default.aspx?MID=02020090000135>.

Acesso em 07 maio de 2009, às 16h43min

D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987a.

_____. Mudança social e sociologia libertadora. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987b.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias. **A história real: trama de uma sucessão**. São Paulo: Ática, 1994.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 n°2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Formando gerações. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA, n° 6, ano3. Araraquara: Seção Gráfica FCL, 1999.

FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Orgs.). **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octavio Ianni. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

FAUSTO, Rui. Dialética marxista, humanismo, anti-humanismo. In: **Marx: lógica e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987, Tomo I.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. revista. São Paulo: Global, 2007.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

_____. Prefácio à edição de Cor e Mobilidade Social. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

_____; MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Florestan Fernandes**: a força do argumento. São Paulo: EDUFSCar, 1997.

_____. O encanto da vida. In: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Orgs.). **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octavio Ianni. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. **A contestação necessária**: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995a.

_____. Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória. In: **BIB**, São Paulo, n. 40, 1995b.

_____. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, jan./abr., 1995c.

_____. História e histórias. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.42, jul. 1995d.

_____. Ciências sociais: na ótica do intelectual militante. **Estudos Avançados**, (22), São Paulo, 1994.

_____. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Florestan Fernandes: história e histórias. In: **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n.42, jul. 1995b, pp. 03-31. (Entrevista concedida a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn). São Paulo, Museu da Imagem e do Som, 26 jun. 1981a.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

_____. **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

_____. **Circuito fechado**: ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: HUCITEC, 1979a.

- _____. **Mudanças sociais no Brasil:** aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979b.
- _____. **A condição de sociólogo.** São Paulo: Hucitec, 1978a.
- _____. **O folclore em questão.** São Paulo: HUCITEC, 1978b.
- _____. **A sociologia no Brasil:** contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977a.
- _____. **As classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.
- _____. **A sociologia numa era de revolução social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.
- _____. **Universidade brasileira:** reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975b.
- _____. FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade:** leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional, 1975c.
- _____. Revolução burguesa e capitalismo dependente. In: **Debate e Crítica: Revista Semestral de Ciências Sociais.** São Paulo: HUCITEC, n. 1, jul. dez. 1973a.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973b.
- _____. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- _____. **A função social da guerra na sociedade tupinambá.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970a.
- _____. **Elementos de sociologia teórica.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970b.
- _____. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica.** São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- _____. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966.
- _____. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Dominus Editora, 1965.
- _____. **A organização social dos Tupinambá:** ensaio sobre a análise funcional. São Paulo: Difusão Européia do Livro: 1963a.

_____. **A sociologia numa era de revolução social.** São Paulo: Nacional, 1963b.

_____. A sociologia como afirmação. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. II, n. 1, 1962.

_____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo.** São Paulo: Anhambi, 1961.

_____. **Ensaio de sociologia geral e aplicada.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

_____.; BASTIDE, Roger. **Branco e negro em São Paulo:** ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **A etnologia e a sociologia no Brasil:** ensaio sobre aspectos da formação e desenvolvimento das ciências no Brasil. São Paulo: Anhambi, 1958a.

_____. **O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros.** Rio de Janeiro: Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1958b.

_____. **Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia.** São Paulo: EDUSP, 1953.

_____. As trocinhas do Bom Retiro. In: **Revista do Arquivo**, CXIII, Departamento de Cultura, São Paulo, 1947.

FERREIRA, Oliveira S.. Resgatando os fundadores. **Revista USP**, n. 60, 2003-2004.

FILHO, Expedito. **Nos bastidores da campanha.** Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!, p. 6-6, 3 de julho de 1994.

_____. As palavras e as coisas. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!, p. 6-6, 14 de agosto de 1994a.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **Karl Mannheim:** sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

FERRI, Mario Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (Orgs.). **História das ciências sociais no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1979-1981.

FREITAS, Sônia Maria. **Reminiscências:** contribuição à memória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1945. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. Dissertação (Mestrado em História).

FULLER, Steve. **O intelectual:** poder positivo do pensamento negativo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

GALVÃO, Walnice Nogueira. O escritor e o sociólogo. **Religião e sociedade**, n. 4, outubro de 1979.

GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino ímpar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **A sociologia como ciência**: liberalismo e radicalismo no ‘período de formação’ de Florestan Fernandes (1941-1953). São Paulo: FFLCH/USP, 1997. Tese. (Doutoramento em Sociologia).

GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. Quem tem medo do neoliberalismo 1. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Dinheiro, p. 2-8, 24 de julho de 1994.

_____. Quem tem medo do neoliberalismo 2. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Dinheiro, p. 2-8, 31 de julho de 1994a.

GIANOTTI, J. A. Recepções de Marx. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 50, mar., 1998.

_____. CEBRAP, vinte anos depois. In: **Novos Estudos CEBRAP**, v. 1, n. 25, 1989.

_____. **Trabalho e reflexão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A sociabilidade truncada. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, 1977.

_____. Porque filósofo? In: **Novos Estudos CEBRAP**, Jan. Mar., 1976.

_____. O contexto e os intelectuais. In: **Argumento: Revista Mensal de Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Ano I, n. 4, 1973.

_____. **Origens da dialética do trabalho**. Cap. IV. São Paulo: Difel, 1966.

_____. A propósito de uma incursão na dialética. In: **Revista Civilização Brasileira**, 1965.

_____. Notas para uma análise metodológica de “O Capital”. In: **Revista Brasiliense**, n.29, maio jun., 1960.

GODOY, Marcelo. Direitos humanos e violência. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

GOERTZEL, Ted. G. **Fernando Henrique Cardoso: e a reconstrução da democracia no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 n°2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

GONZALES, Horácio. **O que são intelectuais**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2001.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GOTO, Roberto. **Para ler Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976a.

_____. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976b.

GRAZIANO, Francisco. **O real na estrada: a campanha de Fernando Henrique à Presidência**. São Paulo: Paulicéia, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes Sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira II (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília (DF): CAPES, 1999.

GUIMARÃES, Ulisses. Entrevista. In: GABRIELA, Marília. **Cara a cara: entrevistas políticas**. São Paulo: Siciliano, 1994.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.

_____. A sociologia de Florestan Fernandes. **Revista USP**, São Paulo, n. 29, pp. 26-33, mar/abr/mai. 1996b.

_____. **A sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. (Org.) **Florestan Fernandes: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Sociologia da sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Sociologia crítica. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

_____. **Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____. **Economia e sociedade na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1966.

_____. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional.** São Paulo: DIFEL, 1962.

JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na Sociologia paulista (1940-1970). In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 22, nº 65, out/2007.

_____. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). In: **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 16 (01), pp. 263-283, junho de 2004.

_____. **Representações do mundo rural brasileiro:** dos precursores à sociologia da USP. 2003. Tese – (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **A tradição esquecida:** os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais:** a cultura americana na era da academia. São Paulo: Edusp, 1990.

KANTOR, Iris et al. (Orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política:** anos de formação 1933-1953: depoimentos. São Paulo: Escuta, 2001.

KOLING, Paulo José. Teorias da dependência: abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano. In: **Diálogos,** DHI/PPH/UEM, Vol. 11, n.1/n.2, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LAFER, Celso (Org.). **Esboço de figura:** homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

LAHÓZ, André. Renda e consumo. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LAHUERTA, Milton. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). **O moderno em questão.** A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

_____. **Intelectuais e transição:** entre a política e a profissão. 1999. 271f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **Elitismo, autonomia, populismo:** os intelectuais na transição dos anos 40. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

_____.; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LEONI, Brigitte Hersant. **Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. Ed. Revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001a.

_____. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001b.

_____. **Educadores e empresários culturais na fundação da USP**. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

LÖWY, Michel. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács. (1909-1929)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georg. A reprodução da sociedade como totalidade. In: **Estudos de Sociologia nº 1**. Araraquara: Seção Gráfica FCL, 1996.

_____. **História e consciência de classes**. Rio de Janeiro: Elfos Editora, 1989.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MACHADO, Luiz Toledo. Teorias da Dependência: abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano. In: **Estudos Avançados**, n. 13 (35), 1999.

MACHADO NETO, Antonio Luís. **Estrutura social da República das Letras (sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930)**. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1973.

MALIN, Mauro. Agricultura e reforma agrária. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1950.

_____. **Homem e a sociedade**: estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1962 (a).

_____. **Sociologia sistemática**: uma introdução aos estudos da sociologia. São Paulo : Pioneira, 1962 (b).

MARCUSE, H. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARKUN, Paulo. **O sapo e o príncipe**: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARTINEZ, Paulo (Org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **Florestan Fernandes: a força do argumento**. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

MARTINS, José de Souza. A gestação do ser dividido: a ferrovia e a modernidade em São Paulo. In: MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Ed. 34, 2008a.

_____. Odores, sons e cores: mediações culturais do cotidiano operário. In: MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Ed. 34, 2008b.

_____. Subúrbio e periferia, antinomias do urbano. In: MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Ed. 34, 2008c.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 n°2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

_____. **Florestan**: sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes. **Revista USP**, n. 29, mar/abr/maio 1996.

_____. Homenagem: o Professor Florestan Fernandes e nós. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 179-186, outubro de 1995.

_____. Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural. In: MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Subúrbio** (Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha). São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Conde Matarazzo: o empresário e a empresa**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

MARTINS, Rubens de Oliveira. **Ciclone na Paulicéia**: Oswald de Andrade e os limites da vida intelectual em São Paulo (1900-1950). 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A. , I, 1, 1994.

_____. **O Capital**. Cap. VI (inédito). São Paulo: Difel Editora, 1985.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1976.

_____. Para a crítica da economia política. In: **Os pensadores**, Vol. XXXV. Seleção por José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MATUI, Jiron. **Cidadão e professor em Florestan Fernandes**. São Paulo: Cortez, 2001.

MELHEM, Célia Soibelman. **Políticas de botinas amarelas**: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENDES, Candido. **O país da paciência**: trégua e alternativa. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A presidência afortunada** – depois do Real, antes da Social-Democracia. Rio de Janeiro: Record, 1998.

METTENHEIM, Kurt von. A presidência e a separação dos poderes no Brasil (1990-2002). In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 nº2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro**: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira IV (1970-2002)**. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília (DF): CAPES, 2002.

_____. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001a.

MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001b.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001c.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001d.

_____. **Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001e.

_____. (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira II (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília (DF): CAPES, 1999a.

MICELI, Sérgio. Intelectuais brasileiros. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira II (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília (DF): CAPES, 1999b.

_____. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995a.

_____. A Fundação FORD e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995b.

_____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MICHILES, C. **Ciência e política sob a perspectiva do realismo utópico**. Análise habermasiana do discurso argumentativo de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Editora da UNB, Instituto Teotônio Vilela, 2003.

MIGLIOLI, J. Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes. In: **Crítica Marxista**, nº6. São Paulo: Xamã, 1998.

MIRANDA, Dilmar Santos de. Florestan Fernandes: um pensamento crítico militante. In: **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, n.03, pp.01-13, 1.sem. 1996.

MORAES, Flávio Fava de. Florestan Fernandes. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 29, mar/abr/mai. 1996.

MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo (Orgs.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORSE, Richard M.. **O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOTA, Carlos Guilherme. O intelectual e o político. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

_____. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Ática, 1977.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico**. São Paulo: Senac, 2001.

_____. (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Senac, 1999.

MURAD, Fátima. Florestan Fernandes 1920-1995. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 07 (01-02), pp. 187-195, outubro de 1995.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

NASSIF, Luís. Política macroeconômica e ajuste fiscal. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

NASSIF, Maria Inês. Previdência Social. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____.; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1989.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Potências, limites e seduções do poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. **Um Estado para a sociedade civil**. Temas éticos e políticos da gestão democrática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

_____. **As possibilidades da política**. Idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOVAES, Adauto. Intelectuais em tempos de incerteza. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOVAIS, Fernando A. Influências e invenção na Sociologia brasileira (comentário crítico). In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira IV (1970-2002)**. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília (DF): CAPES, 2002.

OLIVA, Alberto. **Ciência e ideologia**: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 n°2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira II (1970-1995)**. São Paulo: ANPOCS, Sumaré; Brasília (DF): CAPES, 1999.

_____. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995a.

_____. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995b.

OLIVEIRA, Ribamar. Emprego. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O ensino antropológico de Florestan Fernandes: recordações de um ex-aluno. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 29, mar/abr/mai. 1996.

_____. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias. A reflexão metodológica em Florestan Fernandes. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 29, mar/abr/mai. 1996.

OLIVEN, Ruben George. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira IV (1970-2002)**. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília (DF): CAPES, 2002.

ORTIZ, Renato. **Ciências sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

_____. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. In: _____. **Ciências sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

_____. Octavio Ianni: a dialética do trabalho intelectual. In: FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Orgs.). **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. (Org.). **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

PAIVA, Carlos Águedo N.. Florestan, o obscuro, e o liberalismo monárquico. **Estudos Avançados**. São Paulo, 11 (30): 335-356, maio/agosto 1997.

_____. **Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

PAULA, Caco de. Política urbana. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. A modernização da universidade e a transformação do perfil de inteligência universitária: casos USP e UFRJ. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEIRANO, Mariza. **A antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os tupinambá**. Brasília: Fundação UnB, 1983. Série Antropologia n. 37.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

_____. **Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1991.

PEREIRA, Álvaro. **Depois de FHC: personagens do cenário político analisam o governo Fernando Henrique Cardoso e apontam alternativas para o Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

PEREIRA, João Baptista Borges. A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 29, mar/abr/mai. 1996.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Florestan Fernandes: um trabalhador intelectual fora de série. **Cadernos Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo, série 2, n. 7, pp. 167-177, 1996.

_____. Desenvolvimento das ciências sociais no Brasil: nascimento e expansão. **Ciência e Trópico**, v. 20, n. 2, Recife, jul/dez. 1992.

_____. (Org.). **Roger Bastide: ensaios e pesquisas**. Textos CERU. São Paulo: USP, 5, 1984.

_____. **Roger Bastide: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECHANY, Tamás; QUEDA, Orioaldo (Orgs.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Nacional, 1979.

_____. Uma nova interpretação do Brasil: a contribuição de Roger Bastide à sociologia brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, IEB/USP, n. 20, pp. 101-121, 1978.

_____. Aspectos do Brasil na obra de Roger Bastide. **Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos** (NAP-CERU), São Paulo, FFLCH/USP, n. 10 (1ª série), pp. 03-143, novembro 1977.

_____. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1976.

_____. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975. Pp. 155-190.

PEREIRA, João Batista Borges. A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. In: **Revista USP**, São Paulo, n.29, pp.34-41, mar/abr/mai. 1996.

PONTES, Heloisa. **Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Círculos de intelectuais e experiência social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, vol.12, n. 34, junho de 1997, pp. 57-69.

PRANDO, Rodrigo Augusto. **As personagens sociais na obra de José de Souza Martins**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara (SP), 2003.

PULICI, Carolina Martins. De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969. In: **Perspectivas**. São Paulo, v. 31, jan./jun., 2007.

PULICI, Carolina Martins. **De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969**. 2004. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

QUÉRCIA, Orestes. Entrevista. In: GABRIELA, Marília. **Cara a cara: entrevistas políticas**. São Paulo: Siciliano, 1994.

RAMOS, Guerreiro Antonio. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes Ltda., 1957.

REGO, José Marcio. **Dependência e Globalização: os termos da controvérsia em F. H. Cardoso**. Projeto de Pesquisa submetido ao NPP/FGV/SP. São Paulo, 1998. (mimeog.).

RIBEIRO, Renato Janine. O cientista e o intelectual. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICUPERO, Bernardo; FERREIRA, Gabriela Nunes. Vinho novo em odres velhos: continuidade e mudança em *Os donos do poder*. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai; VILLAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). **O moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

RINGER, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. São Paulo: EDUSP, 2000.

RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 nº2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

RODRIGUES, José Albertino. Uma síntese original. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

_____. (Org.). **Émile Durkheim**. Coleção Grandes Cientista Sociais. São Paulo: Ática, 1984.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB: entre 1988 e 1999. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, nº 49, jun., 2002.

ROMÃO, Wagner de Melo. **A experiência do Cesit**: sociologia e política acadêmica nos anos 1960. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ROUANET, Sergio Paulo. A crise dos universais. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHOLZ, Cley. Assistência social. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

SALLUM JÚNIOR, Brasília João. Notas sobre o surgimento da sociologia política em São Paulo. **Política & Sociedade**, n. 1, Florianópolis, 2002.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (Org.). **Maria Antonia**: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. revista. São Paulo: Global, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **A profissão acadêmica no Brasil**. São Paulo: NUPES/USP, 1992.

_____. BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

_____. (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

_____. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; São Paulo: Finep, 1979.

_____. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000a.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000b.

_____. Um seminário de Marx. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 50, Mar., 1998.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Política e comércio exterior. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

SINGER, André. Saúde. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. Reminiscências de Florestan Fernandes. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 29, mar/abr/mai. 1996.

SIQUEIRA, Ethevaldo. Telecomunicações. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes: o militante solitário**. São Paulo: MEC/Funarte, 1983.

SOLA, Lourdes. O dagrão enfrenta o santo. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!, p. 6-3, 24 de julho de 1994.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. Estratégias, crises e desafios das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

TEMPO SOCIAL. **Revista de Sociologia da USP**. V.11, nº2 (out. de 1999). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

TEMPO SOCIAL. **Revista de Sociologia da USP**. V.15 nº2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978.

TOLEDO, José Roberto de. Transportes. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

TRANSPADINI, Roberta. **A teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer**. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. Maria Antônia: um mito? **Plural**; Sociologia, USP, S. Paulo, n.02, 1.sem. 1995.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **As ruínas do pós-real**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

VIANA, Francisco. Indústria, tecnologia e energia. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. In: **TEMPO SOCIAL**. Revista de Sociologia da USP. V.15 nº2 (nov. de 2003). São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

VOUGA, Cláudio. Evocações na contramão. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 29, mar/abr/mai. 1996.

WAISBORT, Leopoldo. Influências e invenção na Sociologia brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira IV (1970-2002)**. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília (DF): CAPES, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da Sociología Compreensiva. Vol. 1. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF/São Paulo: Editora da Universidade de Brasília/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da Sociología Compreensiva. Vol. 2. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF/São Paulo: Editora da Universidade de Brasília/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEFFORT, Francisco. A segunda revolução democrática. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Especial, p. A-2, 4 de outubro de 1994.

_____. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). In: **Estudos CEBRAP**, n. 4, jun., 1973.

_____. Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional? In: **Estudos CEBRAP**, n. 1, 1971.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WITTER, José Sebastião. **USP/50 anos**: registros de um debate. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1984.

WOLFF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WRIGHT MILLS, C. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ANEXOS

Fac-simile das cartas de Fernando Henrique Cardoso enviadas a Florestan Fernandes

Porto Alegre, 12/2/1955

prof. Florentin

É agora, depois de uma semana de permanência em Porto Alegre, escrevemos ao sr. porque sabíamos de sua intenção de apresentar-se de São Paulo e calculamos que escrevendo agora nossa carta vai encontrá-lo na Faculdade na próxima segunda-feira. Esperamos que D. Mizan, o sr. e as crianças tenham aproveitado bem as curtas férias.

Nós aqui temos trabalhado intensamente e já estamos com alguns resultados satisfatórios nesta nossa primeira semana de trabalho. Este resultado devemos, em boa parte, à boa vontade e à excepcional gentileza dos novos amigos gaúchos e ao prestígio de seu nome aqui no sul, que nos tem sido muito útil não só para o contato com as pessoas a quem o sr. nos apresentou como para as novas relações que estabelecemos tanto o prof. Sandelino como o dr. Dante Saytano nos tem dado toda a assistência possível.

Os dados históricos e estatísticos que levantamos encorajam-nos a pensar que temos possibilidades de fazer um trabalho bastante razoável. Este parte de pesquisa já vai bem adiantada (pois que nos pareceu de toda a prudência termina-la antes do Carnaval, quando os arquivos estarão fechados), e o trabalho de campo, embora estivéssemos trabalhando nele em menor ritmo até ontem, também tem apresentado alguns resultados, principalmente no sentido de se organizar uma rede de informantes e pessoas que nos facilitem o contato com os vários grupos sociais da cidade.

A situação de contato inter-racial aqui é um pouco diferente da de São Paulo, com condições histórico-sociais distintas, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento da mão de obra servil, o que, naturalmente, nos obriga a repensar o esquema cont.

de interpretação que concebíamos. O material histórico e a nossa experiência de campo permitem-nos formular as seguintes hipóteses:

As condutas de aceitação e de rejeição de negros se manifestam em níveis diferentes e se vinculam ao sistema de estratificação social (em classes sociais e em grupos sociais). Esta hipótese tem como pressuposto que, como em São Paulo, há uma flutuação da conduta dos brancos com relação aos negros, porém aqui seus limites são bem mais nítidos.

Os elementos acima possibilitam a formulação de seguinte hipótese auxiliar: a proximidade entre brancos e negros, seja "dentro de casa" enquanto empregados domésticos, seja no trabalho, enquanto artesãos, seja na estância, enquanto peões, e a não existência da grande propriedade agrícola e portadora do negro do elite, permitem que o ajustamento social do senhor e do escravo se processasse num plano em que, embora a representação do negro apenas como instrumento de trabalho deva estar presente ao branco, o negro pôde ser aceite mais facilmente ao nível das relações formais, enquanto que num plano em que as relações sociais implicam a estabilidade de valores emocionais profundamente arraigados, favorecem-se a rejeição.

Em nossa intenção conter ainda o que temos feito para adaptar as entrevistas à realidade daqui e levantar outros problemas mais, porém o tempo aqui é curto e não haverá este muito espaço, de forma que temos uma entrevista para depois há pouco.

Esperamos que o sr. transmita nossas lembranças ao pessoal do Departamento, e muito especialmente agradeça por nós o dr. Euzébio que tem boas vontade dispensar os nossos trabalhos e que sempre tem se mostrado tão nosso amigo.

Pedimos-lhe que apresente nossas recomendações a d. Miquel e que tenha um abraço amigo de

Fernando Henrique Octávio Lima

Rexato

619113

Florianópolis, 18 de julho de 1955

prof. Florestan

Depois de quinze dias de muito chuva, frio e trabalho em Curitiba viemos para Florianópolis ainda sem saber se convém fazer a pesquisa aqui mesmo ou em outra cidade do estado. Nossa ideia inicial era a de irmos para Itajaí por causa do desenvolvimento industrial da cidade, porém, em trânsito para Florianópolis, passamos por lá e ficamos um pouco decepcionados com a terra: uma cidade comprida, beirando a estrada e o mar, dando mais impressão de balneário e ponto de parada de viajantes do que de uma cidade em fase de industrialização. Ao chegarmos a Florianópolis procuramos nos informar do número e da participação do negro na vida social de Itajaí e então verificamos que era melhor desistir de fazer o trabalho lá.

Alex
Além disto, ainda que Itajaí apresentasse condições favoráveis para a pesquisa, Florianópolis nos pareceu mais propícia ao trabalho porque temos visto e ouvido ainda a região que domina a faixa litorânea do estado que foi a que contou com um número superior de negros, e' também uma cidade que criou documentação histórica e' acessível. Acresce que o mais impor-

tante historiador local, o sr. Geraldo Cabral, pôs a nossa disposição a documentação que ele, num trabalho de mais de dez anos de pesquisa, colheu sobre os escravos. Relutamos para aceitar a oferta, mas ele nos disse que não pretendia receber nada sobre este material por falta de tempo e que assim o trabalho não se poderia. A documentação do sr. Cabral foi levantada nos arquivos do Palácio e nos jornais da terra e é muito grande, embora não se refira apenas à escravidão, mas está classificada de forma que é relativamente fácil isolar o material que nos interessa.

Em Curitiba, embora tiveremos contato com a boa vontade do Wilson Martins e do dr. Loureiro, a parte histórica relativa aos negros está toda por fazer e sem trabalho de pesquisa nosso. Trabalhamos mais no levantamento do material em campo. Contamos de negros na zona urbana e é muito pequeno e os casos de negros que ascenderam socialmente se contam pelos dedos. Por isto mesmo interessa fazer a pesquisa lá, porém o trabalho é mais difícil do que em Porto Alegre ou mesmo aqui.

Agora a gerência não nos deu trabalho algum e apesar do maior estêdo das estruturas temos feito boas viagens.

Vamos nos esquecendo de contar que demos

uma entrevista a um jornal de Curitiba, que foi publicada em manchete na última página. O reporter escreveu algumas bobagens por conta dele, mas em todo caso, como a entrevista foi feita sob responsabilidade da gestão do jornal, isto não tem grande importância, e sempre sente um efeito favorável no sentido de facilitar a pesquisa no meu meio.

Recomendamos ficar aqui ainda uns quinze ou vinte dias, caso não haja necessidade de nossa presença aí em São Paulo. Se for preciso abstermos nossa permanência aqui, o senhor pode mandar um telegrama para nos endereçarmos ao Hotel La Porte, que é onde estamos hospedados.

Pedimos-lhe que diga ao Antônio Cândido que procuramos o desembargador Fontes que, com seu trato amável, nos está valendo muito, tanto mais que o prof. Stodolich não está aqui, de forma que só a ele estamos apelando nos nossos apertos.

A esta altura cremos que o senhor já tenha mudado e esperamos que esteja satisfeito na nova casa e nela tenha encontrado a calma necessária ao seu trabalho.

Pedimos que o senhor transmita nossos recomendações a d. Myrian e lembranças às crianças, — receba o abraço amigo de

Octávio, Renato e Fernando Henrique

Paris, 8/2/62

caro prof. Florentin

Recebi sua carta de 1º de fevereiro e me a carte
que mandou ao Octávio. Sabei que, com as poucas
normas, as coisas vão bem por aí. Sua eficiência
é de tirar o chapéu! Imagine, por eficiência própria,
como todo o esforço que o senhor fez para obter
em tão pouco tempo tantos verbos e contratos deve
ter tomado um tempo enorme. Mas valeu. Pense,
contudo, que o milto que o CESIT está tomando
e as necessidades imediatas de cumprimentos novos
prezados porais de desenvolvimento intelectual
e de cumprimento de novos objetivos acadêmicos
chegaram a um ponto em que algumas decisões
de caráter prático se impõem. Conversaremos
pouco a pouco sobre isto, mas comecemos pensando
desde já sobre as soluções possíveis. Estamos de acordo
quanto à necessidade de um assunir de fato
o conteúdo do grupo de pesquisas. Antes mesmo
de receber sua carta já havia meditado sobre
isto. Mas, para que minha participação na
orientação do trabalho seja mais direta e efetiva

5/19/12

③

e para que possa prestar a assistência moral e intelectual que o grupo precisa, terei de enfrentar de forma recíproca o problema da distribuição de tempo. Devo mesmo ser conveniente (e também por outras razões) deixar o Conselho Universitário. Já me deixo, antes de vir para a França, de todas as comissões de que era membro, dentro ou fora da Universidade. Ainda assim — penso que neste momento em que me participam no aparelho burocrático da Universidade fui enorme o senhor vir grande tarefa de "dar pulos" para dar conta simultaneamente da minha carreira e da política e administração universitárias — seria útil concentrar-me totalmente a administração e aos trabalhos de investigação de CESIT pelo menos nos próximos três anos. Além disso, creio que teremos de aparelhar um pouco a administração de CESIT para que a carga de pequenos trabalhos burocráticos não afogue seu destino. Que achas de possibilidade de contratarmos uma funcionária de tipo de Zilá para ser uma espécie de secretária executiva? Não nos devemos esque-

③

cer que o CESIT queramos, mas cido en
 mais tarde, cuido da troca de informações, publi-
 cações e correspondência com as instituições estrangeiras.
 Vi aqui na França (cuido antes-então fiz
 na Ecole des Hautes Etudes uma exposição sobre meus
 trabalhos e que o Octavio assistiu e poderia contar-lhe)
 o interesse que o tipo de investigação e os propósitos
 intelectuais que nos animam despertam. Do outro
 lado, não é útil para nós sabermos e que os outros
 fazem, de maneira regular. Tudo isto e mais os
 relatórios rotineiros, postais de cartas etc. Tomarei
 um tempo grande que poderia, em grande parte,
 ser ~~total~~ despendido por um funcionamento apaz.

Quanto à minha opinião sobre as nomeações
 que poderia os feitos, creio que há concordância
 total com os meus e os do Octavio. O Luiz Pereira
 merece a nomeação e, talvez até, correspond-
 a às expectativas. Alegro-me que, mais
 cedo do que prevíamos, tenha sido possível
 encaminhar as coisas mais depressa. Devo também
 que a indicação do José Carlos parece substituí-lo
 e é justa e desejável. O José Carlos e seus no

(19)
 Trabalho e tem propósitos intelectuais firmes. Além
 disso, acho que, com o tempo, desenvolverá, certa capa-
 cidade de liderança. Quanto às outras nomeações
 preferíveis — visto não poderem ser, visto as coisas —
 que foram feitas na última volta. Uma coisa,
 entretanto, é certa: a Louche deve ser nomeada
 para o lugar do Zé Carlos. Apenas, como não há
 o nível de remuneração dos dois ^{novos} ~~novos~~ pesquisadores
 do Cesit, precisamos ponderar sobre se isto inte-
 ressa a ela ou se será melhor, em vez de fazer-lhe
 substituir o Zé Carlos no quadro dos pesquisadores do
 Cesit, nomear-lhe para o quadro do CESIT.
 Entretanto, contudo, de um de parte alguns destes
 questionamentos, pois a distância não inspira o grau
 de "susceptibilidades" necessárias. Como o senhor
 sabe, eu tenho muita confiança intelectual também
 no Cláudio e, se ele estiver "deslanchando", goste-
 ria de dar-lhe condições boas de trabalho. Se isso, penso
 que seria bom (depois do nível de remuneração)
 nomear-lhe para a outra vaga de pesquisador.

Agora o fundamental é que se refira aos
 meus principais trabalhos. Parece que chegamos

(5)

o momento de criar todos os conteúdos, com prioridades absolutas, para que o senhor renova sua tese. Não posso apenas nos métodos "estratégicos" de cátedra. Mas de que isto, acredito que de seu ponto de vista pessoal e humano liras. e desta praga de universidade brasileira é um imperativo. Consequentemente, acho que o senhor deve ficar excluído de todos e qualquer atividades distantes - O fêni compreender isto. Sendo assim, não tenho qualquer reivindicação e faço gentis cursos: vulvum, junto com o 6º ano, e aceitarei, voluntariamente com prazo, qualquer curso ^{novo} durante qualquer dos semestres ou todo o ano. Já tive tempo de sobra para ler o que eu quero para minha docência e, estou certo, sem os compromissos da administração da Universidade, adquirirei meu programa pessoal mesmo dando o dobro do tempo de aulas. Mas não vale: deixe todo o trabalho de faculdade conosco que não o envenenaremos e ainda da tese.

Sembrando a d. Myrian, abraço nos amigos e um grande abraço de
F. de Henrique

VIAVA

a bordo del avión
on board aircraftdesde
froma
tofecha
date

Paris, 5/XI/62



16:29

Desde o dia 31 de outubro ^{com prof. Florestan} encontro-me aqui em Paris, depois de ter estado, o tempo todo, em Suíça, Zurich, Amsterdam e Bruxelas. Chegarei novamente, mais cedo de Ginebra e, por isso, quase não tive contacto com ninguém. Já, todavia, jantei em casa de Tournier e de sua filha Colette. Ficamos ambos extremamente com o facto que fizemos os trabalhos do novo grupo em São Paulo. Colette convidou-me para participar e fazer experiências no seminário que tem juntamente com dois outros o patronato francês. Tournier, da mesma maneira, pediu-me que fizera uma experiência no Escl. de Haute Etude sobre as pesquisas do novo Centro de Sociologia Teórica e de Trabalho. Agradeço muito para mim, entretanto, foi saber que Lorenzfeld está aqui na Sorbonne dando cursos e seminários. Tournier não pôde entrar em contacto com ele e, pois, isto não acontece.

Quanto ao Paris, estou instalado num hotel modesto, mas confortável, esperando mudar-me para a Cité Universitaire no dia 19. O reitor da Cité foi professor de Teologia em São Paulo e graças a isso facilitou muito as coisas, tendo assegurado um apartamento para mim. Abi que me muda para lá e endereço aqui em Paris: Hotel Helvetia, 23-rue Tournier, Paris (VI). Depois, Maison Internationale, Boulevard Gauduin, Cité Universitaire.

Paris, como cidade, não me está estranha. Um pouco suja e barulhenta, com aspecto de gloriosa decadência, que chega a entediar a quem está acostumado a ver as cidades modernas. Mas não deixa de ter seus encantos, principalmente porque se percebe que por trás de tudo há alguma frescura e certa americanização que, em todo, repugna ao espírito dos franceses mas faz bem a seus corpos.

E o melhor tudo isso é disposto sobre mim. E que prazer com o hotel de espírito no dia que fui levado ao aeroporto. Gostei de sair com essas coisas assim em São Paulo. O Journal, com quem estive, está realmente contrariado ao tal projecto de reforma e está, ao que parece, muito mais em contacto com São Paulo.

Devo que de lembranças minhas a D. Myriam, os amigos, ao pessoal da conferência (dizem que me quer ver muito mais e mais) e muito um abraço a todos.

Fernando Henrique

Paris, 24/XII/ 62

(R)

Prof. Florentin

Há já quasi dois meses deixei o Brasil e, confesso, tenho as mais vivas vontades de voltar. Mas que as coisas aqui não corram bem. Ao contrário. Todos têm sido muito amargos, desde os velhos amigos brasileiros que conhecemos no Brasil (Bastide, Metraux, Tournier, Friedmann) até os que nos foram apresentados em Paris (Grieg, Leri Strauss, Naville e um degree de auxiliares e assistentes dos "isotrons"). As mesmas - vê a tal ponto que esta ultima semana quasi não gastamos dinheiro sem refeiçoes de tanto comido. Mas a vontade de voltar vem de outras causas:

Tantos comités. Mas a mulher de...
 vi-se aqui na Europa quanto podemos fazer em matéria
 de trabalho aqui no Brasil e como seria fácil para nós, se
 nos deixassem na Faculdade, dar uma contribuição importante à
 sociologia. A expectativa que existe aqui quanto à "revolução
 paulista" é favorável e grande. Pense que o Tomenis ajudou
 muito a divulgar-la. Mas a base real de longe: quem o Ben Stearns
 queria que ele se venha comitê ficou logo interessado em saber o que
~~para~~ aqui em Paris. Cui que se decepçoes um pouco
 pelo fato de ele não se interessar pelo velho beinheiro, mas mesmo
 assim considero o Ruth e a mim por pertencermos de um seminário
 próximo que ele se organizou.

Le outineiro tabellante no grupo de luzier, onde foi um esquisito,
 e no grupo de Tarsineira, onde além de abstrato o tabellante tinha as esquisitadas
 com fezes um semicirculo. São, também, o caso de Sagarfeld, onde
 metatologia das ciências sociais. No ate agora, nada de novo neste setor, e no
 ser a disolubila, que me decepcionou, de que o Sagarfeld pensa com
 muita dificuldade os problemas de interpretação gerenciais. Tenho agora
 todo o tempo para me girar em dia com a tabellante e as esquisitadas
 de novo e para preparar um artigo para Temp Moderno e duas
 conferências, uma no Salobro (Altos Estudos de América Latina) sobre o
 futuro de semicirculo de classe no Brasil, e outra na universidade Brasileira Afri-
 cana, sobre a recente sociedade no Brasil. Além disso, penso que o
 maior exposto da História Africana vai ser feito. O Jélio, que dirigiu a
 obra, foi pensar alguns dias na África, mas em princípio concluiu que o Brasil
 é um continente africano e precisa sobre o Brasil para ainda melhor.
 Há dois outros trabalhos de S. Saiton os contatos? E a Funches vai dar
 o complemento de E. J. que é o ponto de vista? A COGUP deu a verba que se pediu?
 O trabalho de E. J. Saiton, agora os outros e a história de
 Funches

Paris, 11/E/1963

caro prof. Florestan

Recebi' hoje sua carta de 6 p.p. e apressei-me a responder. A colaboração do Inuro só pode ser proveitosa para o CESIT para todos nós. Foi honríssimo conversar em termos gerais sobre esta possibilidade e a concretização do affaire, embora em condições artificiais impostas pelas circunstâncias, parece-me um passo a' frente. Muitas experiências de trabalho aqui na França mostram que só temos a lidar com pesquisas de tipo tecnológico. Conheço plenamente com sua observação quanto a' impossibilidade de tirarmos daqui o máximo do possível que um projeto de pesquisa integrada (económica, sociológica, tecnológica) permite. Mas, aos poucos, vejo que temos pessoal e tempo suficientes para um trabalho desta envergadura. Se apenas temos a obrigação de tentar quebra a "rotina benévola". Quando se vê aqui na Europa (quase as férias de Natal na Itália e aí muita coisa interessante neste campo) o esforço enorme que eles fazem para romper tradições que são muito mais consistentes e o resultado relativamente satisfatório que obtêm, fica-se um pouco melancólico com o pouco que a U.S.A. faz para inovar e progredir. Vejo que nos diz respeito, ao menos uma coisa é certa: pode ser que os resultados não sejam grandes, mas não zero por falta de maiores meios, apesar das pontas de lança que os u.s. nos apontam, que deixamos de melhorar o nível do trabalho no campo das ciências humanas. A colaboração do Inuro pode mesmo ser frutífera, além da CODIPLAN, nas pesquisas novas que estão em curso. Recebi' o projeto de estudo de caso do grupo do CESIT e, lendo-o, pareceu-me que um pouco mais de conhecimento de problemas mais técnicos-económicos (como, p.ex., fontes de salários, sistema de ^{magnum} status X organização racional do trabalho etc.) enriqueceria o levantamento. O Inuro, com a experiência que tem, poderia ajudar-nos a ter os países mais plantados na terra * surgindo acrescentamentos e conexões no plano de inventários sobre de

2

Summary.

Aqui tudo como segundo os meus, o que mostra quanto é fácil estabelecer novas rotinas. Continuo trabalhando com os seus principais grupos de sociologia industrial (Tourmain & Cergier) e Inquestos, socialmente, Bastide, Metraux, Friedmann, Haurille etc. etc. Acabo de preparar a conferência para a Sorbonne, que será na próxima segunda-feira. Vamos ver se o francês ajuda! Não é tão fácil assim expor numa língua que não é a de gente. Mas, com uma e coragem, tenho entendido sempre nos seminários e sem grandes embaraços. No fim deste mês farei uma exposição na Haute École sobre a pesquisa do empreendedor. A propósito: gostaria que o senhor desse uma lista no relatório que fez para a CEPAL. Ana Maria deve ter muitas cópias, pois remeter para Paris apenas uma — e com erros. Sem bom conversarmos sobre isto tudo logo que eu volte para que o assunto "tra leu docere" possa resolver-se como brevidade que a situação nos impõe. Aqui tenho lido a bibliografia francesa e italiana e tenho muito na clarificação do material (pouco bom e coisas de tudo, ou quase tudo). Mas, dizer que é bom, é muito difícil em terra estranha, sem os livros de gente.

Li, com tristeza, o artigo do Wilson. Confesso que me aboneei com a coisa. Sendo o texto irracional que o autor do livro a que Wilson se refere devia ser um crime. Não sou conhecedor do pensamento francês de ver alguém que não sabe que — é o iluso, diz o Wilson — o capitalismo é incompatível com a sociedade e sabe que o Homem Branco é responsável pelo capitalismo. Sabe! Quanto de absurdo. Isto não se vê aqui na Europa. Críticas violentas aparecem quase todos os dias e mesmo nos seminários. Mas há um mínimo de respeito ao trabalho e à dignidade intelectual do outro. Enfim, pouco a pouco o caso vai ficando duro e a gente se acostuma a estas coisas.

Do engrando não preciso de dinheiro. Sabe que a situação do O Tans é menos sólida financeiramente. Se o senhor souber de pessoas dele convém perguntar se ele deseja receber na Europa os seguintes contos. Recebi US 700 da CEPAL que me ajudará. Do outro lado, a França paga a passagem de volta. Comuniquei isto ao Almirante por carta, bem como minha disposição de desenvolver a pesquisa de CAPES. O

3

homem ficou tão impressionado com a devolução que, passando por Paris para uma reunião da Unesco, revelou que se retirava em dinheiro a passagem francesa (a que se' pessoal) e voltaria pelos Estados Unidos ao Brasil. Muitos temem outra bolha. São 300 dólares, mais ou menos. Com isto pagaremos, Ruth e eu, uma semana em New York a diferença de passagens. Tenho pena, em todo caso, de gastar isto "cabe" num momento em que, provavelmente, a construção de nossa casa deve estar servendo um dinheiro. Mas a concessão do Alvir foi peremptória. Se não voltarmos pelos EUA seremos obrigados a devolver o dinheiro. Aleixandre está unido — pela primeira vez — para conhecer N. York. Gostei tanto de estar aqui em Paris, senti isto aqui tão "centro do mundo" em contato com Roma, Londres e outras cidades menores que conheci, que acredito útil, agora, um pouco de Estados Unidos. A França, ao contrário do que eu pensava e do que acham os francófilos brasileiros, tem pouco a ver com a imagem de "França eterna". O decréscimo mental industrial e grande e afetou muito o "ancien régime" que, no fundo, sustentava em sua lenta agonia, os preconceitos de São Paulo. Apesar de muito do nosso futuro quando se vier aqui: por um gostava de ver o "futuro secular" indo aos Estados Unidos. Este é o lado bom do Touraine: ajuda a gente a ver as mudanças e não os "museus" que se as mas de Saint Germain, as caves e tudo quanto que não têm mais sentido. Uma análise comparativa da formação "social de classe" e da "manifecção" desta sociedade na América Latina e na Europa Ocidental Latina é algo tentador.

Desejo-lhe que abraça por mim meus amigos de Faculdade, que transmita lembranças minhas de Ruth e de Miguel e que receba o abraço amigo de

Fernando Henrique

D.S.: Lembrei-me de uma conversa de Giannetti sobre o Sebastião Cunha. Apesar dos comentários de Alberto Furtado o Sebastião não quer sair de São Paulo e deseja trabalhar em pesquisa. A CODIPLAN, 210. Não acho bom, porque absorve-o. Ele é muito sério e, quanto mais julgar, competente. Se o senhor quiser, acho que vale a pena, além de Fernando, pois será fácil entrar em contato com o Sebastião, ou, então, diretamente no Slen de Apoio

F. H.

Procuração

Eu, abaixo assinado, Fernando Henrique Landeiro,
brasileiro, casado, professor universitário, residente
à rua Helvética 267, nesta capital, nomeio e constituo
por este instrumento particular de procuração escrito
de próprio punho, o senhor professor Florestan
Fernandes meu bastante procurador, com amplos
e ilimitados poderes, podendo inclusive sub-estabe-
lecer, para o fim especial de transferir ou
cancelar o contrato de locação de casa sita à
rua Piauí 360, por mim firmado com a senhora
Maria Rosa Senise Filizipe, proprietária do referido
imóvel.

São Paulo, 20 de março de 1964

F. Landeiro

16:25

*Assim
entregar
para o
Prof. Gianotti.*

Santiago, 21 de maio de 1964.

92:91 12
27 16:26

Exmo. Snr.
Prof. dr. Mário G. Ferri
D.D. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Universidade de São Paulo

Excelentíssimo senhor:

Dirijo-me a V.Excia. em sua qualidade de diretor da Faculdade e, pois, de presidente da Congregação dos professores, aos quais peço que forneça cópias dessa carta.

Como é de seu conhecimento, ausentei-me do país no dia 19 de abril p.p. Anteriormente, em conversa com V.Excia., então no exercício da Reitoria, havia ponderado que a nova situação política brasileira, marcada por persiguições e arbitrariedades policiais, tornara impossível a vida intelectual para quem, como eu, com responsabilidades na administração universitária, nunca havia silenciado diante do que me parecia erro ou omissão. Acrescentei que não estava disposto a deixar de manifestar no Conselho Universitário minha indignação diante das palavras proferidas pelo Reitor na televisão no dia 2 de abril, que tinham o sentido de um início de caça às feitiças. Disse ainda que, apesar de não haver sido diretamente atingido por medidas contoras até àquela data, tomara a decisão de ausentar-me do país porque tinha a intenção, como era de seu conhecimento e do conhecimento de alguns colegas, de concorrer à cátedra de Sociologia II em setembro próximo e no exterior poderia continuar trabalhando na tese com tranquilidade e liberdade, tanto mais que a dissertação para o concurso seria a análise dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico da Argentina, do Chile e do México. Asssegurou-me V.Excia. naquela oportunidade que o afastamento poderia ser concedido, dentro das normas burocráticas.

Posteriormente a essa conversa, agentes policiais foram prender-me na

própria Faculdade. Prevenido, quando chegava à escola, da presença de investigadores, resolvi não me entregar à arbitrariedade policial. Procurei saber, através de amigos da Universidade, se realmente havia ordem de detenção contra mim e quais os motivos alegados para essa arbitrariedade. Na confusão político-policial daquelas dias, apesar do empenho dos que trataram de averiguar o que ocorria, não foi possível obter dados precisos sobre a ordem de prisão. Depois de alguns dias de expectativa, já havendo formalizado anteriormente um pedido de afastamento, resolvi sair do Brasil com destino a Buenos Aires. Tomei essa decisão depois de configurada pressão policial direta que me impedia de ir à Faculdade, pois durante toda a semana anterior a meu embarque os policiais permaneceram em minha sala ou nos corredores da Faculdade. Não havendo ordem legal de prisão contra mim e em face da vacuidade e falsidade das alegações orais que, sem serem responsávelmente indiciadas, eram mencionadas aos amigos que procuraram algumas autoridades para informarem-se sobre o que ocorria, pareceu-me impossível continuar em São Paulo: nossa Universidade não tinha forças suficientes para protestar contra as arbitrariedades e garantir o trabalho a seus professores e alunos. A ilegalidade e o absurdo kafkiano da situação estavam suficientemente configurados para que eu resolvesse não permitir que me tolhessem a liberdade de movimentos e a possibilidade de continuar trabalhando dentro de um programa de vida intelectual.

No exterior vi reafirmados convites que recebera anteriormente, tanto da Universidade de Buenos Aires como das Nações Unidas, e fui informado de que também a Universidade de Paris se dispunha a contratar-me. Não cheguei sequer a examinar a viabilidade de trabalhar nas universidades de Harvard e de Columbia, nos Estados Unidos, que me haviam anteriormente sondado sobre as possibilidades de aceitar convites para nelas trabalhar, porque resolvi concordar com o convite do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, das Nações Unidas, que me fôra feito, pela primeira vez, em dezembro do ano passado. O motivo fundamental dessa decisão prendia-se ainda à continuação de minha carreira acadêmica na Faculdade de Filosofia: em Santiago teria oportunidades para continuar os estudos sobre a América Latina e, assim, concorrer com mais probabilidades de êxito à cátedra de Sociologia. Encaminhei, imediatamente, novo pedido a V.Excia., esse de licença por um ano.

Hoje, passados mais de trinta dias de ausência do país, recebi, por carta particular, a informação de que o Magnífico Reitor não despachara qualquer pedido meu de licença ou afastamento e que não se dispunha a fazê-lo, até que surgissem e se comprovassem possíveis acusações do DOPS sobre atividades que poderiam vir a ser atribuídas a mim. Também V.Excia. ter-se-ia visto coagido, por apêgo

2

à confiança de que é depositário como delegado do governo (embora seja também representante dos professores que o elegeram) a fazer uma consulta sobre o "abandono de cargo" que se configura depois de trinta dias consecutivos de ausência do trabalho.

Senhor diretor: cessemos o jogo burocrático-formalista. Eu não estou "faltando". Estou fora do país por pressão policial e se viajei foi para poder continuar a trabalhar intelectualmente. Se alguma ilegalidade há em termos funcionais é a dos responsáveis pela administração que não querem assumir a responsabilidade de um ato de rotina, temendo a acusação de conivência com os que hoje são perseguidos, mas que até há um mês eram reconhecidos como conselheiros capazes e dedicados para solucionar os mais espinhosos problemas da alta administração universitária.

Não escrevo esta carta a V. Excia. para defender-me de faltas administrativas ou de atos políticos. Não aceito a situação policial vigente na Universidade e não me defenderei, ainda que venha a ser chamado a isso, de acusações infundadas que se vão apurar em inquéritos que deslustram nossa tradição universitária. Nada tenho a esconder ou a temer: o que penso está escrito e publicado em meus livros e trabalhos; minha ação, como professor e como cidadão, foi pública e notória na Universidade, à cujo Conselho Superior pertenço há mais de sete anos e no qual sempre agi com desassombro, expondo com a máxima clareza meu pensamento. Dei o melhor de meu esforço como intelectual e como professor para que meus trabalhos e minhas aulas traduzissem nitidamente a concepção que tenho da vida intelectual como uma atividade criadora. Não pode existir criação sem liberdade e sem ousadia.

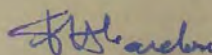
Dentro do respeito à dignidade humana, própria e alheia, minha experiência intelectual e de vida — não sei distinguir os dois processos — sempre foi uma pesquisa ousada e de absoluto desapego a situações pessoais de interesse. A tal ponto que a única coisa que tenho a reivindicar agora é essa liberdade que exerço, ainda que de longe, de reafirmar tudo o que fiz na Universidade. A posição funcional que ocupo hoje, depois de ter exercido considerável influência na vida político-administrativa da Universidade por vários anos, é a mesma que tinha quando, há dez anos, comecei a carreira: professor assistente substituto. Todas as promoções que tive, na linguagem militar ora corrente no Brasil, foram por merecimento: especialista em sociologia, doutor em ciências e livre-docente da cadeira de Sociologia I, sempre com distinção.

Não escrevo, pois, para reivindicar: o posto que me deu a Universidade a que sempre servi com empenho é menor do que os oferecidos, graças a meus trabalhos, pelas Universidades e Instituições de pesquisa estrangeiras e internacionais.

Escrevo, entretanto, senhor diretor, para dizer que nesta Faculdade há muitos intelectuais íntegros e que não é possível que se permita, com o tempo, a degradação da vida universitária. Não peço a V.Excia. que me defenda nem a meus colegas que se solidarizem comigo ou com os outros professores em situação idêntica. Peço que se defendam e que defendam a Universidade: sem dignidade e sem liberdade não pode existir vida intelectual. Não aceitem, movidos por pruridos de formalismo burocrático, a auto-destruição, a pretexto de que a liquidação de uns poucos poderá salvar a Universidade. A "salvação" baseada na omissão, na complacência e no temor significará a degradação da Universidade, que é pior que seu extermínio. Sem a coragem moral e a ousadia dos espíritos livres pode haver rotina acadêmica, mas não vida universitária.

Confio em que V.Excia e os professores da Faculdade saberão defender a dignidade de nossa escola. Que a violência policial possa vir a destituir-me do cargo que tenho é ridículo, mas compreensível: a inteligência livre aborrece a estupidez reacionária. Que os professores compartilhem deste triste cometimento é uma nódoa que a Universidade não merece.

Com protestos de respeito, subscrevo-me



dr. Fernando Henrique Cardoso
livre docente da cadeira de Sociologia I

NACIONES UNIDAS
COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA



UNITED NATIONS
ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA

INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PLANIFICACION
ECONOMICA Y SOCIAL

JOSE MIGUEL INFANTE 9 - CASILLA 1587
SANTIAGO-CHILE

CABLES: INSTITUTO
TELEX: UNATIONS SANTIAGO 295

REFERENCIA:

Santiago, 24 de maio de 1964

meu caro prof. Flurten

Meu estado de espírito mudou um pouco depois que respondi sua primeira carta. As últimas notícias chegaram aqui têm-me indignado. Parece que o Feni avianou as coisas completamente e temo que isto seja um sinal dos tempos apuros. Não sei que o Facchini tenha a decisão mínima, nos dias que correm, de, sendo justo, dar-me a cátedra de Sociologia II. Isto me obriga a trabalhar na tre. Já recebi os Octavio e a muito outros mais pedindo informações para que eu possa agendar, mesmo de longe, as chances que ainda restam. Gostaria muito de ouvir outra vez sua opinião. Sua carta foi ótima de outra vez: eu preciso mesmo saber, sem subterfúgios, o que está acontecendo aí.

Por outro lado, se há uma semana consegui a receber os dados da pesquisa. Falta muita coisa ainda (quasi todo o material bibliográfico e os análises econômicas de origem desfeita pelo Sebastião). Não quero aventurar-me a dar aos meus colaboradores a direção que mais gostariam: a de que, além de tudo, não fiz um bom trabalho. O tempo corre e eu fico aqui mergulhado nos meus incertezas. Encomenda-me quando posso a vida, francamente, se o Octavio não está em melhores condições que eu para correr. Ou, quem sabe, numa tática fulminante, começa o trabalho para uma coisa e isto para o outro, mas em sentido inverso das expectativas normais e correntes.

17:01 17

Tenho às vés a sensação de que tudo está conjectando
podem já ser vãs. Como vão os negócios? Visto
a situação de longe, sou pessimista mesmo quanto aos
outros dois sustentáculos de nosso antigo tipo. Mas
que tenha pelo futuro profissional de cada um (a
disposição de Helintz, por exemplo, permanece a mesma
que em já lhe disse e creio que haverá em Buenos Aires
, talvez, aqui mesmo, outras oportunidades) mas sinto
muito de que tudo nosso esforço conjunto já tenha sido
abalado pela onda de recessão. Que probabilidade
+ reunir agora novos colaboradores de Cast e da
cachoeira? Acho que convém aproveitar o tempo de
espera para mandar as cartas alguns dias. Afirmo
então com quarenta o desastre econômico inútil de
uma situação tensa que, segundo penso, durará algum
tempo a pleno vapor. Faremos tantas as arbitrariedades
práticas que não ~~se~~ vejo como poderei recuar.

Mande-lhe uma cópia amical de carta que escrevi
para Ruth, ao Frei. Prefiro que o senhor entregue a ele
o original que deve estar com a Ruth. Foi o mínimo,
em termos de que penso, que pode servir. Mas tarde
conhecendo os fatos, escrevi ao Geun e ao C. U. Sem
boa que a organização tenha conhecimento, finalmente, de que
sevi. O ideal é que costure de ato. Sem mais, podem
fazer o máximo barulho com o "caso". Devo que o Paul
deve dar os informes de sua carta. Mas quero deixar que
as coisas pensem em boas ruínas. Mas que esteja
no exterior temo comediado e, portanto, podemos protestar.
Mas o que quer que, com isso, corte-se as últimas amarras com
a direção da Faculdade de Universidade.
Espero novas notícias, um forte abraço solidário de
Fernand Benigno

TELEPHONE PLAZA 4-1234



CABLE ADDRESS UNICEF

UNICEF

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND • FONDS DES NATIONS UNIES POUR L'ENFANCE

UNITED NATIONS, NEW YORK

REGIONAL OFFICE FOR THE AMERICAS

New York, 28 de junho de 1964

meu caro prof. Floriano

Respondo com atraso sua carta de 8 p.p. porque tive que vir imediatamente aos Estados Unidos para tratar de assuntos relacionados com minha vida no Instituto de Santiago e para discutir com a UNICEF (que dá alguns fundos e alguns de assuntos sociais) os programas de trabalho para 1965. Aproveito uma pausa que tive nas reuniões enfadonhas daqui para escrever aos amigos.

6 meses me dizem, na última carta, que ficou contente sabendo as perspectivas que tenho na CEPAL. Não quero entristecê-lo, mas o fato é que eu mesmo ainda não consigo, apesar da indicação escrita que pode ter dado o tom de minha carta de 24 de maio, superar completamente os incidentes todos que me envolveram depois do 1º de abril. Não é nada fácil, mesmo para os que já têm a ideia alguns casos, mudanças de planos, de hábitos, de intenções e até de amigos de um dia para o outro. Apesar das aparências eu sou muito apressado às coisas que me cercam e brevemente vivencio mais fortes do que a possibilidade indicada com a Universidade.

Difficilmente poderia avaliar os novos amigos que logo pensam que eu talvez tenha exagerado o quanto foram úteis para mim os quinze dias que passei em São Paulo, saindo de casa em casa e vendo a proximidade de coisas como o Feni e o Gama que devem muito a mim e que deveriam dever mais ainda ao respeito por eles mesmos. O Feni chegou e depois o Path que naquele hora o melhor seria cada um cuidar de si com seus amigos pessoais, antes mesmo de eu ir

82:91 27

para Buenos Aires, ameaças com o fantasma do abandono de emprego. Forçaram-me, de lá, a ficar numa situação de outsider e a depender de favores que, a rigor, não devia a ninguém. Soube que o mesmo mesmo foi pensado para enviar a secretaria meu atestado de presença. Tive um depressão-me muito agudos dias.

Apesar de tudo, não fui por precipitação que saí do Brasil. Antes de tomar essa resolução, para mim muito ~~do~~ difícil, consultei muita gente e de todos anos que minha situação pessoal ^{passiva} perdida: o exército (por informações diversas) queria prender-me e a USP se dispunha a sacrificar-me e a não "me pagar" para continuar trabalhando tranquilo. Era, ainda, que não levavam as últimas consequências tudo isso, querria, e ainda me parece, que os planos do concurso já estavam muito comprometidos. Ainda assim, não fiz outra coisa no primeiro mês que passei no exterior se não tudo de trabalho, com os mesmos valores de lá que obrigados, na terra. As reuniões de mês de maio, inclusive a primeira carta, não permitiam mais ilusões: nem a licença me concediam. Sentí-me, subitamente com razão, traído pelo U.S.P. Não se dispunham a aceitar os concursos, pois tudo corria "normalmente", e não me davam o recurso necessário para eu poder suportar a transição com o mínimo de segurança para a família. Fiz das tuas cartas coragem e resolvi começar de novo, não pensando, a curto prazo, na Faculdade. E é neste barco que estou agora, sem ver nenhuma de primeira viagem mas também sem o encanto que as novas aventuras devem ter.

Não foi pouco, prof. Florentin, o que nos fizemos aí em São Paulo. No exterior, como já me aconteceu em França, creio melhor não esforço e dê-me orgulho. Não é um triste que me afaste dos companheiros daí. As más vezes que muito presença pessoal me útil e que, de certa forma, abate-me. Mas a verdade é que, nos dias que correm, muito

TELEPHONE PLAZA 4-1234



CABLE ADDRESS UNICEF

UNICEF

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND • FONDS DES NATIONS UNIES POUR L'ENFANCE

UNITED NATIONS, NEW YORK

REGIONAL OFFICE FOR THE AMERICAS

presente ai e' objetivamente um estorvo: por hoje o eupeito
inferno com que me lancei em muitas lutas no U.S.C. Tenho
que o momento venha a ser oportuno pelas realidades locais
para se porem todas as minhas justicas contra os que, como o
governo e eu, nunca nos conformamos com a realidade tranquila
e amolecedora. Além disso, com a pericia que tenho (ortulho)
na Universidade não poderia aceitar, nem momento, qualquer
acomodação. Nos momentos duros dos revezes e' necessario pagar
o preço da independência para que se possa, depois, voltar a
carga com coragem e dignidade. A mim toca um peso
elevado, mas não insuperável: cortar amarras profundas com
uma coragem que, se tem o aplauso e o incentivo dos amigos que
nunca me faltaram, tem também muito de delicadeza e energia
minhas. Espero que o corte não necessite ser definitivo.

Sigo, por outro lado, com meus projetos sobre os esquecidos.
Espero cumprir os compromissos, neste tempo, que tenho com o
CESIT, com a Fundação de Amparo à Pesquisa e com o Centro
Latinoamericano. Tardarei um pouco mais agora, pois até
hoje não me foi possível reunir em Santiago todo o material
e, por outro lado, tenho visto questionado para outros trabalhos.
Não me falta tempo mais vou levar, neste novo marcha,
para reunir os colegas de trabalho que tenho em São Paulo.
Por certo, a "experiência internacional" (que não me valeu mais de
qual me desincumbes sem penas maiores) devei enriquecer
a perspectiva que venho formando para ambir o desenvolvimento.

Além disso, o Celso Furtado está trabalhando no Instituto e nunca deixou de bem mais próximo a mim de que aparecia em seus livros anteriores (o senhor verá o próximo livro dele, que está quase pronto para circular). Temos conversado muito e, juntos, tentamos convencer os economistas de que o problema não é só a "distribuição de renda", como no fundo eles pensam. O senhor, muito criticamente, do ponto sociológico, tem a experiência de CEPAL em matéria de planificação. É uma tarefa tentada, que poderia ser promissora para minha ex. tes., próximo livro. Tanto, assim, não perder-me em meigas sobre o que poderia ter sido e não foi.

Quanto ao concurso, já recebi antes os Octavos. Mas, não tenho, de longe, elementos para julgar a situação concretamente. Bem conhecendo as coisas, o senhor acerta incrivelmente na Sociologia. Não sei se seja sentimentalismo de "exilado", mas eu não creio que agora tenha sentido "miseráveis" para colegas meus que, eu sei, não se dá essas coisas como sociólogos, não pelo menos, uma segurança de que os picaretas não vão entrar no Paolobol. Por isso, penso que o Octavo deve meditar muito antes de tomar qualquer resolução: se houver o risco de um Paolobol qualquer se inscrever, melhor o Rui. Se não, que, havendo chances, o Octavo deve inscrever-se. Mas é preciso — e exatamente isso eu não sei avaliar de longe — ver se há condições para alguma solução construtiva. Não disse nada disso a ele para não obscurar. E para sentir que ele veja numa ponderação uma restrição. Mas ao senhor não deve dizer francamente não — que penso, porque não tenho dados para tanto, mas o que sinto.

Fiquei muito semelhante com a manifestação de dr. Fernando. Encareci a ele agradecendo. Também o Leante me deixou contente, sem falar no Antônio Cândido que, como sabem, foi perfeito amigo. Com muitos lembranças para dr. Myrian — as crianças, um forte abraço amigo de

P.S.: estive com o Wesley. Expliquei-lhe o sentido da carta. Fico de aguardar as conclusões — o prazo a 10 de outubro. Obrigação também o conto que me fez antes. Se as coisas não mudarem, viro para cá em 1966. F. H.

NACIONES UNIDAS
COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA



UNITED NATIONS
ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA

INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PLANIFICACION
ECONOMICA Y SOCIAL

JOSE MIGUEL INFANTE 9 - CASILLA 1567
SANTIAGO-CHILE

REFERENCIA:

CABLES: INSTITUTO
TELEX: UNATIONS SANTIAGO 295

Santiago, 7 de agosto de 1964

querido prof. Florentin

Li' com energia e alegria sua carta de 11 de julho. Não tenho a menor dúvida — e não a tive em nenhum momento — quanto à sua solidiedade e quanto à amizade e à confiança mútuas que detêm já de tanto anos e que, tenho certeza, continuarão marcando novas relações futuras. Não desabufi na última carta de mágoas quanto ao senhor, pois não as tenho, mas sim de uma situação que eu bem sei não ter dependido de nós dois. Acho também que mesmo essa situação será passageira e que dias melhores virão para podermos retornar, juntos, os planos de trabalho que sempre acalentamos. Viva, pois, em companho de espera.

Enquanto os ventos não são favoráveis ao Brasil, trata de tirar o máximo proveito da experiência profissional nos termos em que me a' dado nível de ação. Junto com o Celso Furtado tenho feito força para reorientar os trabalhos de investigação do Instituto. Acho que conseguiremos. Tudo depende de Orlovich, que virá aqui no fim deste mês. Há muito gosto de ter qualidades intelectuais trabalhando aqui e quem todos estão dispostos a enfrentar um problema. Uma nova para ele, que supõe basicamente a crítica sociológica das três desenvolvimentistas do CEPAL. O novo está totalmente afetado destas questões, em vista como sempre em comitê tri-partito (OEI).

6291
16:29

BID - CEPAL), mais priso as couce couce das "acessorias"
 de que as elaborações intelectuais. Foi o Medem Escherman
 e diferente: acadêmicos europeus, no melhor sentido da
 expressão. Assim, sob o nome de Ceto, de Medem, de
 um economista argentino chamado Hopenhaym, e muito,
 a equipe que pensa dos economistas do Instituto (me de CEPAL,
 que não são rotineiros) parece disposta a fazer um grande
 esforço de investigação. Em setembro o Tommasi virá aqui
 e, espero, vai ajudar nos meus estudos. Se tudo der
 certo haverá possibilidades de que o CESIT reciba alguns
 verbas para fazer pesquisas mais completas sobre as
 condições industriais, em colaboração conosco.

Quanto ao que eu quero fazer, de longa, para ajudar a
 manter as coisas aqui na Faculdade, tenho feito. Escrevi uma
 carta ao dr. Fernando que, espero, analisará os documentos. Escrevi
 também a não para isso, e certo, mas porque achoi que devia
 dizer a ele do meu contentamento com a atitude que tomou.
 Escrevi também ao Octávio avisando-o e tenho escrito
 aos meus ^{amigos} ~~contatos~~ - os. Não permitirei, de nenhuma
 maneira, que sejam, ainda que involuntariamente, o Octávio
 sentir-se "culpado", de uma culpa que não tem, que
 comparecer a aulas de Sociologia II. E ficarei, de coração,
 contente se ele ganhar. Nunca apreciarei ninguém
 e muito menos agora, que estou por baixo, cabendo
 alimentar inteiros bebês, que arrastam os pés e não
 servem para coisa.

Custei de saber como estão os "seguros". Já pedi
 de meus informantes, mas a de Ruth, escreveu uma
 carta, também forte, ao Conselho Universitário. Mas
 não quero fazer nada que prejudique aos amigos que
 estão no Brasil e não quero com atitude que tenha efeitos
 de tomar, mas que me custem pouco materialmente, pessoais
 ou que fiquem aqui. Agradecendo muito, um grande abraço de
 Fernando Henrique

NACIONES UNIDAS
COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA



UNITED NATIONS
ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA

INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PLANIFICACION
ECONOMICA Y SOCIAL

JOSE MIGUEL INFANTE 9 - CASILLA 1567
SANTIAGO-CHILE

CABLES: INSTITUTO
TELEX: UNATIONS SANTIAGO 295

REFERENCIA:

Santiago, 20 de agosto de 1964

Prof. Florestan

Envio, com a urgência necessária, o
projeto de novo contrato - ou de transferência
de contrato, que o senhor pediu. Espero que
tudo esteja em termos e que o cont. permita
solucionar o problema.

Quanto às sugestões contidas em sua carta, não
refletir melhor a base de informações que o Paulo
traz. Não entendi uma porção de coisas, não
fizem sabendo qual é sua opinião. Minha primeira
reação é de não aceitar a ideia de ir ao Brasil
para submeter-me a uma impressão do Gama (que
minha presença não é necessária para que ele conheça
o ajustamento). Não encarei até hoje em termos novos
a situação e preciso refletir com mais calma para
tomar uma decisão. Escreva-me, assim que Paulo
chegar, dizendo o resultado final de minhas ponderações.
Grato, e em sempre de

Fernando Henrique

62:91 12

Santiago, 27 de agosto de 1947

prof. Florestán

Pendi dois dias na esperança de encontrar um portador para a publicação. Resultou em nada por causa, com medo de não encontrar nenhum, de atropellar as coisas aí. Mas duas vezes, uma contradição a outra de agora porque não sei se há obstáculos legais para uma publicação quando fora do país, nem rebo e nem ser em contrário. Espero que qualquer das duas sirva.

Vi, mas não deu tempo de ler — está claro — seu tra. Parabéns. Terei de ir à Argentina na próxima semana e estou atropelado para terminar a comunicação que vou apresentar lá. Na volta atenciosamente riço a tra e depois reunirei as outras dando minha opinião. Quanto às decisões sobre o Cent, estou de acordo. Acho evidente que o Sebastian mantém um seminário com o pessoal. Encontrei também a parte sobre os empréstimos para a publicação (gostaria de ver o plano de livro antes para saber como abordar o gesto). Tornei a reunir, talvez no fim de semana, sobre meu "affaires" pessoal.

Lembranças a todos e um grande abraço de
Fernando Benigno

Santiago, 23 de setembro de 1964

prof. Florestan

Recebi ontem um telegrama a Luís a carta. Fiquei inicialmente sem saber se o telegrama era realmente seu, pois a notícia que eu tive aqui ao regressar no dia 17 de Buenos Aires era de que o senhor estivera preso por ter escrito uma carta (que li' nos jornais quando voltei a Santiago) contra a comissão de inquérito de que parte deliberaria sobre o protesto. Entusiasmou-me com esta atitude: atitude de cartas, com excepção de carta que enviei à Congregação e que não surtiu efeito porque não foi lida nem publicada, mas uns protestos da Faculdade capazes de provocar na gente vontade de continuar a ver que nem tudo está perdido no mundo "pequeno-luzido" dos professores, como o senhor o qualifica. Por isso me surpreendi com o telegrama para que eu vá depois: já na carta enviada ao Frei eu disse que não me submeterei à farsa dos inquéritos e não houve nada de lá para cá capaz de mudar minha atitude. Eu compreendo que os que estão aí não tem outro remédio a não ser a dignidade de um protesto. Mas me parece humilhante tomar um avião para ir ao Brasil cantar o hino nacional e dizer as cores da bandeira. Não se trata das consequências imediatas do inquérito ou da reacção que se possa ter: se me prendessem, de fato, a ONU protesta e além do mais, nas condições de Luís, ninguém fica preso muito tempo. O problema é outro: o senhor deve recordar-se que eu convivia em sua casa num ponto de vista, antes de sair do Brasil, era de que eu, dada as funções que exercia na Universidade e dados meus convívios pessoais (inclusive políticos), não devia ceder em nada. Pensava que o senhor, ao contrário, deveria lançar mão de Gilio Magalhães e, por lembranças suas, do Salobranha, para salvar o nosso grupo e as posições, que é decisivo para a continuidade da luta. Não gostaria agora de dar uma marcha-a-ré na atitude firme que tomei entre outros. Poucos conhecem mais do

que eu os mecanismos internos da Universidade e o jogo das
acomodações que se pode desenvolver. Se me tenho negado a
negar. É a' por decisão e não por ingenuidade ou falta de
inteligência política. Eu diria que o senhor pode seguir
confiante nestes ângulos do meu talento, mas que a' melhor
focalizar minhas atitudes e reações sob o prisma dos valores.
Não quero agir em termos de minha carreira na Universidade,
mas sim em termos da visão que tenho (e que não difere de
nada pois fui em grande parte ~~apoiado~~ ^{com o senhor}) da vida
intelectual. Eu tamo que esteja me distanciando um pouco
da realidade do dia a dia e que isto dificulte ou mesmo elimine
minha volta para a USP. Mas o senhor sabe melhor que
ninguém que nos momentos que eu considero decisivos em
termos de meu comportamento eu arrisco tudo para ser coerente
comigo mesmo. E isto tem sido minha força: o dr. Certe pode
testemunhar isso melhor que ninguém pois ele me viu agindo no
Conselho. E o senhor sabe que eu nunca pretendo ninguém
para defender minha situação pessoal na USP. É o' neste
ponto que sempre se enganaram os que insistiam em
avaliar - me como uma pessoa que buscava prestígio para
"fazer carreira". A carreira, professor, sempre foi sub-problema
para mim e continuarei sendo, enquanto eu quiser manter
essa atitude.

O limite para essa decisão de não aceitar a humilhação da
Universidade e a legalização do policiamento intelectual se confunde,
entretanto, com a situação da que estou aí no Brasil. É fácil
para mim ser inflexível no exterior (embora a vida para
aí e a possível perda de posição na USP me tenham costado
muitíssimo) e não seria responsável de minha parte cobrir
em certos novos grupos por atitudes pessoais minhas. Mas
eu não quero aceitar nem seguir a sugestão de ir falar
com o Gama: não quero dar explicações alguma a um

Parece que não soube manter a dignidade de cargo e que
 ele não deveria explicar-nos como cedeu tanto por
 ambição barata. Seria assim, e para não causar proble-
 mas maiores do que os que o senhor já tem, e se com
 emoção e lástima que o digo, ponho meu cargo de assistente-substi-
 tuto a sua disposição. Dou o cargo, mas não o que em-
 prego sempre significar e continua a significar para mim.
 pertencemos ao mesmo grupo intelectual, somos amigos solidários
 como poucos podem ser e eu devo muito formalmente ao senhor.
 Não disto mudou nem mudará. Se alguma vez
 for possível reconstituir a situação antiga voltaremos a trabalhar
 juntos. Se essa oportunidade não se apresentar, continuaremos,
 no plano intelectual e emocional a ser o que sempre fomos,
 cada qual em seu emprego (o emprego continue acidental para
 mim, professor).

Quanto às "avaliações injustas e agressivas maliciosas"
 e quanto às confusões que pairam sobre meu papel na Universidade,
 se podem partir dos que de qualquer maneira tentariam a
 forma-las. Ou então dos que não têm tido coragem para
 protestar contra a desvalorização da U.S.P. (tão bem descrito
 em sua penúltima carta) tentam projetar sobre mim suas
 próprias vacilações. Joguei tudo, professor, para significar uma
 única coisa: eu não quero aceitar a desvalorização das minhas
 intelectuais porque é a minha própria desvalorização. Não sou
 político e não tenho condutas para uma resistência organizada
 ao racionalismo de uma "revolução" obscurantista (que está, com o
 senhor sabe, dando uma volta atrás de uns 30 anos no Brasil
 U.S.P. mas no Brasil) não se legitima proceder como
 procedo em nome de valores que não exclusivamente os da
 dignidade intelectual. A única dívida que tenho é a de
 que talvez deva agir mais como político, mas neste
 caso, do ponto de vista das implicações que isso comportament

terá para novo grupo de trabalho, as coisas serão ainda
mais sérias. No meu pequeno mundo intelectual, entretanto,
que continua a ser carente e que não posso perder por
saber as insinuações maliciosas de que me comporto como
um pobre pequeno-burguês "moralista", inseguro e atormentado.
Neste mundo de alienação eu ainda fizo com as alienações
intelectuais e com o prazer que se pode sentir quando
se constrói uma imagem (afetada de realidade, talvez) ativa
de si mesmo.

Perdoe-me, prof. Florbeto, o esparafusado dessa carta.
Escrevo as palavras para tentar alcançar o portador, que
tome o avião daqui há uma hora. Pass. lha, ainda,
que neste era carta ao dr. Cinto e ali continhamos dela
aos novos amigos da cadeia (no todo ou em parte, como
lha parecer melhor). Quanto ao I.P.M., pass. lha que
lha comunique que eu não vou deixar porque tudo o que
pesso está escrito, - que fiz, sabe-se e não tenho nada a
declarar, a não ser que continuo contra "Penelope". Sem
conveniente juntar um currículo meu e a carta que mandei
ao Ferni e a bozigueira para que constem do processo:
o resultado da inquirição não será diferente por eu ter refi-
nado o que eles já sabem e eu não quero negar.

Todos aqui estão bem. O Paul Henrique e os meninos perguntam
sempre sobre o Zimmo e a Licia. Eu continuo tentando reaver
contra a mãe, pois não me desliguei ainda de que ocorre aí e
na verdade continuo muito mais próximo ao Brasil que ao Chile.
Beth começa a trabalhar no tre. O resto são os resultados de todos
e de tudo. Com lembranças para d. Myriam, um forte abraço de

Fernando Henrique

Porto Alegre, 28 de dezembro de 1964

Caro Florestan

Recebi sua carta trazida por meus pais e com ela
muito me alegrei. Também me aqui sentiram a falta
de notícias e cada carta que chega, apesar de que não
todas as novas confirmam as expectativas, dá-me a
certeza de continuidade afetiva e me faz sentir parte
"do grupo". Mas especialmente essa carta me alegrou:
eu nem sei se esta que expunha um pouco da última carta
que lhe escrevi e, depois que recebi algumas cartas de
amigos daí, fiquei preocupado de ter dado o impulso
de crítica e justamente aos meus melhores amigos, como
o senhor, quando na verdade queria apenas justificá-los.
Acredito bem que sua maturidade e estimo indicassem
bom e caminho certo. Eu nunca pensaria em valorizá-los
às suas costas e por ~~sem~~ ^{sem} intermédio a muito menos
minha situação difícil como a que atravessamos.

Agradeço, de qualquer maneira, sua compreensão generosa.

Também eu, porém, tenho tido meus momentos
de angústia. Compreendo, portanto, e bem, seu estado
de espírito. E muito me admira de sua filia. Não
é fácil, depois de tudo, viver o calor de cada dia
com as pequenas e grandes incompreensões, variáveis
feições, auto-estimas exaltadas. Por isso imagino
o que lhe custa manter o barco navegando, atrevido.
Ser todos os doutoramentos, fazer a cátedra e ver
agora o destino da cadeira de Sociologia II...

De minha parte anota-me sempre a preocupação.

não de não ter estado aí ao lado de todos nesse
momento tão duro. Não tenho o gosto da mortificação
mas nos meus balanços íntimos consola-me apenas
que — não tenham divididos — afetiva e substantiva-
mente tive de suportar um bocado duro e
horizonte e fecharam para mim mais que
para todos. Se tenho a alternativa de tentar ir
alto: mas, como custa!

Sabia já, antes de sua carta, do resultado dos docu-
mentos. Sem ter lido as três, mas conhecendo as
pontos e as idéias, creio que o julgamento contido em
sua carta está na direção certa. É comparatista de seu
pontuismo quanto ao valor relativo das honras
universitárias no nosso meio: é quase impossível
ver o julgamento objetivo quando, como é comum,
os homens são comparados por pontos desprezíveis
científicos ou académicos. Eu mesmo, como
o senhor sabe, tive de suportar muita coisa
neste sentido e ainda ^{mais que} com as críticas nas
cartas que a falta de visão de alguns examinados
ou a mesquinhez de outros acabou por impôr. Imagino
agora quando a fadiga moral e o julgamento
ideológico penetraram na Universidade com mais
vigor que antes. Será muito difícil levar à sério
o ensino de cáncera neste clima. Mas, e isso
é que é importante, ficam aí os trabalhos a
testemunhar o valor e o esforço dos autores e
a honrar nosso grupo como um todo.

(2)

Quanto ao concurso do Octávio, cujos pormenores sobre a tenor de sua carta, o resultado não me surpreendeu. O Rui ganhou a cátedra no dia 1.º de abril de 1964. O senhor deve estar lembrado da carta que lhe escrevi quando, já em Santiago, comuniquei minha decisão de não concorrer: achava que o concurso seria excelente sobretudo para os "fazedores a gele", sem nem ao menos me adicionar para nada o título de livro-docente, pois eu já o era. Bom o Octávio não havia o mesmo empenho de dar uma aula em regra e, de qualquer maneira, seja pelo nível da performance, seja pelo resultado concreto que qualifica como livro-docente, os melhores vantagens em concursos. E no mesmo eu escrevi a ele antes do concurso, animando-o. Mas nunca imaginei a possibilidade de vitória, por motivos políticos. Sobre que alguns pensos acham que comigo teria sido diferente. Ilusão e injustiça para com o Octávio. Teria sido pior, com o risco de uma inhabilitação, pois a laurea, no caso de eu competir, seria certamente muito pior.

No mundo sobre o qual de vez em quando com o facto e o Luiz Costa fazemos os gráficos que fixam, embora esperados. E está também a incerteza que por 30 anos vai marcar metades da sociologia da Faculdade. É muito difícil obter progressos no novo país e nem especial com novo sistema universitário. Ens. garantido e aproveitados com

o Jacaré e o Cruz acabam por produzir a
aparecer novos pontos mortos na Universidade e
com isso também os ímpetos de renovação. Quando
a situação política geral do país sopra um ar mais
respirável, porém, não obtém algum progresso interno
Caso contrário a este lastimo que se vê. Em senti-
mo muito de perto no Conselho Universitário. Tod-
o esforço e progresso feito no tempo de Cúte — 23.91
tinha por trás o Conselho Direto, não nos iludamos 23.91
veja por terra no dia que Adhemar ganhara
os eleições: alguns meses antes de Cúte pensar a
reitoria ao Gama (inuito e fanfarrão mas, no
fundo, boa pessoa, pois por ambigües circunstâncias
& relação conjugal). Mas ainda que o Cúte tivesse
permanecido já não se poderia fazer mais nada.

E neste estado aí no Brasil, limitados por
uma situação político-militar que não tem cara
de que vá mudar tão cedo. Essas reflexões levam-nos
a discutir com o senhor o meu caso. De fato, a situação
que o Gama pensa ter tomado a melhor nas
circunstâncias atuais. Eu mesmo a havia encerrado
em carta ao Granelli (pois ele me propusera, em
nome da Associação dos Amigos, que eu pedisse demissão,
avisando que eu não queria fazer o que só a força, como
ele recorda, no caso de não ser convenientemente ao senhor
e ao novo grupo, por motivos táticos). Assim
que o senhor tenha o resultado da sua ~~própria~~ ^{própria} pressão
sobre o Gama transformado em ato alibi, não é um

além para mim e um êxito até político, pois de fato eles têm a face e o queijo na mão para denunciar-me por abandono de cargo. Eu sei que há outras interpretações, sei que seria perfeitamente possível recorrer à justiça, pois não me esqueci nem a confissão toda de culpa e formalidades burocráticas nos pedidos e há centenas de precedentes de pessoas que viajam para o exterior antes da efetivação da licença. Mas, de qualquer forma, na atual conjuntura ~~de~~ seria acerto de muito bom gosto que me desmitificasse por abandono de emprego e isso só seria sanado anos depois, com muito vai e vem judicial. Além, portanto, que se o senhor conseguir uma solução será excelente.

Quanto à minha volta quero deixar claro alguns pontos. Em primeiro lugar: eu não tenho a intenção de me "internacionalizar", embora, como o senhor sabe, as chances sejam muitas e, de fato ~~em~~ ângulo, as vantagens pecuniárias e profissionais também sejam boas. Também não costo mais comitar para os EUA, para a França e para outros países da América Latina. E aqui no Instituto a expectativa é de que eu permaneça, sendo que o Dr. José Medina me consultou há 2 semanas sobre se eu aceitaria a designação para diretor-adjunto de Clínica Social, desde que de fato assumi o controle da Clínica - com o apoio e apoio que também com o apoio de Dr. José - e que de direito assumi as responsabilidades em 1965 pois o "velho" viajara durante quase todo o ano. Mas acho que, apesar do falta de cobertura institucional

cional durante a crise por que parece, tendo o dever
 de tentar, ou continuar tentando, fazer algo no Brasil.
 A questão é quando. Está a ser negociado ponto. Por
 obrigações contratuais devo permanecer em Santiago
 até dezembro de 1965. É por intenção profissional
 não posso sair daqui antes disso: Deveria aprovar
 os planos de investigação que apresentei nos últimos
 envolvendo pesquisas e análises comparativas sobre
 os emigrantes, sobre o Estado de Desenvolvimento (grau
 de esforço humano) e sobre a "participação obreira-sin-
 dical" no desenvolvimento. No conjunto são planos
 envolvendo investimentos em 4 ou 5 países e despesas
 de recursos financeiros da ordem de algumas dezenas
 de milhares de dólares para pagamento de pessoal,
 viagens etc. Não me parece largá-los, mal iniciados.
 x/ Achei que até dezembro do ano próximo há parte
 do trabalho estará em fase final e sempre há a possibi-
 lidade de eu continuar a dirigí-lo estando no Brasil.
 (Espero poder preparar, antes disso, algum tipo de cole-
 bração com a publicação ou com o CESIT: por agora
 ninguém aqui no Instituto quer fazer comércio com
 universidades brasileiras dada a instabilidade política).
 Em terceiro lugar, tudo depende de ver como as
 coisas não evoluem no decorrer do próximo ano
 no Brasil. Mas todos ainda temos presente os
 resultados do I.P.M. E, o que é pior, algumas
 gotas de desconfiança plena das autoridades,
 inclusive as universitárias. Não quero anunciar

(4)

nenhum compromisso mais firme de data de regresso com o senhor por isto motivo. Mas compreendo, por outro lado, que não seria possível manter por muito tempo um substituto de fato do lado num cargo que legalmente pertence a essa pessoa. E no caso, necessariamente, insatisfações e reivindicações que acabariam, como é natural, mas sem custos e o fardo já é grande. Estou, portanto, atento a esses problemas e, a medida em que as coisas forem ficando mais claras irei defini-las junto com o senhor a respeito e as condições de minha volta.

Apesar das dificuldades atuais do Game não sei se ele conseguirá a palavra e animará, no futuro, minha nova nomeação. Não que ele não queira: é que o oportunismo é muito grande no Game, sobretudo a respeito, e tudo depende da conjuntura política e das pessoas que saírem. É verdade que, com o tempo, estou em longe e fazendo as coisas sem alarde, há algumas chances. Vamos aguardar nelas.

Da me lembrando de todos os comitês e grupos de voluntários que tenho reunido há um que não poderia deixar de mencionar. É o do *École des Hautes Études*. Não só o Tomaine reagiu prontamente à presença de pessoas de confiança no Brasil como o sr. Heller, que é a eminência parda de lá, está pessoalmente comigo e fez de uma solicitação extrema. Em mais a embarcação do tempo no Brasil já tinha determinado de

Louis d'Orsay para facilitar de todas as maneiras
 minha ida para Paris e tanto o Monbey quanto
 o Brardel escreveram cartas, segundo o desejo
 do Tournier, explicando que Henri Études me receberia
 como directeur d'études. Prometi ao Tournier que
 o ajudaria numa pesquisa que está fazendo na
 América Latina (coisa que não me custa quase nada)
 e que escreveria, em Paris, um conjunto sobre
 os engrasados. Tanto, portanto, o compromisso de
 trabalhar em Henri Études de novembro de 1966
 a abril ou maio de 1967. Depois disso não sei se o
 senhor, no futuro, veja como começo acentar muito
 pessoal — e obrigado por mim — muito.

Mas o fundamental continua a ser a possibilidade
 de viver numa clima mínimo (em preferência máxima)
 de liberdade de ação e expressão do pensamento. Por isso
 que eu sairei, mas no novo meio a época produtiva
 da gente começa aos trinta e vai até aos quarenta. São
 vinte anos preciosos, que começam saídos, e que eu
 não quero perder em lutas honrosas mas intelectual-
 mente pouco frutíferas. São muitos anos já que após
 por não ser político e não gostarei de ser levado
 pelas circunstâncias a dar a maior parte de meu
 tempo a um esforço não intelectual, embora necessário.
 É o senhor que sempre vive a uma atormentada como
 eu vivia aí, roubando ao descanso as horas para
 produzir algo e estar, mais ou menos, acompanhando

(5)
 a literatura científica (sempre com atraso) compreendi-
 rá em equívoco. Sei por experiência muito vivida
 que, por temperamento e talvez por instinto, acabo sendo
 levado a assumir papéis de liderança na Universidade
 e não me contento, fora dela. Se um outro já me
 custava tanto, agora, quando as coisas são mais difíceis,
 custará tanto mais grande e mais indispensável que
 faça. E em esta condição que os problemas não
 têm-se tão lentos e não sempre pagam a pena. Se
 não me sentir capaz — o que pode ocorrer: também eu
 ando sem élan — ~~se~~ de realizar os projetos que tenho
 em mente, então sim, me dispori à ação política
 mas, neste caso, como é óbvio, não procurarei guiar
 na Universidade. Enquanto acreditar que posso dar uma
 contribuição razoável no plano intelectual esforço-me-
 a realizá-la. Valtando ao Brasil quero estes
regres (dentro e além dos limites em que isto é
 possível) de que tenha um clima favorável ao trabalho
 intelectual. Acho que nesse tempo, graças
 aos esforços de nós que ficamos aqui, as coisas
 não foram insuperáveis e que se restabelecerá,
 dentro de um ou dois anos, um clima suportável
 mesmo para nós, estigmatizados, com os seus regres,
 e cercados de "inimigos" de mais patentes e uns
 poucos de verdade. Não quero, porém, prejudicar

Santiago, 11 de março de 1965

caro prof. Florentin

Amim que recebi sua carta tratarei de ver o
 dr. Heintz no Flacso. Discuti com ele os problemas
 que o senhor mencionou. Entretanto, a dificuldade
 maior não será acertar os valores de honorários
 e pagamentos de despesas extra. Estes problemas
 caem no âmbito da burocracia da ONU, que é
 a mais infernal das Nações Unidas. Mas, com
 tudo que é problema financeiro material certo.
 não ser resolvido pelas organizações internacionais
 em "termos altos", não há o que temer. O salário
 não é arbitrado pelo Heintz, mas depende do nível
 do cargo, neste caso B4, isto é, cerca de US\$ 800,00.
 A este salário básico, há que agregar as bonificações
 de família e as despesas de instalação, o que
 dará cerca de 1.000 dólares. Não será possível
 pagar paraquês para a família se o contrato
 for de menos de um ano: está nos regulamentos...
 Em compensação a educação dos filhos corre por
 conta das Nações Unidas, assim como os gastos
 de saúde são reembolsados até 75%.

O fundamental, porém, é que devido a um
 longo silêncio o dr. Heintz entrou em contacto

nem me albanço a profetizar de longe. Nesse
 ponto, como em tantos outros, dependo das informações
 e das opiniões suas e dos demais amigos. Antes,
 portanto, de dar qualquer parecer definitivo me deixei
 da volta gostaria de ter mais ou menos claras as
 perspectivas sobre as possibilidades de trabalho que temos.
 Pode ser que eu exagerei, mas a impressão que eu
 e' de que fizeti muito "marchado" dentro da Universidade
 e que, se estivesse aí, teria de sofrer uma perda
 muito grande de fôrça e frustração (o Zépin
 a' frente) não só na Universidade como na Faculdade.
 De longe esquecem - e um pouco de mim e, por
 outro lado, os pontos de vista de novos grupos sempre
 têm de contar - e um pouco nas arremetidas, pois
 no balanço geral a minha saída da Faculdade coste
 como um dano causado a Todos e im muito mais
 de contraponto no lado interno dos saldos e balanços
 da Faculdade. Assim, portanto, das um pouco de
 tempo ao tempo. A duração dessa campanha de expor
 dependerá dos fatos que apontei e das ponderações
 que o senhor poderá fazer para ajudar-me a ver mais claro.

Com as lembranças de Ruth e das crianças (que muito
 falam de Lúcia e de Jímio) para todos os seus, um
 forte abraço saudoso e amigo de

Fernando Henrique

com outros especialistas, que não sei quem são, e oferecer a eles o mesmo cargo. Acho difícil, por isso, que possa concretizar-se com esse verba para o segundo semestre. As previsões ocorreram. Tantas as contratações não feitas com antecedência de um ano. Pode ocorrer ainda, o que eu não sei, uma distorção. Mas as esperanças não são grandes. Perguntei se não havia outro cargo ou verba disponível. Há uma promessa da OEA. Anunciar-me que, neste caso, ele se suspenderia por seu contrato e, mesmo, que tentaria de forçar a autorização de verba dada o interior que tem em ~~o~~ contar com um nome entre os professores de Filosofia. Já me escreveram pessoalmente dando conta disto tudo.

Quanto ao trabalho de Faís, poucos dias antes do golpe o Luiz Meyer pediu-me para mostrar a um professor de Escola Paulista de Medicina. Ficou de desenvolver-lo em três dias e me surpreendi que não o tenha feito. Mas é fácil: basta pedir ao Gianotti que se comunique com o Luiz, pois são muito amigos. Ou então ao Leônidas, que também é amigo dele. Certo, porém, é bom verificar se algum dos rapazes do CESIT não está com o texto.

Envio anexo o pedido de pagamento do

salário atrasado. A solução encontrada foi a melhor possível nas circunstâncias atuais. Vamos a ver se o resto do esquema poderá funcionar no futuro. Aguardarei a decisão relativa à sua vida para vermos mais concretamente minha situação futura aí.

Não tenho, também, notícias do IPM. Parece que ainda existe a possibilidade de nos vermos, tanto em quanto o senhor, com complicações na justiça. Conviém prestar atenção ao que disse o promotor da auditoria militar. Eu mandei uma procuração para um advogado, que é cunhado do Olívio Sampaio, a pedir a medidas que fixem a ligação dele com o senhor para os esclarecimentos necessários.

Por aqui tudo vai sem novidades. Estou durante um mês em Buenos Aires acelerando a pesquisa nesse lado e agoramente para ver como anda a edição em castelhano do meu livro na Endelva. Vou fazer uma edição de dez mil exemplares. Deixei feita a indicação de um livro sobre Sociologia numa Enciclopédia Social e do último trabalho do Octávio

para ver se eles publicam. Falei também
da sua tese de cátedra (que não creio de
leer e se por isso ainda não convencei com o
senhor), mas o volume expantoso.

Em junho deve ir ao Uruguay partilhando
em um seminário organizado pelo Lippert
e espero poder dar um pulo aí ao Brasil.
Tenho já muitas saudades e não vejo mais
chance para mata-las. A menos que
surja algum fato novo que me obrigie
a modificar os planos.

Nos próximos dias irei a São Paulo, onde
da Noruega, o Galtung. Heintz pediu, entre os,
que eu encare a possibilidade de mandar alguém
de novo grupo (Martens? Gabriel Cohen?) para
curar a Flacsa.

Tenho estado em contato com o Harms,
que fala sempre no senhor. Ofereceu-me
uma cátedra na Universidade de Chile. Ontem
falei com o decaus. Creio que vou aceitar.
Para não perder o terreno de aula, pois aqui
no Instituto, para 24 aulas anuais tenho 3
assistentes, de modo que não dou quase aulas.
Na Universidade não, para Sociologia, 240
alunos. Mas tenho direito a 6 assistentes.

Por hoje é só. Abraços a todos os amigos,
lembranças a d. Myriam e os meus a João
e senhor um abraço saudoso do Fernando Henrique

P.S.: sobre o livro de CEPAL: eu comprei um conjunto completo de publicações e deixei-o
em minha casa, em São Paulo, para que o senhor possa vir buscá-lo. O senhor também ao passar por lá.
F. H.

Santiago, 16 de março de 1965

caro prof. Florbeto

O Woffort trouxe na carta as novas da! Como senhor vim pela última carta que recebi, eu já havia tomado as medidas necessárias para acompanhar a! a! a! Espero que o advogado já se tenha posto em contacto com o senhor e que alguns pontos estejam claros para ele. Bem, o mais importante agora seja estabelecer perante a justiça a minha situação doméstica: o despacho de Gerson da! a! deve para isto. Como me foi concedida a primeira licença, não me podem considerar "fugado", mas sim "removido no exterior". É verdade que a segunda licença foi negada, porém em publicação de fevereiro disto ano, quando o senhor já era católico e eu, em consequência, não tinha mais vínculos administrativos com a Universidade. Com esta argumentação, penso,erei ganhar de volta a Auditoria que algumas convocações minha para depois se tem validade através de carta precatória, o que não houve: estando ausente do país, mas com endereço certo e definido, conforme consta de meus pedidos de afastamento — pois todos indicavam que eu para trabalhar no Instituto — não estava sujeito às convocações "por edital". Tudo isto para justificar, no fim do caso, a ausência de uma possível presença presencial, com mais razão, para evitar as despesas. Tratou de reunir os advogados explicando-lhes, nos supostos que o senhor de uma vez terá mais meus comentários para aclarar isto ponto.

Quanto aos embaraços para a minha volta, que referiu aqui o que já lhe escrevi antes. Tudo dependerá de condições que não posso, por agora, controlar, sobretudo em função

da situação repõe-se aí. Mas o importante, para mim
é saber que conto decididamente com o senhor e os demais
companheiros da U.S.P. E quanto a este ponto não tenho
dúvidas. Assim, do meu ponto de vista, o senhor tem
certa chance para tomar a resolução que lhe parecer
mais conveniente: "mandato temporário" ou cargo vacante.

Conquanto de seus temores quanto ao cargo vacante,
e não deixo prejudicar a decisão. Por outro lado,
imagino as dificuldades para uma substituição precária.
mas todos têm a compreensão para isso e, de fato,
em termos da questão que aí vejo e útil no
vista (embora em não seja aberta e se em situações graves
de interesse) é difícil argumentar a favor de uma
resolução deste tipo diante das reservas naturais de que tenho
de aceitar aí esta solução imediata. Sei, de toda maneira,
que o senhor tentará resolver da melhor forma possível
o impasse.

6 que me aborrecia, como é natural, é a "guerra repunira"
de fazer e ... de fazer, que por frequência a aceita. Mas não
é sempre o de mandar dizer a eles que a USP vai os fazer. Mas
não o faz, pelo trabalho constante que fizemos nele e pelo
que ainda podemos fazer. Enquanto eles se fazem de estultos
na aplicação de regulamentos (militares?), por aqui cada vez
melhores condições se oferecem. Ontem reuniram (embora sabendo
como andam as coisas aí) uma reunião em caráter definitivo
para a ONL com a possibilidade de um acordo que me faria
da CEPAL. Deveria para não criar uma situação que
seja quanto a minha volta e para não me habituar a uma
permanência aqui facilitada financeiramente e cujo progresso tornaria difícil
uma decisão livre que consultasse apenas os valores em que
vivo e os incentivos de vista intelectual. Mas isso, a gente
faz uma vez por três e poucos anos e não sempre. E, como

o senhor pode imaginar, eu o faço consciente de que
 não é por reflexão ou "idealismo" que. É que me sinto
 eu sei que outras chances virão e que não há por
 que apressar-me. A refrigeração é meu conselheiro.
 Mas não sei até quando comirei agir assim
 sem guiar-me por considerações de segurança
 e estabilidade. Não vou não para "fazer jogo".
 com o senhor: muitas intenções são definidas no
 que respeito ao novo grupo e novas relações pessoais
 e de amizade não antigas e suficientemente sólidas
 para serem abrigadas das novas contínuas. Não-
 pare que o senhor, que está aí perto, me ajude a
 ver claro como andam as coisas, comparando as
 chances efetivas que tenho aí com as que tenho por aqui.
 E pare que informe a "Administração" sobre minha
 situação e meu estado de espírito. Há tanto ilusão
 de que isto mude as decisões da Gama: eles não deveriam
 oportunidades e nosquinhas para ver que por trás das
 acronímicas juvenis existe a intenção da Universidade. E,
 por outro lado, há tantos problemas já de espírito
 que saiam do Buro de USP que um a mais ou a
 menos (e, em média, um não são mais indispensáveis
 do que outros) não vai abalar a reputabilidade acad.
 glâmica ^{grau} a eficiência da Universidade, já tão baixa
 Mas, em todo caso, com as chances e a realidade.
 Mudando de assunto: recebeu carta do Henry? Assim

que o senhor tenha novas notícias mais notícias
para que eu possa agir aqui. O outro dia fui
de novo a FLACSO e o Heintz ~~foi~~ insistiu muito
sobre a vinda de gente do novo grupo para fazer
o curso da FLACSO. Eu acho que há alguns
que poderiam vir. O Wein, que está terminando o
curso, a Cláudia e a Albertine, parecem dispostas
a vir, pois que me disse o Weffert. Como nenhum
deles tem período definido aí, creio que valeria
a pena. Assim como também o Martins ou o
Gabriel, aos quais os avs do Chile fariam bem: não
obediendo nas necessidades "cancha" para fazerem
uma bonita canche. Também o Cláudio me
preocupa. Não sei como anda e temo que
necessite emprego. Que pensa o senhor destas
coisas?

Esperando novas notícias, um grande
abraço também do

Fernand Henrique

Desempenhamento Económico Nacional na América Latina". Não é muito longo, mas contém as ideias principais com que estou trabalhando na análise dos conjuntos e que têm servido de orientação para o programa geral de investigação do Instituto. Assim que dispuser de cópias numeradas enviarei para o senhor e para o pessoal de cáleria e de CESIT.

O Sérgio lhe dirá de viva voz sobre novas atividades intelectuais aqui e sobre uma visita cotidiana. E, sem saber até hoje se voltará o senhor, ou o Hélio, deparam para o curso na Flacso. Soube pelo Touraine que ele virá para cá por dois meses. Seria bom juntar-nos todos aqui por algum tempo a definir as perspectivas de trabalho e pesquisa no futuro. Touraine está comovido para ir a França em junho (fim de) para participar de uma reunião com ele e o Germán sobre uma grande investigação na A.L. No caso de uma resposta positiva pelo diretor do Instituto (pois a passagem deverá ser por aqui) irei e, então, para pelo Brasil.

Quarta, as coisas continuam bem. E todos nós cada vez mais saudamos os novos e os amigos. Com muitos lembranças à família, um grande abraço de

Fernando Henrique

Santiago, 4 de agosto de 1965

prof. Florestan

Logo que cheguei a Santiago tentei um contacto com o Dr. Heintz para discutir com ele a sua conta. Quando o vi era tarde: a resposta já seguiria para o Brasil. Explicou-me que entende bem o português e que mantinha o comité feito mas para o segundo semestre de 1966. Não sei qual será a decisão, mas não que comecemos a recusar de imediato. Talvez lhe convenga pensar nos meios aqui no próximo ano e então já estarei com tudo resolvido.

Ali há quem que nos veremos com vagar. Prefiro-me por sentir o que lhe disse: se puder passar uns dias conosco antes de ir para New York será ótimo. Creio que não há diferença de preço na passagem via Pacífico e aqui o reembolso não terá custo de nenhuma espécie: a comissão em casa já está mais achilheada mas não é nada e a cama é supérflua. Será para todos nós uma grande alegria reuni-lo e discutir nossos planos de futuro em conjunto.

Pensei bem sobre o que o reembolso me disse pelo telefone. Creio que há para o fim do ano comecemos pelo formalmente minha nomeação. Eu estarei no Brasil entre fins de dezembro e começo de fevereiro. Nesse época poderei exercer alguma pressão junto à Reitoria: se o processo do IPM já estiver resolvido e se as coisas não parecerem politicamente (creio que não vão piorar, a partir de informações que tenho tido, de fontes em

Realmente, se não fosse por um problema de sentimento, não haveria porque voltar ao Brasil, os que estão deveriam sair. A ideia que tenho, não de que as condições peculiares do Brasil, ~~pioneiras~~ ^{pioneiras} que formam nossas situações de trabalho, sejam suficientemente atrativas do ponto de vista profissional para justificar o tipo de carreira que fazemos aí, não subsiste depois de algum tempo de experiência latinoamericana. A tentativa da industrialização numa área dependente, por exemplo (que é o que me interessa mais de perto), se expressa melhoramente na Argentina e no Chile. E a reflexão sobre situações distintas das nossas, enriquece a compreensão que tenho das nossas situações no Brasil. Nós "commitment" com o Brasil é mesmo emocional e não racional ou profissional: os amigos, os parentes, a possibilidade de ajudar a construir um futuro menos pobre intelectual e materialmente. Como em outros aspectos, na situação atual, é mais dividido — e é a tensão a partir entre o impulso emotivo e a racionalidade dos propósitos — fica quem se o substrato emocional e em que coisa que não deve subsistir a uma análise (mas quem fosse-lhe) de que há que educar os filhos comprometendo-os com a nação. Com isto me refiro a nós, tenho recusado qualquer compromisso no exterior que implique em deixar a nacionalidade e a família. No fundo, tenho medo de

deixar que a razão sufoque os sentimentos; por
 isso, por precaução, tenho procurado manter acesa
 a ídola da volta, não aceitando nada que a torne
 demasiado onerosa, propinqua ou materialmente, para
 mim. Tentamos, portanto, ver a reação da Universidade.
 Se não for geminal, apesar dos seus esforços, não
 sei sem razões que me conformarei com uma
 fora do Brasil. Será, talvez, com proveito intelectual.
 Mas sem que tenha variado, de minha parte, escollia.
 É certamente ter sido a custo de alguns novos
 calos na alma. Mas os calos, depois de for-
 mados, não doem. Quero, portanto, decidir de
 forma resoluta, para que a dor seja suportável
 para logo.

Falei com o Sr. Sôris no Aeroporto sobre a
 possibilidade de que ele passe uns 3 mrs em
 Santiago terminando o trabalho sobre a Uchilla ou
 sobre os sindicatos. Seria útil para ele e para nós.
 Para que o senhor o aqueça mais e dê-lhe a
 época oportuna (fim disto ano ou começo do outro).
 Seria o primeiro passo para que eu possa aqui
 fazer um programa conjunto de investigações finan-
 ciadas pelo Instituto. É preciso aproveitar os ventos
 favoráveis porque neste momento, graças principalmente
 ao Brelich, meu prestígio está num ponto de máxima
 e essas coisas, como o senhor sabe, podem oscilar, depen-
 dendo dos ventos políticos e dos interiores.

Se lembrasse, minhas de Ruth e de crianças e todos em
 casa e um forte abraço de

Fernand Henrique

450 ROOMS AND BATHS
STEAM HEATEDRELIABLE GARAGE
ONE BLOCK FROM HOTEL

HOTEL GENEVE

7a. DE LONDRES 130
MEXICO, D. F.
MEXICOMexico, 1^a de janeiro de 1966

cara prof. Florentino

Que isto novo ano seja melhor para nós todos!
Recebi aqui no México, através da Lynd, as cartas
que o senhor me escreveu. Foi o início contatos que tive
neste fim de ano com os amigos brasileiros. Fiquei
contente, vendo uma preocupação constante por mim, e
triste, porque parte de seus e meus desejos não se
vão cumprir: não irei ao Brasil, como queríamos. Por isso,
eu e Ruth e as crianças foram passar o Natal e o
fim de ano com a família e os amigos, embora eu tenha
muito permanência no México: pensei que num país
estrangeiro eu estava mais deficiente sentimentalmente do
que no Chile. Não sei se me enganar, mas, de todos
modos, estes dias não me têm sido fáceis, apesar do
excitamento que um país estrangeiro como o México produz
na gente, independentemente do nível de espírito. Por tudo
isso, suas cartas foram importantes para que eu não me
sentisse sem continuidade com o passado, ainda recente.

Não fui ao Brasil, apesar de estar já com tudo
preparado para isso, porque recebi cartas e telegramas
da família e dos amigos desaconselhando-me a fazer a
viagem. Parece que exageraram. Mas um argumento
me convenceu: como temos agora "liberdade viária",
estando eu no Brasil duas semanas, um tempo de

24:91
12

400 ROOMS AND BATHS
STEAM HEATED

HOTEL GENEVE

7a. DE LONDRES 130
MEXICO, D. F.
MEXICORELIABLE GARAGE
ONE BLOCK FROM HOTEL

2

compromisso que, além de humilhante, impõe pená-
lizes ao país até à decisão do processo. Os autos são
nem sequer achados que com base no atual governo
não poderão condenar. Mas é que convém evitar, FBI
agora, enquanto a situação geral do país está "quente",
a possibilidade de novos processos.

Penso que a situação política, instável e sem perspecti-
vas de melhora à curto prazo, não evoluirá, contudo,
para pior. Há muitos dias não recebe notícias, mas
de qualquer forma, a impressão que se tem é de que
Castello está amando um regime de forças rígido
que garantirá ao país um governo de direita por muito
anos. Não, porém, de extrema direita. Isto nos afeta
de vários modos. Primeiro, como o andar armado, após
obrigação de lutar contra. Segundo, nos dá limites muito
estritos de ação. Terceiro, torna nossa situação profundamente
muito difícil, não só quanto ao "emprego", que também
tem sua importância, mas quanto à atividade de pesquisa
e intelectual. Como lhe disse reiteradas vezes, não
temos a intenção de ficar indefinidamente ao por longo
prazo fora do país. Mas não quero formar ilusões
quanto ao que me aguarda na volta: terei, como o
andar também, uma oposição generalizada. E novas
armas e pontos de ação estratégicos estão reunindo,
como o andar armado. Mas condições, talvez seja

400 ROOMS AND BATHS
STEAM HEATED



HOTEL GENEVE

74, DE LONDRES 130
MEXICO, D. F.
MEXICO

RELIABLE GARAGE
ONE BLOCK FROM HOTEL

3

mais prudente fazer a realização quando já não há
o pretexto formal do processo na Justiça Militar. Há
de poucos meses, segundo o advogado, este assunto está
encerrado. Se é mais fácil, então, encontrar aqui para
rebatê-lo uma eventual e, pensei, provável decisão negativa
do Ditor.

Ouro, também, que o senhor deveria prolongar um
pouco sua permanência no exterior. Se for o caso, escreva
me e eu me esforçarei para que possa ficar um mês
em Santiago. Conquanto as dificuldades materiais e senti-
mentais da ausência de família e dos amigos. Mas temo
que terminem por apressá-lo, conforme sua reação
de não é uma preocupação que lhe faça as vezes.
O novo ato adicional aneja ao presidente facultados
de "caçador". Dado apressado ou simplesmente exonerar
funcionários em cargos efetivos, incluindo juízes e
catedráticos. Não é possível que um contra nós
estas facultades, mas enquanto o regime governamental
estiver sujeito a chuvas e tempestades, como está, tudo
pode ocorrer. Por outro lado, se a justiça militar
o absolver, como se espera, os riscos serão mínimos
de que o senhor sofra arbitrariedades maiores.

Terminei um de escrever dos trabalhos. Um sobre
o processo de desenvolvimento na América Latina e outro
sobre problemas da juventude no desenvolvimento. Etc

40 ROOMS AND BATHS
REFRESHING



SEMI-PRIVATE GARAGE
ONE BLOCK FROM HOTEL

HOTEL GENEVE

14, DE LONDRES 144
MEXICO, D. F.
MEXICO

último foi como obrigação, porque me dirigiam para
reclamar uma organização de UNICEF, mas o outro não
que agiste um pouco a procura alguns hospitais
sobre subdesenvolvimento, dependência e desenvolvimento
no A.L. É um grande grupo de hospitais para a investi-
gação que estamos em vias de realizar. Assim que voltar
a Santiago (há pelo dia 12, pois vou aguardar para ir
de automóbil a Guatemala, de lá a Managua e ao Panamá,
mas já de avião) enviarei um exemplar ao senhor. Ter-
minamos, também, a pesquisa sobre os superanos
argentinos. Dele que o material é melhor e a base
amplia mais ampla, de que o trabalho sobre o Brasil.
Espero elaborar os dois nos próximos seis meses. Com
tudo uma equipe vive em Santiago e Buenos Aires e
como conto com muita info. sobre material e
porém inúmeras considerações sobre o trabalho
de investigação no Instituto. O Luciano Martins está
começando a fazer, com uma série, uma nova investi-
gação sobre o mesmo tema no Brasil; um assistente
meu, em colaboração com um jovem de Stanford,
terminou estudo equivalente, porém de dimensões
menores, no Chile, e em estudo tratado de ser se
agora no México será possível fazer o mesmo. Assim,
pelo menos quanto a superanos e burguesia mais.

400 ROOMS AND BATHS
STEAM HEATED

HOTEL GENEVE

74, DE LONDRES 130
MEXICO, D. F.
MEXICORELIABLE GARAGE
ONE BLOCK FROM HOTEL

(5)
 mal contemos no H.L. com um par de estudos
 ridículos. Estamos começando também estudos sobre
 a classe operária. Éste ano faremos uma investigação
 no Chile, entre na Argentina; além disso, o Leônidas
 deus ir a Santiago agora em janeiro, para assistir
 uma conferência sobre o CESI T, sobre o novo
 tema. Os outros dois, o Weffert preparou um trabalho
 sobre "desenvolvimento social e classes populares" que
 fará um resumo de pontos, através do populismo, entre
 os estudos de estabilização social e o problema de status
 de poder no H.L. Contamos lá com um grupo de
 5 ou 6 sociólogos (1 chileno, 1 uruguaio, 1 argentino,
 1 guatemalteco, 1 mexicano e 2 brasileiros - Weffert e K.M.)
 que, diante o que firmo, dá gosto. São jovens,
 com boa formação e muito entusiasmo. E com
 o José Medina praticamente, e institucionalmente também,
 me entregou a direção de todos as investigações, as mais
 firmes algo, a culpa será minha. Mas faremos.
 Tive também a satisfação de receber uma comunicação
 pela qual me promovem ao grau mais alto da carreira
 de funcionários na Organização das Nações Unidas. Deixei para cima,
 os cargos políticos de direção. Isto me dá mais
 força para obter as condições de trabalho necessárias,
 além de ser um record, em termos de idade. O Celso
 levou sete anos para ter o mesmo grau e o novo

Cf: 91
E

400 ROOMS AND BATHS
STEAM HEATED



HOTEL GENEVE

7a. DE LONDRES 110
MEXICO, D. F.
MEXICO

RELIABLE GARAGE
ONE BLOCK FROM HOTEL

nunca o tem: saltem de um grão inferior como profinam
a uma posição política, que depend de New York e do
governo brasileiro (seja este candidatura para substituir
o Magalhães, com apoio de Robert Campos). Além disso,
em termos de renda, também ajuda. Fico, liro de
impostos, com 1.200 dólares mensais, mais cerca de
cento e poucos para a educação dos filhos. Devo
segur a tradição de meu pai português e quando
divulgar freqüente, para ajudar a mãe brasileira de
Brasil que, espero, viva.

A esta altura, meus filhos devem estar terminando
juntos na sua Nebraska, estudando os ranchos. Paulo
receber seu cartão e gostar muito. Devo para o colégio,
para com ele e, para mostrar às fãs chilenas,
que são muito. Luciana e Bia estão que se se castelha.
no, mas sempre com ranchos de Brasil e dos
amiguinhos.

Hoje ao Brasileira que eu queria muito para o fim
de ano aí, mas fiquei aguardando instâncias no México
que não chegaram. Eu não sei o endereço dele. Por isso,
peço que lhe dê em meu nome um grande abraço.
É um dos amigos que mais quero.

Para o senhor muitos ranchos e os ventos
de que 1966 reduza os ventos negativos de 65.

Um grande abraço de

Fernando Henrique

Cf: 91

Santiago 10 de novembro de 1966

meu caro prof. Florestan

Li com grande alegria sua última carta. Realmente, sua solidariedade efetiva não me faltou nunca e agora, outra vez, se manifesta com uma justiça que me emociona.

Conversei com d. Jori sobre o esquema de voltar ao Brasil que o senhor propôs. Ele crei que não haverá obstáculos para que eu consiga uma licença de 2 meses para assumir os compromissos aí e depois voltar por um prazo de 1 a 2 anos. Lamento e choro, mas compreendo: a sorte me fez ~~uma~~ uma vez mais trabalhar com gentes generosas e amigas. Assim, creio que poderei contar com a colaboração de d. Jori para obter uma folga útil aqui e que permita satisfazer as exigências daí.

Cris, entretanto, que seria mais prudente esperar que eu chegue ao Brasil, o que penso fazer no próximo dia 15 de dezembro, para discutirmos a época de apresentação do pedido de nomeação. De longe, me parece que seria melhor aguardar o mês de março para isso: não ganhávamos nada com a apresentação durante as férias, pois poderiam fazer alguma "ordem" contra, sem que a solução favorável fosse um aquecimento. Além

dino, a mudança de governo (?) pode alterar os
 dados da situação, talvez, neste caso particular, para
 melhor: se o Gama conseguir um ministério, F.H. 10
 Fani assume a reitoria em março. As notícias
 que o Pedro Paulo me deu sobre os demandados verbos
 do Gama a seu respeito e o meu respeito indicam
 que não podemos confiar muito no sentido
 de equanimidade do atual reitor...

Li uma carta para Ruth e para minha mãe,
 que está aqui conosco. Ficaram ambas satisfeitas
 e pedem que lhe envie os abraços delas.

Esperando vê-lo brevemente, com novos
 lembranças a D. Myrian e às crianças, o
 abraço amigo de

Fernando Henrique

P.S.: li num jornal do Rio, não me lembro qual, que meu
 nome aparece numo 18.11, do C.C., supondo que se trata
 da mesma acusação já julgada pelo Superior Tribunal Militar. Neste
 caso, não haverá problema. Se se trata de coisa nova,
 a defesa reconhecerá. Espero que tudo se "arranje"
 bem. F. H.

Santiago, 26 de abril de 1967

meu caro prof. Florestan

Recebi sua carta e, com o dia em costelham, aqui em consequência. Enviei duas cópias de CEPAL sobre problemas educacionais para meu trabalho e enviarei ao Octávio. Dura-lhe que estou com a disposição de fazer o concurso e que seria conveniente que ele fizesse o mesmo. Mencionei na carta (não lhe envio cópia porque enviarei a mim) que tanto nos comuniquei antes no Brasil como em sua última carta e melhor insistir em que ambos devíamos concorrer.

Meus planos são os seguintes:

- a) ficar no Instituto até novembro deste ano
- b) partir, a partir de novembro até junho em cátedra na Universidade de Paris.

Como sempre, vou aqui em Santiago até novembro. Mas decidi ainda como fazer-lhe. Tenho a seguinte alternativa: aproveitar as investigações sobre as condições na parte política dos questionários e, junto com uma elaboração ad hoc das hipóteses sobre desenvolvimento e dependência que estou reelaborando a partir do trabalho sobre a América Latina que o senhor conhece "costureira" uma tra. Ou então, escrever um ensaio, no estilo dos dois primeiros capítulos ~~sobre~~ de linha sobre os

empresários, fazendo uma revisão crítica das
teorias políticas sobre o desenvolvimento. Há uma enorme
bibliografia moderna, pouco divulgada no Brasil,
que se presta a um livro ensaio. E, como sempre
o jornal, uma tarefa ligada, combinando os
dois trabalhos.

Deço que o senhor refletirá sobre isso para que
conversemos em maio, pois irei dar um curso no
Rio de 15 a 25 de maio.

A propósito: seria conveniente para mim que
os trâmites ~~de~~ da nomeação permitissem a aproxima-
ção da minha viagem, inevitavelmente antes ou imediata-
mente depois do curso no Rio, para fazer alguns
mechês etc. A esta altura não sei quem é o autor e
por isso não sei seguir se a nomeação será viável
nestas condições. Em todo caso, havendo possibilidades,
peço que me avisem.

Assim também, com relação a trabalho do Leo.
O ideal seria, no caso da minha participação na
banca, que ele fosse entre 25 a 30 de maio.

A espera de novas notícias, com um abraço
amigo.

Devant Henrique

UNIVERSITÉ DE PARIS

NANTERRE, LE

196

FACULTÉ DES LETTRES
ET SCIENCES HUMAINES

AVENUE DE LA RÉPUBLIQUE

92 - NANTERRE

TÉL : 204-34-32
204-29-87 à 91
204-30-87 à 91

Département de Sociologie

Paris, 28 de janeiro de 1968

car prof. Fleury

Parce mesmo com pouco tempo: já vão 4 meses que não
vimos as crianças e parece que foi a mesma semana.
Também, tenho trabalhado tanto aqui que não sei o tempo
passar. Estou regatado: dois dos cursos (o que eu
conheço melhor não me custava) e estou terminando o
três. Trabalhei duramente, em nos conhecendo. Mas
levei não cheguei do Chile. Tive que fazer muitos
peregrinações em Paris para encontrar gente de
leitura que me ajudasse. As análises estatísticas e as
cartas IBH para nos ajudar que eu me sentisse
agora cheguei agora há 15 dias!

Muito ansioso, insisti e "montei" a tese. Faltou
recorrer o último capítulo, que já tenho organizado e com
o material distribuído. Ruth vai para o Brasil no
próximo dia 9 e levar o texto. Já tenho um
esquema de publicação montado, com o Jack Paul. Ali

54:91 L2

o dia 10 de abril — no noíeis! — três dias de estes
pontos. Mas não há perigo: o Bacha Paulo garante a data
de entrega. Suponho que o prazo final e fatal é 12 de
abril.

Enfim, vamos ver se dá certo. Francamente, nos seus
resultados, nos não parece de fazer em condições tão
prezíveis como foi até então, e ainda que não sejam
o concurso ficaria substancialmente a chance de
viver tranquilamente em Paris com a família. Não há
nenhum mais tempo além de trabalhar em casa e
ir de férias... Mas, no entanto, a gente temia sempre
fazer todos os trabalhos assim.

Depois de entregar o trabalho e antes da convocação
se reunem para discutir a mesma coisa de reunir as
deixas (mas não quem e atualmente) pretendendo que não ninguém
o concurso neste semestre, pois temo ainda até ao fim do
junho. De qualquer modo, não é difícil que o concurso se
realize antes do segundo semestre, pois há praticamente
agora 2 meses entre a data de inscrição e o período de fins.
Gostaria de saber sua opinião sobre prazos e sobre o dia
geral daí.

Ben, desculpe esta carta tão egoísta, mas estou
obcecado. Lembra-me por d. Myriam e por os "cursos"
Um grande abraço saudoso

Fernand Henrique

20, Rue de la Plaine
Paris, XXème

Paris, 26 de abril de 1958

meu caro amigo prof. Florbeto

Acabo de ler ~~seu~~^{suas} carta e quero expressar-lhe antes
muito de ter tempo de refletir profundamente. Não lhe digo
que a carta chegou em meu coração porque isto seria
pouco. E quero não porque eu penso que o senhor
foi injusto ao julgar-me tão vagabundo como... Não
você por mim, não julgar. Eu conheço o espírito
em que o senhor se encontra. Lá, aqui, suas
declarações ao longo de muitos e conversas sobre eles
com meu tio Carlos que ficou entusiasmado com sua
coação. No meio de tanta gente de cabeça baixa sua
cultura, sua a alma de gente. De repente, vejo que
o senhor se sente, com sua carta expressa, "vagabundo",
e subjetivamente se sente tão só que imagino que em
algum, de longe, estão muitos outros senão
pouco a par, me revoltou. Depois, - que me revoltou
não, que o senhor imagina que também eu estou
conhecendo com sua "vagabundagem", porque eu
tenho certeza de que no fundo o senhor não está
nada; menos ainda de compromisso e não consigo
reciprocamente sua garantia suficiente para que ~~em~~ ^{as} estas
imagens se ajustem rapidamente tão logo para o
momento de maior e justa crítica. O que me revoltou
é a situação objetivamente criada aí. Não se lembra
que o senhor escreveu que este vagabundo e tímido
nem é necessário dizer-me que temos que trabalhar em comum
acordo. Tantos nós de seu nome. Não posso cobrir,
se não porque conheço seu espírito, que o
senhor se sente compelido a lembrar-me coisas que
em mim nunca estiveram esquecidas.

Quanto ao concurso e à sua última carta: depois
que terminei a tese - cursei e também eu sinto que
esforço com minha tese - não de Paris e fui para
a Itália pensar. Voltei há cerca de dias para retornar
as aulas, pois as férias de Paris terminaram. Não

(3)

recebi uma só linha sobre Louisa, com uma, três etc
a ninzeleira. Não fiz nenhum plano. Acho melhor,
por motivos puramente pessoais, não me aborrecer - me,
nem pensar no assunto. Ontem recebi uma carta de
Ruth contendo - não o resultado da votação na Comis-
são mas sem sequer falar quem são os suplentes.
Só sei pela sua carta que a Paula efetivamente concorreu
e não venceu, pois a Ruth se refere a ela
infelizmente. Não sei os detalhes... Assim como na
carta anterior a que recebi ontem, que era de dia
7 de abril mas que só li quando regresso a Paris no
dia 19, a Ruth não me informou ainda que a
minha usarista foi efetivamente feita...

Estava, portanto, "no ar". E contente com isto.
Apresentei esta mensagem de voto analfabeta no Itália
e a alguns círculos italianos, que eu gostei muito
pela dar um balanço na vida. Queris não pensar
em concorre, em auto, em tribula. A tal ponto
que se sente. mas não engajado em luta mas
prezando a mediocridade interior que amei, aqui eu
deixei um manifesto ultra-radical, infantil - contra a
opinião de meus amigos mais chegados - porque
no fundo de mim mesmo tive medo de que não
amasse. O problema significa cautela por causa do
concorrer. Vou para Brasil com esta disposição de
espírito: não fazer concorre para "arranjar" uma
situação estável. O balanço que dá no mundo
não permite que tenha me metido em muito "frio",
tanto luto de vida por causas que não valen a
esforço e ainda por isso - com sua carta meus
poucos - aporrei que não me possa ^{para} queimar ~~de~~
porque me reconhecem muitos, muitos vezes me
tomei pelo que me sou, não quero ser, não
sou: um ambicioso hábil e inteligente que não ^{perde} ~~pode~~
nunca. Isto de jogar o jogo pessoal, com o
seu saber, é muito relativo. É um jogo
de poder, por isto quero que não jogue. Mas

me e' facil. T'entre treballat tant als anys totals ⁽³⁾
 que me sento, als 34 anys, cansat. No dic que
 sen aïni. Per sorte continuo me entusiasmant
 pels casos. No sent un disgust emocional i
 fins grande. Com, amb prou ciència, son "social",
 son preocupat i, per que no dir?, quasi, tant
 de fer-me un paper en aquests casos i ist disgust
 minto.
 Per totes ist motivacions — i senti a Ruth i als
 ist pont — m'he millor me faga vada quant
 a començar d'avisar: per una part, tant
 amigues (eventualment p'una en qualsevol
 lloc o sentor, i amb uns eixos) per otra part
 — potser me que p'una caçada dels uns ^{pensu} ~~pensu~~
 amigues — a facultat de les ter que m'entente
 intencions com en en dar-me una catèdre. En
 uns dels cent, m'he després. E com tot ist
^{clima} ~~clima~~ en Brasil, de qual sentor i' vintena,
 fentment, en ja van parer ⁵⁰ ~~50~~ anys de
 setenta, me sento ben agut, tant a sobre
 dels de treball, tant a sobre dels altres i' vint.
 Per hem, si me hauria alternatives p'una altra
 vint anys no estarien. Voldria p'una tant regis
 de família per ist i p'una amb que i' oblige
 minto contribuir de alguna forma per fer
 coses constructives no Brasil. Si me me ^{depen} ~~depen~~
 a condeixar m'heixos per ist, me van clonar
 pitjors. Van saber, com certza, nos a
 capacitat humana de adaptar a circumstancies i'
 per sorte minto grande.

Anin, prof. Florsén, m'heixos p'una ben
 en mal urdid, dels uns p'els meus fin fets i'
 minto vint. Si com a major sorpresa, tant a
 nome de examinados. Aleshores a banca de bon
 nivell. No t'heixos, com excepçió de Seigis,

(4)

nenhum amigo pessoal. Das dos examinados eu
mal conheço — o Vitor Nunes e o José Lourenço —
o Orlando tanto mais, agora sei o meu favor com
a favor de Paula, e o Rui e a esta passagem
conheço que, segundo informações dadas de Paulo
e me tem se não ficou mais racional nos últimos
tempos... Se ganhar o concurso terá sido, portanto,
porque os examinados entendiam por razão mais
que as razões ou que as convicções e factuais.
E eu me agrada. Eu me quero dar mais a
mizéria (aos amigos, como se fosse o Gracioso —
a quem quero apenas um cartão de visita sobre a Tabela...
— me devo favores, deo a amigos e se não se
paga, se interambulam). Quem entra no Faculdade
lembra de companheiros de tipo "amigo pessoal". Confiar
que não está muito maliciosa e meu favor de
strategista: acho que, por mérito próprio, valho o
suficiente para ganhar um concurso de cátedra. Se
conseguir ganhar sem ter de "pôr a mão no nariz",
terei condições para assumir o papel que me corresponde.
Trabalharemos juntos para ver se melhoraremos
as coisas aí. E se tiverem que receber cartões, mandem
você, falar com mim ou quem (com o Engras, com o
Rui, com o Euvim etc etc.) preferirem não fazer o curso.
Está claro que eu não sou ingênuo. Repito, mas "maqui-
velismo" agora está baseado na presença de que tenho
forças suficientes para vencer-me a qualquer bane
não faciosa. Se o animo e eu não há (os fatos
mostram que segunda superior) interesses de outros
candidatos suficientemente fortes para "aguar" a
banca, qualquer intervenção minha seria pura abstração.
Evidentemente eu peço que o resto esteja

na banca. Mas o senhor mesmo me preveniu
em carta anterior que a Cognição chegava o Senhor
e o Rui e eu não achui just, de longe, e pelas
razões aduzidas, pedi-lhe que fizesse força para
entrar ou que fizesse força por A ou B. Na
última carta sobre o assunto que se deu a Ruth
dize, de forma resumida o que lhe disse agora: A
única remuneração minha quanto ao trabalho dos
examinadores. Pelo que Ruth me disse o senhor quer
e pedi-lhe, dentro do mesmo conteúdo, não para com
a banca, mas em geral, isto é, não pensar em fazer
qualquer coisa. Está certo. Dando que Ruth tenha
falado com o Rui sobre tudo isto, pois não, não
pouco com ele não se de modo a tocar neste tema,
mesmo que fosse para preparar conteúdos altos de seleção
de examinadores.

Ficamos na Europa até o dia de concurso, mas sobretudo
por uma carta que ele me fez no fim de junho. Também
está lá "vaguetismo": não quero desagostar-me nas
futuras aí. Desagosto-me emocionalmente, mas que
politicamente, pois politicamente talvez fosse útil
muito pouco aí. Espero que não sobre para cima
do senhor uma lixada de desgosto emocional adicional
inventado sempre — pois sempre tem um companheiro
na imagem magnética — que qualquer ato seu não
seja intencionado, tanto ~~mas~~ mas que sua atitude não seja
de uma desconfiança de Bank foi dada. Samento que,
involuntariamente seja em causa de tentativas e
abandono para o senhor. Não está em meu controle
o estado de interesse existente aí. Quero apenas a
essa: que se funde de um alívio nenhuma dúvida
para quanto a natureza de minha situação, de
muito consideração e de muito cuidado não se
pelo meu amigo E. L. L., como pelo meu professor,
a quem devo muito do que sei hoje, e quem

(6)
 deve o estímulo na juventude, o apoio na vida dura,
 na que passei na cadeia de Alice, e ao Florestan
 Fernando, homem de fibra, a quem devo a coragem de
 não me haver defendido sempre, e não sem razão,
 nestes últimos e duros quatro anos.

Óeste, de minha parte, que também o sei muito
 no fundo do porquê onde se encontra a que vivi que apara
 de meus inteiros, da força que tive na Universidade e
 das muitas situações em que poderia ter agido sem considerar
 o inteiros comuns e sem considerar que finalmente há
 valores básicos sem os quais a vida é um jogo inútil,
 que também em, nos momentos de prova, estou a ser
 tudo, que não há qualquer razão para que assim
 não seja no futuro.

Espero ansioso o dia em que podermos
 planejar juntos ações construtivas que permitam a
 facultade sair de sua mediocridade atual, de sua
 provincianismo e marginalidade, das quais sempre
 mais não pode haver que esta insólita situação
 que fez com que o senhor se sinta marginalizado
 e que se veja emocionalmente obrigado a desistir.
 para no fundo perguntar "Tu queres Bentes?" Com
 sorte, para mim, não houve grande resultado.

Um grande abraço amigo

Fernando Bentes

estudantes e professores aumenta a cada dia.

Fora da Universidade, as coisas não vão melhor. Tanto converso com muita gente de vários tipos. Intelectuais, empresários, jovens. A recessão + de marasmo. Se há dois setores realmente engajados: a tecno-burocracia civil-militar, agindo em fortes interesses econômicos e os jovens radicais. A meu ver, os primeiros emergem, lentamente, e seguidos, constituindo um "fascismo sem partido" e sem ideias claras, de mobilizar as gentes. Autoritarismo mínimo, tecnocrático, eficaz.

Sou muito ao que faz o Paulo Henrique aqui. Por enquanto está dissolvido apenas o mundo cheio de juventude mas os meus aconchego. São fatos e mais fatos. Ainda ontem dormi em sua casa, porque fui na véspera a uma festa com o Junior. Mas no colégio já o aconselham "rebeldia". Onde irá desembocar esta rebeldia neste mundo fechado em que vive a juventude aqui? O senhor bem pode imaginar...

Por outro lado, novos amigos estão todos peregrinando. O Octávio lhe disse de uma vez como andam as coisas desta perspectiva.

Enfim, em muitos locais e não sei se não vale a pena um novo "ciclo geracional" de 5-10 anos no exterior. Odeio e que tudo uma irresistível vontade de fazer coisas. Agora mesmo, apesar de tudo, as coisas ainda imaginam que o CEBRAP viraria e se fortaleceria. E lá começo a falar com meu mundo, inventando fórmulas e modos de obter dinheiro e garantir a sobrevivência da instituição. Até que meus ouvidos de atos "revolucionários" deturba outra vez o ânimo dos companheiros e o meu próprio.

Evidentemente, se nos firmarmos, como já lhe disse ^(seguir) tantas vezes, o senhor terá sempre um lugar a meu lado. Desde agora, pois sabe isto tudo está de acordo e, por enquanto, há mesmo. Gostaria mesmo que o senhor fosse preparando sua volta (digo isto a meio longo a ambiguidade da situação: ao mesmo tempo que quero fazer coisas e me juro neste, sei que o

horizonte está nublado) e descontente por aí, agora
com as Universidades onde esteja trabalhando, quejamos
em conjunto com o CEBRAP. Há um mês eu
encontrei o Steger e ele me disse que diante de sua
dificuldade de permanecer no Brasil talvez fosse possível
obter apoio da Fundação Volkswagen para algum projeto
do CEBRAP. Sugeri a pesquisa sobre educação e mobiliza-
ção, de Otávio e Juarez, e talvez a coisa de certo.

Acredito que a única perspectiva de saída do CEBRAP é
médios prazos seria a obtenção e a diversificação de fontes
externas de financiamento. Está cada vez mais difícil
obter apoio nacional. Todos têm medo. Se vierem novos
recursos externos (a OIT prometeu algo para 70) vão
talvez encorajar a FAPESP, o BNDE etc. para,
de forma indireta, contribuir com algum recurso neces-
sário para pesquisa.

Tem outros problemas. Nós já fizemos muitos encontros
nos reitoriais, sem poder dar aula, sem sentir a
realidade dos outros. E neste sentido o círculo é grande.
Nós já mencionamos seguir novos rumos na imprensa, para
não dizer na televisão... Temos a impressão de que
a isto dever, como parece, seremos cientistas locais
enclausurados apenas no exterior, e ali lá...! Nós
me admirava que dentro de 2 ou 3 anos os alunos de
pesquisa Fac. de Filosofia não saibam bem o que fizemos
nós e já não tenham lido um livro novo. Enfim, tal-
vez isto não seja importante.

✶ Já vai partir por sua casa, para buscar o Paulo.
Tudo vai bem por lá e me disseram que o Paulo
assinou o contrato da Glória. Ainda bem.

Bem, professor, desculpe o tom lamentoso de
esta carta. Tenho certeza de que o senhor encontrará nos
seus alunos canadenses a admiração e o afeto que
merece, e que tornará mais fácil seu exílio.

Receba um abraço de todos daqui, especialmente do
Paulo Henrique, que está aqui no meu lado. Um
forte e saudável abraço do Paulo Henrique

FERNANDO H. CARDOSO
C. P. 20.838
SÃO PAULO

São Paulo, 9 de novembro de 1970

prof. Florsén:

Recebi de Europa no dia 3 deste mês a sua carta. Depois de Varsovia, onde nem os aspectos políticos compensaram a charada do Congresso, fui para Ginebra dar um curso. Por isto demorei tanto para voltar. E foi para não haver demoreado um pouco mais. As coisas por aqui também desagradam-me, embora com relação a mim e a meus amigos nos próximos, da Faculdade e do Cebrap, nada tenha havido. Mas o clima voltou a ser, na última semana, o de outras épocas: ausência e total falta de informações sobre o que está realmente ocorrendo. Enfim, a coisa já está suficientemente grossa para que a gente abandone os cumes nublados sem se machucar muito.

Falei com o Steeger pelo telefone. Ele estava de volta a Bielefeld e me disse que não deu mais notícias sobre a pesquisa por causa

05:91
21
16:50

FERNANDO H. CARDOSO
C. P. 20.839
SÃO PAULO

da desorganização que prevalece no Alemanha... É
é um consolo saber que também eles se emendam
em confusão. Mas, segundo Steger, não há nada
de anormal. Deviam um segundo parecer não
ser a quem. De posse disto, enviaram-me a
Fundação Volkswagen que alem decidiu se descom
disto mto. Veremos. Mas, de qualquer forma isto
mostra que os alemães estão longe de poder concorre
com os americanos em matéria de imperialismo
cultural. Não sabem o que nem como fazer.

É o mesmo por aí, me parecem muito certo
que está mais sem ânimo? Também, não é para
menos, eu conquisto bem. Eu aqui me disteio
dando ruídos em pontos de fuga. A gente tem
que correr, no Brasil, para não sair do lugar.
É às vezes me dá a impressão de que o fôlego está
acabando. É curioso, mas toda vez que vou ao
exterior, quando volto sinto um choque e tento

FERNANDO H. CARDOSO
C. P. 20.638
SÃO PAULO

P.S.: estou enviando uns cartões de Varsóvia
que é o melhor material argentino, que chegou
para o senhor. Verem os cartões em inglês e
que preparem. B.H.

16:59 12
dificuldade para suportar a rotina monótona e
enfocante daqui. O que salva é que tenho tantas
compromissos de trabalho (administrativo e de pesquisa)
que não estou envolvido pelas questões externas. Agora
mesmo, terminei de revisar uma crítica (revisão
talmúdica e cheia de citações dos textos) que
fiz ao artigo do Pua sobre marginalização e estou
começando a escrever uma nota sobre a "dependên-
cia", que já me aborrece de tão batida. Irei ao
Chile, no próximo verão, durante este papier
na Flóres e enviá-lo-ei de lá a Toronto. Em
Genebra escrevi também um papier sobre a
forma atual de dominação na A.L. Como geral,
para públicos europeus.

E assim vamos passando o tempo, o tempo
meu sem esperanças de dias melhores.

Espero vê-lo por aqui no Natal. Enquanto
isto, vai o abalo de todos daqui de casa, espe-
cialmente do Paulo Henrique que lembra sempre seu nome,
e deste seu velho(!) amigo e obscurista, Paulo Henrique.

